

ACTA DA REUNIÃO DE 13.12.2013

ACTA N.º 24/2013

Aos treze dias do mês de Dezembro do ano dois mil e treze, nesta Vila e Sala de Reuniões dos Paços do Município de Mafra, reuniu-se a Câmara Municipal, sob a presidência de Hélder António Guerra de Sousa Silva, Presidente da Câmara, estando presentes os Vereadores Elísio Costa Santos Summavielle, Joaquim Francisco da Silva Sardinha, Aldevina Maria Machado Rodrigues, Sérgio Alberto Marques dos Santos, Rogério Monteiro da Costa, Hugo Manuel Moreira Luís, Célia Maria Duarte Batalha Fernandes e Maria Antonieta Mendes Lourenço. Assistiu à reunião Paulo António Pardal Dias Jorge, Licenciado em Direito, Director do Departamento da Presidência, Administração Geral e Financeiro. Da reunião consta a seguinte ordem de trabalhos: **I – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: 1.** Competência delegada e subdelegada; **2.** Intervenção dos membros do Executivo e assuntos para conhecimento; **II – ORDEM DO DIA: 1.** Acta; **2. DEPARTAMENTO DA PRESIDÊNCIA, ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANCEIRO: 2.1.** Voto de Pesar; **2.2.** Adequação da Estrutura Orgânica dos Serviços do Município de Mafra; **2.3.** Assunção de Compromissos Plurianuais com início no ano de 2014; **2.4.** Empréstimo a curto prazo – 2014; **2.5.** Alteração da Tabela de Taxas; **2.6.** Tarifário de Água – volumes mínimos contratualizados com a EPAL – Aditamento ao contrato; **2.7.** Parecer prévio vinculativo do órgão executivo para celebração do contrato: “Prestação de Serviço de Auditoria Externa das Contas do Município”; **2.8.** Alargamento do horário de funcionamento do estabelecimento “Tube Ericeira Bar”, na Ericeira; **2.9.** Documentos Previsionais para o ano de 2014; **3. DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS E SEGURANÇA: 3.1.** Mapa de Pessoal para o ano de 2014; **4. DEPARTAMENTO JURÍDICO: 4.1.** Matadouro Regional de Mafra, S.A. – Alineação pelo Município de Mafra de participação no capital social da empresa; **5. DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO: 5.1.** Tarifário de Água, Saneamento e Resíduos Sólidos para o ano de 2014; **5.2.** Reparação de anomalias no Ginásio do Parque Desportivo Municipal Engenheiro Ministro dos Santos, em Mafra – Accionamento de garantia; **5.3.** Proposta de alteração da sinalização na Rua

da Santa Casa de Misericórdia, em Mafra; **III – APROVAÇÃO DE DELIBERAÇÕES EM MINUTA.** -----

--- ABERTURA DA REUNIÃO: -----

--- Verificando-se a existência de quórum foi declarada aberta a reunião quando eram nove horas e trinta e cinco minutos. -----

--- I – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

--- Neste período foram tratados os seguintes assuntos: -----

--- 1. COMPETÊNCIA DELEGADA E SUBDELEGADA: -----

--- O Presidente da Câmara deu informação sobre as decisões proferidas por si e pelo Vereador Hugo Moreira Luís, no uso das competências delegadas e subdelegadas, conforme listagens em anexo (ANEXO I e II). -----

--- 2. INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO E ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO: -----

--- INTERVENÇÕES: -----

--- DO PRESIDENTE DA CÂMARA: -----

--- O Presidente deu conhecimento que o Secretário de Estado da Cultura, Jorge Barreto Xavier, o informara de que está a ser programada a transferência do Museu da Música para o Palácio Nacional de Mafra, estando o processo em fase de estudo final. Transmitiu que aguarda com expectativa esta transferência, uma vez que sempre pugnou pela mesma com vista à dinamização turístico-cultural do Concelho. Adiantou que o Secretário de Estado o informara, também, sobre a existência de verbas, no Fundo de Salvaguarda do Património Cultural, destinadas à recuperação dos carrilhões de Mafra, aguardando-se apenas autorização por parte da Autoridade Tributária Aduaneira para o lançamento do procedimento. Salientou que, na proposta de Orçamento para o ano de 2014, a Câmara Municipal se associa a esta recuperação, desejando que em Novembro de 2017, quando se comemoram os 300 anos do lançamento da 1.ª pedra do Palácio Nacional de Mafra, se possam ouvir os carrilhões. -----

--- O Presidente referiu-se, ainda, ao evento “O Natal chegou à Vila”, organizado pela Câmara Municipal, o qual tem registado significativos níveis de adesão. -----

--- DA VEREADORA ANTONIETA LOURENÇO: -----

ACTA DA REUNIÃO DE 13.12.2013

--- A Vereadora registou, com agrado, a existência de verba para a recuperação dos carrilhões, questionando se esse fundo não seria desafectado pelo facto de Portugal pertencer ao Conselho Mundial da UNESCO. -----

--- **DO VEREADOR ROGÉRIO COSTA:** -----

--- Relativamente ao Museu da Música, considerou ser importante a sua instalação, apesar do processo não se encontrar muito bem definido. Na sua opinião, esta carece de encargos financeiros, considerando as condições físicas do Palácio. Quanto aos carrilhões, sustentou que tudo se deve fazer para que os mesmos sejam recuperados o mais rápido possível e que venham a proporcionar os concertos de outrora. Sobre a iniciativa "*O Natal chegou à Vila*", foi com satisfação que registou o seu sucesso, considerando que Mafra começou a ter «vida» no centro da vila e sugerindo que este tipo de eventos seja descentralizado por outras vilas e aldeias do Concelho. -----

--- **DO VEREADOR SÉRGIO SANTOS:** -----

--- O Vereador Sérgio Santos referiu que, até ao ano transacto, existia o Programa de Apoio ao Associativismo. Atendendo a que as colectividades são agentes de desenvolvimento cívico, questionou qual o ponto de situação do programa, já que, até à data, estas não receberam qualquer apoio. Questionou, ainda, como se justificava apoiar determinadas colectividades em detrimento de outras, provocando assim desigualdades. -----

--- **DO PRESIDENTE DA CÂMARA:** -----

--- O Presidente informou que o Fundo de Salvaguarda do Património Cultural se destina a financiar medidas de protecção e valorização em relação a imóveis, conjuntos e sítios integrados na lista do património mundial e a bens culturais classificados ou em vias de classificação como de interesse nacional ou público em risco de destruição. No que diz respeito ao Programa de Apoio ao Associativismo, informou que não pode responder pela implementação do mesmo em 2013, mas afiançou que este assunto será estudado em 2014, numa perspectiva de equidade. -

--- **DO VEREADOR ELÍSIO SUMMAVIELLE:** -----

--- O Vereador considerou positiva a instalação do Museu da Música em Mafra,

apesar de entender que se deve encarar a notícia com alguma cautela, pelos dados que são do seu conhecimento. Alertou para os constrangimentos da Administração Central, avançando que, à data de Novembro do ano de 2012, o Fundo de Salvaguarda do Património Cultural se encontrava esgotado. Esclareceu que tanto esta instalação – que implica um investimento no transporte dos instrumentos e depois na melhoria das condições do espaço – como a requalificação dos carrilhões são projectos com valores elevados, verificando-se que o orçamento dedicado à área da Cultura tem vindo a diminuir. Acrescentou que, na sua opinião, veria com bons olhos a criação, em Mafra, de uma fonoteca nacional, um arquivo do som que, até agora, é inexistente em Portugal. -----

--- **DO PRESIDENTE DA CÂMARA:** -----

--- O Presidente aditou que, neste processo, a Câmara Municipal deve ser o elemento facilitador e incentivador, a fim de que a transferência do Museu da Música se possa realizar, tão rápido quanto possível. -----

--- **ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO:** -----

--- **ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** -----

--- A Câmara Municipal tomou conhecimento dos ofícios da Assembleia Municipal relativamente aos assuntos analisados em sessão extraordinária realizada no dia 28 de Novembro último: -----

--- **APROVAÇÃO DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** -----

--- A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 22 votos a favor do PPD/PSD e 14 votos contra (1 do CDS, 1 do BE, 9 do PS e 3 do CDU), aprovar o Regimento da Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea a), do n.º 1 do artigo 26.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

--- **ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DE JUNTA DE FREGUESIA E SUBSTITUTO (TAMBÉM DE JUNTA DE FREGUESIA) COMO DELEGADOS DO MUNICÍPIO DE MAFRA NO CONGRESSO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES, NOS TERMOS DO N.º 2, DO ARTIGO 6.º, DOS ESTATUTOS DA A.N.M.P.:** -----

--- A Assembleia Municipal, após escrutínio secreto, deliberou, por maioria, com 25 votos a favor e 11 votos contra, nos termos do disposto na alínea a), do n.º 2, do artigo 6.º dos Estatutos da Associação Nacional de Municípios Portugueses, eleger o Presidente da Junta de Freguesia da Ericeira, Joaquim Filipe Abreu dos Santos, e como substituto o Presidente da Junta da União de Freguesias da Venda do Pinheiro



ACTA DA REUNIÃO DE 13.12.2013

e Santo Estêvão das Galés, Jorge Manuel Zeferino Lourenço, no Congresso Nacional de Associação Nacional de Municípios Portugueses. -----

--- ELEIÇÃO DE PRESIDENTE DE JUNTA DE FREGUESIA EM REPRESENTAÇÃO DAS FREGUESIAS DO CONCELHO NO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:-----

--- A Assembleia Municipal, após escrutínio secreto, deliberou, por maioria, com 25 votos a favor, 10 votos contra e 1 abstenção, nos termos do disposto na alínea d), do n.º 1, do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 41/2003, de 22 de Agosto, eleger a Presidente da Junta de Freguesia da Carvoeira, Andreia Filipa Lourenço Duarte Amaral, em representação das Freguesias do Concelho para integrar o Conselho Municipal de Educação. -----

--- ELEIÇÃO DE PRESIDENTE DE JUNTA DE FREGUESIA E SUBSTITUTO (TAMBÉM PRESIDENTE DE JUNTA DE FREGUESIA) COMO REPRESENTANTE NA ASSEMBLEIA DISTRITAL DE LISBOA: -----

--- A Assembleia Municipal, após escrutínio secreto, deliberou, por maioria, com 23 votos a favor, 12 votos contra e 1 abstenção, nos termos do disposto na alínea b), do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 5/91, de 8 de Janeiro, eleger a Presidente da Junta da União de Freguesias de Azueira e Sobral da Abelheira, Maria Inês Costa Inácio, como representante efectivo da Assembleia Municipal na Assembleia Distrital de Lisboa e como substituto o Presidente da Junta da União de Freguesias de Enxara do Bispo, Gradil e Vila Franca do Rosário, José António de Oliveira Costa. -----

--- DESIGNAÇÃO DE 4 (QUATRO) CIDADÃOS ELEITORES NA COMISSÃO ALARGADA DE PROTECÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DO CONCELHO DE MAFRA: -----

--- A Assembleia Municipal, após escrutínio secreto, deliberou, por maioria, com 27 votos a favor, 6 votos contra e 3 abstenções, nos termos do disposto na alínea l), do artigo 17.º da Lei n.º 147/99, de 1 de Setembro, na sua redacção actual, designar os seguintes cidadãos para integrarem a Comissão Municipal de Protecção de Crianças e Jovens do Concelho de Maфра: Rogério Monteiro da Costa, Maria de Fátima Mendes Alves Ferreira Caracol, Carlos Alberto dos Reis e Filipa Amaral

Lopes.-----

--- ELEIÇÃO DE AUTARCA DE FREGUESIA PARA INTEGRAR A CONSTITUIÇÃO DO CONSELHO CINEGÉTICO E DE CONSERVAÇÃO DAS FAUNAS DO CONCELHO DE MAFRA: -----

--- A Assembleia Municipal, após escrutínio secreto, deliberou, por maioria, com 23 votos a favor e 13 votos contra, nos termos do disposto na alínea e), do n.º 2, do artigo 157.º do Decreto-Lei n.º 202/2004, de 18 de Agosto, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 201/2005, de 24 de Novembro, eleger o membro da Assembleia da União de Freguesias de Enxara do Bispo, Gradil e Vila Franca do Rosário, João Lima Pereira Gaito, para integrar a constituição do Conselho Cinegético e de Conservação das Faunas do Concelho de Mafra. -----

--- DESIGNAÇÃO, PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, DE REPRESENTANTE DO MUNICÍPIO PARA A COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DA COMUNIDADE DO ACES (AGRUPAMENTO DOS CENTROS DE SAÚDE DO OESTE SUL): -----

--- A Assembleia Municipal, em sua sessão extraordinária realizada no dia 28 de Novembro findo, após escrutínio secreto, deliberou, por maioria, com 24 votos a favor, 11 votos contra, 1 abstenção, nos termos do disposto na alínea b), do n.º 1, do artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 28/2008, de 22 de Fevereiro, na sua actual redacção, designar José Manuel Portela Tomás, como representante do Município para a composição do Conselho da Comunidade do ACES (Agrupamento dos Centros de Saúde do Oeste Sul). -----

--- ELEIÇÃO DE REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL NA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA REVISÃO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE MAFRA: -----

--- A Assembleia Municipal, após escrutínio secreto, deliberou, por maioria, com 23 votos a favor, 13 votos contra e 1 abstenção, nos termos do disposto na alínea c), do n.º 1, do artigo 7.º da Portaria n.º 1474/2007, de 16 de Novembro, eleger José Alves Bizarro Duarte como representante da Assembleia Municipal na Comissão de Acompanhamento da Revisão do Plano Director Municipal de Mafra. -----

--- TAXA DE DERRAMA A COBRAR EM 2014: -----

--- A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberou, por maioria, com 33 votos a favor (22 do PPD/PSD, 10 do PS e 1 do CDS) e 4 abstenções (3 da CDU e 1 do BE) nos termos do disposto na alínea d), do n.º 1, do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, autorizar o lançamento da

ACTA DA REUNIÃO DE 13.12.2013

derrama para o ano de 2014, fixando a sua taxa em 1,5%, com isenção de sujeitos passivos cujo volume de negócios no período anterior não ultrapasse 150.000 euros; com isenção de sujeitos passivos com o volume de negócios superior a 150.000 euros para os seguintes códigos de actividade CAE 471, 472, 474, 475, 476, 477, 478, 479, 561, 563, 01, 02 e 03, excepto CAE 47111 e com isenção para sujeitos passivos que tenham instalado a sede Social no concelho no período de 2013 e criem, no mínimo 3 novos postos de trabalho, de acordo com o disposto no artigo 14.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, Lei das Finanças Locais, na sua redacção actual. -----

--- IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS – TAXAS A COBRAR EM 2014: ---

--- A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberou, por maioria, com 22 votos a favor do PPD/PSD e 15 votos contra (10 do PS, 1 do CDS, 3 da CDU e 1 do BE), nos termos do disposto na alínea d), do n.º 1, do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, fixar as seguintes taxas de Imposto Municipal sobre Imóveis a aplicar para todas as freguesias em 2014, nos termos e para efeitos das disposições conjugadas das alíneas b) e c) do n.º 1 e n.º 5 do artigo 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, com a redacção introduzida, respectivamente, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de Dezembro, e Lei n.º 64-B/2008, de 5 de Dezembro: Prédios urbanos não avaliados: 0,7%, Prédios Urbanos avaliados, nos termos do CIMI: 0,5%. -----

--- FIXAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO I.R.S. A COBRAR EM 2014: ---

--- A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberou, por maioria, com 28 votos a favor (19 do PPD/PSD, 8 do PS e 1 do CDS) e 5 abstenções (1 do PS, 1 do BE e 3 da CDU) nos termos do disposto na alínea c), do n.º 1, do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, fixar a percentagem de 4,75% da taxa de participação variável no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respectiva circunscrição territorial, relativa aos rendimentos de 2013 a cobrar em 2014, para efeitos do disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 20.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, Lei das Finanças Locais, na sua redacção actual. -----

--- RENOVAÇÃO DE APOIO À EQUIPA DE SAPADORES FLORESTAIS DA

**ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES FLORESTAIS DA ESTREMADURA – FLOREST
– APROVAÇÃO DE COMPROMISSO PLURIANUAL – LEI N.º 8/2012, DE 21 DE
FEVEREIRO: -----**

--- A Assembleia Municipal, deliberou, por unanimidade, com 19 votos do PPD/PSD, 9 do PS, 3 do CDU, 1 do BE e 1 do CDS, nos termos do disposto na alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, regulamentada pelo Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de Junho, aprovar os compromissos plurianuais, relativos à renovação do apoio identificado em epígrafe, constantes dos documentos remetidos pela Câmara Municipal. -----

--- PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA HUMANA, PARA O EDIFÍCIO DOS PAÇOS DO MUNICÍPIO, PARQUE DESPORTIVO MUNICIPAL ENG.º MINISTRO DOS SANTOS, EM MAFRA, PARQUE DE SANTA MARTE, NA ERICEIRA, E PARQUE E OFICINAS, NA ABRUNHEIRA, PELO PRAZO DE 1 ANO – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA: -----

--- A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberou, por maioria, com 21 votos a favor (19 do PPD/PSD e 2 PS) e 11 abstenções (3 da CDU, 1 do CDS, 1 do BE e 6 do PS), nos termos conjugados do disposto na alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, regulamentada pelo Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de Junho, com a previsão do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, em vigor por força da alínea f) do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, na sua actual redacção, dar autorização prévia para despoletar o procedimento de Prestação de Serviços de Vigilância e Segurança Humana, para o edifício dos Paços do Município, Parque Desportivo Municipal Eng.º Ministro dos Santos, em Mafra, Parque de Santa Marta, na Ericeira, e Parque e Oficinas, na Abrunheira, pelo prazo de 1 ano. -----

--- ALIENAÇÃO DO PATRIMÓNIO IMÓVEL MUNICIPAL: -----

--- A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberou, por maioria, com 22 votos a favor (19 do PPD/PSD, 2 da CDU e 1 do PS), 7 votos contra do PS e 3 abstenções (1 do CDS, 1 do BE e 1 da CDU), nos termos do disposto na alínea i), do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, autorizar a alienação dos imóveis identificados no documento anexo à Informação Interno/2013/12230, de acordo com o calendário que o Executivo considere mais oportuno para realização dos seus objectivos. As referidas alienações deverão concretizar-se por hasta pública, tendo por valor base os apurados pela Comissão

ACTA DA REUNIÃO DE 13.12.2013

Municipal de Avaliação e respeitando os necessários Programas de Procedimentos a aprovar pela Câmara Municipal. -----

--- ELEIÇÃO DE PRESIDENTE DE JUNTA DE FREGUESIA NA COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS: -----

--- A Assembleia Municipal, após escrutínio secreto, deliberou, por maioria, com 24 votos a favor, 11 votos contra e 1 abstenção, nos termos do disposto na alínea b), do n.º 1, artigo 3.º-D do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho, na sua redacção actual, eleger o Presidente da Junta de Freguesia de Mafra, António Manuel Ramalho Pereira, na Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios. ---

--- II – ORDEM DO DIA: -----

--- Em conformidade com a ordem do dia foram analisados os seguintes assuntos: -

--- 1. ACTA: -----

--- Foi distribuída a todos os Vereadores cópias da acta da reunião realizada em 29 de Novembro findo, sobre a qual não foram feitos quaisquer comentários, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. -----

--- 2. DEPARTAMENTO DA PRESIDÊNCIA, ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANCEIRO: -----

--- 2.1. VOTO DE PESAR: -----

--- A Vereadora Célia Fernandes apresentou o voto de pesar pelo falecimento do escultor Domingos de Castro Gentil Soares Branco. Realçou o acolhimento e acompanhamento dado pelo Município na sequência da doação de parte do seu espólio, composto por 14.000 peças, totalmente inventariadas e algumas delas restauradas. Referiu-se, em particular, à organização de exposições permanentes e temporárias, actividades pedagógicas, oficinas de artes plásticas, seminários, entre outras iniciativas de índole cultural. -----

--- O Presidente destacou, ainda, algumas das obras representativas do trabalho do Mestre Domingos de Castro Gentil Soares Branco, tais como o Busto de Francisco Sá Carneiro, o "Monumento ao Soldado Infante", instalado junto à Escola Prática de Infantaria, e, também, os trabalhos de reconstrução de todos os elementos

decorativos das fachadas da actual Casa de Cultura Jaime Lobo e Silva, na Ericeira.

--- O Vereador Elísio Summavielle subscreveu este voto de pesar, considerando que Domingos Soares Branco é uma referência no âmbito da Escultura. Recordou o falecimento do Mestre Nadir Afonso, no passado dia 11 do corrente, prestando a sua homenagem ao Homem e à sua Obra. -----

--- O Vereador Rogério Costa disse partilhar deste voto de pesar, atendendo ainda ao papel desempenhado pelo Mestre Soares Branco na dinamização cultural do Concelho. Em nome da Coligação Democrática Unitária, recordou a morte de um dirigente ímpar no mundo, Nelson Mandela, proferindo igualmente um voto de pesar. -----

--- Os restantes membros do Executivo Camarário associaram-se às expressões de pesar pela morte de Nadir Afonso e Nelson Mandela. -----

--- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o voto de pesar pelo falecimento do escultor Domingos de Castro Gentil Soares Branco, conforme documento em anexo (ANEXO III). -----

--- **2.2. ADEQUAÇÃO DA ESTRUTURA ORGÂNICA DOS SERVIÇOS DO MUNICÍPIO DE MAFRA:** -----

--- Presente, em anexo, proposta subscrita pelo Presidente da Câmara Municipal, datada de 9 de Dezembro corrente, anexando projectos da Estrutura Nuclear, do Regulamento de Organização dos Serviços do Município de Mafra e correspondente Organograma (ANEXO IV). -----

--- Em aditamento à sua proposta, o Presidente esclareceu que se pretende proceder a uma reestruturação orgânica da Câmara e das empresas municipais, embora esta última não esteja neste momento em discussão, com vista à optimização dos meios humanos e materiais. Em resumo, informou que, com a nova estrutura, se propõe três em vez de cinco departamentos e dez em vez de onze divisões, o que corresponde a uma redução de cerca de 20%. -----

--- No uso da palavra, a Vereadora Antonieta Lourenço focou alguns pontos relativos à estrutura agora apresentada, solicitando esclarecimentos adicionais. Alertou, ainda, para a necessidade de articular a nova estrutura com o adequado funcionamento dos serviços, nomeadamente ao nível da utilização dos auditórios pelas escolas. Questionou, em particular, se estas pagam alguma taxa pela respectiva utilização. -----

ACTA DA REUNIÃO DE 13.12.2013

--- O Vereador Rogério Costa referiu que o documento deve expressar a funcionalidade da Câmara, mas, dada a sua extensão e complexidade, o mesmo não deveria ser analisado em tão curto espaço de tempo. Comentou o facto de não ter verificado a existência de um Gabinete para Apoio aos Vereadores da Oposição. Acrescentou, ainda, que no Dia de Todos os Santos os cemitérios se encontravam abertos, mas não estando ao serviço qualquer funcionário.-----

--- O Presidente começou por esclarecer que, no âmbito da nova estrutura, está contemplada a Área de Apoio aos Órgãos Autárquicos, integrada na Divisão de Administração Geral e Assuntos Jurídicos. Mais esclareceu que a Câmara possui um cemitério municipal, sendo os restantes da competência das Juntas de Freguesia, acrescentando que se o cemitério estava aberto era porque o funcionário estava ao serviço. -----

--- Relativamente às questões levantadas pela Vereadora Antonieta Lourenço, o Presidente começou por responder que os objectivos enumerados na proposta, que assumem um carácter geral, se referem às Unidades Orgânicas, competindo-lhe, depois, desenvolver as respectivas acções concretas. Sobre as formas mais adequadas de divulgar as deliberações e decisões dos órgãos do Município, constante do n.º 3, do artigo 11.º do Regulamento de Organização dos Serviços Municipais, sua Estrutura e Competências (ROSMEC), esclareceu que esta é competência dos dirigentes, assegurando a sua difusão junto dos trabalhadores da respectiva estrutura hierárquica. No que se refere ao Gabinete de Auditoria Interna, confirmou que este constitui uma novidade. Quanto à venda de terrenos nos cemitérios, informou que, ultimamente, não tem sido prática corrente, não invalidando que, de futuro, isso possa suceder, pelo que a competência está mencionada na proposta de ROSMEC. Quanto à cobrança de taxas pela utilização dos auditórios, explicou que tal não é mencionado neste regulamento, mas sim na Tabela de Taxas da Câmara Municipal. -----

--- O Vereador Elísio Summavielle constatou a existência de quatro Gabinetes hierarquicamente dependentes do Presidente, questionando se, em termos remuneratórios, os coordenadores estarão equiparados a dirigentes. Pronunciando-

se sobre a estrutura orgânica proposta, disse ter ficado na dúvida se existe uma redução de custos efectiva. Concluindo, disse que a proposta reflecte o comportamento político do Executivo, numa perspectiva de centralização vertical e menos autonomia funcional da própria máquina administrativa camarária, razões pelas quais referiu não poder concordar com a mesma. -----

--- O Presidente respondeu que as remunerações funcionais dos quatro Gabinetes não estão equiparadas a cargos de dirigentes. Recordou que a reestruturação que agora se propõe decorre de uma imposição legal, prevista na Lei n.º 49/2012, de 29 de Agosto, no sentido da redução do número de dirigentes. Quanto à autonomia das unidades, explicou que a mesma foi preconizada, inclusivamente com a manutenção dos respectivos Núcleos de Apoio Técnico, e que sempre que foi necessário congregiar essas unidades se procurou atender às afinidades funcionais, de modo a assegurar o adequado equilíbrio e, ao mesmo tempo, o cumprimento da lei. -----

--- A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com os votos a favor dos Vereadores do PPD/PSD e do Presidente, e os votos contra dos vereadores do Partido Socialista e da CDU, concordar com a proposta apresentada pelo Presidente e pelos fundamentos e nos termos constantes da mesma, submeter à aprovação da Assembleia Municipal: 1) Nos termos da alínea m), do n.º 1 do artigo 25.º e da alínea ccc), do n.º 1 do artigo 33.º, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, conjugadas com a disposição contida no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro, a adequação da estrutura nuclear (cuja composição e respectivas competências constam do Anexo I) e a definição do número máximo de unidades orgânicas flexíveis de 10 e de subunidades orgânicas de 15, mantendo o modelo de estrutura hierarquizada; 2) Nos termos do artigo 24.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de Agosto, a manutenção da atribuição de despesas de representação aos titulares dos cargos de direcção intermédia de 1.º e 2.º graus da Câmara Municipal de Mafra, nos montantes fixados conforme previsão do n.º 1 do mesmo articulado. Mais deliberou, também, nos termos do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro, e pelos fundamentos da mesma proposta, aprovar a adequação da estrutura orgânica dos serviços municipais, conforme Regulamento de Organização dos Serviços do Município de Mafra e correspondente organograma, os quais constituem o Anexo II àquela proposta e como tal ficam, igualmente, a fazer parte integrante desta deliberação, sendo que a eficácia desta última deliberação fica condicionada à aprovação das restantes propostas supra explanadas pela Assembleia Municipal. ----

ACTA DA REUNIÃO DE 13.12.2013

--- Apresentaram declarações de voto verbais o Vereador Rogério Costa, da CDU, e a Vereadora Antonieta Lourenço, do Partido Socialista: -----

--- Do Vereador Rogério Costa: *"O meu voto contra deve-se, fundamentalmente, à complexidade do documento e ao tempo que foi dado à Oposição para o analisar. Também tenho sérias dúvidas quanto à redução de custos, mas compete ao Executivo PPD/PSD gerir esta casa".* -----

--- Da Vereadora Antonieta Lourenço: *"O meu voto contra deve-se, somente, à complexidade do documento e à renitência em votar um documento que, a priori, não vai acrescentar nada à redução de verbas na gestão da Câmara."* -----

--- **2.3. ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS COM INÍCIO NO ANO DE 2014:** -----

--- Presente, em anexo, informação Interno/2013/13313, sobre a qual recaíram pareceres de concordância da Chefe de Divisão Financeira e Contratação Pública e do Director do Departamento da Presidência, Administração Geral e Financeiro, ambos datados de 10 de Dezembro corrente (ANEXO V). -----

-- A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com os votos a favor dos Vereadores do PPD/PSD e do Presidente e as abstenções dos Vereadores do Partido Socialista e da CDU, concordar com o teor da informação supra identificada e, em consequência, remeter à Assembleia Municipal, tendo em vista: 1) A autorização prévia favorável à assunção de compromissos plurianuais efectuados ou a efectuar desde que inscritos nas Grandes Opções do Plano ou em alterações orçamentais a aprovar pelo Executivo Municipal até 31 de Dezembro de 2014, bem como os demais constantes da listagem anexa à informação já referida; 2) Delegar na Câmara Municipal, com faculdade de subdelegação no respectivo Presidente, nos termos da Lei geral, a aprovação quanto à assunção de compromissos plurianuais, relativos a despesas de funcionamento de carácter continuado e repetitivo, observando os limites impostos pelo regime da contratação pública. Mais deliberou que em todas as sessões ordinárias da Assembleia Municipal deverá ser presente uma informação da qual constem os compromissos plurianuais assumidos, ao abrigo da autorização prévia que ora se propõe. -----

--- 2.4. EMPRÉSTIMO A CURTO PRAZO – 2014: -----

--- Presente, em anexo, Informação Interno/2013/13295, elaborada na Área de Apoio ao Investimento, sobre a qual recaíram pareceres de concordância da Chefe de Divisão de Gestão Financeira e Contratação Pública e do Director de Departamento da Presidência, Administração Geral e Financeiro, datados, respectivamente, de 9 e 10 de Dezembro corrente, assim como parecer do Vereador Hugo Moreira Luís, datado, também, de 10 do mesmo mês (ANEXO VI). -----

--- O Presidente explicou que é recorrente a contracção de empréstimos de curto prazo, que têm como única finalidade suprimir dificuldades pontuais de tesouraria, os quais devem ser amortizados no prazo de um ano após a sua contratação. Aditou que o valor do empréstimo deste ano é mais baixo (€ 1.900.000,00), comparativamente com o que está agora em vigor em 2013 (€ 2.200.000,00). -----

--- A Câmara Municipal, considerando a fundamentação constante da informação em apreço, deliberou, por maioria, com os votos a favor dos Vereadores do PPD/PSD e do Presidente, o voto contra do Vereador da CDU e as abstenções dos Vereadores do Partido Socialista, aprovar a proposta de contratação de um ou mais empréstimos de curto prazo, durante o ano de 2014, até ao montante de 1.900.000,00€ (um milhão e novecentos mil euros), concedendo poderes ao Presidente da Câmara Municipal para efectuar a negociação e outorga dos mesmos. Mais deliberou submeter a proposta em apreço à aprovação da Assembleia Municipal, de acordo com a alínea f) do n.º 1, do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

--- O Vereador Rogério Costa apresentou a seguinte declaração de voto verbal:-----

--- *"Embora compreenda das necessidades do actual Executivo, voto contra porque, estando a Câmara Municipal endividada como está, mais um empréstimo significa mais custos para a Câmara. Penso que deverão ser esgotadas todas as hipóteses para se evitar um empréstimo desta envergadura."* -----

--- O Presidente da Câmara Municipal elucidou que este pedido de autorização se reporta a um empréstimo que pode ir desde os zero euros a um milhão e novecentos mil euros, servindo para a resolução rápida de compromissos. -----

--- 2.5. ALTERAÇÃO DA TABELA DE TAXAS: -----

--- Presente, em anexo, Informação Interno/2013/13154, elaborada pela Área de Licenciamentos Diversos, sobre a qual recaíram pareceres da Chefe de Divisão de Gestão Financeira e Contratação Pública, do Director do Departamento da



ACTA DA REUNIÃO DE 13.12.2013

Presidência, Administração Geral e Financeiro e do Vereador Hugo Moreira Luís, todos datados de 9 de Dezembro corrente (ANEXO VII). -----

--- O Presidente explicou que as alterações em apreço se reportam a três situações distintas: - a alteração do valor da taxa referente ao Estacionamento de Duração Limitada, no Largo General Humberto Delgado e na Alameda da EPI, em Mafra (isentando a primeira hora e taxando as fracções de 10 minutos subsequentes no valor de €0,10), beneficiando a acessibilidade dos cidadãos e dos turistas ao comércio local; - a fixação de uma taxa pela utilização de Sanitários Públicos (€0,20); - e a alteração das taxas dos Mercados (redução de 50% no pagamento das taxas previstas nos pontos 1.1, 1.2, 2.2, 3.1.2, 3.2.2 e 4.2 do artigo 11.º da Tabela de Taxas do Município de Mafra em vigor, a partir de 1 de Janeiro de 2014 a 31 de Dezembro de 2015), visando a dinamização destes espaços tradicionais e, principalmente, a promoção dos produtos agrícolas locais. -----

--- O Vereador Elísio Summavielle saudou estas medidas pela sua importância face à actual conjuntura, indo de encontro ao que o Partido Socialista defendeu durante a campanha eleitoral. No que se refere aos mercados, sugeriu que esta redução fosse acompanhada de uma campanha que pudesse atrair mais pessoas, numa vertente cultural e turística. -----

--- A Vereadora Antonieta congratulou-se com estas medidas, propondo que, no âmbito da dinamização do Mercado Municipal de Mafra, se proporcionasse o estacionamento gratuito na envolvente, por um período de tempo adequado. -----

--- O Vereador Rogério Costa felicitou o Executivo por esta iniciativa, mas aditou que se poderia ir mais longe, contemplando a isenção do pagamento do estacionamento para aqueles que trabalham no comércio e nos serviços existentes nas proximidades do Largo General Humberto Delgado e na Alameda da EPI. Relativamente aos sanitários públicos, concordou com a proposta apresentada, apesar de considerar ter sido um erro a eliminação dos antigos sanitários subterrâneos existentes no Terreiro D. João V, dada a frequência com que os mesmos eram utilizados. -----

--- O Presidente informou que está a ser estudada a reformulação do

estacionamento na vila de Mafra. No entanto, admitiu que o número de lugares existentes na envolvente do Mercado, nomeadamente na Rua Elias Garcia, é muito reduzido, pelo que a introdução da isenção, ainda que por um período limitado de tempo, poderia impedir a pretendida rotatividade. Quanto ao estacionamento no Largo General Humberto Delgado e na Alameda da EPI, preconizou que, pela sua localização estratégica, estes parques são adequados para turistas e utilizadores dos serviços e comércio local, havendo outras alternativas para os trabalhadores. -----

--- Considerando a fundamentação constante na Informação referida e correspondentes anexos, a Câmara Municipal deliberou, por maioria, com os votos a favor dos Vereadores do PPD/PSD, do Partido Socialista e do Presidente, e a abstenção do Vereador Rogério Costa, da CDU, concordar com a proposta de alteração das taxas constante na referida informação. Mais deliberou, nos termos das disposições conjugadas da alínea ccc), do artigo 33.º, com a alínea b) do n.º 1 do artigo 25.º, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, propor à Assembleia Municipal a aprovação da alteração das taxas em causa. -----

--- **2.6. TARIFÁRIO DE ÁGUA - VOLUMES MÍNIMOS CONTRATUALIZADOS COM A EPAL - ADITAMENTO AO CONTRATO:** -----

--- Presente, em anexo, proposta subscrita pelo Presidente da Câmara Municipal, datada de 11 de Dezembro corrente, acompanhada de ofícios relativos ao assunto em causa, emanados quer por esta Câmara Municipal, quer pela EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A., assim como minuta do Acordo de Alteração ao Contrato de Construção do Sistema Adutor e Obras de Ligação e de Abastecimento de Água ao Município de Mafra e, ainda, Informação Interno/2013/13486, elaborada no Departamento Jurídico (ANEXO VIII). -----

--- O Presidente acrescentou que este ponto vem na sequência da deliberação tomada na última reunião de Câmara, no sentido de negociar com a EPAL os volumes mínimos contratualizados. Acrescentou que, caso estes mínimos fossem aplicados, haveria um aumento de cerca de 18% no tarifário da água para o ano de 2014, além do que a Câmara Municipal, no final deste ano, teria de pagar uma quantia de cerca de €700.000,00 à EPAL, pelo valor dos mínimos não consumidos, considerando que o anterior Executivo tinha decidido não aplicá-los em 2013. Informou que, na sequência deste trabalho negocial, fora possível chegar a um ponto de equilíbrio, redefinindo os caudais mínimos anuais de água originalmente contratualizados. -----

ACTA DA REUNIÃO DE 13.12.2013

--- O Vice-Presidente acrescentou que todo este intenso trabalho de negociação decorre num contexto de dificuldade, num mercado monopolista na gestão de um bem essencial que é a água. Ainda assim, da mesma correspondeu uma redução para o Município em cerca de € 500.000,00 e, por parte da EPAL, correspondente a um milhão de metros cúbicos. Prestada esta informação, explicou, ainda, que há expectativa de que os consumos mínimos obrigatórios sejam extintos, considerando a criação de sistemas multimunicipais ao longo do país, sendo que, em Lisboa e Vale do Tejo, este agrega 99 municípios. Adiantou que, aquando da sua entrada em vigor, previsivelmente em 2014, os preços praticados serão aproximados, numa perspectiva de equilíbrio. Mais esclareceu que, no caso do Município de Maфра, este é também abastecido por outro sistema, o das Águas do Oeste, através da conduta que é tomada na Serra da Vila, sendo o preço substancialmente mais elevado, quando comparado com o da EPAL, o que significa que, a prazo, o preço da água que virá do sistema das Águas do Oeste representará uma redução. -----

--- A Câmara Municipal, atentos os considerandos constantes da proposta em apreço e demais documentos anexos, deliberou, por unanimidade, aprovar a minuta de Acordo de Alteração ao Contrato de Construção do Sistema Adutor e Obras de Ligação e de Abastecimento de Água ao Município de Maфра, em anexo, que contempla a redução dos valores mínimos de água a contratar com a EPAL - Empresa Portuguesa de Águas Livres, S.A., bem como o inerente Acordo no sentido de o contrato inicial vigorar por um período de 56 (cinquenta e seis anos). -----

--- **2.7. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO DO ÓRGÃO EXECUTIVO PARA CELEBRAÇÃO DO CONTRATO: "PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE AUDITORIA EXTERNA DAS CONTAS DO MUNICÍPIO": -----**

--- Presente, em anexo, Informação Interno/2013/13168, elaborada pela Área de Contratação Pública e Aprovisionamento, sobre a qual recaíram pareceres da Chefe de Divisão de Gestão Financeira e Contratação Pública e do Director do Departamento da Presidência, Administração Geral e Financeiro, ambos datados de 9 de Dezembro corrente, bem como parecer da mesma data, do Vereador Hugo Moreira Luís (ANEXO IX). -----

4
--- A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com os votos a favor dos Vereadores do PPD/PSD e do Presidente, e as abstenções dos Vereadores do Partido Socialista e da CDU, face à factualidade constante da Informação em apreço, atendendo a que se verifica a necessidade da prestação de serviços em causa, em resultado das especificidades técnicas de que a mesma se reveste, e considerando o regime consignado nas disposições conjugadas dos n.os 4 e 10, do artigo 75.º, da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de Dezembro (Orçamento do Estado para 2013), do n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/ 2009, de 3 de Setembro, na sua redacção actual, e do artigo 35.º da Lei n.º 12-A/ 2008, de 27 de Fevereiro, na sua redacção vigente, emitir parecer prévio favorável à celebração do Contrato de Prestação de Serviços supra referido, uma vez que se trata da execução de trabalho não subordinado, para o qual se revela inconveniente o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego. -----

--- **2.8. ALARGAMENTO DO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DO ESTABELECIMENTO "TUBE ERICEIRA BAR", NA ERICEIRA:** -----

--- Presente, em anexo, Informação Interno/2013/13213, elaborada pela Área de Licenciamentos Diversos, sobre a qual recaíram pareceres de concordância do Director do Departamento da Presidência, Administração Geral e Financeiro e do Vereador Hugo Moreira Luís, ambos datados de 9 de Dezembro corrente (ANEXO X). -----

--- O Presidente adiantou que, no início da Primavera, fará presente uma proposta no sentido de que, durante o período da época balnear, possa existir uma ampliação do horário de funcionamento para todos os estabelecimentos. Relativamente a este processo, informou que, atendendo à informação e aos pareceres, a intenção é de indeferimento, verificando-se que as queixas de ruído derivam, sobretudo, da utilização da esplanada. -----

--- A Vereadora Antonieta Lourenço comentou que, pela dimensão do estabelecimento e pelo conhecimento que tem que iam fazer obras para o primeiro andar, na sua opinião a difusão do som ainda vai ser pior, mesmo que seja feita a insonorização da casa, porque a tendência será sempre de abrir as janelas. -----

--- O Vereador Elísio Summavielle referiu que o seu sentido de voto é de abstenção, por uma questão de coerência, enquanto utilizador de espaços de diversão nocturna. Mais referiu que é de louvar a intenção de permitir o alargamento dos horários de

ACTA DA REUNIÃO DE 13.12.2013

funcionamento durante a época balnear, mas sensibilizando os donos para a necessidade de contenção, para que os divertimentos não se estendam à via pública. --
--- Considerando a informação em anexo e os pareceres do Serviço de Polícia Municipal e da Guarda Nacional Republicana - Destacamento Territorial de Mafra desfavoráveis, a Câmara Municipal deliberou, por maioria, com os votos a favor dos Vereadores do PPD/PSD, da Vereadora Antonieta Lourenço, do Vereador Rogério Costa e do Presidente, e as abstenções dos Vereadores Elísio Summavielle e Sérgio Santos, que é sua intenção indeferir o alargamento do horário de funcionamento até às 3:00h, em apreço, de acordo com o art.º 4.º do Regulamento dos Períodos de Abertura e Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços do Concelho de Mafra. Mais deliberou, nos termos do estabelecido nos artigos 100.º e seguintes do Código de Procedimento Administrativo, fixar em 10 dias o prazo para audiência prévia, que deve ser exercida por escrito. -----

--- **2.9. DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA O ANO DE 2014:** -----

--- O Presidente da Câmara solicitou que este ponto da Ordem de Trabalhos fosse analisado no final da reunião. Não havendo qualquer oposição, passou-se ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos. -----

--- **3.1. MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2014:** -----

--- Presente, Informação RecHumanos/2013/8947, elaborada pela Divisão de Recursos Humanos, datada de 9 de Dezembro corrente, anexando a proposta de Mapa de Pessoal para 2014 (ANEXO XI). -----

--- O Presidente comunicou que, anualmente, os Mapas de Pessoal são aprovados, mantidos ou alterados pela Assembleia Municipal, após apreciação em reunião de Câmara. O Mapa de Pessoal proposto prevê uma redução de 3% em termos de efectivos, de 977 em 2013, para 946 em 2014, redução esta que resulta de aposentações, caducidades, rescisões, exonerações e denúncias. Elucidou que existe um conjunto de lugares previstos, no total de 31, que configuram possibilidade de recrutamento, na área da educação, para pessoal não docente, de modo a assegurar a execução do contrato de transferência de competências no âmbito da Educação, celebrado entre o Ministério da Educação e o Município. -----

A Câmara Municipal apreciou a proposta em apreço que, nos termos do artigo 5.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro (LVCR), e do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, contém a indicação do número de postos de trabalho de que a Câmara Municipal carece para o desenvolvimento das respectivas actividades e que prevê, igualmente, os lugares em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, a termo resolutivo e mobilidade interna, para os respectivos postos de trabalho. Face ao exposto, a Câmara Municipal deliberou, por maioria, com os votos a favor dos Vereadores do PPD/PSD, dos Vereadores Elísio Summavielle e Sérgio Santos, do Vereador Rogério Costa e do Presidente, e a abstenção da Vereadora Antonieta Lourenço, do Partido Socialista, emitir parecer favorável à proposta do Mapa de Pessoal para 2014, determinando que o mesmo seja submetido à Assembleia Municipal, para aprovação, nos termos das disposições conjugadas da alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º, conjugado com a alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, e do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro. -----

--- 4. DEPARTAMENTO JURÍDICO: -----

--- 4.1. MATADOURO REGIONAL DE MAFRA, S.A. - ALIENAÇÃO PELO MUNICÍPIO DE MAFRA DE PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL SOCIAL DA EMPRESA: -----

--- Presente, em anexo, proposta subscrita pelo Presidente da Câmara Municipal, acompanhada da informação interno/2013/13274, elaborada no Departamento Jurídico (ANEXO XII). -----

--- Em complemento à proposta apresentada, o Presidente esclareceu que a Lei do Sector Empresarial Local obriga a que os municípios alienem as suas participações em empresas fora do seu perímetro. Em 28 de Fevereiro, já fora deliberado alienar a totalidade do capital social que o Município detinha na empresa, tendo ficado deserto o procedimento de contratação pública. Com o objectivo de alienar no todo ou em parte do capital social, de forma a que a Câmara Municipal fique com uma posição minoritária, foi elaborado novo estudo de avaliação da empresa, que resultou que o valor da participação do Município de Mafra é de € 2.240.000,00. ---

--- O Vice-Presidente aditou que a empresa tem interesse público regional, sendo essa a razão pela qual o Município teve a iniciativa de a criar. Assim, se não for possível vender a totalidade das acções, o Município de Mafra fica com uma participação minoritária e não dominante, mas está em condições de cumprir a lei. -

ACTA DA REUNIÃO DE 13.12.2013

--- O Vereador Rogério Costa disse que ia votar contra, mesmo violando os princípios da lei, justificando-o pelo facto de não concordar com a venda dos bens municipais e consequente privatização, além do que o Matadouro Regional de Mafra, SA sempre defendeu os interesses da população do Concelho, nomeadamente minorando os custos para os produtores. -----

--- O Presidente alertou que pode não se concordar com a lei, mas que esta tem de ser cumprida. Disse que regista a posição manifestada do não cumprimento da lei. -

--- A Vereadora Antonieta Lourenço sugeriu que, para além das funções inerentes à empresa, esta poderia ser também direccionada para a formação profissional. -----

--- O Presidente alertou que, independentemente de outras valências que possam ser exercidas pelo Matadouro Regional de Mafra, SA, o que está em causa é o cumprimento de um imperativo legal. -----

--- O Vereador Sérgio Santos referiu que, em nome do Partido Socialista, o sentido de voto era favorável, na perspectiva do cumprimento da lei. Realçou que esta proposta é melhor do que a anterior, porque propõe que o Município ainda fique com um valor do património e, sendo esta uma empresa que dá lucro, é uma mais-valia.

--- O Órgão Executivo deliberou, por maioria, com os votos a favor dos Vereadores do PPD/PSD, dos Vereadores Elísio Summavielle, Sérgio Santos e Presidente, e os votos contra dos Vereadores Antonieta Lourenço, do Partido Socialista, e Rogério Costa, da Coligação Democrática Unitária, concordar com a proposta apresentada pelo Presidente da Câmara Municipal, passando os seus fundamentos de facto e de direito a fazer parte integrante da presente deliberação e consequentemente propor, de acordo com o previsto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, e nos termos do estabelecido no artigo 61.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto, propor à Assembleia Municipal a alienação do capital social que o Município detém na aludida empresa, pelo valor nominal de € 16,00 (dezas seis euros) por acção detida pelo Município, representado por sete títulos de 20 000 acções cada um, de modo a que a alienação conduza, no mínimo, a uma posição minoritária por parte do Município, na citada empresa. -----

--- 5. DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO: -----

--- 5.1. TARIFÁRIO DE ÁGUA, SANEAMENTO E RESÍDUOS SÓLIDOS PARA O ANO DE 2014: -----

--- Presente Informação Interno/2013/13409, de 10 de Dezembro corrente, do Chefe de Divisão de Edifícios e Administração Directa, sobre a qual recaiu parecer do Vice-Presidente da Câmara, Joaquim Sardinha, assim como informação prestada pelo Técnico Superior, Jorge Antão, e ainda a informação, prestada pelo Técnico Superior e Coordenador dos Serviços do Ambiente, Nuno Soares, ambas datadas de 10 de Dezembro corrente (ANEXO XIII). -----

--- O Vice-Presidente explicou que, na elaboração desta proposta, se verificou a preocupação de minorar, ao máximo, os aumentos, sendo que a mesma só é possível na sequência da decisão de não incluir os volumes mínimos anuais contratualizados com a EPAL e a AdO. Mais disse que esta cumpre os pressupostos contratuais, baseados em índices de mão-de-obra e índice de preços ao consumidor, entre outros. Assim, verifica-se um acréscimo de 0,49% no valor da tarifa variável de água, um aumento de 0,09% no preço das denominadas «Outras Tarifas» e uma diminuição de 0,38% no custo da execução dos designados «Ramais de Água». -----

--- Relativamente ao Tarifário de Saneamento, explicou que, porque foi contratualizado um conjunto de investimentos de montante elevado, na ordem dos cerca de 13,6 milhões de euros, sendo que os mais importantes serão concluídos dentro dos próximos dois anos, se constata um acréscimo de 4,1% no valor das Tarifas Variáveis e Fixa de Saneamento, um aumento de 0,1% no custo das denominadas «Outras Tarifas» e um acréscimo de 0,1% no preço de venda dos designados «Serviços Prestados a Pedido do Utilizador». Acrescentou que, para o serviço de esvaziamento de fossas para consumidores domésticos cujas habitações não sejam servidas pela rede pública colectora de águas residuais, por cada serviço prestado será cobrado o valor de € 40,00 (quarenta euros) pelo 1.º esvaziamento (até 10 m³), pelo 2.º esvaziamento € 20,00 (vinte euros) (até 10 m³, cada) e, assim sucessivamente, por cada esvaziamento subsequente (até 10 m³, cada), sendo que é suportado pelo Município o valor diferencial entre o custo do serviço prestado pela concessionária (€59,4546) e o valor pago pelo consumidor. -----

--- No que se refere à Tarifa de Resíduos Sólidos Urbanos, tendo em conta a recomendação da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, considerou-se a taxa de 0,8% para apuramento dos custos previsionais para 2014.

ACTA DA REUNIÃO DE 13.12.2013

Verifica-se que se mantém a situação de equilíbrio financeiro para o ano de 2014 e, deste modo, mantém-se a actual tarifa fixa e variável, não sendo necessário corrigir qualquer valor. -----

--- Concluindo, disse que o valor global médio do aumento da factura da água é de 1,7%. -----

--- O Vereador Sérgio Santos pronunciou-se, afirmando que este é mais um aumento que se vai reflectir nas famílias deste Concelho e que demonstra que foi mau para o munícipe e para a Câmara a concessão da água a privados. Mais disse que o mesmo evidencia como o PPD/PSD nesta Câmara tem feito uma navegação à vista, ou seja, concessionou a água porque trazia receita no imediato. Na sua opinião e na do Partido Socialista, esta não fora a melhor solução. No que se refere ao custo do serviço de esvaziamento de fossa, e porque a Be Water ao fazer essa recolha vai despejá-la nas ETAR's que estão sob a gestão da Simtejo, poder-se-ia ir mais longe e fazê-lo a custo zero, já que, para além de ser cobrada a tarifa de saneamento na factura da água, ainda é exigido ao consumidor o pagamento do referido esvaziamento. Por último, questionou se o valor cobrado através das Tarifas de Saneamento reverte todo para a Câmara e, assim for, propôs que o aumento de 4,1% nas Tarifas Variáveis e Fixa de Saneamento poderia ser reduzido. -----

--- O Vice-Presidente explicou que, por força do contrato celebrado pela Câmara com a concessionária, esta tem de pagar o custo do investimento na expansão na rede e na condução dos efluentes até às estações de tratamento. -----

--- O Presidente sublinhou que a maior parte dos Municípios tem estado a aumentar a factura da água e que a proposta de tarifário agora apresentada só é possível fruto do intenso trabalho de negociações com a EPAL, relativo aos consumos mínimos. Acrescentou que, em 2014, tem de se continuar na prossecução da negociação dos consumos mínimos com a empresa "Águas do Oeste". -----

--- O Vereador Rogério Costa interveio, recordando que um dos pilares da campanha eleitoral do PPD/PSD era a família. No entanto, esta proposta de aumento recai sobre esses mesmos munícipes, lamentando que Mafra comece a ser visto

7
como um Concelho onde não se procure viver, apesar de todas as suas atractividades. -----

--- Considerando os fundamentos constantes nos documentos em apreço e demais documentação anexa aos mesmos e, designadamente, a Recomendação do Instituto Regulador de Águas e Resíduos n.º 1/2009, de 28 de Agosto, relativa aos Tarifários, emitida no âmbito do artigo 11.º, do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de Agosto, que estabelece o Regime Jurídico dos Serviços Municipais de Abastecimento Público de Água, Saneamento de Águas Residuais Urbanas e Gestão de Resíduos Urbanos, a Câmara Municipal deliberou, por maioria, com os votos a favor dos Vereadores do PPD/PSD e do Presidente e os votos contra dos Vereadores do PS e da CDU, nos termos do disposto na alínea e), do n.º 1, do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, aprovar a Actualização, para o ano de 2014, das Tarifas de Água, Saneamento, Serviços Prestados e Resíduos Sólidos, em conformidade com as "Propostas de Tarifário de Água, de Saneamento de Resíduos Sólidos e de Serviços Prestados para o ano de 2014". Considerando que o tarifário a aplicar pela Concessionária BE WATER - Águas de Mafra, S.A., para o serviço de esvaziamento de fossas, em locais não servidos pela rede pública colectora de águas residuais, a instalações localizadas em zonas sem rede de saneamento, é de € 59,4546, por cada 10 m³, a Câmara Municipal deliberou, também, que para os consumidores domésticos, por cada serviço prestado, aqueles apenas pagarão € 40,00 (quarenta euros) pelo 1.º esvaziamento (até 10 m³) e € 20,00 (vinte euros) por cada esvaziamento subsequente (até 10 m³, cada), sendo o valor diferencial suportado pelo Município. Mais deliberou que os Tarifários e redução ora aprovadas, entrem em vigor a partir de 01 de Janeiro de 2014, no que se refere aos consumos e serviços efectuados a partir dessa data. -----

--- O Vereador Rogério Costa apresentou a seguinte declaração de voto verbal: *"Nunca como hoje o poder local democrático sofreu tantos ataques tão profundos e diversificados. Nunca o pilar do estado democrático, tecido de proximidade e participação, foi tão fortemente abalado. A mentirola (não é do senhor Presidente e do actual Executivo) com que se pretendeu legitimar a privatização da água foi talvez a primeira grande mentira que foi dada aos Mafrenses aqui há uns anos atrás pelos anteriores Executivos. O pretexto era que teriam uns serviços melhores de água, mais barata. Pretendeu-se assim privatizar um bem que era público e assim começaram a nascer os primeiros «swapsinhos». Hoje tudo aumenta. A carga*

ACTA DA REUNIÃO DE 13.12.2013

tributária sobre as populações e assim se degradam os serviços que lhes deviam ser prestados pela Autarquia. Rejeitar este aumento do tarifário é prestar um bom serviço às populações do Concelho e inverter a gestão de assuntos locais e todas as formas oblíquas de concretizar estas negociatas. Rejeitar esta proposta é evitar o esvaziamento dos Municípios das responsabilidades que têm sobre atribuições e competências. Reafirmamos o nosso empenho na defesa dos serviços públicos sob o controle democrático e sob o Poder Local, sobretudo das populações que representam. Relembro que a água é considerada o recurso mais precioso para a Humanidade. É utilizada em praticamente todas as actividades humanas e indispensável à sobrevivência dos seres vivos. Na superfície terrestre, a água ocupa 70% do território, sendo apenas 3% de água doce. Desta apenas uma pequena parcela está disponível para consumo. A população do Concelho de Mafra paga já hoje uma das águas mais caras do país. É um atentado e, por isso, é na defesa das populações que dizemos «Não» a esta proposta.» -----

--- O Vice-Presidente deu conhecimento que a Câmara Municipal de Mafra fora distinguida com o prémio de "Qualidade de serviço de Gestão de Resíduos urbanos", atribuído pela Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Saneamento (ERSAR) e pelo jornal "Água & Ambiente", após terem sido auditadas e avaliadas 386 entidades gestoras. -----

--- 5.2. REPARAÇÃO DE ANOMALIAS NO GINÁSIO DO PARQUE DESPORTIVO MUNICIPAL ENGENHEIRO MINISTRO DOS SANTOS, EM MAFRA - ACCIONAMENTO DE GARANTIA: -----

--- Presente, em anexo, Informação Interno/2013/13110, elaborada pela Divisão de Edifícios e Administração Directa, sobre a qual recaiu parecer de concordância do correspondente Chefe de Divisão, datado de 9 de Dezembro corrente (ANEXO XIV).-

--- Considerando que, após a conclusão das obras do Ginásio do Parque Desportivo Municipal Eng.º Ministro dos Santos, foram detectadas algumas anomalias no edifício, cuja resolução é da responsabilidade do empreiteiro (TECNIGER, S.A.), no âmbito da garantia da obra que se encontra a decorrer, conforme previsto nas cláusulas contratuais. Considerando que foram efectuados contactos com a empresa

TECNIGER, S.A., para realizar as correcções necessárias, cujo valor se estima em €14.800,00 (catorze mil e oitocentos euros), acrescido de IVA, sem quaisquer resultados, e que no âmbito da referida empreitada foi prestada a caução no montante de € 56.640,35 (cinquenta e seis mil, seiscentos e quarenta euros e trinta e cinco cêntimos), a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, com base no artigo 397.º, do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, na sua redacção vigente, e face aos motivos invocados, accionar a respectiva caução para execução dos trabalhos referidos. -----

--- 5.3. PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DA SINALIZAÇÃO NA RUA DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA, EM MAFRA: -----

--- Presente, em anexo, informação Interno/2013/13151, datada de 5 de Dezembro corrente, elaborada pela Divisão de Edifícios e Administração Directa, sobre a qual recaíram pareceres de concordância do Chefe de Divisão de Edifícios e Administração Directa, e do Vice-Presidente da Câmara, da mesma data (ANEXO XV). -----

--- Tomando como base a informação prestada, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, autorizar a colocação de sinalização vertical de proibição de estacionar, alterando a informação da placa adicional para "Além de 10 min", na Rua da Santa Casa da Misericórdia, em Mafra, de conformidade com o proposto e demais documentação anexa, nos termos do n.º 2, artigo 47.º, do Regulamento Municipal de Trânsito do Concelho de Mafra, cumprindo-se posteriormente o disposto no n.º 3, do mesmo artigo. -----

--- 2.9. DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA O ANO DE 2014: -----

--- Presente proposta dos Documentos Previsionais - Orçamento Municipal e as Grandes Opções do Plano para o ano de 2014. Contém 79 (setenta e nove) páginas, devidamente numeradas, em pasta anexa a esta acta. -----

--- O Presidente apresentou uma nota introdutória aos Documentos Previsionais para o ano de 2014 do seguinte teor: -----

--- "Falar de crise é promovê-la, e calar-se sobre ela é exaltar o conformismo. Em vez disso, trabalhemos duro. Acabemos de uma vez com a única crise ameaçadora, que é a tragédia de não querer lutar para superá-la." (*Albert Einstein*) -----

--- " Este é o orçamento da responsabilidade. -----

--- Num cenário tão volátil como o actual, causador de incerteza na vida das famílias e das empresas, compete ao Município de Mafra desenvolver uma política baseada

ACTA DA REUNIÃO DE 13.12.2013

neste princípio fundador: - Responsabilidade, implementando uma estratégia assertiva na redução das despesas correntes e na selectividade dos investimentos; - Responsabilidade, honrando os compromissos assumidos, mesmo que o desafio seja extremamente difícil; - Responsabilidade, definindo prioridades claras e exequíveis, de modo a responder, eficazmente, às necessidades das famílias. -----

--- Porém, contrariamente ao que muitos possam pensar, ser responsável não é sinónimo de conformismo ou complacência. Em tempos de dificuldade, é certo que se exige, ao Poder Local, serenidade e rigor; mas também se exige capacidade de resistência para reforçar o seu duplo papel de amortecedor dos problemas sociais e de impulsionador do desenvolvimento económico. -----


--- Nesta medida, o equilíbrio orçamental é muito mais do que um mero conceito contabilístico; é um imperativo operacional, porque dele depende a prestação de serviços municipais diários e absolutamente essenciais às pessoas. -----

--- Quer isto dizer que a política autárquica responsável não se compadece com visões simplistas, populistas e demagógicas, que infelizmente (ainda) proliferam. Aliás, os cidadãos sabem, melhor que ninguém, que os desvarios de gestão daí resultantes se pagam caro. Muito caro! -----

--- Assim, na elaboração dos Documentos Previsionais que se submetem à apreciação, a rigorosa gestão dos recursos que ficaram disponíveis constituiu uma premissa fundamental: para assegurar o pagamento da dívida de curto prazo à banca e a fornecedores, que condiciona fortemente este exercício e os subsequentes; e, sobretudo, para garantir a prestação das funções básicas do Município de Mafra. -----

--- Observando o orçamento previsto para 2014, verifica-se que a estrutura da receita assenta, sobretudo, nas transferências do Estado e nos impostos directos, nos quais se integram o Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), o Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT), a derrama e o Imposto Único de Circulação (IUC) – dependência esta que deve ser atenuada nos próximos anos. ----

--- O incremento registado nesta rubrica, face ao ano anterior, decorre da reposição dos valores do IMI aprovados em Setembro de 2012 (0,5% e 0,7%,



respectivamente para os prédios urbanos avaliados e não avaliados), concluindo-se que, sem a arrecadação desta receita que incide sobre o património, estaria seriamente comprometido o equilíbrio orçamental do Município de Mafra e, assim, a sua capacidade para acorrer, solidariamente, às carências dos mais desfavorecidos. E deste compromisso nunca abdicaremos! -----

--- Do lado da receita, foi possível acomodar, ainda assim, a diminuição da participação variável do IRS, revertendo directamente para o aumento do rendimento disponível das famílias, bem como a isenção da derrama para actividades consideradas estratégicas para o desenvolvimento sustentado concelhio, enquanto medida de apoio à dinamização da economia local. -----

--- Já do lado da despesa, a prioridade centrou-se na realização de um profundo esforço transversal de contenção que permita gerar as disponibilidades financeiras necessárias a garantir a prestação das funções sociais (que representam mais de 49% do montante total das dotações previstas nas Grandes Opções do Plano) e os consequentes apoios às populações, sobretudo nas áreas da educação e da acção social. -----

--- Por outro lado, através de uma rentabilização da rede de infra-estruturas criadas e da promoção alargada das singularidades territoriais do Concelho de Mafra, entende-se apostar criteriosamente em novos projectos organizados em quatro eixos principais: - Família, implementando medidas de equidade para a plena realização da pessoa (exemplos da bolsa de livros escolares, do apoio ao arrendamento social, do cartão família ou do cartão de apoio ao idoso); - Ruralidade, valorizando esta característica natural concelhia (exemplos da criação do gabinete de apoio ao agricultor ou da organização de feiras para comercialização e promoção dos produtos agrícolas locais); - Maritimidade, criando condições para exploração sustentada do potencial da costa marítima (exemplos da continuação da requalificação da orla costeira, nomeadamente nas praias de São Julião, Sul e Matadouro, ou da criação do Museu Português do Surf); - Sustentabilidade, intervindo transversalmente com vista ao reforço do tecido económico concelhio e à criação do emprego local, privilegiando as seguintes áreas: a cultura e o turismo (exemplos do restauro dos carrilhões, em articulação com a Secretaria de Estado da Cultura, e da instalação do Museu da Música); o desporto; o apoio à actividade económica (exemplo da criação de ninhos de empresas); o ordenamento do território (exemplo da reorganização do estacionamento nas vilas de Mafra e da Ericeira); e a relação com as freguesias, agentes estratégicos

ACTA DA REUNIÃO DE 13.12.2013

do Poder Local de proximidade (exemplos da requalificação do edifício-sede da Junta da Freguesia de Mafra ou da manutenção dos montantes afectos à delegação de competências nas freguesias). -----

--- Os Documentos Previsionais 2014 são o retrato da dureza de uma gestão fortemente condicionada por factores internos e externos; todavia, estes devem ser também um motor de esperança. -----

--- Perante as dificuldades das famílias, das empresas e do próprio município, respondemos com realismo e imaginação; perante os inúmeros constrangimentos, respondemos com uma visão de futuro para o Concelho de Mafra: solidária, empreendedora e sustentada! -----

--- Nesta dinâmica, todos estão convocados: dos membros dos órgãos autárquicos aos trabalhadores municipais, passando pelos próprios munícipes... porque é no trabalho colectivo que se transformam as crises em oportunidades!" -----

--- No uso da palavra, o Vereador Hugo Moreira Luís procedeu a uma breve apresentação dos Documentos Previsionais, através de apresentação em power-point, conforme documentos em anexo (ANEXO XVI). -----

--- O Vereador Sérgio Santos afirmou que não acredita neste Orçamento e, na sua opinião, este não é o melhor para o Concelho e para os interesses dos munícipes. Referiu que, na sua óptica, o Estatuto do Direito de Oposição fora violado, na medida em que os Vereadores não foram chamados para serem ouvidos, já que apenas receberam os documentos para se pronunciar. Na sua opinião, estes deviam de ter sido chamados para transmitirem as suas posições e ideias. Efectuando uma análise dos documentos, mencionou que a alienação de património representa um «crédito» no Orçamento e o que constata é que esses valores têm vindo a ser inscritos já durante alguns anos, servindo de «almofada» para poder fazer despesa. No que se refere às rubricas da Acção Social, considerou-as muito escassas, devendo ser mais reforçadas face à actual conjuntura. O mesmo se passava com a rubrica destinada à Promoção Turística. O Vereador questionou, ainda, a que se referiam os «Outros Serviços», porque considerou a denominação muito vaga, bem como a que se referiam os montantes de €112.715.000,00 para Contra Ordenações

de € 100.000,00 para o Museu do Surf. Por último, solicitou esclarecimentos quanto ao projecto «*Movimento é Vida*». -----

--- O Vereador Rogério Costa comentou que, com a presente proposta de Orçamento, este Executivo perde uma boa oportunidade de romper com as políticas de gestão que foram seguidas no Município nos últimos 30 anos, sendo que apenas o tem feito em pequenas abordagens tímidas. Na sua opinião, este Orçamento é o reflexo do buraco financeiro onde a Câmara está metida, em resultado de obras megalómanas. -----

--- A Vereadora Antonieta Lourenço questionou sobre as verbas destinadas à empreitada do estacionamento no Largo dos Condes, na Ericeira, e à ampliação do estacionamento, na Vila de Mafra. Por último, questionou, ainda, os projectos «Centro de Interpretação e Acolhimento ao Turista», assim como o «*Movimento é Vida*». -----

--- O Vereador Elísio Summavielle afirmou que este Orçamento Municipal resulta, tal como fora afirmado pelo Presidente da Câmara na última sessão da Assembleia Municipal, de um défice estrutural. Contudo, na sua opinião, um défice estrutural não é conjuntural, nem pontual, o que significa que é acumulado, tendo responsabilidades políticas quem exerceu sempre o poder nos últimos 32 anos em Mafra. Mais disse tratar-se de um Orçamento de responsabilidade porque tem de se gerir o que existe e não o que não existe e, como seria expectável, é um Orçamento contido e que o desilude, no que se refere aos objectivos e ao Plano de Actividades Municipais. Afirmou que comunga do que já fora afirmado anteriormente quanto à acentuada discrepância dos montantes atribuídos a determinadas verbas, nomeadamente na área da Acção Social. Referiu, ainda, não entender o que é o «Museu do Surf», solicitando mais esclarecimentos. -----

--- O Presidente afirmou, peremptoriamente, que o Estatuto do Direito de Oposição tinha sido integralmente cumprido, tanto assim o foi que existiram forças políticas que responderam. Em relação à rubrica «Outros», explicou que a denominação decorre das regras do POCAL. Quanto à questão levantada sobre o que consistia o «*Movimento é Vida*», elucidou que se trata de um projecto de actividade física para idosos, já consolidado à escala do Concelho e que se pretende ampliar. No que se refere às despesas consignadas para a promoção turística, explicou que existem verbas atribuídas pelo Turismo de Portugal e pela Entidade Regional de Turismo a projectos concretos, pelo que não podem ser quantificadas, no entanto aditou que

ACTA DA REUNIÃO DE 13.12.2013

as mesmas serão utilizadas na organização dos grandes eventos municipais. Quanto ao Museu do Surf, explicou que o conceito está a ser desenvolvido, sendo que, quando o projecto estiver totalmente concluído, o mesmo será primeiramente apresentado em sede de reunião de Câmara. Seguidamente, destacou que foram tecidos muitos comentários quanto à proposta de Orçamento, mas registou, com muita preocupação, o vazio de alternativas. Reiterou que se pretende honrar os compromissos do passado, os quais deixam pouca margem de manobra, mas que, ao mesmo tempo, se perspectiva o futuro nas áreas da família, da ruralidade, do mar e da sustentabilidade, eixo este que é transversal às várias actividades económicas do Concelho. Face ao exposto, disse que não se vê retratado nas críticas formuladas. -----

--- O Vereador Sérgio Santos afirmou que, na senda dos últimos 30 anos, a Oposição não está a ser dignificada. Como quem tem os pelouros é o PPD/PSD, torna-se difícil, para a Oposição, apreciar em pouco tempo um documento que certamente demorou vários dias de trabalho a ser elaborado. Por último, assegurou que o Partido Socialista sempre se mostrou e se mostra disponível para trabalhar com o Executivo do PSD, mas que, para isso, tem de ser chamado. -----

--- O Vereador Rogério Costa respondeu que discordava quando o Presidente evocara a falta de alternativas apresentadas pela Oposição, na medida em que o Executivo e os serviços tiveram o tempo adequado para a sua elaboração e a oposição tivera muito pouco tempo para o analisar. Acresce que as várias propostas que têm influência neste Orçamento foram votadas contra pela Oposição, se assim não fosse, o Orçamento seria com toda a certeza diferente. -----

--- O Presidente reforçou que o Estatuto do Direito de Oposição fora plenamente cumprido, assegurando que os partidos, entre os quais a Coligação Democrática Unitária, receberam o Orçamento e as Grandes Opções do Plano com uma semana de antecedência, tanto mais que alguns destes responderam atempadamente. Acrescentou, ainda, que cabe a cada partido político gerir as disponibilidades dos seus membros. Concluindo a sua intervenção, agradeceu o empenho revelado pelos serviços na elaboração deste documento, manifestando o seu reconhecimento. -----

2

--- Após análise dos Documentos Previsionais - Orçamento Municipal e as Grandes Opções do Plano para o ano de 2014, no valor total de € 65.451.240,00 (sessenta e cinco milhões quatrocentos e cinquenta e um mil, duzentos e quarenta euros), correspondendo as Grandes Opções do Plano a €42.985.120,00 (quarenta e dois milhões novecentos e oitenta e cinco mil e cento e vinte euros), sendo do Plano Plurianual de Investimentos €23.506.505,00 (vinte e três milhões quinhentos e seis mil e quinhentos e cinco euros) e da Plano de Actividades Municipal o valor de €19.478.615,00 (dezanove milhões quatrocentos e setenta e oito mil e seiscentos e quinze euros), a Câmara Municipal deliberou, por maioria, com os votos a favor dos Vereadores do PPD/PSD e do Presidente, os votos contra dos Vereadores do Partido Socialista e da CDU, nos termos da alínea c) do n.º 1 do art.º 33, e nos termos da alínea a) do n.º1 do art.º 25 da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, submeter os mesmos à aprovação do Órgão Deliberativo. -----

--- Apresentaram as seguintes declarações de voto verbais os Vereadores Sérgio Santos e Antonieta Lourenço, do Partido Socialista, e Rogério Costa, da CDU: -----

--- Do Vereador Sérgio Santos: *"Votei contra porque os eleitos do Partido Socialista não foram chamados a serem ouvidos, dando os contributos que advêm da Lei n.º 24/98, de 26 de Maio."* -----

--- Da Vereadora Antonieta Lourenço: *"O voto contra é devido à pouca expressão da área social no Orçamento"*. -----

--- Do Vereador Rogério Costa: *"O actual quadro geral das autarquias caracteriza-se por uma subordinação à ofensiva internacional do capital financeiro, que ameaça não só o Poder Local, como igualmente o Portugal de Abril. Neste quadro, a gestão das autarquias, quer a nível do município, quer ao nível das freguesias, constitui um elemento central. A gestão financeira constitui um instrumento de relevância para uma correcta gestão da autarquia que vise assegurar a concretização de melhores condições de vida aos munícipes. Os cortes sucessivos nas receitas com origem no Orçamento de Estado, a quebra abrupta de receitas próprias com origem no urbanismo, o potencial crescimento do incumprimento de pagamento por parte dos munícipes e empresas, em paralelo com o acréscimo de despesas resultantes do aumento da carga fiscal, dos encargos sociais, vêm provocando uma acentuada e repentina degradação financeira da generalidade das autarquias. Acresce que as profundas alterações na legislação, quer por via do desastroso Orçamento de Estado de 2014, quer pelas novas leis de finanças locais e de atribuições, quer pela Lei dos*

ACTA DA REUNIÃO DE 13.12.2013

Compromissos e Pagamentos em Atraso, tornam a gestão financeira mais complexa, difícil e limitativa da intervenção, impondo um continuado ataque à autonomia e capacidade financeira do Poder Local. Em Mafra, o estrangulamento financeiro que agora se verifica e os obstáculos impostos têm e teve um responsável bem identificado, durante 30 anos a autarquia foi gerida por executivos de maioria absoluta do PSD. Tendo presente que a gestão financeira é um instrumento e não um objecto em si, ganha acrescida importância a concretização de uma intervenção que tenha em conta a necessidade de se procurar reduzir a despesa, eliminando custos supérfluos ou dispensáveis e reduzindo custos – sem prejudicar os níveis e a qualidade do atendimento e respeito pelos direitos dos trabalhadores da autarquia, e da população em geral – e aumentar a receita, identificando novas fontes de receita ou potenciando as existentes, sem prejuízo dos princípios de justiça social e do respeito pela capacidade contributiva. Sem prejuízo de manter e defender critérios sociais na gestão e funcionamento de equipamentos é necessário avaliar eventuais medidas para aumentar a sua sustentabilidade económica. Reforço esse que deve conjugar medidas de eficiência no seu funcionamento tendentes à redução de custos. Assim, os orçamentos municipais devem procurar reflectir as medidas que visem melhorar as condições de vida das populações. A todas estas dificuldades juntemos a imposição do não crescimento do endividamento líquido dos municípios. As novas regras da contracção de empréstimos, a Lei dos Compromissos, a retirada da receita do IMI originada pela reavaliação dos prédios, a eliminação do IMT a partir de 2016. O orçamento para 2014 do Município de Mafra é um documento imoral. Para os seus moradores não bastou a gestão danosa durante 30 anos, mas a continuidade que o actual executivo PSD eleito há dois meses pretende com a nova governação. O orçamento é reflexo dos erros e arbitrariedades que foram cometidos nas últimas décadas e parece que irá continuar nos próximos quatro anos. No entanto, pensamos que poderia ser diferente e deveria ter em atenção os quatro pilares que foram apresentadas ao eleitorado pelo actual executivo PSD como prioritárias, nomeadamente as famílias, a saúde, a acção social, o empreendedorismo, o turismo e a cultura. No discurso do «novo ciclo»

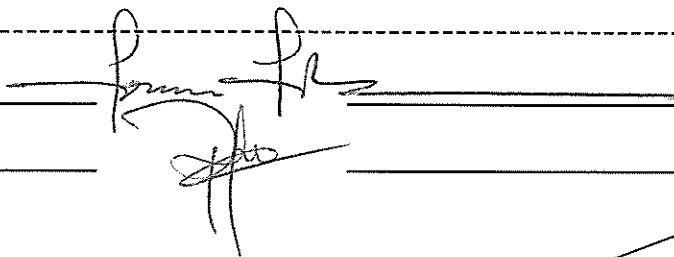
apresentado na campanha enganou-se os Mafrenses. O que caracteriza este Orçamento não é qualquer perspectiva de melhoria na situação dos moradores do concelho de Mafra; é o agravamento fiscal às famílias, às micro pequenas e médias empresas; é a acentuada exploração do trabalho; é a desumanidade dos cortes de salários e pensões; é a venda ao desbarato dos bens de cada um; é a redução e a eliminação das prestações sociais; é a degradação insuportável das condições das famílias. Na saúde, na educação, na justiça, na segurança pública. As medidas que nos são apresentadas como transitórias, mas cujo carácter definitivo é cada vez mais mal disfarçado, prosseguem, agravam e agudizam a crise, criam novos pobres e recaem sempre sobre aqueles que foram convidados a vir para Mafra. Trata-se de um Orçamento inaceitável, que tem contra si a esmagadora maioria dos moradores do Concelho. A nossa posição é de VOTAR CONTRA. Este orçamento 2014 é imoral: o nosso voto é de um redondo NÃO." -----

--- III – APROVAÇÃO DE DELIBERAÇÕES EM MINUTA: -----

--- Nos termos do n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, a Câmara decidiu, por unanimidade, aprovar em minuta os assuntos objecto de deliberação na presente reunião, a fim de as respectivas deliberações produzirem efeitos imediatos. -----

--- ENCERRAMENTO: -----

--- Quando eram treze horas e vinte minutos, o Presidente deu por encerrada a reunião da qual, para constar, se lavrou a presente acta que o mesmo vai assinar e que eu, Paulo António Pardal Dias Jorge, Director de Departamento, redigi e subscrevo. -----



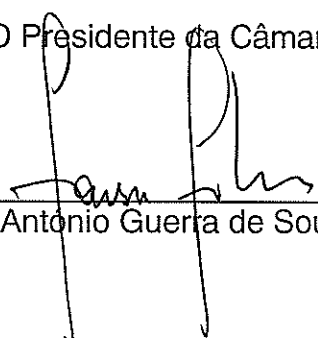
Two handwritten signatures are present. The first signature is in dark ink and appears to be 'Paulo António Pardal Dias Jorge'. The second signature is in lighter ink and is more stylized. Both are written over horizontal lines.

LISTA DE DECISÕES PROFERIDAS NO USO DE
COMPETÊNCIA DELEGADA

Considerando as competências que me foram delegadas pela deliberação camarária de 2013/10/18, anexo a relação respeitante aos despachos por mim proferidos no período de 2013/11/21 a 2013/12/04.

Mafra, 5 de Dezembro de 2013.

O Presidente da Câmara,



(Helder António Guerra de Sousa Silva)

| PROCESSO | | REQUERIMENTO | | | DESPACHO | | | REQUERENTE PRINCIPAL | DESCRIÇÃO/LOCAL DA OBRA |
|----------|----------|--------------|-----------|------------|------------|---|-------|---|---|
| TIPO | NUMERO | TIPO | NUMERO | DATA ENT. | DATA | RESULTADO/RESUMO | FUNC. | | |
| OP | 74/2013 | LIC03 | 5067/2013 | 2013/11/07 | 2013/12/02 | C - DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS | 1260 | ANA LÚCIA QUERIDO FIGUEIREDO | CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR LIMITES DA RELVA-MAFRA |
| OP | 73/2013 | LIC03 | 5215/2013 | 2013/11/18 | 2013/12/04 | D - DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO | 1260 | FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO IMOSONAE DOIS | AMPLIAÇÃO E ALTERAÇÃO DE ESPAÇO COMERCIAL (CONTINENTE MODELO) SALGADOS |
| OP | 227/2012 | LIC03 | 5247/2013 | 2013/11/19 | 2013/12/04 | D - DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS | 1260 | JORGE ALEXANDRE DA SILVA PEDROSO | DEMOLIÇÃO PARCIAL E ALTERAÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR R DO INFANTE, 5-LIVRAMENTO |
| OP | 96/2013 | LIC03 | 5178/2013 | 2013/11/14 | 2013/12/04 | C - DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS | 1260 | MANUEL FRANCISCO VIANA DIONÍSIO | CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR PENEGACHE |

038

[Handwritten signature]

| PROCESSO | | REQUERIMENTO | | | DESPACHO | | REQUERENTE PRINCIPAL | DESCRIÇÃO/LOCAL DA OBRA |
|----------|--------|--------------|-----------|------------|------------|--|-----------------------------|--|
| TIPO | NUMERO | TIPO | NUMERO | DATA ENT. | DATA | RESULTADO/RESUMO | | |
| RO | 8/2013 | LIC64 | 4888/2013 | 2013/10/28 | 2013/11/28 | D - DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO | NELSON RODRIGO DIAS PEREIRA | PEDIDO DE LEGALIZAÇÃO DE CONSTRUÇÃO DE MURO DE VEDAÇÃO E SUPORTE FONTE BOA DA BRINCOSA |

65

[Handwritten signature]

| PROCESSO | | REQUERIMENTO | | | DESPACHO | | | REQUERENTE PRINCIPAL | DESCRIÇÃO/LOCAL DA OBRA |
|----------|----------|--------------|-----------|------------|------------|--|-------|--------------------------|---|
| TIPO | NUMERO | TIPO | NUMERO | DATA ENT. | DATA | RESULTADO/RESUMO | FUNC. | | |
| OP | 131/2011 | LIC71 | 5092/2013 | 2013/11/11 | 2013/12/02 | D - DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO | 1260 | SILVESTRE MARIA DA SILVA | CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR ESTRADA PRINCIPAL, N.º 6-PÓVOA DE CIMA |

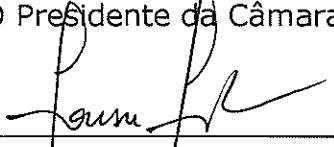
068

[Handwritten signature]

| PROCESSO | | REQUERIMENTO | | | DESPACHO | | REQUERENTE PRINCIPAL | DESCRIÇÃO/LOCAL DA OBRA |
|----------|----------|--------------|-----------|------------|------------|---|--|--|
| TIPO | NUMERO | TIPO | NUMERO | DATA ENT. | DATA | RESULTADO/RESUMO | | |
| RO | 108/2013 | LIC33 | 5272/2013 | 2013/11/20 | 2013/11/25 | C - DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDIÇIONAMENTOS | CONDOMINIO SITO NA R INOCÊNCIO SOUSA DUARTE, N.º 8 | PEDIDO DE OCUPAÇÃO DE VIA PÚBLICA R INOCÊNCIO SOUSA DUARTE, N.º 8 |
| RO | 8/2013 | LIC64 | 4888/2013 | 2013/10/28 | 2013/11/28 | D - DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO | NELSON RODRIGO DIAS PEREIRA | PEDIDO DE LEGALIZAÇÃO DE CONSTRUÇÃO DE MURO DE VEDAÇÃO E SUPORTE FONTE BOA DA BRINCOSA |

**DEPARTAMENTO DA PRESIDÊNCIA, ADMINISTRAÇÃO
GERAL E FINANCEIRO
Licenciamentos Diversos**

Tomei conhecimento
À Reunião
O Presidente da Câmara,



2013/12/10

INFORMAÇÃO

Ao abrigo dos despachos n.ºs 49/2013-PCM de 21.10.2013 e 79/2013-PCM de 02.12.2013, informo das decisões geradoras de custo ou proveito financeiro por mim proferidas, no dia 5.12.2013 ao abrigo das competências que me foram subdelegadas, cujo resumo é o seguinte:

- Licença para Passeio Desportivo.....1
- Licença de Recinto Improvisado.....1
- Licença para o Exercício da Actividade de Divertimento Público.....1

Mafra, 9 de Dezembro de 2013

O Vereador,



(Hugo Manuel Moreira Luis)

RELAÇÃO DOS ACTOS PRATICADOS AO ABRIGO DE COMPETÊNCIA SUBDELEGADA
SR. VEREADOR HUGO MANUEL MOREIRA LUIS

| <u>DATA DO DESPACHO</u> | <u>ACTO</u> | <u>ENTIDADE REQUERENTE</u> | <u>VALOR</u> | <u>DESPACHO</u> |
|-----------------------------|--|--|--------------|-----------------|
| 5-12-2013 | LICENÇA PARA PASSEIO DESPORTIVO | GRUPO CULTURAL RECREATIVO BARREIRALVENSE | ISENTO | DEFERIDO |
| 5-12-2013 | LICENÇA DE RECINTO IMPROVISADO | FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DA IGREJA NOVA | ISENTO | DEFERIDO |
| 5-12-2013 | LICENÇA PARA O EXERCÍCIO DA ACTIVIDADE DE DIVERTIMENTO PÚBLICO | FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DA IGREJA NOVA | ISENTO | DEFERIDO |

063



VOTO DE PESAR

A Câmara Municipal de Mafra expressa o seu pesar pela morte, no dia 4 de Dezembro de 2013, do insigne escultor Domingos de Castro Gentil Soares Branco, cuja capacidade de inovação se traduziu na forma como aliou a técnica à exploração de materiais novos, realizando centenas de obras exibidas por todo o mundo.

A sua versatilidade manifestou-se, também, no vasto trabalho de medalhística e na surpreendente produção gráfica, que conjugou com uma brilhante carreira de docência na Escola Superior de Belas-Artes.

Mais do que fazer o elogio do artista, entende a Câmara Municipal prestar homenagem ao amigo do Concelho de Mafra, não só pela generosa doação de parte do seu espólio, mas sobretudo pela disponível participação na formação artística dos munícipes e na projecção cultural concelhia – inestimável contributo que justificou a atribuição da mais elevada condecoração, a Medalha de Mérito Municipal, Grau Ouro.

“Quero criar um museu que comece comigo e não que termine comigo”, escreveu o ilustre escultor a propósito da criação, por esta Câmara, da Oficina-Museu Soares Branco, para perpetuar a sua obra.

No momento em que o Concelho de Mafra se despede do eterno Mestre, a Câmara Municipal manifesta o firme propósito de honrar esta justa aspiração e dirige à família enlutada as suas condolências.

Mafra, 13 de Dezembro de 2013

PROPOSTA

ASSUNTO: Adequação da Estrutura Orgânica dos Serviços do Município de Mafra.

Em cumprimento do estabelecido na Lei n.º 49/2012, de 29 de Agosto e do Decreto -Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro, o Município de Mafra, por deliberações da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal, respectivamente, de 20 e 27 de Dezembro de 2012, procedeu à "Adequação da Estrutura Orgânica dos Serviços Municipais", dando assim execução à redução de dirigentes municipais legalmente prevista, com a suspensão dos efeitos das alterações decorrentes da mesma e a consequente manutenção, até ao final, dos períodos das comissões de serviço dos dirigentes.

Visando uma cultura orientada para a eficiência, desburocratização, modernização e qualidade no âmbito de uma administração aberta e participativa com racionalização e optimização dos meios humanos e materiais disponíveis e ao abrigo dos diplomas legais supra elencados, considera-se oportuno proceder agora a algumas alterações à citada adequação da estrutura orgânica dos serviços.

A reestruturação que agora se preconiza, mantendo a redução de dirigentes municipais, legalmente prevista na citada Lei n.º 49/2012, de 29 de Agosto e já operada na última modificação da estrutura orgânica, datada de Dezembro de 2012, prevê a alteração e aglutinação de alguns serviços e estruturas já existentes, permitindo enfatizar determinadas áreas que se consideram fundamentais da actividade municipal, tendo em conta, nomeadamente, o actual contexto sócio-económico, sem prejuízo da concomitante redução de custos que se impõe concretizar.

Neste novo enquadramento organizacional mantêm-se o equilíbrio na distribuição de funções, a concentração de meios em funções de suporte, com recurso crescente a novas tecnologias e a focalização em áreas de expansão ou de interesse estratégico do



município a pensar na melhoria da qualidade de vida dos cidadãos do Concelho de Mafra.

Atentos os considerandos supra explanados, proponho que a Câmara Municipal de Mafra:

1. Nos termos da alínea m), do n.º 1, do artigo 25.º e da alínea ccc), do n.º 1, do artigo 33.º, ambos, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, conjugadas com a disposição contida no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro, delibere submeter à aprovação da Assembleia Municipal a adequação da estrutura nuclear e a definição do número máximo de unidades flexíveis e de subunidades orgânicas nos termos seguintes, mantendo o modelo de estrutura hierarquizada:

Estrutura Nuclear:

- a) Departamento de Administração Geral e Finanças;
- b) Departamento de Urbanismo, Obras Municipais e Ambiente;
- c) Departamento de Desenvolvimento Sócio-Económico.

As competências de cada Departamento constam do Anexo I

Número máximo de Unidades Orgânicas Flexíveis: 10

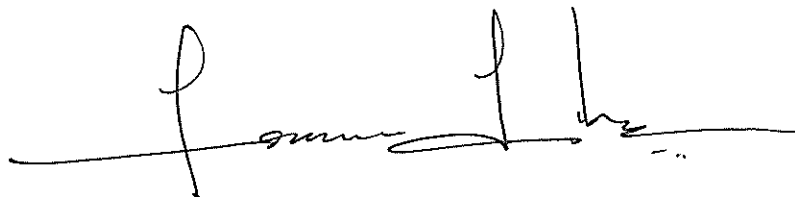
Número máximo de Subunidades Orgânicas: 15

2. Nos termos do artigo 24º da Lei nº 49/2012, de 29 de Agosto, delibere submeter, ainda, à aprovação da Assembleia Municipal a manutenção da atribuição de despesas de representação aos titulares dos cargos de direcção intermédia de 1º e 2º graus da Câmara Municipal de Mafra, nos montantes fixados conforme previsão do nº 1 do mesmo articulado.

3. Nos termos do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro, delibere aprovar a adequação da estrutura orgânica dos serviços municipais, conforme Regulamento de Organização dos Serviços do Município de Mafra e correspondente organograma, os quais constituem o Anexo II, ficando a eficácia desta deliberação condicionada à aprovação da proposta a que se reporta o ponto nº 1, pela Assembleia Municipal.

Mafra, 09 de Dezembro de 2013.

O Presidente da Câmara Municipal,



(Hélder Sousa Silva)

ANEXO I

ESTRUTURA NUCLEAR DOS SERVIÇOS DO MUNICÍPIO DE MAFRA

Estrutura Nuclear dos Serviços do Município de Mafra

Artigo 1.º

Unidades Orgânicas Nucleares

O Município de Mafra, para prossecução das atribuições que legalmente lhe cabem, define que a estrutura nuclear dos serviços é composta pelas seguintes unidades orgânicas nucleares — departamentos:

- a)** Departamento de Administração Geral e Finanças;
- b)** Departamento de Urbanismo, Obras Municipais e Ambiente;
- c)** Departamento de Desenvolvimento Sócio-Económico;

Artigo 2.º

Competências comuns das Unidades Orgânicas Nucleares

Constituem competências comuns a todas as Unidades Orgânicas Nucleares:

- a)** Elaborar e submeter à aprovação da Câmara Municipal os regulamentos, normas e instruções necessários ao exercício da sua actividade;
- b)** Preparar as propostas a submeter a deliberação da Câmara Municipal e assegurar a sua execução;
- c)** Garantir a execução dos despachos do Presidente e/ou Vereadores com competências delegadas;
- d)** Elaborar o plano de actividades e orçamento do Departamento e respectivas unidades orgânicas, controlar a sua execução com relatórios de acompanhamento periódicos;
- e)** Produzir os indicadores de gestão necessários à actividade do Departamento e contribuir para a definição dos indicadores operacionais de desempenho que permitam suportar a tomada de decisões e realizar o seu acompanhamento e actualização periódicos;

- f) Elaborar estatísticas e informações, nomeadamente as que forem solicitadas pelo executivo ou resultem de imperativo legal;
- g) Gerir eficazmente os recursos humanos afectos ao Departamento, controlando a sua produtividade, promovendo a sua formação contínua, e verificando o cumprimento das tarefas atribuídas aos mesmos bem como dos demais deveres definidos por lei;
- h) Consolidar a aplicação do SIADAP, desenvolvendo objectivos para avaliar, responsabilizar e reconhecer o desempenho dos serviços, dos dirigentes e demais colaboradores, potenciando o trabalho em equipa e a identificação das necessidades de formação e de desenvolvimento;
- i) Praticar os actos necessários à cobrança de receitas da Autarquia, designadamente as taxas municipais;
- j) Consolidar o Sistema de Gestão da Qualidade, para que os serviços da Autarquia sejam orientados a manterem uma percepção evolutiva de qualidade em todos os processos organizacionais.

Artigo 3.º

Departamento de Administração Geral e Finanças

No exercício da sua actividade compete ao Departamento de Administração Geral e Finanças:

- a) Apoiar o executivo na concepção e implementação de políticas e estratégias, marca e comunicação.
- b) Assegurar a coordenação do expediente e do atendimento ao público pelos serviços municipais e a optimização do registo e circuito interno dos documentos;
- c) Promover o bom funcionamento e eficaz gestão dos serviços do departamento, em prol da administração municipal;
- d) Divulgar periodicamente pelos serviços municipais a publicação de normas legais e regulamentares, bem como pareceres jurídicos a adoptar com carácter vinculativo;

- e)** Dirigir de modo integrado as actividades de natureza jurídica e contenciosa;
- f)** Apoiar juridicamente os órgãos e serviços municipais;
- g)** Assegurar a preparação dos actos notariais em que o Município seja parte e apoiar a formalização de contratos, protocolos e outros instrumentos jurídico administrativos;
- h)** Assegurar o exercício do patrocínio judiciário do Município e respectivos órgãos;
- i)** Assegurar o cumprimento das atribuições municipais no âmbito dos processos de execução fiscal;
- j)** Promover a homogeneização da aplicação das normas legais e regulamentares pelos serviços municipais;
- k)** Coordenar, planificar e desenvolver de forma integrada as actividades que se enquadrem nos domínios da gestão económica, financeira e patrimonial;
- l)** Coordenar a elaboração dos projectos dos documentos de gestão previsionais e controlar a respectiva execução;
- m)** Proceder à avaliação das acções planeadas, coordenando a elaboração do projecto de relatório anual de actividades;
- n)** Coordenar a elaboração e a apresentação dos documentos previsionais e de prestação de contas e do relatório de gestão do município;
- o)** Accionar os mecanismos de financiamento público nacionais e comunitários com vista ao desenvolvimento de projectos de interesse municipal;
- p)** Adoptar procedimentos de controlo que contribuam para assegurar o desenvolvimento das actividades de forma ordenada e eficiente, incluindo a salvaguarda dos activos, a exactidão e a integridade dos registos contabilísticos e a preparação oportuna de informação financeira fiável;
- q)** Promover a realização de tarefas de controlo metrológico da competência do município;

- r) Apurar as despesas e proveitos de todos os centros de custo afectos a todos os Departamentos;
- s) Assegurar o funcionamento do sistema de contabilidade respeitando as considerações técnicas, os princípios e regras contabilísticos;
- t) Contribuir para a prevenção e detecção de situações de não conformidade quer do ponto de vista da legalidade, quer dos métodos e procedimentos definidos pela Câmara, elaborando relatórios sobre a validade e regularidade dos registos contabilísticos;
- u) Assegurar todas as actividades relacionadas com a gestão dos recursos Humanos;
- v) Garantir a aplicação do sistema integrado de gestão e avaliação de desempenho, contribuindo para a criação de uma cultura de melhoria contínua, baseada na monitorização sistemática do desempenho e orientada para a obtenção de resultados;
- w) Assegurar a promoção das actividades relativas à saúde ocupacional e à higiene e segurança dos colaboradores.

Artigo 4.º

Departamento de Urbanismo, Obras Municipais e Ambiente

No exercício da sua actividade compete ao Departamento de Urbanismo, Obras Municipais e Ambiente:

- a) Orientar, coordenar e promover os estudos e trabalhos de planeamento urbanístico e ordenamento do território municipal;
- b) Coordenar as propostas de desenvolvimento urbanístico da iniciativa pública e privada;
- c) Projectar, executar e fiscalizar todas as obras desenvolvidas pelo Município;
- d) Assegurar a construção, recepção e beneficiação de infra-estruturas, bem como de edifícios da propriedade do município;
- e) Assegurar, sob controlo dos serviços respectivos a existência de material necessário à execução das obras a cargo da Câmara, especialmente no que respeita à execução por administração directa;

- f)** Assegurar a criação, protecção e gestão de zonas verdes da responsabilidade do município, bem como a protecção do ambiente;
- g)** Orientar, coordenar e promover a actividade relacionada com a gestão urbanística, designadamente a actividade licenciadora e fiscalizadora, relacionada com operações urbanísticas;
- h)** Assegurar a interligação, coordenação e fiscalização técnica das actividades promovidas pelas empresas a quem tenham sido adjudicadas, concessionadas ou transferidas actividades ou serviços por parte da Câmara;

Artigo 5.º

Departamento de Desenvolvimento Sócio-Económico

No exercício da sua actividade compete ao Departamento de Desenvolvimento Sócio-Económico:

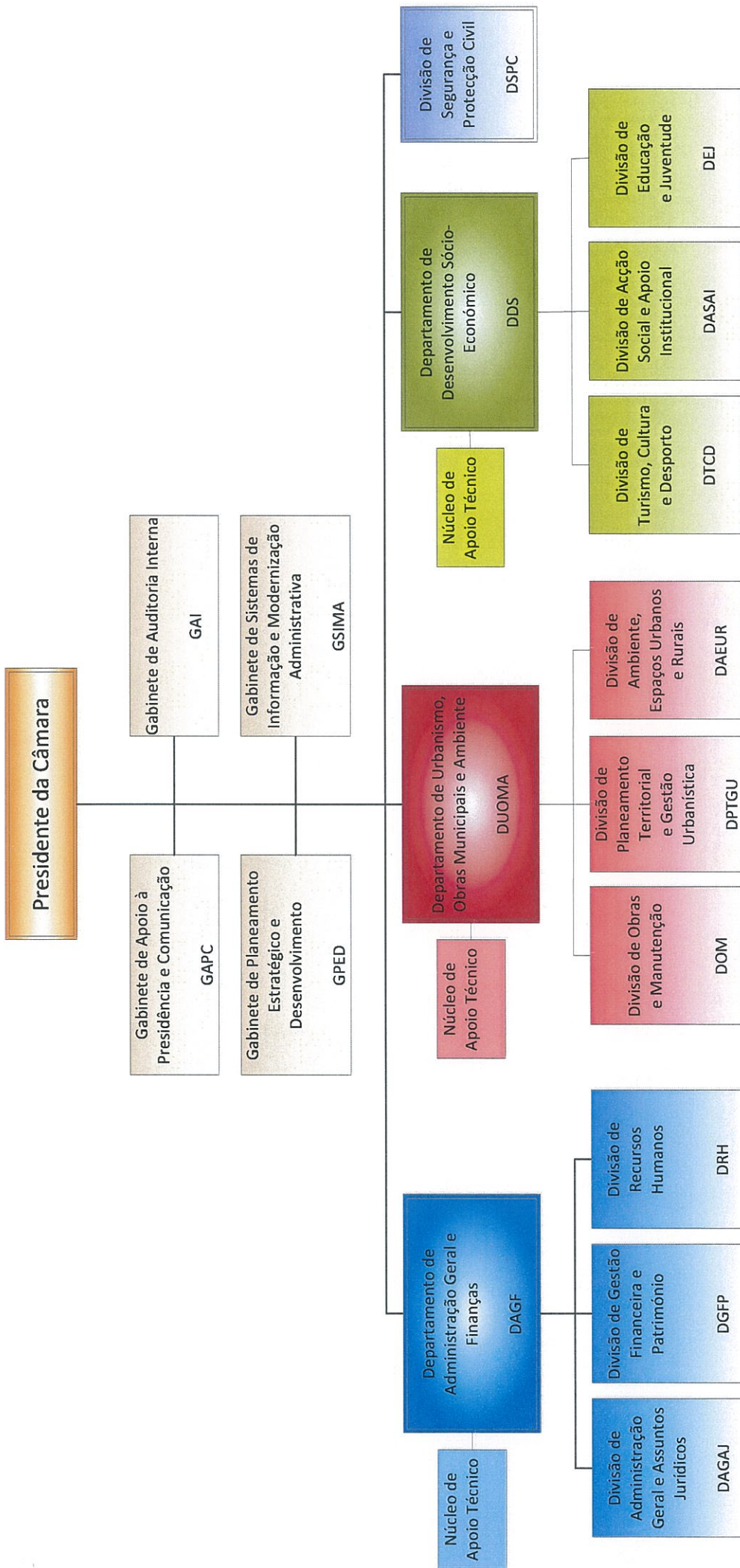
- a)** Promover o desenvolvimento sócio-económico de forma multisectorial e integrada, através do planeamento, coordenação e execução dos planos, programas e projectos, nas áreas da educação, acção social, desporto, juventude, cultura e turismo no Concelho de Mafra e, de forma interactiva, com populações de outras áreas geográficas;
- b)** Desenvolver e colaborar na elaboração de diagnósticos nas áreas do Departamento, que permitam a definição de políticas e a implementação de programas e medidas nas referidas áreas.
- c)** Propor a criação de infra-estruturas de apoio à educação, acção social, desporto, juventude, cultura e turismo, sustentando as diversas propostas nos estudos da situação referidos na alínea anterior, bem como em indicadores nacionais e locais de referência;
- d)** Gerir eficiente e eficazmente a utilização e funcionamento das infra-estruturas de apoio à educação, acção social, desporto, juventude, cultura, turismo, bibliotecas e arquivo municipal;
- e)** Cooperar, com outras instituições públicas ou privadas implantadas no concelho, no âmbito da educação, acção social, desporto, juventude, cultura,

turismo, bibliotecas e arquivo municipal, de modo a potenciar o desenvolvimento sócio-económico do concelho;

- f)** Garantir o cumprimento das orientações estratégicas para as áreas de abrangência do Departamento, assegurando a concretização da política social do município, com vista à promoção da qualidade de vida e do bem-estar dos munícipes.

ANEXO II
REGULAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS, ESTRUTURA E COMPETÊNCIAS
ROSMEC

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA



[Assinatura]

**REGULAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS,
ESTRUTURA E COMPETÊNCIAS
ROSMEC**

Nota Justificativa

Ao abrigo do regime jurídico estabelecido no Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro e na Lei n.º 49/2012, de 29 de Agosto, o Município de Mafra procede à adequação da estrutura orgânica dos seus serviços, visando uma cultura orientada para a eficiência, desburocratização, modernização e qualidade no âmbito de uma administração aberta e participativa com racionalização e optimização dos meios humanos e materiais disponíveis.

A reestruturação que agora se preconiza, mantendo a redução de dirigentes municipais, legalmente prevista na citada Lei n.º 49/2012, de 29 de Agosto, e já operada na última modificação da estrutura orgânica, datada de Dezembro de 2012, prevê a alteração e aglutinação de alguns serviços e estruturas já existentes, permitindo enfatizar determinadas áreas que se consideram fundamentais da actividade municipal, tendo em conta, nomeadamente, o actual contexto sócio-económico, sem prejuízo da concomitante redução de custos que se impõe concretizar.

Neste novo enquadramento organizacional mantêm-se o equilíbrio na distribuição de funções, a concentração de meios em funções de suporte, com recurso crescente a novas tecnologias e a focalização em áreas de expansão ou de interesse estratégico do município a pensar na melhoria da qualidade de vida dos cidadãos do Concelho de Mafra.

Assim, nos termos da alínea m) do n.º 1 do artigo 25.º e da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, conjugadas com as disposições contidas nos artigos 6.º e 7.º do Decreto -Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro e, ainda, do n.º 7 do artigo 25.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de Agosto, é aprovado o Regulamento de Organização dos Serviços do Município de Mafra.

CAPÍTULO I

Âmbito, objectivos, princípios e normas de actuação dos serviços municipais

Artigo 1.º

Âmbito de aplicação

1. O presente Regulamento define os objectivos, a organização e os níveis de actuação dos serviços da Câmara Municipal de Mafra, bem como os princípios que os regem e estabelece os níveis de hierarquia que articulam aqueles serviços municipais e o respectivo funcionamento.
2. O presente Regulamento aplica-se a todos os serviços da Câmara Municipal.

Artigo 2.º

Da Estrutura Organizacional

1. Os serviços do Município organizam-se internamente de acordo com o modelo de estrutura hierarquizada, previsto nos artigos 9.º, n.º 1, alínea a) e 10.º, ambos do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro.
2. O modelo de estrutura hierarquizada compreende:
 - a) Estrutura nuclear — composta por unidades orgânicas nucleares — departamentos municipais, cuja designação e respectivas atribuições são definidas no presente regulamento, na sequência de deliberação da Assembleia Municipal;
 - b) Estrutura flexível — composta por unidades orgânicas flexíveis — divisões municipais, cuja designação e respectivas atribuições são definidas no presente regulamento, na sequência de deliberação da Câmara Municipal, mediante proposta do Presidente, tendo em conta os limites igualmente ali fixados;
 - c) Quando estejam predominantemente em causa funções de natureza executiva, podem ser criadas, no âmbito das unidades orgânicas flexíveis, subunidades orgânicas coordenadas por um coordenador técnico, por despacho do Presidente da Câmara, tendo em conta os limites fixados no presente regulamento.

Artigo 3.º

Objectivos fundamentais

1. No desempenho das funções em que ficam investidos por força deste Regulamento e daquelas que, posteriormente, lhes forem atribuídas, os serviços municipais devem subordinar-se, designadamente, aos seguintes objectivos:
 - a) Prossecução eficiente das directrizes definidas pelos Órgãos Municipais, designadamente as constantes nos Planos de Actividades ou instrumentos previsionais em vigor;
 - b) Optimização dos índices, quantitativos e qualificativos da prestação de serviços às populações, por forma a assegurar a defesa dos seus legítimos direitos e a satisfação das suas necessidades e aspirações daquelas;
 - c) Prossecução do interesse público, no respeito pelos direitos dos cidadãos, observando-se os princípios da eficiência, desburocratização e da administração aberta, permitindo e incentivando a participação dos cidadãos;
 - d) Utilização racional, eficiente e eficaz dos recursos disponíveis;
 - e) A dignificação pessoal e valorização profissional, bem como a responsabilização dos seus trabalhadores;
 - f) A dinamização e procura da participação organizada do cidadão e dos agentes socioeconómicos do município nos processos de tomada de decisão e nas actividades municipais;
 - g) Aumento do prestígio e dignificação da administração local.

Artigo 4.º

Princípios gerais de gestão dos serviços

1. No desempenho das suas atribuições e competências, os serviços municipais funcionarão subordinados aos seguintes princípios:
 - a) Eficácia;
 - b) Planeamento;
 - c) Coordenação e cooperação;
 - d) Controlo e responsabilização;

- e) Qualidade, inovação e modernização;
- f) Gestão por objectivos.

Artigo 5.º

Princípio da eficácia

A administração municipal organizar-se-á para que a aplicação dos meios disponíveis à prossecução do interesse público municipal seja efectuada de acordo com modelos de racionalidade de gestão.

Artigo 6.º

Princípio do planeamento

1. A acção dos serviços municipais será referenciada ao planeamento geral e este, por sua vez, à planificação estratégica, todos definidos pelos órgãos autárquicos em conformidade com a legislação em vigor.
2. Na elaboração dos instrumentos de planeamento e programação devem colaborar todos os serviços municipais, promovendo a recolha e registo de toda a informação que permita não só uma melhor definição de prioridades das acções, bem como uma adequada realização física e financeira.
3. Para além do controlo exercido pela direcção política do município, os serviços deverão criar os seus próprios mecanismos de acompanhamento da execução do plano, elaborando relatórios anuais sobre os níveis de execução atingidos, os resultados das acções concluídas e os bloqueamentos constatados.
4. São considerados instrumentos de planeamento, programação e controlo, sem prejuízo de outros que venham a ser definidos, os seguintes:
 - a) Plano Director Municipal;
 - b) Outros Planos Municipais de Ordenamento do Território;
 - c) Planos anuais ou plurianuais de investimento;
 - d) Orçamentos anuais ou plurianuais;
 - e) Relatórios de actividades.

Artigo 7.º

Princípio da coordenação e cooperação

1. As actividades dos serviços municipais, especialmente aquelas que se referem à execução dos planos e programas de actividades, serão objecto de coordenação aos diferentes níveis.
2. A coordenação interdepartamental deverá ser assegurada de modo regular e sistemático, em reuniões de coordenação geral de serviços, a realizar periodicamente, podendo, também, ser decidida a criação de grupos de trabalho, com objectivos definidos e que envolvam a acção conjugada de diferentes departamentos.
3. A coordenação intersectorial no âmbito de cada departamento deve ser preocupação permanente, cabendo à direcção técnico administrativa dos departamentos, em colaboração com as chefias da divisão, realizar reuniões de trabalho para estudo e discussão de propostas de acções concertadas.
4. Os responsáveis pelos serviços municipais deverão dar conhecimento das propostas de trabalho à direcção política com vista à sua alteração, caso a caso.

Artigo 8.º

Princípio do controlo e da responsabilização

1. O controlo deverá assumir-se como uma actividade permanente consistindo na comparação dos resultados obtidos com os objectivos previamente fixados, no relacionamento dos meios e dos métodos usados com os resultados e na análise dos meios e dos métodos em função dos referidos objectivos.
2. O controlo, implicando o estabelecimento de uma relação social entre controlador e controlado, deverá constituir uma via de esclarecimento dos serviços municipais e deverá ser levado a cabo por todos os funcionários, servindo a respectiva cadeia hierárquica.
3. Os dirigentes dos serviços municipais deverão assumir um papel relevante em todo o processo de gestão autárquica, cabendo-lhes responsabilidades técnicas, de gestão e de liderança.

Artigo 9.º

Princípio da qualidade, da inovação e da modernização

Os responsáveis pelos serviços deverão promover a qualidade, a inovação e a modernização, através da contínua introdução de soluções que permitam a racionalização, desburocratização

e o aumento da produtividade e que conduzam à elevação da qualidade dos serviços prestados à população.

Artigo 10.º

Princípio da gestão por objectivos

A gestão por objectivos deverá pautar-se pelo enfoque na definição estratégica de índices de desempenho, bem como nos resultados a atingir, e no uso racional e eficaz dos recursos disponíveis, com base nas orientações definidas nos instrumentos fundamentais do planeamento municipal.

Artigo 11.º

Dever de informação

1. Os trabalhadores têm o dever de conhecer as decisões e deliberações tomadas pelos órgãos do município nos assuntos referentes às competências das unidades orgânicas em que se integram.
2. Aos titulares dos cargos de direcção compete instituir as formas mais adequadas de divulgar as deliberações e decisões dos órgãos do município.

Artigo 12.º

Missão

A Câmara Municipal de Mafra tem por missão a prestação do serviço público com excelência, qualidade, eficiência e eficácia, numa óptica de responsabilidade e compromisso com esse mesmo serviço.

No cumprimento desta missão, utiliza critérios de rigor, transparência e integridade, tendo em vista o desenvolvimento do Concelho de Mafra e a satisfação dos munícipes, colaboradores e funcionários da Câmara Municipal de Mafra.

Suportada nos **Valores**:

- O sentido público de serviço à população e aos cidadãos;
- O respeito absoluto pela legalidade, pela igualdade de tratamento de todos os cidadãos e pelos direitos e interesses destes, protegidos por lei;
- A transparência, diálogo e participação, expressas numa atitude permanente de interacção com as populações;
- A qualidade, inovação e procura da contínua introdução de soluções inovadoras, capazes de permitir a racionalização e desburocratização e o aumento da produtividade na prestação dos serviços à população;

- A qualidade de gestão assente em critérios técnicos, humanos, económicos e financeiros eficazes.

CAPÍTULO II

Enquadramento, estrutura e competências dos serviços

Artigo 13.º

Enquadramento das estruturas formais

1. O enquadramento institucional obedecerá à seguinte estrutura:
 - a) Um nível político estratégico, sob a responsabilidade directa do executivo e mediante o contributo dos departamentos municipais, na concepção e materialização das grandes orientações;
 - b) Um nível operacional, sob a responsabilidade dos departamentos e divisões que concretizam as orientações operacionais.
2. Os serviços organizam-se de acordo com a estrutura das seguintes categorias de unidades orgânicas de carácter permanente:
 - a) Departamentos, que são unidades orgânicas de carácter permanente, aglutinadoras de competências de âmbito operacional e instrumental, integradas numa determinada área sectorial ou de suporte de actuação municipal;
 - b) Divisões, que são unidades orgânicas de carácter flexível, aglutinadoras de competências de âmbito operacional e instrumental, integradas numa determinada área funcional de actuação municipal.

Artigo 14.º

Enquadramento das subunidades

1. As subunidades organizam-se, no âmbito do apoio à gestão e actividades operativas, em gabinetes, serviços, áreas e núcleos.
2. As subunidades são criadas por despacho do Presidente da Câmara, para a qual pode nomear um coordenador nos termos da lei e deste regulamento.

Artigo 15.º

Estrutura Nuclear dos serviços

1. Para prossecução das suas atribuições, a Câmara Municipal de Mafra dispõe, segundo o organograma que consta do anexo ao presente regulamento, dos seguintes Serviços Municipais:

- a) Gabinete de Apoio à Presidência e Comunicação (GAPC);**
- b) Gabinete de Planeamento Estratégico e Desenvolvimento (GPED);**
- c) Gabinete de Auditoria Interna (GAI);**
- d) Gabinete de Sistemas de Informação e Modernização Administrativa (GSIMA).**
- e) Departamento de Administração Geral e Finanças (DAGF):**
 - i) Divisão de Administração Geral e Assuntos Jurídicos (DAGAJ);**
 - ii) Divisão de Gestão Financeira e Património (DGFP);**
 - iii) Divisão de Recursos Humanos (DRH);**
 - iv) Núcleo de Apoio Técnico (NAT).**
- f) Departamento de Urbanismo, Obras Municipais e Ambiente (DUOMA);**
 - i) Divisão de Obras e Manutenção (DOM);**
 - ii) Divisão de Planeamento Territorial e Gestão Urbanística (DPTGU);**
 - iii) Divisão de Ambiente, Espaços Urbanos e Rurais (DAEUR);**
 - iv) Núcleo de Apoio Técnico (NAT).**
- g) Departamento de Desenvolvimento Sócio-Económico (DDS):**
 - i) Divisão de Turismo, Cultura e Desporto (DTCD);**
 - ii) Divisão de Acção Social e de Apoio Institucional (DASAI)**
 - iii) Divisão de Educação e Juventude (DEJ);**
 - iv) Núcleo de Apoio Técnico (NAT).**
- h) Divisão de Segurança e Protecção Civil (DSPC);**

Artigo 16.º

Competências e funções comuns dos serviços

1. São competências e funções de todos os serviços municipais, genericamente:
 - a) Elaborar e submeter a aprovação superior projectos de normas e circulares que julgarem necessárias ao correcto exercício das suas funções;
 - b) Assegurar a correcta execução das tarefas dentro dos prazos determinados;
 - c) Remeter ao arquivo geral, nos prazos regulamentares, os documentos e processos e manter organizados e actualizados os arquivos sectoriais;
 - d) Assegurar a execução das deliberações da Assembleia Municipal e da Câmara Municipal, dos despachos do presidente da Câmara, bem como dos vereadores ou dos dirigentes com poderes para tanto, em matéria dos respectivos serviços;
 - e) Assegurar a interligação necessária entre os diferentes serviços, bem como a circulação de informação, com vista ao bom funcionamento dos serviços;
 - f) Observar escrupulosamente a disciplina legal ou regulamentar dos procedimentos administrativos, comuns ou especiais, em que intervenham;
 - g) Zelar pelo cumprimento dos documentos do sistema de gestão da Qualidade, nomeadamente procedimentos e instruções de trabalho;
 - h) Identificar riscos iminentes às actividades desenvolvidas, propondo medidas a integrar o Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, incluindo os de Corrupção e Infracções Conexas, implementar e monitorizar as acções propostas reportando trimestralmente o estado de execução à equipa multidisciplinar designada para o efeito.
2. Além das competências genéricas previstas no número anterior e das competências específicas estabelecidas para cada unidade orgânica, compete-lhes ainda exercer as demais funções, procedimentos, tarefas ou atribuições que lhes forem cometidos por lei, norma, regulamento, deliberação, despacho ou determinação superiores.

Artigo 17.º

Competências comuns aos directores de departamento

1. Nos termos do estatuto do pessoal dirigente compete, genericamente, ao director de departamento municipal:

- a) Definir os objectivos de actuação da unidade orgânica que dirige, tendo em conta as orientações e os objectivos gerais estabelecidos;
 - b) Orientar, controlar, avaliar o desempenho e a eficiência dos serviços dependentes com vista à execução dos planos de actividades, e à prossecução dos resultados obtidos e a alcançar;
 - c) Dirigir, garantindo a coordenação das actividades e a qualidade técnica da prestação dos serviços na sua dependência;
 - d) Coordenar a elaboração da proposta dos documentos de gestão previsionais do departamento;
 - e) Gerir com rigor e eficiência os recursos humanos e tecnológicos afectos à sua unidade orgânica, optimizando os meios e adoptando medidas que permitam eliminar rotinas, simplificar e acelerar processos e promover a aproximação à sociedade e a outros serviços públicos;
 - f) Participar na definição e implementação das políticas e programas no âmbito da Gestão da Qualidade e da modernização dos serviços, tendo em vista a melhoria contínua do desempenho dos mesmos, nomeadamente prestando apoio na divulgação e dinamização das acções de melhoria identificadas para as suas unidades orgânicas.
2. Além das competências genéricas previstas no número anterior e das competências específicas, compete-lhes ainda exercer as demais funções, procedimentos, tarefas ou atribuições que lhes forem cometidos por lei, norma, regulamento, deliberação, despacho ou determinação superiores.

Artigo 18.º

Competências comuns aos chefes de divisão

1. Nos termos do estatuto do pessoal dirigente compete, genericamente, ao chefe de divisão municipal:
 - a) Assegurar a qualidade técnica do trabalho produzido na sua unidade orgânica e dos tempos de resposta relativos ao mesmo;
 - b) Efectuar o acompanhamento profissional no local de trabalho, transmitindo aos funcionários e outros trabalhadores os conhecimentos e aptidões profissionais necessários ao exercício do respectivo posto de trabalho, bem como os procedimentos mais adequados ao incremento da qualidade do serviço a prestar;

- c) Divulgar junto dos funcionários e demais trabalhadores os documentos internos e as normas de procedimentos a adoptar pelo serviço, bem como debater e esclarecer as acções a desenvolver para cumprimento dos objectivos do serviço, de forma a conseguir a assunção de responsabilidades por parte dos funcionários;
 - d) Proceder de forma objectiva à avaliação do mérito dos funcionários, em função dos resultados individuais e de grupo e à forma como cada um se empenha na prossecução dos objectivos e no espírito de equipa;
 - e) Identificar as necessidades de formação específica dos funcionários e outros trabalhadores da sua unidade orgânica e propor a frequência das acções de formação consideradas adequadas ao suprimento das referidas necessidades;
 - f) Proceder ao controle efectivo da assiduidade, pontualidade e cumprimento do período normal de trabalho por parte dos funcionários e outros trabalhadores da sua unidade orgânica;
 - g) Participar na definição e implementação das políticas e dos programas da qualidade e da modernização, tendo em vista a melhoria contínua do desempenho e da qualidade do serviço prestado.
2. Além das competências genéricas previstas no número anterior e das competências específicas, compete-lhes ainda exercer as demais funções, procedimentos, tarefas ou atribuições que lhes forem cometidos por lei, norma, regulamento, deliberação, despacho ou determinações superiores.

Artigo 19.º

Sistema de Gestão da Qualidade

Aos intervenientes em acções no âmbito do Sistema Gestão da Qualidade compete, genericamente, promover a implementação de um sistema de gestão da qualidade, privilegiando a desburocratização dos procedimentos bem como a redução de tempos de espera, simplificando formalidades não essenciais com vista à optimizando dos resultados, bem como promover a concepção e implementação de novas técnicas e metodologias de trabalho alinhadas com a modernização administrativa dos serviços municipais.

CAPÍTULO III

Gabinetes de Apoio ao Executivo

Artigo 20.º

Gabinete de Apoio à Presidência e Comunicação

- 1.** O Gabinete de Apoio à Presidência e Comunicação, designado abreviadamente por GAPC, é a estrutura de apoio directo ao Presidente da Câmara no desempenho das suas funções.
- 2.** Ao Gabinete de Apoio à Presidência e Comunicação, adiante designado abreviadamente por GAPC, compete:

2.1. Na área de Apoio à Presidência:

- a)** Assegurar a assessoria política, técnica e administrativa ao Presidente da Câmara;
- b)** Assegurar as funções de protocolo nas cerimónias e actos oficiais;
- c)** Assegurar a representação do Presidente nos actos que este determinar;
- d)** Promover os contactos com os gabinetes dos vereadores e com a assembleia municipal;
- e)** Assegurar o desenvolvimento das relações institucionais com os órgãos e estruturas do poder central, regional e local e outras entidades públicas e privadas;
- f)** Coordenar e dinamizar as relações institucionais do município com entidades e organizações internacionais, públicas e privadas.
- g)** Preparar contactos exteriores, organizar agenda, marcando as reuniões com entidades externas e com os diversos responsáveis dos serviços municipais, e assegurar a correspondência protocolar.

2.2. Na área de Comunicação:

- a)** Promover a imagem pública dos serviços municipais e do concelho de Mafra;
- b)** Estabelecer plataformas de comunicação entre os munícipes e o município, estimulando o diálogo permanente e a co-responsabilização colectiva, por um lado, e a constante adequação e elevação da qualidade dos serviços prestados, por outro;
- c)** Assegurar o relacionamento público da autarquia com os órgãos de comunicação social;
- d)** Organizar a recolha e difusão de notícias publicadas nos órgãos de comunicação social de âmbito local e nacional que tenham interesse para conhecimento dos órgãos e dos serviços do município;

- e) Promover a elaboração, publicação e distribuição de publicações periódicas municipais;
- f) Assegurar a actualização permanente da página electrónica da Câmara Municipal, introduzindo ainda novas funcionalidades que beneficiem a acessibilidade dos utilizadores aos serviços prestados pelo município;
- g) Coordenar a elaboração, publicação e distribuição de suportes de comunicação de variada tipologia sobre as actividades periódicas do município, em cooperação com os restantes serviços municipais, de modo a motivar a participação dos cidadãos;
- h) Promover a publicação, nos órgãos de comunicação social de âmbito local e regional, de todos os actos municipais dotados de eficácia externa;
- i) Gerir a base de dados referente aos contactos de todas as entidades públicas e privadas de interesse para o município;
- j) Desenvolver acções de comunicação interna, numa perspectiva de informação, integração e motivação dos funcionários e colaboradores municipais, em articulação com a Divisão de Recursos Humanos;
- k) Prestar assessoria na área das relações internacionais, nomeadamente promover, gerir e executar todas as iniciativas nascidas no âmbito dos protocolos de geminação e de outras parcerias;
- l) Organizar as deslocações oficiais dos eleitos municipais e a recepção e estada de convidados oficiais do município;
- m) Assegurar o registo fotográfico dos eventos organizados pela autarquia e a manutenção do respectivo arquivo digital;
- n) Gerir a rede de estruturas publicitárias de grandes dimensões colocadas em vários locais de visibilidade do concelho de Mafra;
- o) Apoiar a realização de iniciativas promocionais para o concelho.

Artigo 21.º

Gabinete de Planeamento Estratégico e Desenvolvimento

1. O Gabinete de Planeamento Estratégico e Desenvolvimento, designado abreviadamente por GPED, tem por missão contribuir para a definição fundamentada dos objectivos de desenvolvimento e decisões de planeamento estratégico do concelho de Mafra e formulação das respectivas propostas, planos ou orientações estratégicas, no sentido de assegurar a prossecução do processo de desenvolvimento e planeamento do concelho, nos âmbitos sócio-económico e sectorial, a diferentes escalas.

2

2. Ao Gabinete de Planeamento Estratégico e Desenvolvimento compete:
 - a) Apoiar o Executivo Municipal na concepção e implementação de estratégias de desenvolvimento da atractividade do concelho, nomeadamente através da identificação e integração de recursos disponíveis numa lógica de produção de valor económico e social;
 - b) Desenvolver parcerias com outras entidades no sentido de mobilização de agentes para a captação de investimento;
 - c) Desenvolver iniciativas de promoção do empreendedorismo e criação de emprego;
 - d) Promover a aplicação de metodologias de envolvimento do Cidadão, empresas e trabalhadores do Município no desenvolvimento e avaliação de políticas, programas e acções municipais;
 - e) Promover e desenvolver o relacionamento e cooperação internacionais com entidades públicas ou privadas, de acordo com as orientações estratégicas definidas pelo executivo;
 - f) Promover a informação detalhada sobre todos os programas e mecanismos de financiamento público, nacionais e comunitários, susceptíveis de serem accionados com vista ao financiamento de projectos de interesse municipal.

Artigo 22.º

Gabinete de Auditoria Interna

1. O Gabinete de Auditoria Interna, designado abreviadamente por GAI, é o serviço de assessoria que tem por missão identificar e avaliar as actuais ou potenciais situações de risco e verificar a adequação e a eficácia do sistema de controlo interno instituído pelos órgãos competentes, com vista a assegurar o cumprimento das disposições legais e regulamentares e a prossecução dos objectivos fixados.
2. Ao Gabinete de Auditoria Interna compete:
 - 2.1. Na área de **Auditoria**:
 - a) Elaborar a proposta de programa anual de auditorias;
 - b) Realizar auditorias financeiras e de gestão, auditorias operacionais e de conformidade legal e regulamentar, no âmbito da actividade desenvolvida pelos serviços do Município;
 - c) Acompanhar acções inspectivas promovidas por entidade da tutela, bem como auditorias financeiras e de gestão externas, nomeadamente, a auditoria às contas da Câmara Municipal, prevista na Lei das Finanças Locais, analisar os respectivos relatórios e propor a aplicação das eventuais medidas preconizadas;
 - d) Zelar e verificar o cumprimento da aplicação de leis, regulamentos e outras normas vigentes, verificar a suficiência, a exactidão e regularidade dos processos de

arrecadação de receitas e de realização de despesas e respectivos registos contabilísticos, produzindo recomendações sobre medidas e acções correctivas que se justifiquem;

- e) Monitorizar a aplicação da norma de controlo interno e informar sobre o funcionamento dos respectivos procedimentos e das deficiências constatadas;
- f) Acompanhar a aplicação do plano municipal de Prevenção de Riscos de Gestão, Incluindo os Riscos de Corrupção e Infracções Conexas, verificar o seu cumprimento e propor as medidas correctivas que se afigurem adequadas;
- g) Elaborar o Manual de Auditoria Interna.

2.2. Na área da **Qualidade**:

- a) Dinamizar e evidenciar a melhoria contínua e a qualidade dos serviços bem como a satisfação fomentando e promovendo a política da qualidade e a proximidade com os clientes (Munícipes/utentes);
- b) Promover a actualização do Manual da Qualidade da autarquia;
- c) Salvaguardar a adequabilidade e a eficácia do Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) assegurando a conformidade dos procedimentos e instruções de trabalho consistentes com a gestão da mudança;
- d) Promover a concretização da política da qualidade assente na racionalização e modernização do funcionamento dos serviços e optimização dos métodos de trabalho, fomentando e melhorando os desempenhos e a desburocratização administrativa;
- e) Acompanhar os objectivos do programa de gestão, controlando a sua implementação, e reportando os resultados trimestralmente;
- f) Acompanhar o tratamento das sugestões de melhoria e das não conformidades;
- g) Garantir a divulgação da documentação do sistema;
- h) Apurar o nível global de satisfação do cliente em relatório anual;
- i) Identificar temáticas e implementar acções para o envolvimento dos colaboradores no SGQ e o fomento de uma cultura de melhoria contínua;
- j) Elaborar anualmente o programa de auditorias da qualidade e garantir a sua execução;
- k) Gerir a bolsa de auditores e restantes recursos necessários à execução do programa referido na alínea anterior;
- l) Dinamizar a Gestão dos Equipamentos de Medição e Melhoria em uso;

- m) Controlar e manter actualizados os documentos no âmbito do sistema de gestão da qualidade;
- n) Representar a câmara municipal, junto da entidade certificadora, designadamente nas auditorias de certificação e acompanhamento;
- o) Reportar os níveis de concretização das actividades do sistema de gestão da qualidade;
- p) Dinamizar as acções de tratamento de não conformidades e de reclamações de munícipes, apoiando cada serviço em termos de ferramentas e métodos de análise, tratamento e divulgação dos dados recolhidos;
- q) Promover iniciativas de divulgação dos conceitos e práticas da qualidade, bem como de acções de sensibilização para a qualidade, quer junto do munícipe, quer junto dos colaboradores da Câmara;
- r) Promover a elaboração e manter actualizado e devidamente aprovado o manual e sistema da qualidade da autarquia;
- s) Promover a divulgação do manual da qualidade a todos os serviços da autarquia;
- t) Com o objectivo de determinar o grau de cumprimento, promover e dirigir as auditorias internas ao sistema de gestão da qualidade;
- u) Preparar e agendar as auditorias externas com o objectivo de obter a certificação ou o registo de conformidade de acordo com os requisitos da ISO 9001;
- v) Monitorização regular do sistema de gestão da qualidade (SGQ), garantindo a sua eficácia e adequabilidade aos objectivos e à política da qualidade.

Artigo 23.º

Gabinete de Sistemas de Informação e Modernização Administrativa (GSIMA)

1. Ao Gabinete de Sistemas de Informação e Modernização Administrativa, adiante designado abreviadamente por GSIMA compete:
 - a) Proceder ao estudo e coordenação de projectos com vista à implementação e gestão de sistemas automatizados de gestão da informação a utilizar ou fornecer pelos serviços do município;
 - b) Conceber, propor a aquisição, actualizar e manter os suportes lógicos que permitam a melhoria da eficiência e da produtividade dos serviços;
 - c) Dinamizar tarefas no âmbito da modernização administrativa;

- d) Executar as tarefas que no âmbito das suas competências lhe sejam superiormente solicitadas;
- e) Chefiar o pessoal que executa as tarefas correspondentes às áreas de actuação do Gabinete, de acordo com os objectivos definidos pela autarquia.

1.1. Na área de Informática:

1.1.1. No âmbito da Gestão de Infra-estrutura Técnica e de Sistemas:

- a) Conceber e manter a infra-estrutura tecnológica, gerir e administrar os sistemas informáticos e assegurar o funcionamento eficiente dos sistemas de comunicações do município.
- b) Assegurar a concepção, administração, manutenção e adequada exploração dos sistemas informáticos centrais, redes de comunicações, sites e bases de dados instalados, incluindo os respectivos sistemas de protecção, segurança e controlo de acesso da sua responsabilidade directa ou atribuídos à exploração de outras entidades;
- c) Assegurar a instalação e actualização da arquitectura tecnológica e da infra-estrutura de comunicações necessárias para suportar o normal funcionamento dos serviços;
- d) Definir e propor os standards tecnológicos a serem adoptados pelo município, zelando pelo seu cumprimento;
- e) Salvaguardar toda a informação centralizada no *Data Center*;
- f) Conceber e aplicar uma política de segurança através designadamente da actualização do plano de recuperação na lógica do *Disaster Recovery*;
- g) Assegurar a integração e gestão dos sistemas municipais de comunicações, compreendendo as redes de voz e dados, rede fixa, rede móvel, via rádio e sistemas de vigilância;
- h) Propor e supervisionar tecnicamente todos os processos de contratação de equipamento, mantendo um registo actualizado dos equipamentos e sistemas centrais instalados;
- i) Realizar projectos de investigação e desenvolvimento que visem a avaliação das tecnologias de comunicações adequadas para o município;
- j) Garantir a conservação e a segurança activa e passiva dos equipamentos informáticos, de acordo com as normas e os procedimentos estabelecidos;
- k) Assegurar os serviços de *helpdesk* tecnológico e apoiar os utilizadores, garantindo a correcta utilização dos equipamentos;

- l) Gerir o parque informático e avaliar as necessidades de utilização e capacidades de funcionamento dos equipamentos;
- m) Assegurar, quando se revelar possível, a compatibilização das aplicações internas com as utilizadas pelas pessoas colectivas em cujo capital ou gestão o município participa;
- n) Elaborar, em articulação com os serviços, a programação plurianual das necessidades de recursos, equipamentos e suportes lógicos;
- o) Participar na contratação de obras e serviços municipais que integrem infra-estruturas de comunicações e equipamento informático.

1.1.2. No âmbito do **Desenvolvimento, Inovação e Sistemas Informáticos:**

- a) Estudar, planear, desenvolver e instalar os sistemas de informação e gestão de conhecimento utilizados pelos serviços, posicionando-se como alavanca da modernização administrativa e tecnológica.
- b) Conceber e implementar o plano de informatização da Câmara;
- c) Gerir o sistema informático;
- d) Identificar projectos inovadores no âmbito dos sistemas e tecnologias de informação e gestão de conhecimento, cuja adopção possa representar um inequívoco valor acrescentado para a actividade dos serviços;
- e) Definir uma estratégia de desenvolvimento dos sistemas de informação que assegure a integração de fluxos vitais de informação e dê resposta às necessidades dos órgãos e serviços municipais;
- f) Gerir e assegurar a instalação do software aplicacional integrado nos sistemas de informação aprovados, promovendo a sua interligação funcional;
- g) Definir e propor os standards aplicacionais a serem adoptados nos serviços, ao nível da sua instalação, utilização, evolução, fiabilidade e segurança;
- h) Assegurar a gestão dos projectos de desenvolvimento;
- i) Promover e disponibilizar as ferramentas adequadas para a exploração do sistema de informação geográfica, desenvolvendo-as em articulação com os serviços;
- j) Colaborar na gestão de conteúdos e fluxos de informação;
- k) Elaborar, em articulação com os serviços, a programação plurianual das necessidades no domínio da informatização;

- l) Colaborar com os serviços camarários na elaboração dos planos de formação, de acordo com os objectivos e metas do processo de informatização e de modernização administrativa;
- m) Colaborar no estabelecimento de parcerias e outras formas de cooperação com entidades externas no domínio dos sistemas de informação;
- n) Elaborar instruções e normas de procedimento, quer relativas à utilização de aplicações, quer à utilização de equipamentos e aplicações, quer aos limites legais sobre o registo de dados pessoais, confidencialidade, reserva e segurança da informação;
- o) Garantir a segurança e a supervisão dos sistemas de informação.

1.2. Na área da Modernização Administrativa, compete:

1.2.1. No âmbito da inovação:

- a) Contribuir para a definição de políticas municipais de apoio aos munícipes e dar-lhes execução através de actividades de informação, formação e orientação com vista à consciencialização dos seus direitos e formas de os garantir, estimulando um maior aproveitamento dos recursos da autarquia;
- b) Prosseguir a simplificação e desburocratização de processos e procedimentos inerentes aos serviços prestados na autarquia;
- c) Centralizar o atendimento, informação e encaminhamento do munícipe para os diversos serviços municipais, respondendo eficazmente a todas as suas solicitações;
- d) Fomentar e desenvolver uma política de qualidade no atendimento presencial, telefónico e electrónico, através da facilitação da relação com o cidadão, da identificação dos funcionários, da eliminação dos tempos de espera e da informação precisa, clara e atempada;

CAPÍTULO IV

Estrutura Flexível

Artigo 24.º

Unidades Orgânicas Flexíveis

- 1.** É fixado em 10 (dez) o número total de unidades orgânicas flexíveis — Divisões Municipais, constituídas nos termos do artigo 7.º alínea a) e do artigo 10.º, n.ºs 3 e 4 do Decreto -Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro.

2. Dentro dos limites previstos no número anterior, é autorizada a criação de uma unidade orgânica flexível não integrada em Departamento.

Artigo 25.º

Subunidades orgânicas

É fixado em 15 (quinze) o número total de subunidades orgânicas, a constituir nos termos do artigo 10.º, n.º 5 do Decreto -Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro.

Artigo 26.º

Divisão de Administração Geral e Assuntos Jurídicos

1. À Divisão de Administração Geral e Assuntos Jurídicos, adiante designada abreviadamente por DAGAJ, a cargo de um chefe de divisão municipal, compete, genericamente:
- a) Dirigir de modo integrado as actividades de atendimento público e administrativo, assegurando a actividade administrativa da Câmara quando nos termos do presente regulamento esta função não estiver cometida a outros serviços;
 - b) Garantir o apoio administrativo que se mostre necessário ao Executivo e seus membros e aos serviços em geral;
 - c) Implementar e desenvolver o correio interno electrónico;
 - d) Organizar e dar sequência a todos os processos administrativos que não sejam da competência de outros serviços ou não disponham de apoio administrativo próprio.
 - e) Superintender o sector da limpeza e o arranjo diário das instalações, mobiliário e equipamentos municipais, zelando pela sua manutenção e conservação;
 - f) Prestar assessoria e consultadoria jurídica aos órgãos autárquicos e serviços municipais;
 - g) Elaborar informações, emitir pareceres técnico-jurídicos e efectuar estudos jurídicos;
 - h) Dar parecer e acompanhar processos gratuitos e contenciosos, nomeadamente os que incidam sobre petições diversas, reclamações, recursos, sindicâncias, inquéritos e estatuto disciplinar;
 - i) Propor a adequada metodologia e acompanhar os processos de expropriação, requisição, constituição de encargo, ónus, responsabilidade ou restrição que sejam pela lei consentidos para o desempenho regular das atribuições do município, até à sua conclusão, em articulação com a área de Património;

- j) Elaborar regulamentos, posturas, contratos e outros instrumentos jurídicos, no âmbito das competências de todos os serviços camarários e com vista à prossecução das atribuições do Município de Mafra, bem como dar todo o apoio jurídico nessas matérias e em processos de parcerias;
 - k) Dar apoio jurídico, em todas as fases, aos processos de ilícito de mera ordenação social e aos processos de execução fiscal;
 - l) Assegurar e concorrer para o aperfeiçoamento técnico jurídico dos actos administrativos municipais;
 - m) Após solicitação dos órgãos e/ou pessoas competentes, fazer o adequado tratamento dos pareceres jurídicos externos considerados necessários, bem como elaborar os que forem pedidos por entidades exteriores, desde que haja permissão legal;
 - n) Elaborar respostas e/ou fornecer elementos solicitados pelos Tribunais, ou por entidades ou autoridades administrativas, que requeiram esclarecimentos jurídicos relativos à actividade da autarquia;
 - o) Dinamizar o conhecimento oportuno de normas e regulamentos essenciais à gestão municipal, bem como as suas alterações ou revogações;
 - p) Assegurar, em articulação com os advogados, o patrocínio nas acções propostas pela Câmara Municipal, ou contra ela, bem como a defesa dos titulares dos órgãos ou funcionários quando sejam demandados em juízo por causa do exercício das suas funções.
 - q) Providenciar a divulgação, pelos membros do executivo municipal e dirigentes municipais da legislação e jurisprudência de interesse para as autarquias;
- 1.1. Na área de apoio aos órgãos autárquicos:**
- a) Assegurar as tarefas administrativas referentes à instalação dos órgãos do município;
 - b) Organizar todo o expediente despachado com destino às reuniões da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal;
 - c) Preparar propostas de deliberação a solicitação dos membros do Executivo;
 - d) Elaborar a ordem de trabalhos contendo os assuntos a serem tratados na reunião respectiva e distribuir a mesma pelos membros do Executivo, Assembleia Municipal e outros;
 - e) Elaborar e difundir as convocatórias da Câmara e da Assembleia Municipal;

- f) Providenciar pela assistência às reuniões e pela redacção e elaboração das respectivas actas, assegurando o secretariado, e ainda pela elaboração de todo o expediente conexo;
 - g) Divulgar as actas da Assembleia e da Câmara Municipal, bem como os correspondentes actos, incluindo os do presidente, destinados a terem eficácia externa;
 - h) Organizar o ficheiro e listagens, por assuntos, dos temas e trabalhos tratados nas reuniões da Câmara Municipal;
 - i) Promover a colaboração com os demais serviços da Administração Pública na prossecução dos censos, do recenseamento eleitoral, bem como de todo o expediente relativo aos actos eleitorais;
 - j) Promover a divulgação pelos serviços das normas internas e demais directivas de carácter genérico;
 - k) Registrar, afixar, publicitar, endereçar e arquivar avisos, editais, anúncios, posturas, regulamentos, ordens de serviço, circulares e despachos genéricos, devidamente numerados sequencialmente;
 - l) Manter continuamente actualizado o registo e arquivo dos documentos referidos na alínea anterior, com vista a uma constante disponibilização dos mesmos para consulta interna ou fornecimento aos administrados.
 - m) Assegurar a elaboração, organização e actualização dos dossiers administrativos de todas as Empresas Municipais, Participadas e outras.
- 1.2.** Na área de **atendimento geral** cabe assegurar o atendimento ao público dos serviços municipais, apoio operacional e optimização do registo e circuito interno dos documentos, nomeadamente:
- a) Receber dos munícipes, os requerimentos e respectivos documentos, atinentes a todos os serviços municipais;
 - b) Recepcionar processos do urbanismo, atribuindo-lhes a respectiva numeração;
 - c) Proceder ao registo de cidadãos comunitários, de acordo com a lei;
 - d) Colaborar com o centro de recrutamento e mobilização relativamente a assuntos militares.
 - e) Recepção e entrega de pedidos de atestados, certidões, licenças e autorizações dos serviços respectivos;
 - f) Emitir documentos de receita;

- g) Receber reclamações e sugestões sobre o funcionamento dos serviços;
- h) Elaborar modelos de documentos relativos aos assuntos tratados pelo Atendimento;
- i) Elaborar, em colaboração com os diversos serviços, estudos conducentes à melhoria do respectivo funcionamento, no que respeita a estruturas, métodos de trabalho e equipamento;
- j) Executar as tarefas inerentes à classificação, distribuição, digitalização e expedição de correspondência e outros documentos, dentro dos prazos respectivos;
- k) Superintender e assegurar o serviço de telefones e de telecópia com o exterior, zelando pela boa manutenção de todo o equipamento afecto à respectiva central;
- l) Superintender e assegurar o serviço de reprografia, nomeadamente, na execução, reprodução e encadernação de documentos e outras tarefas relacionadas, conforme determinações superiores, bem como zelar pela boa manutenção de todo o seu equipamento;
- m) Implementar e desenvolver o correio interno electrónico.

1.3. Na área do Contencioso e Contra-ordenações:

- a) Registrar, formar e instruir os processos gratuitos e os contenciosos;
- b) Organizar e actualizar os ficheiros relativos aos processos e seus movimentos;
- c) Proceder à instrução, análise e conclusão dos processos de expropriação;
- d) Assegurar a elaboração de respostas ou fornecimento de elementos solicitados pelos Tribunais, ou entidades públicas, ou autoridades administrativas, tutelares ou não, que requeiram esclarecimentos jurídicos relativos à actividade da autarquia;
- e) Promover o apoio e o tratamento de todo o expediente que diga respeito ao patrocínio judiciário nas acções propostas pela Câmara ou contra ela, bem como aos mandatários ao serviço do Município;
- f) Assegurar, em estreita colaboração com a área de Património, a instrução e acompanhamento dos processos que se refiram à clarificação dos bens do domínio público, a cargo do município, e ainda do património que integre o seu domínio privado;
- g) Promover a regularização jurídico cadastral em processos de registos patrimoniais e a tramitação dos processos que possam ser integrados dentro da responsabilidade da área de Contencioso e de Contra-Ordenações e que, pela sua natureza, se devam incluir na área de Contencioso, designadamente em matéria de reclamações e queixas;

- h) Organizar, instruir e tramitar os processos de contra-ordenação e assegurar os actos processuais correspondentes, bem como assegurar o apoio ao Ministério Público;
- i) Organizar, instruir e tramitar os processos de execução fiscal, bem como assegurar o apoio ao Ministério Público;

1.4. Na área da Contratação:

- a) A instrução dos processos de constituição, modificação e extinção de empresas municipais;
- b) A organização e acompanhamento dos processos que se destinem a ser visados pelo Tribunal de Contas e que não sejam da competência de outro serviço camarário;
- c) Assegurar o apoio técnico-administrativo ao responsável que for designado como oficial público para lavrar contratos, nomeadamente nos procedimentos administrativos preparatórios dos actos e contratos em que seja parte o Município, de acordo com deliberações da Câmara ou decisões do seu Presidente;
- d) Proceder ao planeamento e preparação dos actos públicos de outorga de contratos ou actos bilaterais;
- e) Preparar os documentos e os elementos necessários à elaboração de contratos escritos, incluindo os de avença;
- f) Proceder à passagem de certidões e fotocópias devidamente autenticadas dos contratos.

Artigo 27.º

Divisão de Gestão Financeira e Património

1. À **Divisão de Gestão Financeira e Património**, adiante designada por **DGFP**, a cargo de um chefe de divisão municipal, compete:
 - a) Cumprir e fazer cumprir as disposições legais e regulamentares sobre a contabilidade autárquica, procedendo a todas as tarefas definidas na lei ou em regulamento, relativas aos registos de receitas e despesas que traduzam a execução orçamental das opções do plano e da contabilidade patrimonial;
 - b) Colaborar na elaboração do projecto do orçamento, do plano de actividades e do plano plurianual de investimentos, suas modificações e controlar a sua execução;
 - c) Preparar a prestação de contas da actividade financeira;

- d) Supervisionar e controlar a verificação, tratamento contabilístico e processamento das receitas, despesas, dos movimentos patrimoniais, das operações não orçamentais e contas de ordem;
- e) Cooperar na elaboração de estudos de carácter económico e financeiro;
- f) Instruir processos de licenciamento no âmbito das competências da divisão;
- g) Arrecadar receitas e efectuar pagamentos de despesas legalmente autorizadas;
- h) Realizar o controlo metrológico da competência do município.

1.1. Na área da Contabilidade:

- a) Executar ou participar na organização dos processos inerentes à eficiente execução orçamental;
- b) Proceder à classificação de documentos e ao respectivo registo;
- c) Garantir que os registos contabilísticos se façam atempadamente;
- d) Emitir os documentos de receita e despesa, bem como os demais documentos que suportem os registos contabilísticos;
- e) Assegurar a arrecadação de receitas provenientes de fundos da administração central ou comunitários, bem como de outras entidades;
- f) Proceder diariamente à recepção e conferência dos documentos de receita;
- g) Registrar e controlar o processamento de despesa a nível de cabimentação, compromisso, liquidação e pagamento;
- h) Organizar o processo administrativo de despesa;
- i) Receber e conferir as propostas de despesas, procedendo à respectiva cabimentação;
- j) Emitir requisições externas, correspondentes aos respectivos compromissos;
- k) Proceder à conferência de facturas com as respectivas guias de remessa, requisição externa ou contrato, assim como ao seu registo contabilístico;
- l) Emitir ordens de pagamento após a observância das normas legais em vigor;
- m) Submeter a autorização superior os pagamentos;
- n) Emitir cheques e providenciar a sua assinatura, bem como de ordens de transferência bancárias;
- o) Elaborar o resumo diário da receita e da despesa;

- p) Proceder à conferência da folha de caixa e resumo diário da tesouraria com os diários de receita e despesa;
- q) Conferir e promover a regularização dos fundos de maneio, nos prazos legais;
- r) Controlar e preparar os registos e apuramentos referentes aos valores arrecadados e que deverão ser entregues a outras entidades;
- s) Proceder à compilação, classificação e lançamento dos documentos para efeitos de cálculo do imposto sobre o valor acrescentado;
- t) Elaborar o expediente necessário para o levantamento de depósitos de garantia e de cauções, quando cesse a necessidade de manutenção;
- u) Elaborar as relações de transferências correntes e de capital para efeitos de publicitação;
- v) Coligir todos os elementos necessários à elaboração das modificações aos documentos previsionais;
- w) Desencadear as operações necessárias ao encerramento do ano económico;
- x) Colaborar na elaboração dos documentos de prestação de contas, nomeadamente o balanço, a demonstração de resultados, os mapas de execução orçamental, anexos às demonstrações financeiras e o relatório de gestão, coligindo todos os elementos para esse fim;
- y) Escriturar e manter actualizadas as contas correntes obrigatórias por lei;
- z) Efectuar periodicamente reconciliações de contas correntes;
- aa) Controlar as contas correntes de instituições bancárias;
- bb) Proceder às reconciliações bancárias mensalmente;
- cc) Elaborar os balanços à Tesouraria;
- dd) Emitir certidões das importâncias entregues e recebidas pela Câmara Municipal de outras entidades;
- ee) Remeter aos organismos centrais ou regionais os elementos determinados por lei;
- ff) Organizar, controlar e arquivar todos os documentos de receita e de despesa;
- gg) Assegurar o expediente e arquivo respectivo;
- hh) Manter devidamente organizado o arquivo e toda a documentação de prestação de contas das gerências findas.

1.2. Na área dos Licenciamentos Diversos compete:

- a) Elaborar todo o expediente relacionado com as licenças e autorizações que lhe estão cometidas, designadamente elaboração de minutas, organização de processos, preparação para decisão e liquidação de taxas;
- b) Conferência de receita proveniente da utilização de várias infra-estruturas e equipamentos municipais e emissão da respectiva guia;
- c) Emitir licenças de publicidade e de ocupação de via pública, liquidando as respectivas taxas;
- d) Organizar processos respeitantes aos concursos para atribuição de licenças de aluguer para transportes ligeiros de passageiros;
- e) Concessão de licenças especiais de ruído;
- f) Promover vistorias relativas a Recintos de Espectáculos nos casos previstos na lei;
- g) Emitir licenças e autorizações referentes a recintos de espectáculos previstos na lei;
- h) Elaborar o expediente relacionado com a inspecção periódica de elevadores, montacargas, escadas mecânicas e tapetes rolantes e liquidar as respectivas taxas;
- i) Dar apoio ao Delegado Municipal da Inspeção-Geral das Actividades Culturais no exercício e competências para o efeito delegadas neste último;
- j) Emitir, em conformidade com a legislação aplicável, licenças de condução de ciclomotores, motociclos de cilindrada não superior a 50 cc e veículos agrícolas, proceder às suas revalidações, emissão de 2.ªs vias e averbamentos;
- k) Promover a elaboração e afixação de editais respeitantes à cobrança de taxas, licenças, impostos municipais e outros;
- l) Manter actualizados os registos relativos à inumação, exumação, trasladação e perpetuidade de sepulturas;
- m) Organizar os processos de alienação de terrenos para sepulturas privadas, jazigos, gavetões e ossários, mantendo actualizados os respectivos registos;
- n) Emitir guias de receita do serviço metrológico;
- o) Promover os procedimentos necessários relativos a horários de funcionamento de estabelecimentos comerciais;
- p) Elaborar processos e toda a tramitação relativa a licenciamento de alojamento local;
- q) Execução de todos os serviços, mapas estatísticos ou informações respectivos;
- r) Procedimentos relativos a organização de feiras e mercados sob jurisdição municipal;

- s) Executar registos, averbamentos e elaboração de fichas e verbetes e recolha de todos os elementos necessários à concessão de licenças relacionadas com feiras e mercados, dentro da área das suas atribuições;
- t) Tramitar os processos administrativos de licenciamento de actividades económicas que sejam por lei cometidos à Câmara Municipal e emitir as respectivas licenças, designadamente o exercício da actividade de guarda-nocturno, vendedor ambulante de lotarias, arrumador de automóveis, realização de acampamentos ocasionais, exploração de máquinas automáticas, mecânicas, eléctricas e electrónicas de diversão, realização de espectáculos desportivos e de divertimentos públicos nas vias, jardins e demais lugares públicos ao ar livre, agências de venda de bilhetes para espectáculos públicos, realização de fogueiras e queimadas e realização de leilões;
- u) Escriturar os livros respectivos, de mapas e relações e comunicá-las a outras entidades eventualmente competentes;
- v) Emissão e renovação de cartão de vendedor ambulante assim como a organização do respectivo cadastro;

1.3. Na área da *Tesouraria*:

- a) Proceder à cobrança e arrecadação de receitas e tratar o respectivo documento de quitação;
- b) Efectuar o pagamento de despesas, devidamente autorizadas, após verificação das normas legais e regulamentares em vigor;
- c) Movimentar, em conjunto com o presidente da Câmara, ou com o vereador com competências delegadas para o efeito, os valores depositados em instituições bancárias;
- d) Efectuar, nas instituições bancárias, levantamentos, depósitos e transferências de fundos;
- e) Proceder ao depósito das disponibilidades, em instituição bancária, de forma a que o montante em cofre não ultrapasse as necessidades diárias de tesouraria;
- f) Liquidar juros que forem devidos referentes à arrecadação de receitas;
- g) Proceder à guarda, conferência e controlo sistemático do numerário e valores em caixa e instituições bancárias;
- h) Zelar pela segurança de todos os valores e documentos em cofre;
- i) Proceder ao controlo do movimento das contas em instituições bancárias;
- j) Proceder à elaboração dos documentos diários da tesouraria;

- k) Transferir diariamente para a Contabilidade, a folha de caixa e o resumo diário de tesouraria, acompanhados dos justificativos dos movimentos, para efeitos de conferência;
- l) Remeter ao arquivo geral, no fim do ano, os documentos e processos desnecessários ao funcionamento do serviço.

1.4. Na área da Metrologia:

- a) Efectuar as operações de controlo metrológico da competência do município, nos calendários previstos ou a solicitação dos interessados;
- b) Cobrar as taxas devidas pelo controlo metrológico;
- c) Proceder à entrega das receitas arrecadadas;
- d) Elaborar toda a documentação administrativa aplicável e manter actualizados todos os registos dos instrumentos verificados;
- e) Remeter ao arquivo geral, no fim de cada ano, os documentos e processos desnecessários ao seu funcionamento;
- f) Assegurar que as condições do laboratório de metrologia sejam mantidas segundo os níveis técnicos exigidos;
- g) Executar as tarefas que no âmbito das suas atribuições lhe sejam superiormente solicitadas.

1.5. Na área da Contratação Pública e Aprovisionamento:

- a) Assegurar a realização dos procedimentos de contratação pública e aprovisionamento, em consonância com os preceitos legais aplicáveis, pautando-se por pressupostos de economia e eficácia;
- b) Proceder às aquisições necessárias para todos os serviços do município, após adequada instrução dos procedimentos contratuais, incluindo a abertura de concursos, sob proposta e apreciação técnica das demais unidades orgânicas, salvaguardando as articulações necessárias;
- c) Procurar que o aprovisionamento se efectue ao menor custo, dentro dos requisitos de quantidade e qualidade nos prazos previstos, devendo para o efeito efectuar consultas prévias ao mercado, mantendo informação actualizada sobre os preços dos bens e serviços mais significativos;
- d) Manter actualizada a informação sobre o mercado fornecedor, nomeadamente através da criação e actualização de um ficheiro de fornecedores;

- e) Proceder à avaliação contínua dos fornecedores ao nível da eficiência e eficácia dos seus serviços, garantindo parâmetros de qualidade que assegurem um desempenho adequado por parte dos serviços municipais. Deve para o efeito elaborar, manter actualizado e fazer evoluir, um modelo de avaliação e ordenação dos fornecedores, assente no tratamento estatístico dos Inquéritos de Satisfação dos serviços, no nº de Não Conformidades e Resposta às Reclamações por parte do Fornecedor;
- f) Garantir, através de articulação com os serviços requisitantes, a formalização das reclamações, resultantes de não conformidades, junto do fornecedor, promovendo à elaboração de procedimento para o efeito;
- g) Promover, em articulação com os sectores de armazenamento e serviços requisitantes que procedem à recepção de bens, à elaboração, actualização e evolução de Procedimento que regule as Regras do Controlo e Recepção de Bens;
- h) Proceder ao registo de todos os processos de aquisição nos suportes em vigor e mantê-los actualizados;
- i) Distribuir as fichas de registo de contagem, retiradas da aplicação informática, às diversas áreas onde se efectue periodicamente o Inventário de Existências;
- j) Proceder ao registo do Inventário Físico de Existências, na aplicação informática, baseado nas contagens efectuadas pelos serviços, actualizando o stock com base nesse mesmo inventário e gerar as respectivas Notas de Lançamento no sentido de actualizar os saldos das contas de classe 3. - Existências;
- k) Elaborar e manter actualizados, mapas e informações estatísticas respeitantes à actividade do serviço e que sirvam de apoio, nomeadamente à gestão de stocks, à gestão económico-financeiro e à gestão de qualidade e de produtividade;
- l) Colaborar com todas as unidades orgânicas na elaboração de estatísticas periódicas dos gastos dos diversos serviços;
- m) Proceder à manutenção e arquivo dos processos e demais documentos que decorreram por esta área, nomeadamente, e cumprindo os prazos legais, remeter os mesmos para o Arquivo.

1.6. Na área do Património:

- a) Colaborar na elaboração de normas no âmbito da gestão e controlo patrimonial e zelar pela sua posterior actualização e cumprimento;
- b) Organizar e manter actualizado o inventário e cadastro dos bens imóveis do município;

- c) Organizar e manter actualizado o inventário dos bens de consumo e o inventário e cadastro dos bens móveis do município;
- d) Promover e coordenar o levantamento e a sistematização da informação que assegure o conhecimento de todos os bens do município e respectiva localização;
- e) Organizar e coordenar todo o expediente e formalidades relacionados com a alienação de bens móveis e imóveis e aquisição de bens imóveis, não especificamente atribuído a outros serviços;
- f) Proceder à entrega, periodicamente, da informação mencionada na alínea d), à Comissão de Avaliação de Inventário e Cadastro ou na impossibilidade desta, aos Serviços responsáveis pelos bens, para verificação física de conformidade;
- g) Desenvolver, controlar e ou acompanhar todos os processos de inventariação, aquisição, transferência, abate, permuta e venda de bens móveis e imóveis de interesse municipal, atentas as regras contabilísticas oficiais e demais legislação aplicável;
- h) Providenciar a realização do inventário anual do património imobilizado;
- i) Proceder à identificação, codificação, classificação, registo, movimentação, inventário permanente e controlo de todos os bens patrimoniais do município;
- j) Preparar todos os documentos inerentes à gestão, conservação e controlo do património, incluindo a coordenação do processamento das folhas de carga actualizadas e entrega de um exemplar das mesmas ao serviço a que os bens estão afectos, para afixação;
- k) Organizar, actualizar e controlar toda a carteira de Seguros do Município, incluindo os seguros de acidentes em serviço e de acidentes de trabalho, bem como elaborar informação anual sobre a previsão destes custos;
- l) Desenvolver processos de indemnização a terceiros no âmbito da Responsabilidade Civil;
- m) Desenvolver, em estreita colaboração com os Serviços responsáveis, processos de ressarcimento ao Município por danos em bens patrimoniais, originados por terceiros, junto das seguradoras dos mesmos, ou do Fundo de Garantia Automóvel quando for o caso;
- n) Proceder à transferência de bens do Imobilizado em Curso para Imobilizado corrente, com conhecimento à Contabilidade, após informação do Departamento de Urbanismo e Obras Municipais da conclusão da obra e da entrega da respectiva conta final;

- o) Desenvolver, em estreita colaboração com o Departamento de Urbanismo e Obras Municipais, o apuramento das cedências do Domínio Público por parte de terceiros para posterior inventário e Cadastro;
- p) Proceder à classificação Patrimonial das facturas de Imobilizado;
- q) Proceder à reconciliação contabilística anual Património/Contabilidade das contas Patrimoniais;
- r) Prestar informação à Contabilidade, para a prestação de contas, do custo das amortizações do ano e das acumuladas, bem como das mais e menos valias de eventuais alienações;
- s) Emitir guias de cobrança das rendas dos prédios e outros bens do município.

1.7. Na área do Económico:

- a) Proceder à recepção e conferência dos bens entregues no economato ao nível da quantidade e qualidade;
- b) Proceder à entrega de bens, após apresentação da respectiva requisição interna, devidamente autorizada;
- c) Emitir os documentos internos de entrada ou saída de bens, necessários à correcta gestão de stocks e remetê-los, assim como outros documentos externos, aos competentes serviços municipais;
- d) Proceder ao registo de entradas e saídas de bens, no sistema de inventário permanente e com o recurso aos meios informáticos;
- e) Manter sempre actualizado o registo dos bens existentes no economato;
- f) Proceder aos lançamentos, nos suportes em vigor, dos bens requisitados para o economato, em funções de requisições externas;
- g) Manter à sua guarda os bens armazenados, diligenciando a sua conservação e operacionalidade assim como uma correcta identificação, localização e arrumação.

Artigo 28.º

Divisão de Recursos Humanos

- 1. À Divisão de Recursos Humanos, abreviadamente designada por DRH, a cargo de um chefe de divisão municipal compete, genericamente:
 - a) Planear, programar, coordenar e controlar as actividades referentes à gestão dos recursos humanos do Município, nomeadamente: organização do SIADAP, recrutamento e selecção, acolhimento, formação e avaliação de desempenho de acordo

com a legislação laboral aplicável, normas regulamentares e procedimentais aplicáveis e as orientações estratégicas do executivo;

- b) Conceber, promover e executar todas as acções necessárias à gestão dos recursos humanos;
- c) Planear e promover a formação interna e externa do pessoal;
- d) Propor critérios de recrutamento e selecção e implementar métodos de avaliação psicométrica no âmbito do recrutamento e selecção;
- e) Promover e colaborar na análise e descrição de funções;
- f) Assegurar a elaboração periódica de indicadores de gestão de recursos humanos, designadamente, em matéria de absentismo;
- g) Propor e elaborar projectos de candidaturas a programas de financiamento público, no âmbito da formação, e coordenar a sua execução física.
- h) Efectivar a programação e execução das necessidades de contratação de trabalhadores;
- i) Efectuar a difusão de informação com interesse para os trabalhadores;
- j) Proceder ao atendimento interno e externo no âmbito das competências atribuídas à unidade orgânica
- k) Elaboração do balanço social;

1.1. Na área da Gestão dos Recursos Humanos:

- a) Elaborar o mapa de pessoal, articulando o planeamento de recursos humanos com o planeamento das actividades da Câmara Municipal e com a elaboração da proposta de orçamento;
- b) Efectuar o processamento e conferência de vencimentos e abonos, de acordo com a legislação em vigor;
- c) Elaborar os mapas relativos aos descontos obrigatórios e facultativos dos trabalhadores, incluindo os relativos a entidades de protecção social;
- d) Organizar e actualizar os processos individuais dos trabalhadores bem como o respectivo ficheiro;
- e) Gerir administrativamente o percurso profissional dos colaboradores no Município, incluindo a elaboração de notas cadastrais, declarações ou certidões relativas à situação jurídico -profissional dos trabalhadores;
- f) Gerir o processo de controlo da assiduidade dos trabalhadores;

- g) Gerir o processo de elaboração do mapa anual de férias, bem como a respectiva execução;
- h) Elaborar informações relativas a encargos salariais, trabalho extraordinário, deslocações em serviço, comparticipações por doença, acidentes em serviço e de trabalho e outros abonos e subsídios, tendo em vista suportar a tomada de decisão para a sua racionalização;

1.2. Na área do Recrutamento:

- a) Gerir os processos de selecção, recrutamento e contratação de pessoal, em função das necessidades identificadas e de acordo com os perfis funcionais estabelecidos;
- b) Instruir os processos relativos à mobilidade interna e externa, dando cumprimento às decisões tomadas;
- c) Estruturar e implementar o processo de acolhimento de colaboradores que minimize os custos de aprendizagem e agilize as dinâmicas de integração;
- d) Efectuar a actualização permanente do registo de funcionários com acumulação de funções.

1.3. Na área da Formação e Valorização dos Recursos Humanos:

- a) Assegurar a valorização dos recursos humanos do Município promovendo o desenvolvimento das suas competências e incrementando o seu potencial de desempenho, de acordo com a legislação aplicável e as políticas municipais;
- b) Realizar a análise do conteúdo dos postos de trabalho e perfis funcionais;
- c) Identificar as reais necessidades de formação através do feedback recolhido no quotidiano dos serviços, em sede de avaliação de desempenho e através da aplicação de instrumentos específicos (p.e. questionários, dinâmicas de grupo, etc.);
- d) Elaborar o plano de formação, incluindo a respectiva valorização financeira, tendo em conta as necessidades identificadas;
- e) Gerir o plano de formação avaliando o grau de execução, a eficácia das acções de formação realizadas e o grau de satisfação dos formandos;
- f) Dinamizar uma eficiente gestão do conhecimento, nomeadamente através da constituição de uma bolsa de formadores internos, da criação de fóruns, físicos ou virtuais, de partilha de conhecimento;
- g) Realizar exercícios sistemáticos de avaliação das necessidades de reforço das equipas ou da possibilidade de libertação de recursos para actividades de outras unidades orgânicas;

- h) Assegurar os procedimentos relativos a estágios curriculares e profissionais, garantindo os contactos com as entidades externas e o cumprimento de eventuais protocolos existentes.

1.4. Na área da saúde ocupacional e acção social dos trabalhadores:

- a) Assegurar o levantamento sistemático das carências e necessidades de assistência social aos trabalhadores do Município;
- b) Promover, em colaboração com os demais serviços municipais, a recolocação de trabalhadores com limitação de capacidade;
- c) Promover acções no âmbito da higiene e segurança no trabalho de acordo com a legislação, zelando pelo seu cumprimento;
- d) Organizar e acompanhar os processos relativos a acidentes em serviço e de trabalho, bem como de doenças profissionais, analisando as causas e as medidas correctivas adequadas, elaborando os respectivos relatórios;
- e) Organizar e manter actualizados os processos clínicos individuais e as fichas de aptidão de cada trabalhador;
- f) Inventariar as necessidades de meios de protecção colectiva e individual, designadamente vestuário de trabalho, calçado de segurança e equipamento de protecção individual e garantir o respectivo suprimento;

Artigo 29.º

Núcleo de Apoio Técnico

- 1. O Núcleo de Apoio Técnico integra as áreas de Estudos e Planeamento e de Apoio ao Investimento, as quais funcionam na dependência directa do director do DAGF.

1.1. Na área dos Estudos e Planeamento:

- a) Coordenar a elaboração das Grandes Opções do Plano e do Orçamento Municipal, promovendo o planeamento anual e plurianual das acções;
- b) Acompanhar e controlar a execução das Grandes Opções do Plano e do Orçamento Municipal;
- c) Elaborar relatórios de avaliação da execução e promover medidas de reajustamento, sempre que se verifiquem desvios entre o programado e o executado;
- d) Coordenar a elaboração do Relatório Anual de Actividades a partir dos relatórios apresentados pelas diversas unidades orgânicas;

- e) Elaborar os documentos de prestação de contas, nomeadamente o balanço, a demonstração de resultados, os mapas de execução orçamental, anexos às demonstrações financeiras e o relatório de gestão, coligindo todos os elementos para esse fim;
- f) Apurar os custos de cada serviço e elaborar estatísticas financeiras necessárias a um efectivo controlo de gestão;
- g) Recolher dados para a elaboração periódica de documentos que permitam efectuar a análise da gestão financeira do município;
- h) Elaborar relatórios sobre a situação económica e financeira da Câmara Municipal;
- i) Elaborar as modificações aos documentos previsionais, alterações e revisões que se afigurem necessárias, em conformidade com os objectivos definidos pelo executivo municipal;
- j) Proceder ao envio de informação periódica da execução orçamental, às entidades da Administração Pública Central, Direcção-Geral do Orçamento e Direcção-Geral das Autarquias Locais.

1.2. Na área de Apoio ao Investimento:

- a) Assegurar, em articulação com os serviços responsáveis pela execução dos projectos, o controlo de execução e a gestão financeira dos projectos com candidaturas aprovadas, bem como os respectivos procedimentos administrativos e de prestação de contas;
- b) Coordenar e canalizar para as entidades competentes todos os processos de candidatura a programas ou medidas comunitárias, depois de aprovados pela Câmara Municipal ou pelo Presidente da Câmara;
- c) Manter informação actualizada sobre o estágio dos diferentes projectos com financiamento;
- d) Organizar e controlar processos de empréstimos a curto, médio e longo prazo;
- e) Acompanhar e controlar a capacidade financeira do município, promovendo a elaboração de mapas analíticos periódicos.

Artigo 30.º

Divisão de Obras e Manutenção

1. À Divisão de Obras e Manutenção, adiante designada abreviadamente por DOM, a cargo de um chefe de divisão municipal, compete:

1.1. Na área de Edifícios e Arranjos Exteriores:

- a) Informar sobre a eventual proposta de lançamento de concursos de empreitadas de Edifícios Municipais ou arranjos exteriores;
- b) Preparar os processos para contratação pública, das empreitadas referentes a edifícios ou arranjos exteriores;
- c) Fiscalizar a execução das empreitadas e realizar ou propor a realização dos ensaios considerados necessários;
- d) Elaborar autos de medição para processamento de pagamentos;
- e) Efectuar o cálculo das revisões de preços das empreitadas;
- f) Elaborar as contas correntes e as contas finais das empreitadas;
- g) Informar sobre eventuais propostas de medidas necessárias para uma boa gestão dos edifícios municipais, nomeadamente propondo a execução de obras de manutenção e conservação;
- h) Colaborar com a área de Património no sentido de manter actualizado o levantamento do Cadastro Imobiliário Municipal.

1.2. Na área de Infra-Estruturas Externas:

- a) Apreciar e emitir parecer sobre projectos de especialidades da respectiva área quando lhe for solicitado por outros Serviços da Câmara Municipal;
- b) Estabelecer os contactos necessários com as diversas entidades responsáveis pelas Infra-estruturas Externas ao Município (E.D.P., TELECOM, BE WATER, LISBOAGÁS, etc.).

1.3. Na área de Gestão e Manutenção de Viaturas:

- a) Assegurar a conservação e manutenção do parque de máquinas e viaturas municipais;
- b) Providenciar pela manutenção preventiva, efectuando revisões e controlos periódicos verificando o estado dos órgãos essenciais;
- c) Efectuar a gestão de stocks dos consumíveis, incluindo o combustível;
- d) Confirmar as facturas respeitantes às aquisições e à contratação de Serviços;

- e) Efectuar o planeamento e a gestão, dos recursos humanos e da utilização do parque de máquinas e viaturas;
- f) Estudar e propor as orientações a seguir em acções de aquisição, renovação ou substituição da frota existente;
- g) Elaborar e manter actualizado o cadastro de máquinas e viaturas;
- h) Providenciar pelo seguro e inspecção das máquinas e viaturas e respectivas participações à seguradora em caso de sinistro;
- i) Manter em boa ordem e asseio as instalações e ferramentas;
- j) Promover a recolha de veículos em fim de vida e posteriormente elaborar listagem dos mesmos, a fim de serem abatidos;
- k) Proceder ao levantamento e reencaminhamento dos produtos recicláveis, de acordo com a legislação em vigor.

2. A DOM integra, ainda, o seguinte serviço com as competências abaixo discriminadas:

2.1. Serviço de Obras por Administração Directa:

- a) Realizar trabalhos inerentes à conservação de Edifícios ou de outras Infra-estruturas Municipais;
- b) Colaborar nos trabalhos relacionados com os eventos de âmbito ou promoção municipal;
- c) Promover a elaboração de estudos e projectos de sinalização da via pública;
- d) Promover e controlar a implementação de sinalização da via pública, incluindo a reparação ou substituição de sinalização;
- e) Executar as normas decorrentes das posturas de trânsito e deliberações e decisões em matéria de ordenamento de trânsito;
- f) Promover a colocação de paragens e abrigos de passageiros;
- g) Assegurar a gestão e funcionamento dos parques de estacionamento;
- h) Executar por administração directa trabalhos de ampliação ou conservação da Rede Viária Municipal;
- i) Preparar os processos para lançamento por concurso público, limitado ou ajuste directo, elaborando os respectivos programas de concurso, cadernos de encargos, medições e orçamentos, das obras ou projectos referentes à Rede Viária Municipal;

- j) Fiscalizar a execução dos trabalhos e realizar ou propor a realização dos ensaios considerados necessários;
- k) Elaborar autos de medição para processamento de pagamentos;
- l) Analisar e informar pedidos de revisão de preços e elaborar contas finais de obras;
- m) Elaborar listas de empreiteiros, segundo as especialidades, para os concursos limitados;
- n) Coadjuvar a área de Contratação Pública e Aprovisionamento, de cuja base de dados se manterá dependente;
- o) Organizar e manter actualizado o inventário da existência em armazém;
- p) Proceder à armazenagem, conservação e distribuição dos materiais a seu cargo;
- q) Conservar os bens patrimoniais da Câmara Municipal que não estejam em utilização e sejam susceptíveis de serem conservados sem se degradarem;
- r) Propor à área de Contratação Pública e Aprovisionamento a aquisição do material e peças que se tornem necessários, mediante requisição;
- s) Promover a gestão dos stocks necessários ao bom funcionamento dos serviços.

Artigo 31.º

Divisão de Planeamento Territorial e Gestão Urbanística

1. À Divisão de Planeamento Territorial e Gestão Urbanística, adiante designada abreviadamente por DPTGU, a cargo de um chefe de divisão municipal, compete:

1.1. Na área do Planeamento e Ordenamento do Território:

- a) Promover e acompanhar a elaboração, alteração e revisão dos Planos Municipais de Ordenamento do Território (Plano Director Municipal, Planos de Urbanização e Planos de Pormenor);
- b) Coordenar e assegurar a monitorização dos PMOT's durante a sua vigência;
- c) Proceder ao acompanhamento dos Planos Supra Municipais, com incidência no Concelho;
- d) Colaborar na elaboração de pareceres sobre processos de licenciamento ou pedidos de viabilidade, referentes a loteamentos ou obras de especial relevância, quando solicitados;

- e) Promover a elaboração de pareceres sobre estudos e Planos da iniciativa da administração central, regional ou local, que tenham incidência na área do Município, quando solicitados;
- f) Coordenar e promover o levantamento, tratamento, sistematização e divulgação de informações e dados estatísticos relevantes para a caracterização do Município;
- g) Elaborar e/ou coordenar a execução de estudos e planos urbanísticos.

1.2. Na área dos Sistemas de Informação Geográfica:

- a) Promover a constituição, manutenção e actualização das bases de informação do SIG Municipal, em colaboração com os restantes serviços;
- b) Definir em articulação com outros serviços, as áreas temáticas prioritárias de aplicação do SIG;
- c) Organizar, gerir e actualizar a informação geográfica disponibilizada;
- d) Promover e regular a divulgação externa da informação geográfica;
- e) Gerir o portal geográfico do Município;
- f) Coordenar e organizar o processo de atribuição de designações toponímicas;
- g) Coordenar a actividade do sector da toponímia, nomeadamente:
 - i) Organizar os processos no âmbito da toponímia e numeração de polícia.
 - ii) Informar reclamações, pedidos de certidão de localização e pedidos de certidão com vista à constituição da propriedade horizontal;
 - iii) Atribuir a numeração de polícia;
 - iv) Proceder ao levantamento dos números de polícia existentes e a atribuir, nos arruamentos do Município;
 - v) Actualizar os processos na base de dados;
 - vi) Actualizar a rede viária;
 - vii) Elaborar as notificações a enviar aos Munícipes;
 - viii) Elaborar as notificações e editais a enviar às Juntas de Freguesia;
 - ix) Elaborar listagens dos alvarás de licença de utilização emitidos e enviar à Conservatória do Registo Predial;
 - x) Elaborar as listagens dos novos arruamentos aprovados, a enviar aos CTT, EDP, GNR, Águas de Mafra e Corporações de Bombeiros;

xi) Elaborar os pedidos para execução das placas toponímicas;

xii) Organizar a documentação respeitante ao serviço.

1.3. Na área de Gestão Urbanística:

- a)** Informar os processos que careçam de despacho ou deliberação e verificar de acordo com a regulamentação aplicável, se está completa a instrução dos processos de obras particulares que devam ser submetidos a decisão;
- b)** Informar todos os requerimentos de licenças de obras, vistorias e ocupação que devam correr pela Divisão;
- c)** Emitir pareceres sobre os pedidos de demolição de prédios e ocupação da via pública que devam correr pela Divisão;
- d)** Emitir pareceres sobre pedidos de informação e de construção de obras particulares, reparação, ampliação e reconstrução, tendo em conta o seu enquadramento no esquema legal e regulamentar em vigor, nos planos e estudos urbanísticos existentes;
- e)** Informar os pedidos de alteração, demolição, os processos de embargo e a legalização de obras particulares;
- f)** Informar as exposições e reclamações sobre as obras particulares;
- g)** Informar os pedidos de novas licenças de obras particulares, suas prorrogações e revalidações;
- h)** Proceder a uma análise técnica prévia dos processos de obras e respectivos projectos para se detectar *in limine* a possível não observância de qualquer disposição legal;
- i)** Propor o indeferimento *in limine* dos processos previstos na alínea anterior, que enfermem de qualquer ilegalidade que afecte o regular andamento do processo;
- j)** Indicar ao Serviço Administrativo de Obras e Loteamentos quais as entidades que devem ser consultadas sobre a construção e sua localização;
- k)** Informar os pedidos de certidões de destaque, compropriedade, de constituição de propriedade horizontal ou outras que devam ser informadas pela Divisão;
- l)** Dar pareceres e informações sobre todos os demais processos que lhe sejam remetidos pelo Director do Departamento de Urbanismo e Obras Municipais;
- m)** Emitir pareceres técnicos sobre todos os pedidos de ocupação na via pública;
- n)** Promover a análise e emissão de pareceres a todos os processos de loteamento e urbanização que os particulares submetem à Câmara Municipal, com base na legislação em vigor e nos planos existentes;

- o) Assegurar e promover a fiscalização preventiva dos loteamentos em reconversão, assim como o acompanhamento directo da correspondente implementação em campo;
- p) Fiscalizar a execução das obras de urbanização dentro dos prazos estabelecidos e em cumprimento dos projectos previamente aprovados;
- q) Coordenar todos os pareceres das entidades competentes com vista à emissão do alvará de loteamento.

1.4. Na área de Projecto:

- a) Executar os projectos de que seja incumbida pela Câmara;
- b) Dar apoio técnico às obras em curso, quando solicitada;
- c) Efectuar o levantamento arquitectónico e das especialidades nos edifícios existentes ou noutras infra-estruturas municipais.

2. A DPTGU integra, ainda, o seguinte serviço com as competências abaixo discriminadas:

2.1. Serviço Administrativo de Obras e Loteamentos:

2.1.1. Na área dos Loteamentos:

- a) Prestar todas as informações relacionadas com processos de obras que lhe forem solicitadas;
- b) Organizar os processos, colhendo os pareceres das entidades externas e Serviços Técnicos, fazê-los presentes à decisão superior e dar andamento aos despachos que incidam sobre os mesmos;
- c) Emitir alvarás relativamente a operações de loteamento e obras de urbanização;
- d) Executar todos os serviços que de algum modo se prendam com a realização de loteamentos particulares nas suas relações com os serviços municipais.
- e) Promover o tratamento de toda a documentação recebida, anexando-a aos respectivos processos;
- f) Proceder à liquidação de todas as taxas que sejam devidas, no âmbito dos processos que lhe estão confiados;
- g) Notificar os interessados de todas as decisões proferidas nos processos que lhe estejam confiados;
- h) Emitir certidões e autenticações relativas aos processos.

2.1.2. Na área das Obras Particulares:

- a) Prestar todas as informações relacionadas com processos de obras que lhe forem solicitadas;
- b) Promover o tratamento de toda a documentação a anexar aos respectivos processos;
- c) Promover as consultas às entidades exteriores ao Município;
- d) Notificar os interessados de todas as decisões proferidas nos processos que lhe estejam confiados;
- e) Submeter a decisão, depois de devidamente informados, todos os processos que lhe estejam confiados;
- f) Proceder à liquidação de todas as taxas que sejam devidas, no âmbito dos processos de obras;
- g) Emitir alvarás e certidões dos processos respeitantes às operações urbanísticas, e outros que lhe sejam cometidos;
- h) Promover a gestão dos prazos relativos aos processos de obras;
- i) Organizar os processos de vistoria das construções para todos os fins consignados na lei e dar andamento às decisões que incidirem sobre os mesmos;
- j) Executar todos os serviços que de algum modo se prendam com a realização de obras particulares nas suas relações com os serviços municipais.

Artigo 32.º

Divisão de Ambiente, Espaços Urbanos e Rurais

1. À Divisão de Ambiente, Espaços Urbanos e Rurais, adiante designada abreviadamente por DAEUR, a cargo de um chefe de divisão municipal, compete:

1.1. Na área de Jardins e Espaços Verdes:

- a) Promover a criação, arborização e conservação de parques, jardins e outros espaços verdes providenciando pela selecção e plantio das espécies convenientes;
- b) Zelar pela correcta utilização dos espaços verdes por parte do público;
- c) Organizar e manter hortos e viveiros;
- d) Promover o combate às pragas e doenças vegetais nos espaços verdes sobre jurisdição da Câmara Municipal da Mafra;
- e) Assegurar a poda das árvores existentes nos parques, jardins e vias públicas;

4

f) Colaborar na protecção de monumentos e zonas de recreio existentes em jardins e parques.

g) Zelar pela fitossanidade do concelho, dentro do quadro legal.

1.2. Na área de Higiene Pública e Sanidade Veterinária:

a) Colaborar na execução das tarefas de inspecção hígio-sanitária e controlo higio-sanitário das instalações para alojamento de animais, dos produtos de origem animal e dos estabelecimentos comerciais ou industriais onde se abatem, preparem, produzem, transformem, fabriquem, conservem, armazenem ou comercializem animais ou produtos de origem animal e seus derivados;

b) Emitir parecer, nos termos da legislação vigente, sobre as instalações e estabelecimentos referidos na alínea anterior;

c) Elaborar e remeter, nos prazos fixados, a informação relativa ao movimento nosonecológico dos animais;

d) Emitir guias sanitárias de trânsito;

e) Sempre que sejam detectados casos de doenças de carácter epizootico, notificar de imediato as doenças de declaração obrigatória à autoridade sanitária veterinária nacional;

f) Participar nas campanhas de saneamento ou de profilaxia determinadas pela autoridade sanitária veterinária nacional do respectivo município;

g) Colaborar na realização do recenseamento de animais, inquéritos de interesse pecuário e ou económico e prestar informação técnica sobre abertura de novos estabelecimentos de comercialização, de preparação e de transformação de produtos de origem animal;

h) Participar nas campanhas de saneamento ou de profilaxia determinadas pela autoridade sanitária veterinária nacional;

i) Inspeccionar as embalagens e os meios de transporte dos produtos alimentares de origem animal;

j) Providenciar a eliminação de focos de insalubridade;

k) Apoio ao controlo e higiene dos refeitórios e cozinhas dos centros escolares.

1.3. Na área de Resíduos Sólidos:

- a) Prestar e gerir o Serviço de limpeza urbana do Concelho, designadamente, através dos Serviços de varredura, lavagem e limpeza geral dos espaços públicos ou de uso público e do mobiliário e equipamento urbano neles instalados;
- b) Fiscalizar o cumprimento do Regulamento de Resíduos Sólidos Urbanos e Higiene Pública do Município de Mafra;
- c) Prestar informações sobre todos os assuntos que estejam inseridos no âmbito de competências da área de resíduos sólidos.

1.4. Na área de Mercados e Feiras:

- a) Estudar e propor as medidas de alteração ou racionalização dos espaços dentro dos recintos dos mercados e feiras, em colaboração com as Secções de Património e Rendimento;
- b) Propor, sob o ponto de vista técnico, medidas de descongestionamento ou de criação de novos espaços destinados a mercados e feiras;
- c) Propor e colaborar no estudo de medidas tendentes à criação de novos espaços e equipamentos para a realização de mercados e feiras;
- d) Promover a conservação, manutenção e reparação dos espaços e equipamentos destinados a feiras e mercados;
- e) Colaborar com a Fiscalização Municipal e com as áreas de Licenciamentos Diversos e Higiene Pública e Sanidade Veterinária, na área das respectivas atribuições;
- f) Zelar e promover a limpeza e conservação das dependências das feiras e mercados.

1.5. Na área de Cemitérios:

- a) Administrar os cemitérios sob jurisdição municipal;
- b) Cumprir e fazer cumprir as disposições legais e respectivo regulamento referentes aos cemitérios;
- c) Promover a atribuição de numeração das sepulturas;
- d) Manter actualizado o mapa de pormenor dos cemitérios;
- e) Colaborar com a área de Património nos processos de inumação e exumação e organização dos processos de aquisição de terrenos para sepulturas perpétuas e jazigos;
- f) Promover a limpeza, arborização e manutenção de salubridade pública nas dependências dos cemitérios;
- g) Manter e conservar o material de limpeza e controlar o respectivo consumo;

- h) Colaborar em medidas de apoio às juntas de freguesia em matéria de cemitérios paroquiais.

1.6. Na área de Esgotos:

- a) Promover ou proceder à construção, remodelação, beneficiação, ampliação ou reparação das infra-estruturas municipais de drenagem ou transporte de águas, bem assim como, à elaboração dos respectivos projectos;
- b) Acompanhar a elaboração dos estudos e projectos de infra-estruturas municipais de drenagem e transporte de águas residuais ou pluviais;
- c) Promover ou proceder à construção, remodelação, beneficiação, ampliação ou reparação dos ramais de ligação prediais às redes públicas de drenagem de águas pluviais;
- d) Providenciar, em colaboração com os demais Serviços Municipais competentes, pela recolha e organização da informação necessária à elaboração e actualização dos cadastros das redes de drenagem municipais;
- e) Coordenar a preparação e organização dos concursos para adjudicação de empreitadas de construção de infra-estruturas municipais de drenagem e transporte de águas pluviais e fiscalizar a execução das obras;
- f) Prestar informações sobre todos os assuntos que estejam inseridos no âmbito das atribuições da área.

1.7. Na área da Água

Esta Divisão deverá estar sempre pronta para reassumir a gestão dos serviços municipalizados de água e saneamento.

1.8. Gabinete de Desenvolvimento Agrícola

1. Ao Gabinete de Desenvolvimento Agrícola compete apoiar os agricultores e silvicultores nas seguintes áreas e procedimentos:

- a) Processos de candidatura aos diversos programas e fundos comunitários;
- b) Procedimentos de Avaliação de Impacto Ambiental, Avaliação Ambiental Estratégica e comunicações prévias no âmbito da REN e da RAN;
- c) Actualização do Regime de Exercício de Actividade Pecuária (REAP);
- d) Enquadramento do Sistema Nacional de Informação e Registo Animal (SNIRA);
- e) Contacto directo com a Direcção Regional de Agricultura – Núcleo Técnico de Licenciamento;

- f) Registo Apícola na Identificação de Exploração (IE) e na Identificação do Beneficiário (IB);
 - g) Levantamento do Parcelário Agrícola e Florestal;
 - h) Estruturação Fundiária;
 - i) Acções de silvicultura preventiva e de combate a incêndios;
 - j) Projectos de arborização e benefício florestal;
 - k) Projectos de preservação e requalificação ambiental de âmbito concelhio;
 - l) Valorização dos produtos regionais, através da promoção e divulgação dos produtos do Concelho.
2. O Gabinete de Desenvolvimento Agrícola desenvolve a sua actividade em estreita colaboração e complementaridade com a Associação de Agricultores do Concelho de Mafra.

Artigo 33.º

Núcleo de Apoio Técnico

1. Ao Núcleo de Apoio Técnico, que funciona na dependência directa do director do DUOMA, compete:
- 1.1. Na área de Apoio Administrativo:**
- a) Arquivar, organizar e encaminhar o despacho da correspondência expedida e recebida no departamento, bem como de informações ou outros documentos que impliquem resposta a terceiros ou encaminhamento interno na Câmara Municipal;
 - b) Sistematizar toda a informação relativa aos recursos humanos afectos ao departamento de forma a efectuar o controlo do cumprimento dos diversos deveres e funções atribuídas aos mesmos;
 - c) Estabelecer relação com os serviços da CMM responsáveis pela aquisição, empréstimo ou produção dos recursos materiais necessários à realização dos diversos projectos e à gestão das infra-estruturas da responsabilidade do Departamento, nomeadamente através da elaboração de informações para aquisição dos recursos materiais, acompanhamento da situação das aquisições bem como das entregas atempadas.
- 1.2. Na área de Apoio Técnico:**
- a) Estabelecer a supervisão, controlo e articulação com as empresas municipais concessionárias e participadas, através da realização e execução das medidas efectivas

4

aos objectivos enunciados, produzindo igualmente estudos e relatórios para conhecimento e despacho do Presidente da Câmara;

- b) Assegurando a interligação e coordenação entre a Câmara Municipal e a empresa municipal que tenha a seu cargo a execução de Infra-estruturas Viárias;
- c) Acompanhando e fiscalizando o cumprimento da actividade da empresa adjudicatária dos Serviços de recolha e transporte de Resíduos Sólidos Urbanos e de fornecimento, colocação, substituição, manutenção, lavagem, desinfeção e desodorização de contentores;
- d) Assegurando a interligação e a coordenação entre a Câmara Municipal e a empresa adjudicatária ou concessionária responsável pela gestão e exploração do sistema de tratamento e/ou eliminação dos R.S.U. do Concelho no que concerne a assuntos de ordem técnica relacionados com a actividade da referida empresa ou do indicado na alínea anterior;
- e) Assegurando a interligação e coordenação entre a Câmara Municipal e a(s) empresa(s) adjudicatária(s) ou concessionária(s) responsáveis pela gestão e exploração de sistemas municipais de elevação e tratamento de águas residuais, relativamente a assuntos de índole técnica relacionados com a actividade da(s) aludida(s) empresa(s) e que actualmente é a empresa multimunicipal SIMTEJO, S.A.;
- f) Colaborando e prestando apoio técnico ou funcional à empresa municipal que tenha a seu cargo a execução de infra-estruturas municipais de águas residuais ou pluviais;
- g) Assegurando a interligação e a coordenação entre a Câmara Municipal e a empresa concessionária Be Water, S.A.

1.3. Na área de Fiscalização Técnica e do Ordenamento do Território compete:

- a) Assegurar a fiscalização das alterações do uso do solo e suas transformações no domínio da urbanização e edificação e na protecção e defesa do património e do meio ambiente;
- b) Assegurar ao Director do Departamento, periodicamente, as informações escritas sobre a actuação da fiscalização, que delas dará conhecimento ao Presidente ou Vereador com competência delegada;
- c) Colaborar, no âmbito da fiscalização, com a Divisão de Planeamento Territorial e Gestão Urbanística no controlo da execução das operações e loteamento e de obras de urbanização e da aplicação dos instrumentos do ordenamento do território;

- d) Elaborar participações para efeitos de contra ordenação, no âmbito das suas competências, relacionadas com todas as Operações Urbanísticas não licenciadas ou em desacordo com os projectos aprovados;
- e) Prestar informações, no âmbito da sua área de actividade, quando solicitadas pelo Director do Departamento;
- f) Assegurar a fiscalização através de vistorias efectuadas para o efeito, nas diversas fases das obras, verificando o cumprimento dos projectos aprovados, licenças emitidas e seus prazos de validade;
- g) Informar o enquadramento dos pedidos de isenção nos termos do artigo 6.º do RJUE;
- h) Zelar pelo cumprimento dos regulamentos gerais e municipais no tocante a operações urbanísticas;
- i) Verificar os livros de obras nos termos do n.º1 do artigo 3.º do Decreto-Lei nº 19/90 de 11 de Novembro;
- j) Promover as vistorias necessárias à emissão ou licenças de utilização e alvarás, relativas aos pedidos que corram pelo Departamento;
- k) Proceder a embargo de obras ilegais, quando tal lhes for superiormente solicitado;
- l) Prosseguir a acção de fiscalização em articulação com outras unidades orgânicas também fiscalizadoras, mediante solicitação do Director do Departamento.
- m) Tudo o referente a mandados de embargo, reposições de situações anteriores, encerramentos, despejos sumários e demolição de obras;
- n) O tratamento, informação e conclusão dos processos de queixa ou reclamações relacionadas com obras e demais operações urbanísticas;
- o) A fiscalização da ocupação da via pública com materiais de construção ou por motivo de obras.

Artigo 34.º

Divisão de Turismo, Cultura e Desporto

1. À Divisão de Turismo, Cultura e Desporto, adiante designada abreviadamente por DTCD, a cargo de um chefe de divisão municipal, compete genericamente:
 - a) A preparação, execução e avaliação dos meios, programas e medidas municipais referentes aos serviços de Turismo, Cultura e Desporto;
 - b) Garantir o bom funcionamento dos serviços e eficaz gestão técnico administrativa, e dos equipamentos culturais e áreas que lhe estão afectas.

2. A DTCD integra os seguintes serviços com as competências abaixo discriminadas:

2.1. Serviço de Turismo:

- a) Gerir e dinamizar os Postos de Turismo de Mafra e da Ericeira, assegurando a implementação das estruturas adequadas ao seu funcionamento, bem como assegurar o correcto atendimento e informação aos turistas;
- b) Gerir a Galeria Orlando Morais, através da programação, organização e realização das exposições, apoiando os artistas e divulgando as artes plásticas em geral, contribuindo assim para a dinamização do turismo e cultura do concelho;
- c) Elaborar os planos de actividades e as acções mencionadas nas alíneas seguintes, em articulação com a empresa municipal com actividade na área do Turismo e Cultura;
- d) Dinamizar e proteger a Reserva Mundial de Surf, de forma a manter o galardão atribuído pela Save the Waves Coalition, através da implementação da Associação Ericeira Reserva Mundial de Surf, e de parcerias e protocolos com as associações locais e nacionais;
- e) Propor a edição de materiais gráficos e audiovisuais informativos e promocionais do concelho e dos seus recursos turísticos;
- f) Promover e dinamizar iniciativas culturais de base local e comunitária, em especial o artesanato e gastronomia locais, através da realização de eventos;
- g) Promover as competências municipais de vocação internacional do concelho de Mafra, através do reforço da internacionalização dos seus recursos naturais e culturais, aumentando a visibilidade municipal como espaço de cultura e destino turístico de referência neste domínio;
- h) Apoiar a realização de eventos turísticos, culturais, desportivos, entre outros, que contribuam para a animação turística do concelho;
- i) Fomentar a cooperação entre as diversas entidades relacionadas com a área do turismo, no sentido da união de esforços para criar uma dinâmica de turismo no concelho, aproximando o serviço público local aos agentes económicos;
- j) Estimular a parceria entre entidades públicas e operadores privados, no país e no estrangeiro, desenvolvimento iniciativas promocionais no concelho de Mafra, como destino turístico;

- k) Assegurar a articulação e cooperação com os organismos oficiais com intervenção na área do turismo e com as organizações representativas dos agentes económicos do sector;
- l) Estudar e promover medidas de estímulo aos operadores dos sectores hoteleiro, de restauração e de serviços turísticos;
- m) Colaborar com os diferentes sectores do município, na classificação dos estabelecimentos similares de hotelaria;
- n) Organizar e dirigir um serviço de apoio ao investidor turístico.

2.2. Serviço de Cultura:

2.2.1. Na área do Museu Municipal de Mafra:

- a) Gestão dos acervos museológicos à guarda do município de Mafra, promovendo a sua conservação, inventário e estudo;
- b) Promoção de acções de investigação, salvaguarda, divulgação e valorização do património cultural concelhio, nas suas vertentes materiais (património edificado e arqueológico) e imateriais (etnografia e tradições).
- c) Dinamização das instalações culturais municipais com acervos museológicos promovendo a realização de planos de exposições, serviços educativos, acções de formação, entre outras actividades;
- d) Programar e implementar o funcionamento do pólo museológico da Quinta da Raposa, bem como nos restantes espaços culturais municipais, sempre que as temáticas a abordar se centrem na área da Arqueologia e História Local;
- e) Gerir o Depósito Oficial de Bens Arqueológicos de Mafra (em protocolo com o Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico) assegurando as condições de funcionamento: condições de depósito, tratamento e restauro das peças em depósito, inventário sob base de dados informatizada e o estudo das colecções;
- f) Estudar, conservar e divulgar o espólio do Mestre escultor Domingos Soares Branco, actual Oficina Museu Soares Branco, do qual a Câmara Municipal é depositária, com o estudo das suas colecções, organização e informatização do inventário, conservação e acondicionamento do seu acervo, levando a cabo a conservação das suas colecções mediante o restauro;
- g) Gerir o Museu Municipal Prof. Raul de Almeida e Museu Popular Beatriz Costa, assegurando a implementação das estruturas adequadas ao seu funcionamento: estudo das suas colecções, organização e informatização do inventário, conservação e

acondicionamento do seu acervo, levando a cabo o melhoramento das suas colecções mediante o restauro e a aquisição de peças de forma selectiva e gradual. Elaborar o relatório sobre o funcionamento do mesmo.

- h) Apoiar iniciativas culturais que partam do seio da comunidade através da prática científica para que o Museu Municipal transponha o seu próprio espaço físico, indo ao encontro das populações (caso de outros núcleos museológicos, entidades associativas e escolares);

2.2.2. Na área de Arqueologia:

- a) Estudar o património arqueológico concelhio, com uma estratégia concertada de recolha e estudo da informação arqueológica relevante para o conhecimento da história do concelho;
- b) Propor e executar projectos de escavação nos sítios arqueológicos cientificamente mais relevantes;
- c) Elaborar pareceres técnicos sobre a gestão do subsolo concelhio;
- d) Sensibilizar a população local para a protecção do património arqueológico;
- e) Propor e desenvolver estudos com vista ao desenvolvimento de publicações científicas e de divulgação, onde se apresentem os trabalhos desenvolvidos à comunidade científica e local;
- f) Implementar projectos educativos na área da Arqueologia e História;
- g) Gerir o Complexo Cultural da Quinta da Raposa, organizando e coordenando as actividades e utilização dos diversos espaços. Gerir os recursos humanos e património afectos a este espaço e elaborar relatórios do funcionamento do mesmo;
- h) Implementar programas de valorização patrimonial nos sítios arqueológicos mais relevantes.

2.2.3. Na área de Património Histórico e Arquitectónico:

- a) Salvar e promover o património cultural imóvel, móvel e imaterial do município de Mafra, promovendo a pesquisa, cadastro, inventariação, classificação, protecção e divulgação do mesmo;
- b) Promover e coordenar a salvaguarda do património arqueológico, arquitectónico e artístico do município de Mafra, cooperando activamente com outras entidades nacionais e internacionais, potenciando uma visão integrada e transversal deste património municipal;

- c) Emitir pareceres, quando solicitado, sobre questões relacionadas com o património histórico, arquitectónico e artístico do Concelho, actuando em interdisciplinaridade com outros serviços da Câmara Municipal, na preservação e elaboração de propostas de conservação para espaços patrimoniais;
- d) Divulgar os estudos e levantamentos efectuados através de publicações e da realização de exposições sobre o património de Mafra;
- e) Organizar e realizar exposições, de carácter temporário incidindo sobre temáticas diversificadas dentro do património histórico;
- f) Gerir a Colecção de Arte Municipal (inventariação e acondicionamento), que resulta sobretudo da doação de peças originárias das exposições realizadas nas galerias municipais.

2.2.4. Na área de Antropologia:

- a) Estudar a cultura local na plenitude das suas manifestações;
- b) Investigar cientificamente as comunidades locais com base em levantamentos de terreno criteriosos e sistemáticos junto das mesmas, no âmbito dos seus projectos;
- c) Construir e manter mecanismos de comunicação no seio da comunidade, uma das pedras basilares da actividade da pesquisa antropológica, em suporte dos levantamentos de terreno e consoante as temáticas, com vista à recolha exaustiva de informação;
- d) Organizar e promover acções culturais que contribuam para a sensibilização, divulgação e preservação do património cultural concelhio, nomeadamente: actividades pedagógicas junto do público escolar; disseminação de aspectos estratégicos das investigações junto de diferentes públicos, podendo assumir diversas formas como: exposições; publicação de artigos e/ou outras edições; participação em ciclos de conferências e/ou colóquios assim como acções de divulgação cultural junto da comunidade;
- e) Fomentar a cooperação com outras áreas da Câmara Municipal, a partir de projectos que nas suas linhas de orientação apresentem pontos de contacto, de âmbito científico e pedagógico.

2.2.5. Na área de Artes Plásticas

- a) Promover e dinamizar o relacionamento com o público fruidor da cultura e da criação artística do município, mediante a gestão de ateliers e outros espaços municipais, tendo em vista a ampliação da oferta e da criação de dinâmicas artísticas e culturais;



- b) Promover actividades pontuais que visem a ocupação dos tempos livres e de lazer;
- c) Colaborar na realização de actividades desenvolvidas pelo serviço educativo das unidades museológicas;
- d) Gerir as Galerias Municipais (Galeria da Casa de Cultura Jaime Lobo e Silva, na Ericeira, Galeria da Casa de Cultura D. Pedro V e Galerias do Complexo Cultural da Quinta da Raposa, ambas, em Mafra e Galeria Municipal na Malveira) e outros espaços culturais através da programação, organização e realização das exposições, apoiando os artistas e divulgando as artes plásticas em geral, contribuindo assim para a dinamização cultural do concelho.

2.2.6. Na área de Animação Cultural

- a) Promover o desenvolvimento de teatro, música e dança, baseado no estudo contínuo da actividade cultural do Concelho, através das actividades das diversas instituições vocacionadas para a área da cultura;
- b) Propor e operacionalizar projectos de animação cultural na área do Município bem como actividades de intercâmbio cultural com outros municípios. Os diversos eventos devem contemplar uma oferta programática diversificada, que proporcione igualmente a valorização dos espaços onde as actividades tiverem lugar, valorizando o património arquitectónico do Concelho e promovendo o mesmo turisticamente;
- c) Apoiar colectividades, associações, comissões, unidades de produção e grupos artísticos e culturais, bem como projectos de animação cultural;
- d) Gerir os Auditórios Municipais, coordenando as actividades e utilização dos mesmos, tendo em conta o respeito pelas preferências do público, com vista à familiarização deste com estes espaços e gerindo os recursos humanos e património a eles afectos e elaborar relatórios do funcionamento dos mesmos;
- e) Coordenar, em cooperação e colaboração com outros Serviços Municipais, as actividades de animação cultural incluídas em projectos desses Serviços.

2.2.7. Na área de Bibliotecas:

- a) Gerir e coordenar a Rede Concelhia de Bibliotecas (Biblioteca Central e respectivos pólos), com a implementação das condições estruturais preconizadas pela Direcção Geral do Livro e das Bibliotecas, de novos pólos de bibliotecas itinerantes e das novas tecnologias da informação e comunicação;
- b) Promover a protecção e conservação da documentação e actualizar de forma permanente os recursos informativos, diversificando os suportes e as temáticas;

- c) Tratar os documentos entrados nas bibliotecas, bem como carregar e administrar as bases de dados e definir e aplicar procedimentos de recuperação e exploração de informação;
- d) Promover o tratamento de elementos bibliográficos e de informação técnica e científica nas matérias de interesse para a autarquia.
- e) Apoiar e orientar os utilizadores dos serviços;
- f) Levar a cabo acções de difusão a fim de tornar acessíveis as diversas fontes de informação, bem como acções de animação no sentido de difundir o gosto pela leitura e contribuir para o desenvolvimento cultural do Concelho;
- g) Promover actividades de cooperação com outras bibliotecas e com entidades e organismos culturais, em especial a nível local e regional.
- h) Estabelecer ligações com departamentos do Estado e outros organismos responsáveis pelas bibliotecas públicas.
- i) Fazer a gestão de todo o equipamento referente às áreas de intervenção.

2.2.8. Na área de Arquivos Municipais:

- a) Promover, definir e implementar acções, planos de classificação e procedimentos com vista a organização, conservação, avaliação, selecção e disponibilização da documentação produzida e recebida pela Câmara Municipal de Mafra e/ou a sua custódia;
- b) Promover o desenvolvimento de investigação relativa ao Concelho de Mafra, e sua divulgação em edições Municipais;
- c) Assegurar e estabelecer ligações com departamentos do Estado com competência na área dos arquivos.
 - Arquivo Geral;
 - Arquivo Histórico;
 - Centro de Estudos de História Local;
 - Edições Municipais.

2.2.8.1.Arquivo Geral:

- a) Orientar os serviços do município a propor a adopção de medidas adequadas para o seu melhor funcionamento, bem como assegurar a gestão do respectivo arquivo

corrente necessário às actividades municipais e a articulação dos existentes em cada unidade orgânica com o geral;

- b)** Proceder ao arquivamento, depois de registados, de todos os documentos, livros, e processos que sejam remetidos ao arquivo geral pelos diversos serviços do município;
- c)** Adoptar planos de arquivo;
- d)** Proceder à reprodução de documentos para os serviços municipais;
- e)** Assegurar a gestão e transferência da documentação dos diferentes serviços para o Arquivo Geral e Arquivo Histórico, de acordo o plano de classificação em vigor;
- f)** Proceder à avaliação e selecção de documentação (a eliminar e/ou conservar) decorridos os prazos estipulados e propor sua a inutilização de acordo com a lei em vigor;
- g)** Assegurar o controlo das requisições internas;
- h)** Assegurar a recepção dos pedidos de informação e proceder à respectiva pesquisa;
- i)** Promover a existência de condições de segurança das instalações;
- j)** Manter actualizados os instrumentos de pesquisa, relativamente aos recenseamentos.

2.2.8.2.Área de Arquivo Histórico:

- a)** Proceder à organização, descrição arquivística, protecção e conservação dos fundos arquivísticos de acordo com as normas existentes, bem como elaborar instrumentos de descrição arquivista tal como guias, catálogos e inventários;
- b)** Proceder à definição de procedimentos relativos a desmaterialização de suportes;
- c)** Assegurar o cumprimento dos procedimentos relativos à transferência da documentação de conservação definitiva de acordo o plano de classificação;
- d)** Apoiar os Serviços Municipais na pesquisa, recolha de informação e gestão documental;
- e)** Proceder à definição de procedimentos e critérios relativos ao empréstimo, consulta e reprodução de documentação de acordo com o seu estado de conservação;
- f)** Assegurar medidas de protecção e preservação dos fundos em depósito;
- g)** Promover e apoiar acções que visem a aquisição, depósito e doação de documentação de interesse municipal;
- h)** Apoiar os utilizadores, orientando-os na pesquisa de documentos;
- i)** Assegurar o controlo das requisições de consulta e reprodução;

- j) Promover acções de difusão, a fim de tornar acessíveis as fontes, bem como valorizar e divulgar o património documental do Concelho;

2.2.9. Na área de Estudos de História Local:

- a) Pesquisar e recolher a documentação, relativa ao Concelho de Mafra;
- b) Apoiar a investigação histórica sobre o Concelho de Mafra;
- c) Colaborar com os Serviços Municipais na pesquisa de informação sempre que solicitada;
- d) Disponibilizar ao público os recursos de informação referentes ao Concelho de Mafra;
- e) Promover conferências, colóquios, seminários, encontros, etc., no sentido de incentivar a reflexão e o debate relativo a temáticas de História Local;
- f) Coordenar e assegurar a edição de publicações relacionadas com as temáticas locais, no tipo de suporte tido pelo mais consentâneo, com o intuito de divulgar o património cultural do Concelho;
- g) Promover projectos e/ou protocolos editoriais, com vista à dinamização das edições Municipais ao nível Regional, Nacional e Internacional.

2.3. Serviço de Desporto:

- a) Elaborar e actualizar anualmente a Análise da Situação Desportiva do Concelho, bem como a respectiva Carta das Instalações Desportivas e o relatório sobre Associativismo no Concelho. Com base nestes estudos da situação, propor a construção e/ou reconversão de instalações desportivas, bem como a implementação de projectos de desenvolvimento desportivo que englobem os diversos agentes do sistema desportivo;
- b) Definir o modelo de gestão das instalações desportivas municipais, organizando e coordenando as actividades e utilização das mesmas, bem como os recursos humanos e materiais a elas afectos. Elaborar relatórios mensais e anuais de funcionamento e zelar por todo o património afecto às instalações desportivas municipais, bem como garantir as condições higio-sanitárias adequadas à sua utilização pelo público;
- c) Gerir e avaliar os recursos humanos, da responsabilidade da Autarquia, que prestam serviços na área do Desporto;
- d) Definir, propor e operacionalizar projectos que promovam e potenciem o desenvolvimento desportivo;
- e) Propor e operacionalizar a realização de provas desportivas de âmbito nacional e internacional que incrementem a prática desportiva e promovam turística e economicamente o Concelho;

- f) Garantir uma avaliação sistemática dos projectos integrados no Plano Anual de Actividades por forma a adequar a prática desportiva à realidade municipal;
- g) Definir e operacionalizar projectos de promoção da disciplina de Educação Física e de actividades de Expressão e Educação Físico Motora nos estabelecimentos escolares concelhios;
- h) Assegurar as seguintes funções, as quais serão prévia ou pontualmente definidas, conforme o caso, pelo director do DDS, em função dos planos aprovados:
 - i) Promover a prática desportiva;
 - ii) Gerir as actividades e as instalações desportivas municipais;
 - iii) Promover e apoiar o desenvolvimento da disciplina de educação Física nos Estabelecimentos de Ensino;
 - iv) Dinamização e apoio de competições desportivas de cariz concelhio, nacional e internacional.

Artigo 35.º

Divisão de Acção Social e de Apoio Institucional

1. À Divisão de Acção Social e Apoio Institucional, adiante designada por DASAI, a cargo de um chefe de divisão municipal, compete genericamente:
 - a) Garantir o bom funcionamento dos serviços e eficaz gestão técnico-administrativo;
 - b) A intervenção nas áreas de apoio social e protecção da família;
 - c) Assegurar o apoio às Juntas de Freguesia e Associações.
2. A DASAI integra os seguintes serviços com as competências abaixo discriminadas:
 - 2.1. **Serviço de Acção Social:**
 - a) Efectuar diagnósticos sociais da situação do Concelho e, com base nos mesmos, propor a implementação de medidas e infra-estruturas de acção social adequadas à realidade do Concelho;
 - b) Colaborar com instituições vocacionadas para o apoio social, através da realização de projectos bem como de atendimento e encaminhamento dos munícipes;
 - c) Participar nas reuniões do Núcleo Local de Inserção, da Medida Rendimento Social de Inserção, e na Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em perigo, efectuando, em conjunto com as demais entidades, o acompanhamento dos casos e colaborar com as entidades em ordem à promoção da qualidade de vida e do bem estar dos munícipes;

- d) Operacionalizar os projectos promovidos pela autarquia na área da acção social e garantir a sua avaliação sistemática, de modo a que sejam ajustados às necessidades dos munícipes;
- e) Analisar casos sociais cuja detecção ou atendimento seja efectuada directamente pela Câmara Municipal, nomeadamente pedidos de habitação social, comparticipações financeiras para fins diversos, melhorias habitacionais, insuficiência económica, entre outras;
- f) Acompanhar a integração, nos diversos serviços, dos cidadãos propostos pelas diversas entidades oficiais para o cabal cumprimento de obrigações para com a comunidade;
- g) Analisar as condições habitacionais da população residente em habitação municipal e promover a gestão social dos Bairros Sociais na área do Município.
- h) Gerir no sentido de obter a certificação de qualidade pelo Referencial Normativo NP ISO 9001 visando sempre um bom serviço aos utentes;
- i) Propor e operacionalizar actividades de apoio, informação e encaminhamento escolar e profissional dos jovens;
- j) Interagir de modo eficaz com outras instituições no sentido de criar os mecanismos necessários que facilitem o acesso dos jovens à formação profissional, ao ensino, à informação, às novas tecnologias, à ocupação de tempos livres, ao desporto e à cultura;
- k) Propor e criar mecanismos de apoio ao primeiro emprego, concedendo informações nas áreas da formação e qualificação profissional;
- l) Propor e implementar medidas de prevenção do aparecimento de condutas desviantes ou de risco, através de acções de prevenção primária e de informação sobre os problemas e consequências da toxicodependência.

2.2. Serviço de Apoio Institucional:

2.2.1 Na área de Apoio às Juntas de Freguesia:

Na área de Apoio às Juntas de Freguesia, o Serviço de Apoio Institucional é responsável pela promoção a política municipal de descentralização e delegação de competências e recursos, assegurando a articulação e a cooperação sistemática entre o Município e as Juntas de Freguesia, e compete-lhe:

- a) Promover a interligação entre o Município e as freguesias do Concelho;
- b) Prestar apoio técnico, nos domínios de obras, planeamento, administrativo, contabilidade e jurídico às freguesias;

- c) Promover a elaboração de estudos e propostas tendentes à delegação de competências para as Juntas de Freguesia;
- d) Assegurar o cumprimento e colaborar na prossecução dos acordos de execução, relativos à delegação de competências do Município nas Freguesias;
- e) Prestar toda a informação relativa aos processos que correm termos no Município e que sejam do interesse das freguesias;
- f) Promover a desconcentração para as freguesias de serviços de apoio ao município;
- g) Planear, propor e promover formas de circulação de informação entre as freguesias e o Município, fazendo uso das tecnologias de informação;
- h) Organizar e manter actualizada a informação que reflecta a colaboração institucional entre o Município e as Juntas de Freguesias, nos domínios patrimonial, económico-financeiro e outros.

2.2.2 Na área de Apoio às Associações:

Na área de Apoio às Associações, o Serviço de Apoio Institucional é responsável pelo fomento do associativismo ao nível municipal, enquanto forma de realização alternativa dos objectivos do município, e compete-lhe:

- a) Apoiar e estimular a criação, manutenção, desenvolvimento e capacitação de associações, públicas ou privadas, implantadas no concelho, ou que neste desenvolvam a sua actividade, de modo a potenciar e consolidar o desenvolvimento socioeconómico e cultural do concelho;
- b) Promover e dinamizar o associativismo juvenil criando as condições para a sua implementação e desenvolvimento;
- c) Incentivar o associativismo no âmbito da difusão dos valores culturais do concelho e da defesa do seu património;
- d) Apoiar o associativismo solidário do concelho;
- e) Incentivar e apoiar o associativismo desportivo no concelho;
- f) Promover, gerir e avaliar programas de apoio ao movimento associativo concelhio;
- g) Proceder ao diagnóstico e apuramento estatístico das diversas formas de associativismo existentes no município.
- h) Definir, propor e implementar o Programa de Apoio ao Associativismo, na vertente cultural, assim como todos os apoios que visem contribuir para o desenvolvimento do associativismo;
- i) Definir, propor e implementar o Programa de Apoio ao Associativismo, bem

como todos os apoios previstos no Regulamento do Apoio ao Associativismo;

- j) Propor o estabelecimento de parcerias e contratos programa para a gestão dos equipamentos desportivos.

Artigo 36.º

Divisão de Educação e Juventude

1. À Divisão de Educação e Juventude, adiante designada por DEJ, a cargo de um chefe de divisão municipal, compete genericamente:

- a) Garantir o bom funcionamento dos serviços e eficaz gestão técnico-administrativo;
- b) Preparação, execução e avaliação dos meios, programas e medidas municipais referentes à área educativa;

2. A DEJ integra os seguintes serviços com as competências abaixo discriminadas:

2.1. Serviço de Educação:

- a) Propor, com base em estudos da situação e na Carta Educativa, a construção de edifícios escolares, bem como a organização e gestão da rede educativa;
- b) Efectuar o levantamento de necessidades em apetrechamento escolar, propor a aquisição ou a substituição de equipamentos degradados, acompanhando a sua aquisição e entrega nos estabelecimentos de ensino, elaborando relatórios de intervenção;
- c) Organizar, e coordenar o funcionamento dos transportes escolares ao nível operacional e administrativo, conciliando os mesmos com as orientações de encaminhamento pedagógico definidas pelo Ministério da Educação, pelo Regulamento para Atribuição dos Transportes Escolares e pelo Plano de Transportes Escolares;
- d) Propor a elaboração de protocolos ou contratos de fornecimento de refeições nos estabelecimentos de ensino que integrem o serviço de refeições no âmbito da componente de apoio à família;
- e) Coordenar e acompanhar o fornecimento das refeições, bem como das actividades desenvolvidas nos prolongamentos de horário e nas interrupções lectivas, nos estabelecimentos de ensino que integrem estes serviços na componente de apoio à família;
- f) Gerir e avaliar os recursos humanos, da responsabilidade da Autarquia, que prestam serviços na área da Educação;

- g)** Coordenar, operacionalizar e analisar os processos de inscrição dos alunos na componente de apoio à família bem como os pagamentos do referido serviço por parte dos encarregados de educação;
- h)** Coordenar e operacionalizar a atribuição de auxílios económicos a alunos carenciados, de modo a garantir a igualdade de oportunidades no acesso à educação;
- i)** Apoiar a integração plena das crianças portadoras de limitações físicas ou psíquicas que levem à existência de necessidades educativas especiais, em cooperação com as entidades legalmente previstas para o efeito;
- j)** Propor e operacionalizar actividades de complemento curricular, inovando o processo de ensino e aprendizagem;
- k)** Programar iniciativas que respondam aos problemas sócio-familiares ao nível da ocupação dos tempos livres das crianças e jovens do Concelho;
- l)** Prestar apoio à comunidade educativa, nomeadamente através dos órgãos de gestão dos estabelecimentos de ensino, conselhos gerais, associações de pais e encarregados de educação, em projectos e iniciativas de carácter educativo -pedagógico;
- m)** Garantir a avaliação sistemática dos projectos integrados no Plano Anual de Actividades por forma a adequar a acção educativa à realidade municipal;
- n)** Implementar, coordenar e criar mecanismos de controlo de todos os procedimentos administrativos inerentes ao fornecimento de refeições, e prolongamento de horário nos Estabelecimentos de Ensino no Pré-Escolar e 1.º Ciclo.
- o)** Contribuir para a melhoria do sistema educativo do Município;
- p)** Colaborar com as entidades responsáveis do Ministério da Educação ou em regime de contrato de associação com o mesmo, no âmbito da educação pré-escolar, ensino básico, profissional, secundário e superior;
- q)** Propor a revisão da Carta Educativa do Concelho de Mafra, a integrar nos planos directores municipais, de acordo com a legislação em vigor;
- r)** Garantir a representação do Município nos Conselhos Gerais, conforme previsto na legislação em vigor;
- s)** Prestar apoio logístico e administrativo no Conselho Municipal de Educação;
- t)** Gerir o funcionamento global da Creche de Mafra, ao nível dos seus recursos humanos, físicos, pedagógicos e materiais;
- u)** Garantir a higiene e segurança alimentar no serviço de refeições nos estabelecimentos de ensino onde este é disponibilizado;

2.2. Serviço de Juventude:

- a) Assegurar a colaboração nas acções, aos vários níveis da Autarquia, destinadas à juventude;
- b) Gerir e avaliar os recursos humanos, da responsabilidade da Autarquia, que prestam serviços na área da Juventude;
- c) Efectuar o levantamento e estudo dos principais problemas e necessidades que afectam as camadas mais jovens;
- d) Promover, criar e desenvolver programas para jovens, designadamente nas áreas de ocupação dos tempos livres, principalmente durante os períodos de férias escolares, apostando na oferta de actividades culturais, desportivas e recreativas, assim como em projectos de voluntariado, cooperação, associativismo, formação, entre outros, que permitam a opção por uma vida útil e saudável;
- e) Promover projectos e actividades que visem a formação complementar dos jovens, nomeadamente através de novas competências que se considerem essenciais ao ingresso no mundo do trabalho;
- f) Apoiar o encaminhamento escolar e profissional, através das sessões desenvolvidas com as escolas e com os jovens individualmente;
- g) Propor e implementar actividades que estimulem a participação juvenil e a livre criação, incentivem a criação de uma consciência ecológica dos jovens, e dinamizem as tradições e costumes da população local;
- h) Promover o intercâmbio entre jovens, procurando alargar o seu campo cultural e intelectual;
- i) Garantir a avaliação sistemática dos projectos de modo a adequar a acção juvenil à realidade municipal;
- j) Assegurar as funções de apoio à juventude e ocupação de tempos livres, as quais serão prévias ou pontualmente definidas, conforme o caso, pelo director do DDS, em função dos planos aprovados.

Artigo 37.º

Núcleo de Apoio Técnico

1. O Núcleo de Apoio Técnico funciona na dependência directa do director do DDS e contém as áreas de Estudos e Planeamento, Infra-Estruturas e Equipamentos Sociais e Apoio Administrativo, as quais compete:

1.1 Na área de Estudos e Planeamento:

- a) O planeamento de actividades, recolha, tratamento e divulgação de informação;
- b) A coordenação das relações entre todas as unidades orgânicas do departamento.

1.2 Na área das Infra-estruturas e Equipamentos Sociais:

- a) Efectuar, em articulação com o DUOMA, um controlo do estado de conservação/manutenção das infra-estruturas e equipamentos municipais sociais, de acordo com as orientações do Ministério de Educação;
- b) Efectuar o levantamento de necessidades e propor a realização de obras de conservação/manutenção dos edifícios municipais e acompanhar a sua execução, elaborando relatórios de intervenção;
- c) Efectuar, em conjunto com os técnicos das diversas áreas, o levantamento de necessidades de apetrechamento, propor a aquisição ou a substituição de equipamentos degradados, acompanhando a sua aquisição e entrega nas diversas instalações, elaborando relatórios de intervenção;
- d) Avaliar e propor em consonância com a área de Acção Social, a melhoria de condições nas infra-estruturas de habitabilidade dos munícipes com carência económica;
- e) Elaborar levantamentos do estado de conservação/manutenção dos Espaços de Jogo e Recreio, promovendo as correcções necessárias e fiscalizando a sua concretização;
- f) Promover as inspecções de acordo com o Decreto-Lei n.º 379/97, de 27 de Dezembro, a efectuar aos Espaços de Jogo e Recreio pela comissão técnica nomeada pela CMM;
- g) Propor, com base em análises presenciais e relatórios efectuados, a construção ou o encerramento de Espaços de Jogo e Recreio do Concelho;
- h) Emitir pareceres, quando solicitado, relacionados com os Espaços de Jogo e Recreio referentes aos Processos de Obras e Loteamentos Particulares e vistoriar aquando da conclusão do espaço;
- i) Acompanhar e verificar o cumprimento do trabalho a efectuar pelas empresas com contratos de manutenção preventiva/correctiva dos equipamentos instalados nas diversas infra-estruturas municipais, contratos de controlo e tratamento da qualidade da água das Piscinas Municipais, estabelecidos com a autarquia;
- j) Efectuar o levantamento do estado de conservação das infra-estruturas cedidas e devolutas, com a realização de relatórios de intervenção;
- k) Promover as inspecções às redes de gás nas instalações municipais afectas ao DDS;

1.3 Na área do Apoio Administrativo:

- a) Arquivar, organizar e encaminhar o despacho da correspondência expedida e recebida no departamento, bem como de informações ou outros documentos que impliquem resposta a terceiros ou encaminhamento interno na Câmara Municipal;
- b) Sistematizar toda a informação relativa aos recursos humanos afectos ao departamento de forma a efectuar o controlo do cumprimento dos diversos deveres e funções atribuídas aos mesmos;
- c) Estabelecer relação com os serviços municipais responsáveis pela aquisição, empréstimo ou produção dos recursos materiais necessários à realização dos diversos projectos e à gestão das infra-estruturas da responsabilidade do Departamento, nomeadamente através da elaboração de informações para aquisição dos recursos materiais, acompanhamento da situação das aquisições bem como das entregas atempadas;
- d) Apurar as despesas e proveitos de todos os centros de custo afectos ao Departamento;
- e) Coordenar e controlar as cobranças dos serviços prestados pelo Departamento, enviar a informação para a SIBS, conferir a receita cobrada pelos diversos meios e elaborar guias de receita para dar entrada e respectiva entrega na tesouraria;
- f) Compilar a informação de todas as áreas do Departamento e elaborar o Relatório Anual de Gestão do Plano de Actividades do Departamento;
- g) Assegurar os procedimentos necessários para a aplicação e monitorização do sistema integrado de avaliação do desempenho na administração Pública (SIADAP) em todas as áreas do Departamento;
- h) Preparar os processos administrativos para a Reunião de Câmara;
- i) Efectuar propostas de modificações orçamentais de forma a assegurar os compromissos assumidos;
- j) Elaborar das requisições internas referente aos pedidos de material escritório, produtos e artigos de limpeza de todo o Departamento, directamente na aplicação informática.

Artigo 38.º

Divisão de Segurança e Protecção Civil

1. À Divisão de Segurança e Protecção Civil, adiante designada abreviadamente por DSPC, a cargo de um chefe de divisão municipal, compete:

a) Coordenar o exercício das actividades da polícia municipal e da protecção civil, zelando pelo cumprimento das leis, regulamentos, deliberações ou decisões dos órgãos do município no âmbito da sua competência.

b) Promover a articulação entre o Município, entidades da área da protecção civil, autoridades Policiais com intervenção no Concelho e outros representantes da comunidade local, através dos Serviços Municipais de Protecção Civil e Polícia Municipal.

c) Coordenar todas as iniciativas decorrentes do Conselho Municipal de Segurança do Município de Mafra ou de outros organismos que sejam criados com intervenção directa na segurança pública na área do concelho de Mafra.

2. A DSPC integra, ainda, os seguintes serviços com as competências abaixo discriminadas:

2.1. Serviço de Polícia Municipal:

O Serviço de Polícia Municipal tem por missão exercer funções de polícia administrativa, zelando pelo cumprimento das leis, regulamentos, deliberações ou decisões dos órgãos do município no âmbito da sua competência.

- a) Garantir o cumprimento dos regulamentos e posturas municipais e a aplicação das normas legais cuja competência de aplicação ou fiscalização caiba ao Município, designadamente nos domínios da edificação e urbanização, parque habitacional, comércio, ruído, saúde pública, circulação rodoviária e estacionamento de veículos, defesa e protecção da natureza, do ambiente, do património culturas e dos recursos cinegéticos;
- b) Executar coercivamente, nos termos da lei, os actos administrativos emanados dos órgãos do Município;
- c) Garantir a vigilância de espaços públicos ou abertos ao público, designadamente nas áreas circundantes de escolas;
- d) Garantir a guarda de edifícios e equipamentos públicos municipais;
- e) Regular e fiscalizar o trânsito rodoviário e pedonal na área de jurisdição municipal;
- f) Garantir o cumprimento das normas e estacionamento de veículos e de circulação rodoviária;
- g) Promover e colaborar com outras entidades em acções de sensibilização e divulgação de matérias de relevante interesse social no concelho, designadamente de prevenção rodoviária e ambiental;
- h) Elaborar autos de notícia por acidente de viação quando o facto não constituir crime;

- i)** Adoptar as providências organizativas apropriadas aquando da realização de eventos na via pública quem impliquem restrições à circulação, em coordenação com as forças de segurança competentes, quando necessário;
- j)** Deter e entregar imediatamente à autoridade judiciária ou entidade policial suspeitos de crime punível com pena de prisão, em caso de flagrante delito, nos termos da lei processual penal;
- k)** Denunciar os crimes de que tiver conhecimento no exercício das suas funções, e por causa delas, e praticar os actos cautelares necessários e urgentes para assegurar os meios de prova, nos termos da lei processual penal, até à chegada do órgão de polícia criminal competente;
- l)** Elaborar autos de notícia e autos de contra-ordenação por infracções aos regulamentos e posturas municipais e às normas de âmbito nacional ou regional cuja competência de aplicação ou fiscalização pertença ao município, bem como colaborar na instrução dos respectivos processos;
- m)** Elaborar autos de notícia, com remessa à autoridade competente, por infracções cuja fiscalização não seja da competência do Município, nos casos em que a lei o imponha ou o permita;
- n)** Executar mandatos de notificação;
- o)** Executar ordens de tomada de posse administrativa de imóveis e remoção de bens para local adequado;
- p)** Participação no Serviço Municipal de Protecção Civil, em situação de crise ou de calamidade pública;
- q)** Exercer funções de polícia ambiental;
- r)** Exercer funções de polícia mortuária;
- s)** Promover a desocupação dos fogos municipais ocupados abusivamente;
- t)** Criar as condições de segurança necessárias para a execução dos despejos deliberados pela Câmara;
- u)** Apoiar as acções de realojamento, em articulação com os serviços competentes;
- v)** Detectar e promover a remoção das viaturas abandonadas na via pública, desencadeando o respectivo processo administrativo;
- w)** Fiscalização do cumprimento das disposições constantes na legislação em vigor, em matéria de ruído;

4

- x) Apoio e auxílio aos munícipes que, em situação de urgência, necessitem de auxílio;
- y) Cooperar, no âmbito dos seus poderes, com os demais serviços do Município e com quaisquer outras entidades públicas que o solicitem, designadamente as forças de segurança, nos termos da Lei.
- z) Detectar e participar às outras unidades orgânicas a existência de anomalias e deficiências no espaço público;
- aa) Coordenar, por parte da Câmara Municipal de Mafra, todas as iniciativas decorrentes do Conselho Municipal de Segurança do Município de Mafra ou de outros organismos que sejam criados com intervenção directa na segurança pública na área do concelho de Mafra.

2.2. Serviço Municipal de Protecção Civil:

Ao Serviço de Protecção Civil e adiante designado abreviadamente por SPC, compete:

- a) Colaborar com a Autoridade Nacional de Protecção Civil no estudo e preparação de planos de defesa das populações, em casos de emergência, bem como nos simulacros e testes às capacidades de execução e avaliação dos mesmos;
- b) Organizar planos de protecção civil das populações locais em casos de incêndios florestais, cheias, sismos ou outras situações de emergência;
- c) Organizar planos de actuação em colaboração com as juntas de freguesia e outros municípios, com a finalidade de intervir, em casos de emergência ou sinistro, em áreas bem determinadas expostas a níveis elevados de risco;
- d) Executar e promover as acções concernentes aos serviços de bombeiros e emergência médica, nomeadamente no acompanhamento e apoio financeiro ou outro, às associações humanitárias e de socorro do concelho;
- e) Manter uma estreita ligação com todas as entidades a nível concelhio que tenham intervenção directa ou indirecta na prevenção e execução dos planos de protecção civil;
- f) Promover a informação e formação das populações, visando a sua sensibilização em matérias de auto-protecção e de colaboração com as demais autoridades.
- g) Propor medidas adequadas a incluir no plano de actividades anuais e plurianuais e executar as acções que na área da defesa e ordenamento da floresta estejam aí incluídas;
- h) Acompanhar, executar e actualizar o Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios (DFCI), bem como os programas de acção nele previstos;

- i)** Promover o cumprimento do estabelecido no sistema nacional de defesa da floresta contra incêndios, relativamente às competências aí atribuídas aos municípios;
- j)** Coordenar e acompanhar as acções de gestão de combustíveis no perímetro de protecção a edificações;
- k)** Avaliar e informar sobre a utilização de fogo-de-artifício e outros artefactos pirotécnicos;
- l)** Acompanhar e divulgar o índice diário de risco de incêndio;
- m)** Emitir propostas e pareceres no âmbito das medidas e acções de DFCI e ordenamento florestal, dos planos e relatórios de âmbito local, regional e nacional e das propostas de legislação;
- n)** Planear as acções a realizar, no curto prazo, no âmbito do controlo das ignições, designadamente, sensibilizar a população, vigiar e adoptar as medidas de compressão legalmente previstas, quando for caso disso;
- o)** Atender e informar os munícipes sobre as acções de gestão de combustíveis e sobre as acções de florestação e reflorestação e disposições legais aplicáveis;
- p)** Acompanhar, vistoriar e emitir pareceres sobre as acções de florestação ou reflorestação sujeitas a licenciamento camarário;
- q)** Propor, elaborar e informar projectos de candidaturas a programas de financiamento público e coordenar a sua execução física;
- r)** Implementar e executar as orientações emanadas nos planos regionais e nacionais.
- s)** Organizar o serviço de segurança, higiene e saúde no trabalho, da câmara e das empresas municipais.
- t)** Proceder à inspecção dos locais de trabalho para observação do ambiente e seus efeitos na saúde, identificando e avaliando eventuais riscos profissionais;

CAPÍTULO IV

Disposições finais e transitórias

Artigo 39.º

Organograma

O organograma consta do Anexo, que faz parte integrante do presente Regulamento.

Artigo 40.º

Alteração e ajustamento de atribuições e competências

As atribuições, competências e responsabilidades dos diversos serviços da presente estrutura orgânica, e consequentemente dos seus dirigentes e chefias, poderão ser alteradas ou ajustadas pelo órgão competente, sempre que razões de eficácia assim o justifiquem, designadamente, para cumprimento dos planos, prévia e anual ou plurianualmente aprovados.

Artigo 41.º

Dúvidas e omissões

Compete ao Presidente da Câmara decidir sobre eventuais dúvidas de interpretação ou omissões do presente regulamento.

Artigo 42.º

Entrada em vigor

O Regulamento de Organização dos Serviços Municipais, Estrutura e Competências — Estrutura Nuclear e a Estrutura Flexível – (ROSMEC) entra em vigor no dia 1 de Janeiro de 2014 ou no primeiro dia útil imediatamente seguinte à data da sua publicação no Diário da República, se a mesma ocorrer em data posterior.

Artigo 43.º

Norma revogatória

Com a entrada em vigor do presente regulamento orgânico e estrutura dos serviços municipais, ficam revogadas todas as disposições anteriores sobre estas matérias.

PARECER

Concedo. Proposto ao Senhor Presidente
para reunião de Câmara.

[Handwritten signature]

2013.12.10.....

O(A) Vereador(a),

Concedo.

A consideração superior, o possível
agendamento para reunião de
Câmara.

2013.12.10..

O(A) Director(a) de Departamento,

Concordo com a presente informação.
Propõe-se que o assunto seja submetido
à reunião de Câmara, tendo em vista
a respectiva autorização do Assembleia
Municipal.

O(A) Chefe de Divisão

A consideração superior
[Handwritten signature]

DESPACHO

A reunião

10.12.13.

O Presidente da Câmara,

[Handwritten signature]
(Hélder Sousa Silva)

INFORMAÇÃO Interno/2013/13313

ASSUNTO: AUTORIZAÇÃO PRÉVIA NO ÂMBITO DA LEI DOS COMPROMISSOS

Considerando a alínea c) do n.º 1 do art.6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projectos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando que o art.º 13.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de Junho, veio regulamentar a citada Lei dos Compromissos e estabelecendo nos termos do art.º 12.º do citado diploma, que a referida autorização prévia para a assunção de


compromissos plurianuais poderá ser dada quando da aprovação dos Documentos Previsionais.

Propõe-se, por motivos de simplificação e celeridade processuais, que a assembleia Municipal delibere:

1. Para os efeitos previstos na alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, conjugado com o art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho, emitir autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais efectuados ou a efectuar, desde que inscritos nas Grandes Opções do Plano ou em alterações orçamentais a aprovar pelo Executivo até 31 de Dezembro de 2014, bem como os demais constantes na listagem.
2. Delegar na Câmara Municipal, com faculdade de subdelegação no respectivo Presidente, nos termos da lei geral, a aprovação quanto à assunção de compromissos plurianuais, relativos a despesas de funcionamento de carácter continuado e repetitivo, observando os limites impostos pelo regime da contratação pública.
3. Em todas as sessões ordinárias da Assembleia Municipal deverá ser presente uma informação da qual constem os compromissos plurianuais assumidos, ao abrigo da autorização prévia que ora se propõe.

À Consideração Superior,

A Técnica Superior,

X 

(Dulce Lourenço)

Mapa de Encargos Plurianuais não Incluídos nas GOP'S

| Designação | Prazo Contratual | Valor Estimado Total (Com IVA) | Valor Estimado por Ano | | | | |
|--|------------------|--------------------------------|------------------------|------------------|------------------|-------------|-------------|
| | | | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | Outros |
| Aluguer de 3 viaturas ligeiras de passageiros para a Policia Municipal. | 365 dias | 16.000,00 | 14.000,00 | 2.000,00 | | | |
| Realização de análises bacteriológicas para os estabelecimentos de ensino. | 12 meses | 4.499,99 | 1.636,36 | 2.863,63 | | | |
| Prestação de serviços de manutenção das piscinas e o fornecimento de produtos químicos de tratamento de águas. | 36 meses | 129.150,00 | 43.050,00 | 43.050,00 | 43.050,00 | | |
| Aquisição de serviços de assistência ao software de gestão das Instalações Desportivas. | 36 meses | 17.712,00 | 5.904,00 | 5.904,00 | 5.904,00 | | |
| TOTAL | | 167.361,99 | 64.590,36 | 53.817,63 | 48.954,00 | 0,00 | 0,00 |

Nota: Os valores supramencionados incluem IVA à taxa legal em vigor

1

PARECER

Concordo com o proposto.
Ao Sr. Presidente para posterior envio
ao Orgão Executivo. Hjtj

2013./12./10..

O(A) Vereador(a),

Concordo.

A considerando superior, o assunto
agendado para reunião de
Câmara.

2013./12./10..

O(A) Director(a) de Departamento,

Concordo com o proposto.

Sugere-se que o assunto seja
submetido aos órgãos executivos
e deliberativos, para aprovação.

2013./12./09..

O(A) Chefe de Divisão

DESPACHO

A reunião

10./12./13

O Presidente da Câmara,

(Hélder Sousa Silva)

INFORMAÇÃO Interno/2013/13295

ASSUNTO: EMPRÉSTIMO A CURTO PRAZO ATÉ AO VALOR DE 1.900.000,00 € -
ANO DE 2014

Considerando que, tal como acontece nas instituições públicas em geral, o
fluxo de realização das receitas do Município de Mafra não é regular ao longo
do ano;

Considerando que, neste sentido, a programação financeira do Município é feita
com a preocupação de prevenir desequilíbrios significativos, mas nem sempre
é possível evitar dificuldades pontuais de tesouraria;

Considerando que, de acordo com o n.º 3 do artigo 38.º e n.º 1 do artigo 39.º
da Lei n.º 2/2007, de 15 de Dezembro, os empréstimos de curto prazo são
contraídos para ocorrer a dificuldades de tesouraria, não podendo o seu
montante médio anual exceder 10% das receitas provenientes dos impostos

municipais, das participações do município no Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF) e no IRS;

Considerando que, de acordo com o disposto na alínea d) do ponto 3.3.1 do POCAL, “as importâncias relativas aos empréstimos só podem ser consideradas no orçamento depois da sua contratação, independentemente da sua eficácia do respetivo contrato”, pelo que em sede de orçamento inicial não foi incluído o valor a contratar;

Considerando que, os empréstimos de curto prazo devem ser amortizados no prazo de um ano após a sua contratação e que, caso o empréstimo não seja amortizado até 31 de Dezembro do ano da sua contratação, o montante da dívida releva para efeitos do cálculo do limite dos empréstimos de Médio e Longo Prazo, conforme n.º4 do art.º 39 da LFL, deixa de ser dívida flutuante e passa a ser dívida fundada, logo o respectivo contrato fica sujeito a visto prévio do Tribunal de Contas, de acordo com o disposto na alínea a) do n.º 1 do art.º 46.º da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto (LOPTC).

Considerando que, nos termos do n.º 7 do artigo 38.º do citado diploma legal, a aprovação de empréstimos a curto prazo **pode ser deliberada pela Assembleia Municipal, na sua sessão anual de aprovação do orçamento.**

Face ao exposto, e salvo melhor opinião, propõe-se que seja submetido ao órgão executivo o seguinte:

1. Aprovar a proposta da contratação de um ou mais empréstimos de curto prazo durante o ano de 2014, até ao limite estabelecido no n.º 1 do artigo 39.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, bem como o prazo da sua amortização, até ao término do ano económico da sua contratação.

2. Conceder poderes ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para negociar e outorgar os empréstimos referidos no número anterior.
3. Submeter a presente proposta de deliberação à Assembleia Municipal, para que este órgão delibere, de acordo com a alínea f) do n.º1, do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.

À consideração superior,

A Técnica Superior

Cândida Jacinto

Cândida Jacinto

PARECER

Concedido. Proposto que seja
remetido à Reunião de Câmara.

H. S. Silva

2013/12/09

O(A) Vereador(a),

A consideração superior, o presente
acordamento para a reunião de
Câmara, face à fundamentação
de proposta em anexo:

2013/12/09

O(A) Director(a) de Departamento,

Considerando as informações dos
serviços que dão origem às alterações
apresentadas, bem como a respectiva
fundamentação económica-financeira
da área de licenciamentos diversos.

Foi ao exposto, suplenete-se o assunto
2013/12/09 a consideração superior.

O(A) Chefe de Divisão

H. S. Silva

DESPACHO

A Leuani

10/12/13

O Presidente da Câmara,

H. S. Silva

(Helder Sousa Silva)

INFORMAÇÃO Interno/2013/13154

ASSUNTO: ALTERAÇÃO DA TABELA DE TAXAS DO MUNICÍPIO DE MAFRA

Relativamente ao assunto propõem-se as alterações à Tabela de Taxas que se enunciam nos seguintes pontos:

1. Alteração do valor da taxa referente ao Estacionamento de Duração Limitada, no Largo General Humberto Delgado e na Alameda da EPI, em Maфра

Referente a esta proposta de alteração remete-se para a informação Interno/2013/12743, apresentada pela Técnica Dulce Machado em anexo, como documento I.

2. Nova taxa pela utilização de Sanitários Públicos

Tendo o objectivo de assegurar as condições ambientais e de higiene públicas na área envolvente ao Convento de Mafra e considerando a necessidade de equipamento adequado de Sanitários Públicos nessa área, por se verificar a inexistência de instalações sanitárias após as obras ocorridas de requalificação da zona envolvente ao Convento de Mafra, propõe-se a criação de uma nova taxa, considerando a fundamentação económico-financeira apresentada como documento II, em anexo.

3. Alteração das taxas dos Mercados

No que concerne às taxas relativas aos mercados municipais de Mafra e Ericeira, e conforme orientação superior, tendo em vista a sua dinamização, conjugado com o facto de se transaccionarem nestes mercados essencialmente produtos locais, e por outro lado, verificando-se ainda, uma tendência gradual de desistências dos seus vendedores, cifrando-se actualmente em taxas de ocupação de 92% e de 73% para os mercados de Mafra e Ericeira, respectivamente.

Propõe-se que a Câmara Municipal delibere submeter à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos do previsto no artigo n.º 2 do artigo 12.º da Lei das Finanças Locais e na alínea c) do n.º 1 do artigo n.º 25 da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, **a redução de 50% com carácter temporário do pagamento das taxas previstas nos pontos 1.1, 1.2, 2.2, 3.1.2, 3.2.2 e 4.2 do artigo 11.º da Tabela de Taxas do Município de Mafra em vigor.**

Mais se propõe, que a adopção desta medida esteja balizada por circunstâncias temporais, devendo esta redução **vigorar no período de 1 de Janeiro de 2014 a 31 de Dezembro de 2015.**

À Consideração Superior,

2013/12/05

A Técnica Superior



(Rita Varela)

PARECER

Concordo com a proposta
e comendo do bom
Presidente

05/12/13

O(A) Vereador(a),

Vereador

...../...../.....

O(A) Director(a) de Departamento,

Concedo

A Cons. Superior

05/12/2013

DM

O(A) Chefe de Divisão

DESPACHO

A reunião

05/12/13

O Presidente da Câmara,

Hélder Sousa Silva

(Hélder Sousa Silva)

INFORMAÇÃO Interno/2013/12743

Assunto: Proposta de alteração do valor da taxa referente ao Estacionamento de Duração Limitada, no Largo General Humberto Delgado e na Alameda da EPI, em Mafra.

Considerando que:

- 1) O tempo máximo de permanência, dado pela atual redação do n.º 3 do artigo 3.º do Regulamento Específico de Estacionamento de Duração Limitada da Vila de Mafra (Zona I), no Largo General Humberto Delgado e na Alameda da EPI é de 5 horas;
- 2) Devido às obras de requalificação da envolvente ao Palácio Nacional de Mafra, foi suspenso, durante a execução das mesmas, o pagamento do estacionamento no Largo General Humberto Delgado e alterado o tempo

máximo de permanência para 3 horas, conforme deliberação da Assembleia Municipal de 28/12/2011;

- 3) Já terminaram as obras de requalificação da envolvente ao Palácio Nacional de Mafra, o referido no ponto anterior encontra-se ultrapassado, devendo reaplicar-se o disposto no ponto 1, ou seja o período máximo de 5 horas;
- 4) O Largo General Humberto Delgado e a Alameda da EPI encontram-se na periferia da zona de estacionamento de duração limitada e mais afastados das zonas comerciais;
- 5) A taxa a aplicar no Largo General Humberto Delgado e na Alameda da EPI, deverá ser de modo a incentivar a procura de estacionamento, nestes locais.

Nestes termos, propõe-se uma alteração do valor da taxa, isentando a 1ª hora e taxando as frações de 10 min subsequentes no valor de 0.10 €, como em todas as demais zonas de estacionamento.

À consideração superior,

2013/12/05

A Técnica Superior



(Dulce Machado)

MUNICÍPIO DE MAFRA - PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DA TABELA DA TAXAS
FUNDAMENTAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA - artigo 8.º da Lei nº 53-E/2006 de 29/12

Anexo II

| Artigo/N.º | Designação | MOD | Amortiz. | Consumos e FSE | Total | Custos Indirectos | A - Total de custos directos + custos indirectos | B - Coeficiente benefício | C - Coeficiente incentivo / desincentivo | D = A x B x C | Taxa actual | Taxa proposta |
|--|---|------|----------|----------------|-------|-------------------|--|---------------------------|--|---------------|-------------|---------------|
| Artigo 9.º Ocupação do domínio público ou privado municipal | | | | | | | | | | | | |
| 6.6 | Estacionamento não reservado de veículos na via pública em zonas não concessionadas (fora de parques fechados) - por fracção de 10 min. em dias úteis das 8:00h às 20: 00h, Sábados das 8:00h às 14:00h | | | | | | | | | | 0,10 | |
| 6.6.1 | Largo General Humberto Delgado e Alameda da EPI - 1.ª hora | | | | | | | | | | | 0,00 |
| 6.6.2 | Largo General Humberto Delgado e Alameda da EPI - por fracção de 10 m, além da 1.ª hora | | | | | | | | | | 0,10 | 0,10 |
| Artigo 57.º Outras Taxas | | | | | | | | | | | | |
| 1. | Sanitários Públicos, por cada utilização | 3,64 | 0,00 | 0,03 | 3,67 | 0,00 | 3,67 | 1,00 | 0,06 | 0,20 | 0,00 | 0,20 |

PROPOSTA

Considerando que:

O Município de Mafra, em 21 de Dezembro de 2005, celebrou com a EPAL um contrato de construção do sistema adutor e obras de ligação e de abastecimento de água ao Município de Mafra, doravante chamado de contrato;

O início da vigência do contrato reportou-se ao início da exploração do referido sistema adutor, que ocorreu em Outubro de 2008;

De acordo com o aludido contrato, o Município ficou obrigado a contratar volumes mínimos de água, os quais, para o ano de 2013, atingiam os 5.940.290 m³ e, para 2014, 6.032.760 m³;

O contrato foi celebrado pelo período de 33 anos;

A duração do contrato aliado aos consumos mínimos contratados é que consubstanciava o seu equilíbrio económico-financeiro, permitindo à EPAL amortizar o investimento feito com a construção do sistema adutor e as restantes obras de ligação;

Esses limites mínimos foram, já em 2010, pelos motivos que constam do acordo de alteração então celebrado, alvo de uma revisão;

Os pressupostos económico-financeiros que estiveram na base da contratação dos volumes mínimos de água são bastante diferentes dos previstos, verificando-se um decréscimo generalizado do consumo;

Esse decréscimo generalizado de consumo conduz a que o volume mínimo de fornecimento de água por parte da EPAL não seja consumido pelo Município, traduzindo-se numa perda;

Os contratos podem ser modificados por acordo entre as partes quando as circunstâncias em que estas fundaram a decisão de contratar tiverem sofrido uma alteração anormal e imprevisível, desde que a exigência das obrigações por si assumidas afecte gravemente os princípios da boa-fé;

O decréscimo de consumo verificado configura uma alteração anormal e imprevisível das circunstâncias em que as partes fundaram a decisão de contratar;

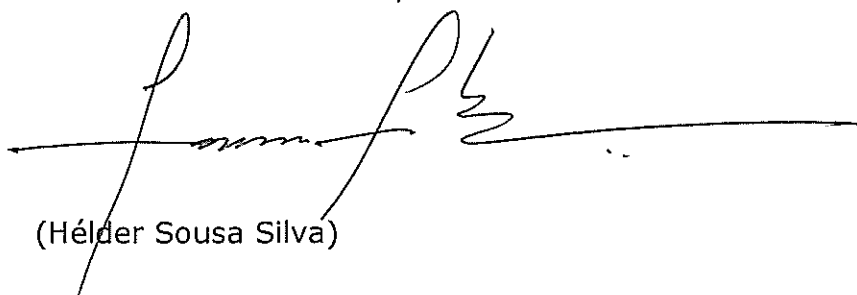
A modificação objectiva do contrato conduz ao direito de reposição do equilíbrio financeiro sempre que o fundamento para tal seja a alteração anormal e imprevisível das circunstâncias;

A reposição do equilíbrio financeiro pode ser feita através da prorrogação do prazo de execução das prestações ou da vigência do contrato;

Proponho que a Câmara Municipal delibere aprovar a minuta de Acordo de Alteração (2.ª), ao Contrato de Construção do Sistema Adutor e Obras de Ligação e de Abastecimento de Água ao Município de Mafra, anexa a esta proposta, que contempla a redução dos valores mínimos de água a contratar com a EPAL, bem como que o contrato vigore por um período de 56 anos.

Mafra, 11 de Dezembro de 2013

O Presidente da Câmara,



(Helder Sousa Silva)

Exmo. Senhor
Presidente da Câmara Municipal de Mafra
Eng.º Hélder Sousa Silva
Praça do Município
2644 – 001 MAFRA

N/Ref.ª DRC/CLE S/2013/1890041 2013/12/06

ASSUNTO: Revisão dos Volumes Mínimos contratados com o Município de Mafra

Exmo. Senhor,

Na sequência da Vossa carta Ref.ª 2013/12889 de 3 de dezembro de 2013, bem como da restante correspondência trocada sobre este assunto, a EPAL reanalisou a proposta anteriormente apresentada.

No seguimento desta análise, vimos propor uma nova alternativa de revisão dos volumes mínimos anuais, que apresentamos na tabela anexa.

A nova proposta prevê o prolongamento do contrato por mais um ano, ou seja, a vigência do mesmo passa a ser de 56 anos, sendo contemplada em contrapartida uma redução adicional dos volumes mínimos em 2013 e 2014.

Neste sentido, enviamos para Vossa aprovação, minuta do Adicional ao Contrato, com vista à formalização desta alteração.

Na expectativa da Vossa concordância, apresentamos a V. Exa. os nossos melhores cumprimentos,

EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A.
O Presidente do Conselho de Administração


José Sardinha

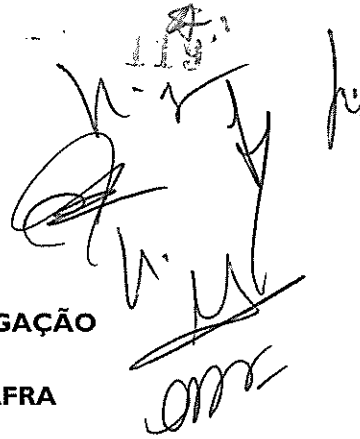
Anexos:

Tabela de volumes mínimos anuais

Minuta de Adicional ao Contrato

VOLUMES MÍNIMOS ANUAIS (m³)

| Ano | Contratados | Revisão após carta Ref.^a 1003118DRC0007926 | Revisão proposta |
|------------|--------------------|--|-------------------------|
| 2007 | 5.064.260 | | |
| 2008 | 5.232.220 | | |
| 2009 | 5.400.180 | 4.577.361 | |
| 2010 | 5.568.140 | 4.656.781 | |
| 2011 | 5.736.100 | 4.882.571 | |
| 2012 | 5.847.820 | 5.028.999 | |
| 2013 | 5.940.290 | 5.213.885 | 4.213.885 |
| 2014 | 6.032.760 | 5.395.493 | 4.395.493 |
| 2015 | 6.125.230 | 5.560.308 | 4.652.166 |
| 2016 | 6.217.700 | 5.860.098 | 4.951.956 |
| 2017 | 6.301.050 | 6.012.881 | 5.104.739 |
| 2018 | 6.384.400 | 6.161.605 | 5.253.463 |
| 2019 | 6.467.750 | 6.305.897 | 5.397.755 |
| 2020 | 6.551.100 | 6.384.400 | 5.476.258 |
| 2021 | 6.634.450 | 6.467.750 | 5.559.608 |
| 2022 | 6.704.880 | 6.551.100 | 5.642.958 |
| 2023 | 6.775.310 | 6.634.450 | 5.726.308 |
| 2024 | 6.845.740 | 6.704.880 | 5.796.738 |
| 2025 | 6.916.170 | 6.775.310 | 5.867.168 |
| 2026 | 6.986.600 | 6.845.740 | 5.937.598 |
| 2027 | 7.039.740 | 6.916.170 | 6.008.028 |
| 2028 | 7.092.880 | 6.986.600 | 6.078.458 |
| 2029 | 7.146.020 | 7.039.740 | 6.131.598 |
| 2030 | 7.199.160 | 7.092.880 | 6.184.738 |
| 2031 | 7.252.300 | 7.146.020 | 6.237.878 |
| 2032 | 7.438.101 | 7.199.160 | 6.291.018 |
| 2033 | 7.627.618 | 7.252.300 | 6.344.158 |
| 2034 | 7.820.925 | 7.438.101 | 6.529.959 |
| 2035 | 8.018.099 | 7.627.618 | 6.719.476 |
| 2036 | 8.208.099 | 7.820.925 | 6.912.783 |
| 2037 | 8.398.099 | 8.018.099 | 7.109.957 |
| 2038 | 8.588.099 | 8.208.099 | 7.299.957 |
| 2039 | 8.778.099 | 8.398.099 | 7.489.957 |
| 2040 | | 8.588.099 | 7.679.957 |
| 2041 | | 8.778.099 | 7.869.957 |
| 2042 | | | 7.869.957 |
| 2043 | | | 7.869.957 |
| 2044 | | | 7.869.957 |
| 2045 | | | 7.869.957 |
| 2046 | | | 7.869.957 |
| 2047 | | | 7.869.957 |
| 2048 | | | 7.869.957 |
| 2049 | | | 7.869.957 |
| 2050 | | | 7.869.957 |
| 2051 | | | 7.869.957 |
| 2052 | | | 7.869.957 |
| 2053 | | | 7.869.957 |
| 2054 | | | 7.869.957 |
| 2055 | | | 7.869.957 |
| 2056 | | | 7.869.957 |
| 2057 | | | 7.869.957 |
| 2058 | | | 7.869.957 |
| 2059 | | | 7.869.957 |
| 2060 | | | 7.869.957 |
| 2061 | | | 7.869.957 |
| 2062 | | | 7.869.957 |
| 2063 | | | 7.869.957 |
| 2064 | | | 7.869.957 |



ACORDO DE ALTERAÇÃO (2ª)
AO CONTRATO
DE CONSTRUÇÃO DO SISTEMA ADUTOR E OBRAS DE LIGAÇÃO
E
DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA AO MUNICÍPIO DE MAFRA

Entre:

EPAL - EMPRESA PORTUGUESA DAS ÁGUAS LIVRES, S.A., adiante designada por **EPAL**, pessoa coletiva n° 500906840, com sede na Avenida da Liberdade, n° 24, em Lisboa, matriculada na Conservatória do Registo Comercial, com o capital social de cento e cinquenta milhões de Euros, representada pelo Senhor Engº. José Manuel Leitão Sardinha e pela Senhora Dr.ª Maria do Rosário Mayoral Robles Machado Simões Ventura, respetivamente, nas qualidades de Presidente e Vogal do Conselho de Administração, com poderes para este ato;

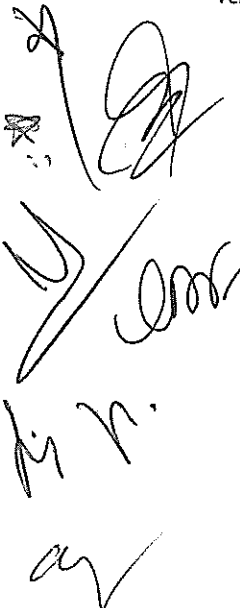
e

MUNICÍPIO DE MAFRA, adiante designado por **MUNICÍPIO**, pessoa coletiva n° 503177080, com sede na Praça do Município, em Mafra, representado pelo Senhor _____Hélder Sousa Silva, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal, com poderes para este ato;

Também designados por PARTES ou PARTE quando conjunta ou indistintamente referidos;

Considerando que:

- a) Em 21 de Dezembro de 2005, a **EPAL** e o **MUNICÍPIO** celebraram, entre si, um **Contrato de Construção do Sistema Adutor e Obras de Ligação e de Abastecimento de Água ao Município de Mafra**, adiante designado por **Contrato**;
- b) O início da vigência do **Contrato** reporta-se ao início da exploração do referido **Sistema Adutor** e que este ocorreu em Outubro de 2008;

- 
- c) As PARTES, por troca de correspondência iniciada pela carta remetida pelo **MUNICÍPIO** à **EPAL** em 03 de Fevereiro de 2010, acordaram na revisão dos volumes mínimos anuais de água originalmente fixados no Anexo VI do **Contrato**, o que fizeram nos termos definidos na coluna designada por “Revisão proposta” constante do anexo à carta remetida pela **EPAL** ao **MUNICÍPIO**, em 18.03.2010, o que consubstanciou a primeira alteração ao **Contrato**;
- d) Por carta de 22 de Novembro de 2013, o **MUNICÍPIO** manifestou à **EPAL** interesse na revisão dos volumes mínimos anuais de água definidos nos termos referidos no Considerando precedente, que são os atualmente aplicáveis e praticados entre as PARTES desde 2010;
- e) As PARTES encetaram conversações entre si e, procurando compaginar razoavelmente os respetivos interesses, alcançaram um entendimento contratual que reciprocamente reconhecem equilibrado;
- f) Torna-se necessário formalizar o entendimento assim alcançado pelas PARTES, porquanto o mesmo consubstancia alteração **Contrato**,

É celebrado o presente Acordo de alteração ao **Contrato**, nos termos e condições constante das seguintes Cláusulas:

Cláusula 1ª

(Redefinição dos Caudais Mínimos)

As PARTES aceitam redefinir os volumes mínimos anuais de água originalmente fixados no Anexo VI ao **Contrato** e revistos conforme supra referido no Considerando c), relativos aos anos de 2013 e seguintes, passando os volumes mínimos anuais de água a ser os fixados no Anexo ao presente Acordo para os anos neste Anexo considerados, por cujo pagamento o **MUNICÍPIO** se encontra vinculado nos termos da Cláusula 13ª, nº 2 do **Contrato**.

Cláusula 2ª

(Período de Abastecimento)

Pelo presente Acordo, as PARTES acordam na alteração do nº I da **cláusula 24ª** do **Contrato**, que passa a ter o seguinte teor:

“Cláusula 24ª

Vigência, denúncia, revisão e prorrogação do Contrato de Abastecimento

1. O abastecimento da EPAL ao MM, regulado na segunda parte deste contrato, vigorará por um período de **56 (cinquenta e seis)** anos contados da data do início de exploração do Sistema Adutor, sendo tácita e sucessivamente

renovável por períodos de 5 (cinco) anos, se não for denunciado por qualquer das PARTES, por carta registada, com aviso de recepção, dirigida à outra PARTE e expedida com a antecedência mínima de 2 (dois) anos relativamente ao termo do prazo inicial ou renovado em curso.”

Cláusula 3ª
(Entrada em Vigor)

Salvo diferentemente estipulado supra, o disposto nas cláusulas precedentes do presente Acordo entra em vigor em _____.

O presente Acordo inclui 1 (um) Anexo, é assinado em Lisboa, no dia _____, em 2 (dois) exemplares, ficando um em poder de cada uma das PARTES.

P'la **EPAL**

P'lo **MUNICÍPIO**

| ANEXO | | |
|--|-----------------------------|-----------------------------|
| Volumes mínimos e máximos anuais de água a fornecer ao MM (m³) | | |
| Anos | Volumes mínimos anuais (m³) | Volumes máximos anuais (m³) |
| 2013 | 4.213.885 | 6.128.570 |
| 2014 | 4.395.493 | 6.247.934 |
| 2015 | 4.652.166 | 6.341.923 |
| 2016 | 4.951.956 | 6.461.287 |
| 2017 | 5.104.739 | 6.580.651 |
| 2018 | 5.253.463 | 6.700.015 |
| 2019 | 5.397.755 | 6.809.635 |
| 2020 | 5.476.258 | 6.919.255 |
| 2021 | 5.559.608 | 7.028.875 |
| 2022 | 5.642.958 | 7.138.495 |
| 2023 | 5.726.308 | 7.248.115 |
| 2024 | 5.796.738 | 7.343.931 |
| 2025 | 5.867.168 | 7.439.747 |
| 2026 | 5.937.598 | 7.535.563 |
| 2027 | 6.008.028 | 7.631.379 |
| 2028 | 6.078.458 | 7.727.195 |
| 2029 | 6.131.598 | 7.804.538 |
| 2030 | 6.184.738 | 7.881.881 |
| 2031 | 6.237.878 | 7.959.224 |
| 2032 | 6.291.018 | 8.036.567 |
| 2033 | 6.344.158 | 8.113.910 |
| 2034 | 6.529.959 | 8.312.424 |
| 2035 | 6.719.476 | 8.514.908 |
| 2036 | 6.912.783 | 8.721.441 |
| 2037 | 7.109.957 | 8.932.106 |
| 2038 | 7.299.957 | 9.135.106 |
| 2039 | 7.489.957 | 9.338.106 |
| 2040 | 7.679.957 | 9.541.106 |
| 2041 | 7.869.957 | 9.744.106 |
| 2042 | 7.869.957 | 9.744.106 |
| 2043 | 7.869.957 | 9.744.106 |
| 2044 | 7.869.957 | 9.744.106 |
| 2045 | 7.869.957 | 9.744.106 |
| 2046 | 7.869.957 | 9.744.106 |
| 2047 | 7.869.957 | 9.744.106 |
| 2048 | 7.869.957 | 9.744.106 |
| 2049 | 7.869.957 | 9.744.106 |
| 2050 | 7.869.957 | 9.744.106 |
| 2051 | 7.869.957 | 9.744.106 |
| 2052 | 7.869.957 | 9.744.106 |
| 2053 | 7.869.957 | 9.744.106 |
| 2054 | 7.869.957 | 9.744.106 |
| 2055 | 7.869.957 | 9.744.106 |
| 2056 | 7.869.957 | 9.744.106 |
| 2057 | 7.869.957 | 9.744.106 |
| 2058 | 7.869.957 | 9.744.106 |
| 2059 | 7.869.957 | 9.744.106 |
| 2060 | 7.869.957 | 9.744.106 |
| 2061 | 7.869.957 | 9.744.106 |
| 2062 | 7.869.957 | 9.744.106 |
| 2063 | 7.869.957 | 9.744.106 |
| 2064 | 7.869.957 | 9.744.106 |
| Anos | Volumes mínimos anuais (m³) | Volumes máximos anuais (m³) |

Concordo com a
informação.
A conselho do
Sr. Procurador
11/12/13
V.



Departamento Jurídico

INFORMAÇÃO Interno/2013/13486

ASSUNTO: POSSIBILIDADE DE PROLONGAR O PERÍODO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO E A EPAL

Relativamente à questão colocada – possibilidade de o contrato celebrado com a EPAL ter uma duração superior a 50 anos –, parece-me, ressaltando melhor juízo, que o aludido contrato não está legalmente vinculado ao referido prazo.

Na verdade, o diploma que regula o regime de exploração e gestão dos sistemas multimunicipais de captação, tratamento e distribuição de água para consumo público (DL 92/2013, de 11/07 que revogou o DL 379/93) prevê que a exploração e gestão desses sistemas possa ser feita directamente pelo Estado ou atribuída, em regime de concessão, a entidade de natureza empresarial de capitais exclusivamente públicos.

Estabelece ainda o artigo 3.º do referido diploma que a criação e a concessão de sistemas multimunicipais são objecto de decreto-lei, e o artigo 9.º, que a duração do contrato de concessão da exploração e gestão de sistemas multimunicipais, incluindo eventuais prorrogações, não pode exceder 50 anos a contar da data da celebração do contrato de concessão.

Do que precede, tudo parece indicar que os contratos de abastecimento de água aos municípios não podem ter duração superior a 50 anos.

Contudo, a EPAL regula-se pelo DL 230/91, de 21 de Junho, prescrevendo o artigo 9.º que *"A EPAL deverá fixar por contrato as condições respeitantes ao fornecimento de água que efectue a municípios que procedam à respectiva distribuição domiciliária..."*. De notar que contrariamente à legislação

Departamento Jurídico

anteriormente referida, o DL 230/91 não prescreve qualquer prazo máximo de duração do contrato entre a EPAL e os Municípios.

Mais, o artigo 1.º dos Estatutos da EPAL (publicados em anexo ao referido DL), estabelece que a sociedade tem duração ilimitada.

Por outro lado, o diploma que consagra o regime jurídico da concessão da exploração e gestão dos sistemas multimunicipais (DL 319/94, de 24 de Dezembro, na redacção dada pelo DL 195/2009, de 20 de Agosto) excepciona, de forma expressa, a sua aplicação ao sistema multimunicipal da área da grande Lisboa (artigo 1.º).

De notar que também este último diploma tem uma norma que impede que os contratos de concessão tenham uma duração máxima de 50 anos, incluindo eventuais prorrogações.

Face a tudo o exposto parece-me que se pode defender que se está perante uma alteração anormal e imprevisível das circunstâncias que fundaram a decisão de contratar (a diminuição do consumo de água, o que conduz a que os mínimos contratados tenham de ser revistos), sendo que essa alteração provoca a necessidade de repor o equilíbrio económico financeiro do contrato, o qual pode ser conseguido através da prorrogação da vigência do contrato.

É o que, ressaltando melhor entendimento, me cumpre informar.

A Directora do Departamento Jurídico,



(Ana Viana)



122

F

MINUTA

(n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro)

DEPARTAMENTO DA PRESIDÊNCIA, ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANCEIRO
DIVISÃO DE GESTÃO FINANCEIRA E CONTRATAÇÃO PÚBLICA REUNIÃO DE 2013/11/29
ÁREA DE PATRIMÓNIO

ASSUNTO: Tarifário de Água - volumes mínimos contratualizados com a EPAL. -----

INFORMAÇÕES/PARECERES: Presente, em anexo, Proposta do Presidente da Câmara, datada de 25 de Novembro corrente. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal, concordando com a proposta, deliberou aprovar o desenvolvimento da negociação com a EPAL, nos termos ali referidos, bem como a comunicação à concessionária COMPAGNIE GÉNÉRALE DES EAUX (PORTUGAL), SA ora designada BE WATER, SA que, face, às diligências em curso, a proposta tarifária a apresentar para 2014 não faça repercutir o custo correspondente à parcela do volume mínimo anteriormente contratualizado com a EPAL. -----

Esta deliberação foi aprovada por: Unanimidade / Maioria.-----

Votos a favor: DE TODOS OS VEREADORES E DO PRESIDENTE DA CÂMARA

Votos contra: -----

Abstenções:-----

Declarações de voto: -----

ASSINATURAS:

A correspondência deverá ser
dirigida ao Presidente da Câmara

Exmo. Senhor
Presidente da Epal - Empresa Portuguesa
das Águas Livres, S.A
Eng.º José Sardinha
Av. da Liberdade, 24
1250-144 LISBOA

Sua referência

Sua Comunicação de

Nossa Referência
Saída/2013/12889

Data
03-12-2013

Assunto: **Revisão dos volumes mínimos contratados com o Município de Mafra**

Caro Presidente,

Na sequência das negociações encetadas no passado dia 22 de Novembro, que muito agradecemos, vimos pelo presente dar o nosso acordo condicionado à proposta de prorrogação do contrato de abastecimento, o qual se prolongará por um período de 55 anos, contados à data do início de exploração do sistema adutor.

Constatamos que a proposta agora apresentada, não inclui a correção à revisão do contrato em 2009 (vossa referência nº 1003118DRC0007926), na qual para o total da vigência do contrato, apenas foi considerada a redução de 3.809.871m³, quando o valor mínimo de consumo anual previsto pela Câmara Municipal de Loures é de 3.000m³/dia (= 1.095.000m³/ano).

Assim, vimos pelo presente suscitar que à nossa proposta de valores mínimos, sejam adicionados nos últimos anos de vigência (2056-2063) os caudais previstos na vossa proposta.

Aos preços contratados, reduzindo os caudais previstos para o município de Loures, a esta nova proposta e gráfico que se anexa, remunera acima dos preços a praticar, e anualmente atualizados, a uma taxa de cerca de 3,4%, acima do valor médio do vosso custo de financiamento.

Estamos certos, que esta nova proposta corrigida vai de encontro à remuneração expectável para o vosso investimento, apesar de ser credível que brevemente, no quadro do equilíbrio tarifário regional, as cláusulas de mínimos "serão abolidas" e nesse caso, facilitará a harmonização tarifária.

Aproveitamos para agradecer a celeridade da vossa proposta e estamos certos de que, no próximo C.A., esta versão agora proposta merecerá o vosso acordo.



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA
PRAÇA DO MUNICÍPIO • 2644-001 • MAFRA
TELEF. 261 810 100 • FAX 261 810 130
E-MAIL: geral@cm-mafra.pt
INTERNET: www.cm-mafra.pt

Modelo G-19 – Ofício Tipo



Na expectativa do melhor acolhimento a esta nossa proposta, subscrevemo-nos,

Com os melhores cumprimentos, *João Sardenha*

O Vice-Presidente da Câmara Municipal

João Sardenha
(Joaquim Sardenha)



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA
PRAÇA DO MUNICÍPIO • 2644-001 • MAFRA
TELEF. 261 810 100 • FAX 261 810 130
E-MAIL: geral@cm-mafra.pt
INTERNET: www.cm-mafra.pt

Modelo G-19 – Ofício Tipo



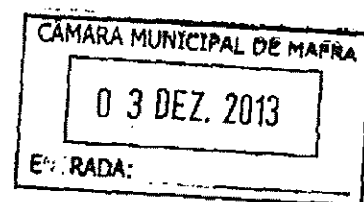
| Ano | Mínimos Contratados | Mínimos Contratados reduzido de Loures | Proposta Epal 2/12/2013 | NOVA PROPOSTA MAFRA |
|--------------|---------------------|--|-------------------------|---------------------|
| 2009 | 4 577 361 | 4 577 361 | | |
| 2010 | 4 656 781 | 4 656 781 | | |
| 2011 | 4 882 571 | 4 882 571 | | |
| 2012 | 5 028 999 | 5 028 999 | | |
| 2013 | 5 213 885 | 5 213 885 | 4 316 562 | 3 731 065 |
| 2014 | 5 395 493 | 5 395 493 | 4 498 170 | 3 529 723 |
| 2015 | 5 560 308 | 5 560 308 | 4 662 985 | 3 454 665 |
| 2016 | 5 860 098 | 4 911 632 | 4 962 775 | 3 435 415 |
| 2017 | 6 012 881 | 5 064 415 | 5 115 558 | 3 429 544 |
| 2018 | 6 161 605 | 5 213 139 | 5 264 282 | 3 426 806 |
| 2019 | 6 305 897 | 5 357 431 | 5 408 574 | 3 427 227 |
| 2020 | 6 384 400 | 5 435 934 | 5 487 077 | 3 430 840 |
| 2021 | 6 467 750 | 5 519 284 | 5 570 427 | 3 437 683 |
| 2022 | 6 551 100 | 5 602 634 | 5 653 777 | 3 447 799 |
| 2023 | 6 634 450 | 5 685 984 | 5 737 127 | 3 461 238 |
| 2024 | 6 704 880 | 5 756 414 | 5 807 557 | 3 478 056 |
| 2025 | 6 775 310 | 5 826 844 | 5 877 987 | 3 498 314 |
| 2026 | 6 845 740 | 5 897 274 | 5 948 417 | 3 522 081 |
| 2027 | 6 916 170 | 5 967 704 | 6 018 847 | 3 549 430 |
| 2028 | 6 986 600 | 6 038 134 | 6 089 277 | 3 580 444 |
| 2029 | 7 039 740 | 6 091 274 | 6 142 417 | 3 615 210 |
| 2030 | 7 092 880 | 6 144 414 | 6 195 557 | 3 653 823 |
| 2031 | 7 146 020 | 6 197 554 | 6 248 697 | 3 696 388 |
| 2032 | 7 199 160 | 6 250 694 | 6 301 837 | 3 762 264 |
| 2033 | 7 252 300 | 6 303 834 | 6 354 977 | 3 832 320 |
| 2034 | 7 438 101 | 6 489 635 | 6 540 778 | 3 906 684 |
| 2035 | 7 627 618 | 6 679 152 | 6 730 295 | 3 985 492 |
| 2036 | 7 820 925 | 6 872 459 | 6 923 602 | 4 784 640 |
| 2037 | 8 018 099 | 7 069 633 | 7 120 776 | 4 872 782 |
| 2038 | 8 208 099 | 7 259 633 | 7 310 776 | 4 965 834 |
| 2039 | 8 398 099 | 7 449 633 | 7 500 776 | 5 063 972 |
| 2040 | 8 588 099 | 7 639 633 | 7 690 776 | 5 167 385 |
| 2041 | 8 778 099 | 7 829 632 | 7 880 776 | 5 276 270 |
| 2042 | | | 7 880 776 | 5 390 839 |
| 2043 | | | 7 880 776 | 5 511 319 |
| 2044 | | | 7 880 776 | 5 637 947 |
| 2045 | | | 7 880 776 | 5 770 977 |
| 2046 | | | 7 880 776 | 5 910 678 |
| 2047 | | | 7 880 776 | 6 057 335 |
| 2048 | | | 7 880 776 | 6 211 251 |
| 2049 | | | 7 880 776 | 6 372 748 |
| 2050 | | | 7 880 776 | 6 542 166 |
| 2051 | | | 7 880 776 | 6 719 865 |
| 2052 | | | 7 880 776 | 6 906 230 |
| 2053 | | | 7 880 776 | 7 101 667 |
| 2054 | | | 7 880 776 | 7 306 606 |
| 2055 | | | 7 880 776 | 7 521 504 |
| 2056 | | | 7 880 776 | 7 880 776 |
| 2057 | | | 7 880 776 | 7 880 776 |
| 2058 | | | 7 880 776 | 7 880 776 |
| 2059 | | | 7 880 776 | 7 880 776 |
| 2060 | | | 7 880 776 | 7 880 776 |
| 2061 | | | 7 880 776 | 7 880 776 |
| 2062 | | | 7 880 776 | 7 880 776 |
| 2063 | | | 7 880 776 | 7 880 776 |
| Total | 201 383 806 | 176 723 677 | 348 738 511 | 264 430 731 |

Volumes mínimos contrato EPAL



0 10 000 000 9 000 000 8 000 000 7 000 000 6 000 000 5 000 000 4 000 000 3 000 000 2 000 000 1 000 000

— Mínimos Epal — Anter.mínimos Epal — Mínimos Mafra



Exmo. Senhor
Presidente da Câmara Municipal de Mafra
Eng.º Helder Sousa Silva
Praça do Município
2644 – 001 MAFRA

N/Ref.ª DRC/CLE S/2013/1869635 2013/11/29

ASSUNTO: Revisão dos Volumes Mínimos contratados com o Município de Mafra

Exmo. Senhor, *Presidente,*

Temos em referência a Vossa carta de 22 de novembro de 2013, na qual o Município de Mafra solicitou a revisão da cláusula de consumos mínimos contratados. Neste contexto, a EPAL analisou a proposta apresentada por V. Exa., a qual configura uma profunda alteração dos pressupostos de fornecimento de água estabelecidos no contrato.

Na sequência desta análise, verificou-se no entanto, que a proposta apresentada não poderá ser aceite pela EPAL, pelo que foi feita uma reavaliação que permite apresentar uma proposta alternativa de revisão dos volumes mínimos anuais, conforme explicitado na tabela anexa.

Relembramos que já em 2010, se tinha efetuado uma alteração aos volumes mínimos contratuais, conforme comunicado na carta Ref.ª 1003118DRC0007926.

A nova tabela de volumes mínimos permite a redução dos volumes anuais definidos no atual contrato, mediante o prolongamento da vigência em 22 anos, anexando-se também, para Vossa apreciação o correspondente Adicional ao Contrato.

Na expectativa da Vossa concordância, apresentamos a V. Exa. os nossos melhores cumprimentos, *ff. Jensen*

EPAL-Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A.
O Presidente do Conselho de Administração

José Sardinha

Anexos:
Tabela de volumes mínimos anuais
Adicional ao Contrato

VOLUMES MÍNIMOS ANUAIS (m³)

| Ano | Contratados | Revisão após carta Ref. ^a 1003118DRC0007926 | Revisão proposta |
|------|-------------|--|------------------|
| 2007 | 5.064.260 | | |
| 2008 | 5.232.220 | | |
| 2009 | 5.400.180 | 4.577.361 | 4.577.361 |
| 2010 | 5.568.140 | 4.656.781 | 4.656.781 |
| 2011 | 5.736.100 | 4.882.571 | 4.882.571 |
| 2012 | 5.847.820 | 5.028.999 | 5.028.999 |
| 2013 | 5.940.290 | 5.213.885 | 4.316.562 |
| 2014 | 6.032.760 | 5.395.493 | 4.498.170 |
| 2015 | 6.125.230 | 5.560.308 | 4.662.985 |
| 2016 | 6.217.700 | 5.860.098 | 4.962.775 |
| 2017 | 6.301.050 | 6.012.881 | 5.115.558 |
| 2018 | 6.384.400 | 6.161.605 | 5.264.282 |
| 2019 | 6.467.750 | 6.305.897 | 5.408.574 |
| 2020 | 6.551.100 | 6.384.400 | 5.487.077 |
| 2021 | 6.634.450 | 6.467.750 | 5.570.427 |
| 2022 | 6.704.880 | 6.551.100 | 5.653.777 |
| 2023 | 6.775.310 | 6.634.450 | 5.737.127 |
| 2024 | 6.845.740 | 6.704.880 | 5.807.557 |
| 2025 | 6.916.170 | 6.775.310 | 5.877.987 |
| 2026 | 6.986.600 | 6.845.740 | 5.948.417 |
| 2027 | 7.039.740 | 6.916.170 | 6.018.847 |
| 2028 | 7.092.880 | 6.986.600 | 6.089.277 |
| 2029 | 7.146.020 | 7.039.740 | 6.142.417 |
| 2030 | 7.199.160 | 7.092.880 | 6.195.557 |
| 2031 | 7.252.300 | 7.146.020 | 6.248.697 |
| 2032 | 7.438.101 | 7.199.160 | 6.301.837 |
| 2033 | 7.627.618 | 7.252.300 | 6.354.977 |
| 2034 | 7.820.925 | 7.438.101 | 6.540.778 |
| 2035 | 8.018.099 | 7.627.618 | 6.730.295 |
| 2036 | 8.208.099 | 7.820.925 | 6.923.602 |
| 2037 | 8.398.099 | 8.018.099 | 7.120.776 |
| 2038 | 8.588.099 | 8.208.099 | 7.310.776 |
| 2039 | 8.778.099 | 8.398.099 | 7.500.776 |
| 2040 | | 8.588.099 | 7.690.776 |
| 2041 | | 8.778.099 | 7.880.776 |
| 2042 | | | 7.880.776 |
| 2043 | | | 7.880.776 |
| 2044 | | | 7.880.776 |
| 2045 | | | 7.880.776 |
| 2046 | | | 7.880.776 |
| 2047 | | | 7.880.776 |
| 2048 | | | 7.880.776 |
| 2049 | | | 7.880.776 |
| 2050 | | | 7.880.776 |
| 2051 | | | 7.880.776 |
| 2052 | | | 7.880.776 |
| 2053 | | | 7.880.776 |
| 2054 | | | 7.880.776 |
| 2055 | | | 7.880.776 |
| 2056 | | | 7.880.776 |
| 2057 | | | 7.880.776 |
| 2058 | | | 7.880.776 |
| 2059 | | | 7.880.776 |
| 2060 | | | 7.880.776 |
| 2061 | | | 7.880.776 |
| 2062 | | | 7.880.776 |
| 2063 | | | 7.880.776 |

ACORDO DE ALTERAÇÃO (2ª)
AO CONTRATO
DE CONSTRUÇÃO DO SISTEMA ADUTOR E OBRAS DE LIGAÇÃO
E
DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA AO MUNICÍPIO DE MAFRA

Entre:

EPAL - EMPRESA PORTUGUESA DAS ÁGUAS LIVRES, S.A., adiante designada por **EPAL**, pessoa coletiva nº 500906840, com sede na Avenida da Liberdade, nº 24, em Lisboa, matriculada na Conservatória do Registo Comercial, com o capital social de cento e cinquenta milhões de Euros, representada pelo Senhor Eng.º José Manuel Leitão Sardinha e pela Senhora Dr.ª Maria do Rosário Mayoral Robles Machado Simões Ventura, respetivamente, nas qualidades de Presidente e Vogal do Conselho de Administração, com poderes para este ato;

e

MUNICÍPIO DE MAFRA, adiante designado por **MUNICÍPIO**, pessoa coletiva nº 503177080, com sede na Praça do Município, em Mafra, representado pelo Senhor _____ Hélder Sousa Silva, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal, com poderes para este ato;

Também designados por PARTES ou PARTE quando conjunta ou indistintamente referidos;

Considerando que:

- a) Em 21 de Dezembro de 2005, a **EPAL** e o **MUNICÍPIO** celebraram, entre si, um **Contrato de Construção do Sistema Adutor e Obras de Ligação e de Abastecimento de Água ao Município de Mafra**, adiante designado por **Contrato**;
- b) O início da vigência do **Contrato** reporta-se ao início da exploração do referido **Sistema Adutor** e que este ocorreu em ___ de Outubro de 2008;

- c) As PARTES, por troca de correspondência iniciada pela carta remetida pelo **MUNICÍPIO** à **EPAL** em 03 de Fevereiro de 2010, acordaram na revisão dos volumes mínimos anuais de água originalmente fixados no Anexo VI do **Contrato**, o que fizeram nos termos definidos na coluna designada por "Revisão proposta" constante do anexo à carta remetida pela **EPAL** ao **MUNICÍPIO**, em 18.03.2010, o que consubstanciou a primeira alteração ao **Contrato**;
- d) Por carta de 22 de Novembro de 2013, o **MUNICÍPIO** manifestou à **EPAL** interesse na revisão dos volumes mínimos anuais de água definidos nos termos referidos no Considerando precedente, que são os atualmente aplicáveis e praticados entre as PARTES desde 2010;
- e) As PARTES encetaram conversações entre si e, procurando compaginar razoavelmente os respetivos interesses, alcançaram um entendimento contratual que reciprocamente reconhecem equilibrado;
- f) Torna-se necessário formalizar o entendimento assim alcançado pelas PARTES, porquanto o mesmo consubstancia alteração **Contrato**,

É celebrado o presente Acordo de alteração ao **Contrato**, nos termos e condições constante das seguintes Cláusulas:

Cláusula 1ª

(Redefinição dos Caudais Mínimos)

As PARTES aceitam redefinir os volumes mínimos anuais de água originalmente fixados no Anexo VI ao **Contrato** e revistos conforme supra referido no Considerando c), relativos aos anos de 2013 e seguintes, passando os volumes mínimos anuais de água a ser os fixados no Anexo ao presente Acordo para os anos neste Anexo considerados, por cujo pagamento o **MUNICÍPIO** se encontra vinculado nos termos da Cláusula 13ª, nº 2 do **Contrato**.

Cláusula 2ª

(Período de Abastecimento)

Pelo presente Acordo, as PARTES acordam na alteração do nº 1 da cláusula 24ª do **Contrato**, que passa a ter o seguinte teor:

"Cláusula 24ª

Vigência, denúncia, revisão e prorrogação do Contrato de Abastecimento

1. O abastecimento da **EPAL** ao **MM**, regulado na segunda parte deste contrato, vigorará por um período de **55 (cinquenta e cinco)** anos contados da data do início de exploração do Sistema Adutor, sendo tácita e sucessivamente

renovável por períodos de 5 (cinco) anos, se não for denunciado por qualquer das PARTES, por carta registada, com aviso de recepção, dirigida à outra PARTE e expedida com a antecedência mínima de 2 (dois) anos relativamente ao termo do prazo inicial ou renovado em curso.”.

Cláusula 3ª
(Entrada em Vigor)

Salvo diferentemente estipulado supra, o disposto nas cláusulas precedentes do presente Acordo entra em vigor em _____.

O presente Acordo inclui 1 (um) Anexo, é assinado em Lisboa, no dia _____, em 2 (dois) exemplares, ficando um em poder de cada uma das PARTES.

P'la EPAL

P'lo MUNICÍPIO

ANEXO

Volumes mínimos e máximos anuais de água a fornecer ao MM (m³)

| Anos | Volumes mínimos anuais (m³) | Volumes máximos anuais (m³) |
|------|-----------------------------|-----------------------------|
| 2013 | 4.316.562 | 6.128.570 |
| 2014 | 4.498.170 | 6.247.934 |
| 2015 | 4.662.985 | 6.341.923 |
| 2016 | 4.962.775 | 6.461.287 |
| 2017 | 5.115.558 | 6.580.651 |
| 2018 | 5.264.282 | 6.700.015 |
| 2019 | 5.408.574 | 6.809.635 |
| 2020 | 5.487.077 | 6.919.255 |
| 2021 | 5.570.427 | 7.028.875 |
| 2022 | 5.653.777 | 7.138.495 |
| 2023 | 5.737.127 | 7.248.115 |
| 2024 | 5.807.557 | 7.343.931 |
| 2025 | 5.877.987 | 7.439.747 |
| 2026 | 5.948.417 | 7.535.563 |
| 2027 | 6.018.847 | 7.631.379 |
| 2028 | 6.089.277 | 7.727.195 |
| 2029 | 6.142.417 | 7.804.538 |
| 2030 | 6.195.557 | 7.881.881 |
| 2031 | 6.248.697 | 7.959.224 |
| 2032 | 6.301.837 | 8.036.567 |
| 2033 | 6.354.977 | 8.113.910 |
| 2034 | 6.540.778 | 8.312.424 |
| 2035 | 6.730.295 | 8.514.908 |
| 2036 | 6.923.602 | 8.721.441 |
| 2037 | 7.120.776 | 8.932.106 |
| 2038 | 7.310.776 | 9.135.106 |
| 2039 | 7.500.776 | 9.338.106 |
| 2040 | 7.690.776 | 9.541.106 |
| 2041 | 7.880.776 | 9.744.106 |
| 2042 | 7.880.776 | |
| 2043 | 7.880.776 | |
| 2044 | 7.880.776 | |
| 2045 | 7.880.776 | |
| 2046 | 7.880.776 | |
| 2047 | 7.880.776 | |
| 2048 | 7.880.776 | |
| 2049 | 7.880.776 | |
| 2050 | 7.880.776 | |
| 2051 | 7.880.776 | |
| 2052 | 7.880.776 | |
| 2053 | 7.880.776 | |
| 2054 | 7.880.776 | |
| 2055 | 7.880.776 | |
| 2056 | 7.880.776 | |
| 2057 | 7.880.776 | |
| 2058 | 7.880.776 | |
| 2059 | 7.880.776 | |
| 2060 | 7.880.776 | |
| 2061 | 7.880.776 | |
| 2062 | 7.880.776 | |
| 2063 | 7.880.776 | |

A correspondência deverá ser
dirigida ao Presidente da Câmara

Exmo. Senhor
Presidente da EPAL - Empresa Portuguesa
das Águas Livres, S.A.
Eng.º José Sardinha
Av. da Liberdade, 24
1250-144 LISBOA

Sua referência

Sua Comunicação de

Nossa Referência

Data
22-11-2013

Assunto: **Cláusula de consumos mínimos no fornecimento de água,
contratualizado entre o Município de Mafra e a EPAL.**

Senhor Presidente,

Na sequência da reunião realizada com V. Exa. na passada quarta-feira, vem esta Câmara Municipal propor a revisão da cláusula de consumos mínimos no fornecimento de água, contratualizado entre o Município de Mafra e a EPAL.

A alteração significativa dos pressupostos de consumo, no que concerne quer às capitações, quer à evolução do número de consumidores, determina que se deva proceder à sua revisão, em ordem a que o tarifário não seja sujeito a significativas alterações com reflexo no consumidor final.

Considerando que:

- O mercado de captação, distribuição e venda da água, sendo altamente regulado, é referente a um bem essencial e também um recurso escasso;
- A opinião pública e os consumidores em particular têm vindo, cada vez mais, fruto de campanhas de sensibilização, a aderir aos "eco-gestos", reduzindo e racionalizando o consumo de água;
- Os factores económicos recentes também têm contribuído para uma redução de consumos;
- A evolução é divergente entre as capitações reais e previstas no contrato:



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA
PRAÇA DO MUNICÍPIO • 2644-001 • MAFRA
TELEF. 261 810 100 • FAX 261 810 130
E-MAIL: geral@cm-mafra.pt
INTERNET: www.cm-mafra.pt



| CAPITAÇÃO | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 |
|-------------------------------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| Capitações Previstas Contrato | 11,25 | 11,34 | 11,79 | 11,54 | 11,87 | 11,72 | 11,78 | 11,87 | 11,96 | 12,05 | 12,14 | 12,13 | 12,23 |
| Capitações Reais | | | | | | 11,72 | 11,37 | 11,31 | 11,32 | 11,23 | 10,73 | 10,34 | 10,16 |
| Variação | | | | | | 0% | -4% | -5% | -5% | -7% | -12% | -15% | -17% |

- O controlo de perdas, para além de ser um objectivo ambiental e económico, é um factor de eficiência a prosseguir, tendo o mesmo registado significativas melhorias, implicando a diminuição considerável de volumes desperdiçados na rede;
- Ao contrário do previsto no contrato, os SMAS de Loures, a breve prazo, poderão vir a ser servidos pela conduta que foi construída entre Arcena e Mafra, com um consumo previsto de 3.000 m³/dia;
- Os volumes mínimos não consumidos vão provocar aumentos tarifários muito significativos no consumidor final;
- Os valores facturados a título de consumos mínimos não alcançados representam, para a EPAL, vantagens económicas inerentes à ausência de custos de produção, tratamento e distribuição, os quais ainda têm a vantagem de poderem ser actualizados ao longo do contrato;


Assim, julga-se oportuno e urgente apresentar a proposta, anexa, que prolonga o horizonte temporal do contrato de exclusividade de fornecimento até ao ano de 2055.

Esta proposta foi delineada com o objectivo de respeitar, integralmente, o espírito do contrato e o investimento realizado pela EPAL.

Na expectativa de que a presente proposta possa merecer o acolhimento de V. Exa. e a consequente rápida resposta, apresento os meus melhores cumprimentos.

e elevada consideração,

O Presidente da Câmara Municipal

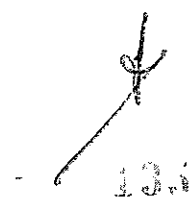

(Helder Sousa Silva)



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA
PRAÇA DO MUNICÍPIO • 2644-001 • MAFRA
TELEF. 261 810 100 • FAX 261 810 130
E-MAIL: geral@cm-mafra.pt
INTERNET: www.cm-mafra.pt

Modelo G-19 – Ofício Tipo





REVISÃO DO CONTRATO CMM – EPAL NO QUE RESPEITA AOS VOLUMES MÍNIMOS OBRIGATÓRIOS

A divergência crescente entre as necessidades municipais de água e os volumes mínimos contratualizados com as Entidades em Alta, tornaram imperativa a revisão dos mesmos. Para 2013 prevê-se que o volume contratualizado, não consumido, ascenda a cerca de 1.500.000 m³ (21%).

Pressupostos e critérios subjacentes à atual proposta de revisão dos volumes mínimos e consequente prolongamento de contrato

- Prolongamento do contrato até 2055;
- A retração dos consumos verificada desde 2009, manter-se-á (embora a taxas mais moderadas) até 2015, no ano de 2016 estima-se que poderá ser um ano de estagnação, e a partir de 2017 considerou-se um acréscimo progressivo do consumo;
- A taxa de crescimento do consumo prevista para 2017 é de 0,25%, prevendo-se que o acréscimo anual possa evoluir de forma constante e progressiva até cerca de 2,9% no fim do período.

Volumes mínimos anuais (m3)

| Ano | Contratados | Revisão proposta |
|--------------|--------------------|--------------------|
| 2009 | 4 577 361 | 4 577 361 |
| 2010 | 4 656 781 | 4 656 781 |
| 2011 | 4 882 571 | 4 882 571 |
| 2012 | 5 028 999 | 5 028 999 |
| 2013 | 5 213 885 | 3 731 065 |
| 2014 | 5 395 493 | 3 529 723 |
| 2015 | 5 560 308 | 3 454 665 |
| 2016 | 5 860 098 | 3 435 415 |
| 2017 | 6 012 881 | 3 429 544 |
| 2018 | 6 161 605 | 3 426 806 |
| 2019 | 6 305 897 | 3 427 227 |
| 2020 | 6 384 400 | 3 430 840 |
| 2021 | 6 467 750 | 3 437 683 |
| 2022 | 6 551 100 | 3 447 799 |
| 2023 | 6 634 450 | 3 461 238 |
| 2024 | 6 704 880 | 3 478 056 |
| 2025 | 6 775 310 | 3 498 314 |
| 2026 | 6 845 740 | 3 522 081 |
| 2027 | 6 916 170 | 3 549 430 |
| 2028 | 6 986 600 | 3 580 444 |
| 2029 | 7 039 740 | 3 615 210 |
| 2030 | 7 092 880 | 3 653 823 |
| 2031 | 7 146 020 | 3 696 388 |
| 2032 | 7 199 160 | 3 762 264 |
| 2033 | 7 252 300 | 3 832 320 |
| 2034 | 7 438 101 | 3 906 684 |
| 2035 | 7 627 618 | 3 985 492 |
| 2036 | 7 820 925 | 4 784 640 |
| 2037 | 8 018 099 | 4 872 782 |
| 2038 | 8 208 099 | 4 965 834 |
| 2039 | 8 398 099 | 5 063 972 |
| 2040 | 8 588 099 | 5 167 385 |
| 2041 | 8 778 099 | 5 276 270 |
| 2042 | | 5 390 839 |
| 2043 | | 5 511 319 |
| 2044 | | 5 637 947 |
| 2045 | | 5 770 977 |
| 2046 | | 5 910 678 |
| 2047 | | 6 057 335 |
| 2048 | | 6 211 251 |
| 2049 | | 6 372 748 |
| 2050 | | 6 542 166 |
| 2051 | | 6 719 865 |
| 2052 | | 6 906 230 |
| 2053 | | 7 101 667 |
| 2054 | | 7 306 606 |
| 2055 | | 7 520 787 |
| Total | 220 529 518 | 220 529 518 |

**Departamento da Presidência,
Administração Geral e Financeiro
Divisão de Gestão Financeira e Contratação Pública
Contratação Pública e Aprovisionamento**

PARECER

Concedido. Proposto que o assunto
seja remetido à reunião de
H. J. Câmara.
2013/12/09...

O(A) Vereador(a),

Concedido.
A consideração superior, o passivo
ul. agendamento para a reunião
de Câmara
2013/12/09...

O(A) Director(a) de Departamento,
Excmo. R. Director

A consideração superior,
o parecer prévio em anexo

2013/12/09...

O(A) Chefe de Divisão

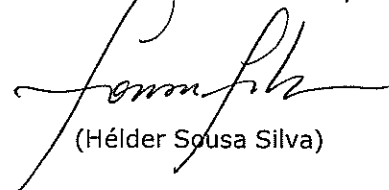


DESPACHO

1
A reunião

10/12/13

O Presidente da Câmara,


(Hélder Sousa Silva)

INFORMAÇÃO Interno/2013/13168

ASSUNTO: Prestação de Serviços de Auditoria Externa das Contas do Município.

De harmonia com o disposto no n.º 4, do artigo 75º, da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de Dezembro, diploma que aprovou o Orçamento de Estado para 2013, carece de parecer prévio vinculativo do membro do Governo responsável pela área das finanças, nos termos e segundo a tramitação a regular por portaria do referido membro do Governo, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços, por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação

**Departamento da Presidência,
Administração Geral e Financeiro
Divisão de Gestão Financeira e Contratação Pública
Contratação Pública e Aprovisionamento**

da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro e posteriores alterações, independentemente da natureza da contraparte.

Igualmente, o n.º 10, da retrocitada disposição legal, esclarece que o parecer acima referido, no caso dos Municípios, é da competência do órgão executivo municipal e depende da verificação dos requisitos previstos no n.º 5, da mesma norma legal, com as necessárias adaptações.

Em conformidade com o disposto no n.º 5, do artigo 75º, da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de Dezembro, o parecer previsto no número anterior depende da:

- a) Demonstração de que se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público, bem como da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;
- b) Confirmação de declaração de cabimento orçamental;
- c) Cumprimento do disposto no n.º 1, do artigo 75º, da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de Dezembro.

Nesse sentido e considerando que é intenção do Município de Mafra celebrar um novo contrato de "Prestação de Serviços de Auditoria Externa das Contas do Município".

Que o contrato em questão será celebrado pelo prazo de 3 (três) anos e o valor do mesmo será o resultante da redução remuneratória determinada pela Lei que

**Departamento da Presidência,
Administração Geral e Financeiro
Divisão de Gestão Financeira e Contratação Pública
Contratação Pública e Aprovisionamento**

aprove o Orçamento de Estado, aplicável sobre o montante de € 53.480,00 (cinquenta e três mil quatrocentos e oitenta euros), acrescido do I.V.A. à taxa legal em vigor, do contrato anterior.

Com vista à outorga do referido contrato de aquisição de serviços irá ser despoletado procedimento de ajuste directo, com base no disposto, sobre a matéria, no Código dos Contratos Públicos (alínea a), do n.º 1, do artigo 20.º).

Considerando a natureza do objecto do contrato de aquisição de serviços que se pretende celebrar, constata-se que não se trata da execução de trabalho subordinado, em face dos pressupostos contratuais evidenciados e da natureza do próprio contrato.

Que para o mencionado contrato de aquisição de serviços será acautelado o devido cabimento orçamental.

Sugere-se ao executivo municipal que tome deliberação no sentido de emitir, por força do disposto no n.º 4 e no n.º 10, do artigo 75º, da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de Dezembro, parecer prévio favorável relativamente à celebração de um contrato de "Prestação de Serviços de Auditoria Externa das Contas do Município", encontrando-se, no caso individual e concreto, reunidos os requisitos previstos no n.º 5, do mencionado artigo e diploma legal.

À consideração Superior.

A Técnica Superior



Isabel Sousa

PARECER

...../...../.....

O(A) Vereador(a),

...../...../.....

O(A) Director(a) de Departamento,

...../...../.....

O(A) Chefe de Divisão

DESPACHO

...../...../.....

O Presidente da Câmara,

(Hélder Sousa Silva)

INFORMAÇÃO Interno/2013/13193

ASSUNTO: Prestação de Serviços de Auditoria Externa das Contas do Município

Verificando-se a necessidade de se proceder à aquisição de serviço supra mencionada, com efeitos no ano de 2014, informa-se que está contemplado na Proposta de Orçamento em elaboração para o ano de 2014, o valor de 53.480,00€ (cinquenta e três mil quatrocentos e oitenta euros), acrescido de Iva à taxa legal em vigor, na classificação 0102/020220 – Outros Trabalhos Especializados na orgânica da Câmara Municipal, dando cumprimento ao disposto na alínea b) do n.º 5 do artigo 75.º, da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de Dezembro.

É o que me cumpre informar.

X 

Dulce Lourenço

PARECER

Concedido. Proposto que o assunto
seja rematado à reunião
de Câmara.

[Handwritten signature]

2013/12/09

O(A) Vereador(a),

Concedido.

A consideração superior, o processo
apresentado para reunião de
Câmara e posterior autorização do
interessado.

2013/12/09

O(A) Director(a) de Departamento,

[Handwritten signature]

...../...../.....

O(A) Chefe de Divisão

DESPACHO

A reunião

10/12/13

O Presidente da Câmara,

[Handwritten signature]
(Hélder Sousa Silva)

INFORMAÇÃO Interno/2013/13213

ASSUNTO: Alargamento do horário de funcionamento de estabelecimento "Tube Ericeira Bar" na Ericeira

Relativamente ao assunto em epígrafe, informo o seguinte:

- Em 26-09-2013, a entidade exploradora do estabelecimento "Tube Ericeira Bar", solicitou, através do requerimento Entrada/2013/23670, alargamento do horário de funcionamento para abertura às 18 horas e encerramento às 03 horas aos Sábados, Domingos e vésperas de feriados com o fundamento de se verificar necessidade por parte dos clientes em permanecer no estabelecimento até mais tarde, antes de se deslocarem para outros estabelecimentos de diversão nocturna.
- Para o referido estabelecimento foi recepcionada em 9-10-2013 mera comunicação prévia com o seguinte horário de funcionamento: Abertura às

18:00 horas e encerramento às 02:00 horas, encerramento para descanso semanal ao Domingo.

- O n.º 2 do artigo 2.º do Regulamento de Abertura e Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público do Concelho de Mafra estabelece que os cafés, cervejarias, restaurantes, snack-bares, self-services e outros estabelecimentos análogos, poderão estar abertos até às 02h00 de todos os dias da semana. De acordo com a alínea b) do n.º 1 do artigo 4.º do mesmo Regulamento a Câmara Municipal tem competência para alargar o horário de funcionamento, a requerimento do interessado, devidamente fundamentado e desde que se observem os requisitos sitos mencionados na alínea a), b) e c) do n.º 3 do referido artigo que se mencionam:
 - Situem-se os estabelecimentos em locais em que os interesses de actividades profissionais ligadas ao Turismo o justifiquem;
 - Não afectem a segurança, a tranquilidade e o repouso dos cidadãos residentes;
 - Não desrespeitem as características sócio – culturais e ambientais da zona, bem como as condições de circulação e estacionamento.

Atendendo à deliberação tomada em reunião de Câmara de 18-07-2013, na qual foi autorizado a título excepcional e provisório o alargamento do horário de encerramento do estabelecimento acima identificado, para as 03h00 apenas até 30 de Setembro de 2013, e após a recepção de várias reclamações apresentadas por um só munícipe, foi deliberado em reunião camarária de 19-08-2013 reanalisar o processo inerente ao estabelecimento em causa devendo o mesmo ser presente numa próxima reunião de Câmara. Face a esta deliberação foi entregue em mão ofício ao Destacamento Territorial da Guarda Nacional Republicana de Mafra solicitando informação sobre a existência de ocorrências que fossem susceptíveis de impedir o alargamento do horário do citado estabelecimento, não tendo sido recepcionada informação sobre qualquer ocorrência. Em 31-10-2013 procedeu-se à insistência junto do Destacamento Territorial da Guarda Nacional Republicana de Mafra, através de ofício, tendo sido emitido o seguinte parecer:

O estabelecimento "está inserido numa zona habitacional pelo que é parecer deste Comando que o alargamento do horário de funcionamento até às 03H00 não é favorável para a ordem, tranquilidade pública e paz social, considerando este Comando que o horário de funcionamento do referido estabelecimento bem como de outros similares não deverá exceder as 02H00, possibilitando uma actuação e articulação policial equilibrada na gestão da conflitualidade social inerente à exploração deste tipo de estabelecimentos. Mais informo, que caso o mesmo pretenda possuir serviço de esplanada, é opinião deste Comando que este serviço só deve funcionar até às 24H00, de forma a minimizar o impacto do ruído nas habitações ali existentes."

Foi igualmente solicitado parecer ao Serviço de Polícia Municipal que emitiu o seguinte parecer:

"O estabelecimento em causa - denominado TUBO ERICEIRA BAR, encontra-se localizado no interior de consolidado urbano, sendo que por uma questão de princípio, neste tipo de situação é entendido que acima de tudo deverá ser tido em conta a tranquilidade dos residentes nas imediações, salvo quando as mesmas manifestem a sua concordância quanto ao seu funcionamento em zonas residenciais.

De salientar que o horário de funcionamento requerido (03h00) poderá colocar em causa a tranquilidade dos residentes, tal como resulta de diversas reclamações cujos processo se encontram a decorrer e o teor das mesmas é a incomodidade causada pelo ruído de funcionamento tardio dos estabelecimentos localizados nesta zona da Vila da Ericeira, pelo que o SPM emite parecer DESFAVORÁVEL à pretensão ora apresentada."

Face ao exposto, submete-se à Consideração Superior, a decisão do alargamento de horário de funcionamento em apreço, em reunião do executivo camarário.

ALD, 6 de Dezembro de 2013

A Assistente Técnica


Sónia Jorge

Face ao exposto na presente informação propõe-se indeferir o alargamento do horário de funcionamento pretendido considerando os pareceres da G. N. R. e S. P. M. A consideração superior

2013/12/06

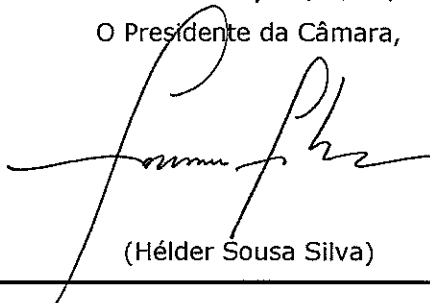
PARECER

DESPACHO

À reunião

10...12...13

O Presidente da Câmara,


(Hélder Sousa Silva)

INFORMAÇÃO
RecHumanos/2013/8947

Assunto: Proposta de Mapa Pessoal 2014

Estabelece o artigo 5º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro (LVCR), adaptado à Administração Local pelo artigo 3º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, que os mapas de pessoal contêm a indicação do número de postos de trabalho de que o órgão ou o serviço carece para o desenvolvimento das respectivas actividades.

Nesta conformidade, foi solicitado aos responsáveis de cada unidade orgânica, informação do número de postos de trabalho que necessita para 2014, tendo em atenção as actividades que visa desenvolver e as restrições impostas pela Lei do Orçamento de Estado de 2013 que se prevê que se mantenham para 2014.

No âmbito da planificação e actividade dos recursos humanos, ao abrigo da LVCR, os mapas de pessoal são aprovados, mantidos ou alterados anualmente pela Assembleia Municipal após apreciação em reunião de Câmara.

O Mapa de pessoal que se submete a aprovação, enumera as várias modalidades de constituição de relação jurídica de emprego público, previstas nas unidades orgânicas, como se reflecte no seguinte quadro:

| | 2013 | 2014 |
|------------|------|------|
| Ocupados | 977 | 946 |
| Previstos | 11 | 31 |
| Cativos | 9 | 11 |
| Existentes | 997 | 988 |

Assim, o presente mapa prevê os lugares ocupados, previstos, cativos e existentes em regime de contrato trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, a termo resolutivo e mobilidade interna.

Em termos de lugares ocupados regista-se uma diminuição, em relação a 2013, de 31 de postos de trabalho, resultante de Aposentações, Caducidades, rescisões, Exonerações e Denúncias.

O aumento dos postos de trabalho previstos, regista-se na área da educação e refere-se a pessoal não docente, que visam assegurar a execução do contrato de transferência de competências no âmbito da Educação, celebrado entre o Ministério de Educação e o Município.

Os lugares cativos correspondem a trabalhadores da autarquia em mobilidade noutros organismos e de licença sem vencimento.

Face ao exposto, remete-se à consideração do Sr. Presidente a presente proposta de Mapa de Pessoal para 2014, que nos termos do n.º 3 do art.º 5 da LVCR, deve ser submetido a concordância da câmara e posterior aprovação pela Assembleia Municipal, ao abrigo da alínea o) n.º 1 do artigo 25º, conjugado com a alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.

9 de Dezembro de 2013

A Chefe de Divisão de Recursos Humanos



Milene Leitão Vieira

Mapa de Pessoal 2014

Câmara Municipal de Mafra

Mapa de Pessoal 2014

Gabinete de Apoio à Presidência e Comunicação

| Competências / Atividades / Atribuições | Categoria | Área Funcional / Habilitacional | Situação / Vínculo | Ocup. Livre | Cativ. Prev. | Total |
|--|---------------------------|---------------------------------|------------------------------|-------------|--------------|-----------|
| Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos | Técnico Superior | Comunicação Social | CTFP por tempo indeterminado | 3 | 0 | 3 |
| Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos | Assistente Técnico | Fotografia | CTFP por tempo indeterminado | 1 | 0 | 1 |
| | | | CTFP por tempo indeterminado | 1 | 0 | 1 |
| Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos | Assistente Operacional | Auxílio administrativo | CTFP por tempo indeterminado | 1 | 0 | 1 |
| Exercem as funções em regime de CS, com competências equiparadas ao regime relativo ao pessoal dos Gabinetes dos Membros do Governo, com as necessárias adaptações, conforme Lei 75/2013 de 12/9 | Chefe de Gabinete | | Nomeado (Membro GAP) | 1 | 0 | 1 |
| Exercem as funções em regime de CS, com competências equiparadas ao regime relativo ao pessoal dos Gabinetes dos Membros do Governo, com as necessárias adaptações, conforme Lei 75/2013 de 12/9 | Secretário(a) de Vereação | | Comissão de Serviço P Q | 1 | 0 | 1 |
| | | | Nomeado (Membro GAP) | 2 | 0 | 2 |
| Total de Gabinete de Apoio à Presidência e Comunicação: | | | | 10 | 0 | 10 |

Câmara Municipal de Mafra
Mapa de Pessoal 2014

Gabinete Planeamento Estratégico e Desenvolvimento

| Competências / Atividades / Atribuições | Categoria | Área Funcional / Habilitacional | Situação / Vínculo | Ocup. Livre | Cativ. Prev. | Total |
|---|---------------------|---------------------------------|------------------------------|-------------|--------------|----------|
| Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos | Técnico Superior | Eng. ^a Território | CTFP por tempo indeterminado | 1 | 0 | 1 |
| Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos | Coordenador Técnico | | CTFP por tempo indeterminado | 1 | 0 | 1 |
| Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos | Assistente Técnico | Apoio administrativo | CTFP por tempo indeterminado | 1 | 0 | 1 |
| Total de Gabinete Planeamento Estratégico e Desenvolvimento: | | | | 3 | 0 | 3 |

Câmara Municipal de Mafra
Mapa de Pessoal 2014

Gabinete Sistemas Informação e Modernização Adm

| Competências / Atividades / Atribuições | Categoria | Área Funcional / Habilitacional | Situação / Vínculo | Ocup. Livre | Cativ. Prev. | Total |
|--|------------------------------------|---------------------------------|------------------------------|-------------|--------------|----------|
| Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos | Técnico Superior | Gestão | CTFP por tempo indeterminado | 1 | 0 | 1 |
| Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos | Assistente Operacional | | CTFP por tempo indeterminado | 1 | 0 | 1 |
| Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos | Especialista Informática de Grau 1 | | CTFP por tempo indeterminado | 2 | 0 | 2 |
| Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos | Técnico de Informática de Grau 1 | | CTFP por tempo indeterminado | 3 | 0 | 3 |
| Total de Gabinete Sistemas Informação e Modernização Adm: | | | | 7 | 0 | 7 |

Gabinete de Auditoria Interna

| Competências / Atividades / Atribuições | Categoria | Área Funcional / Habilitacional | Situação / Vínculo | Ocup. Livre | Cativ. | Prev. | Total |
|--|------------------|---------------------------------|------------------------------|-------------|----------|----------|----------|
| Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos | Técnico Superior | Gestão | CTFP por tempo indeterminado | 1 | 0 | 0 | 1 |
| Total de Gabinete de Auditoria Interna: | | | | 1 | 0 | 0 | 1 |

Câmara Municipal de Mafra
Mapa de Pessoal 2014

Divisão de Segurança e Protecção Civil

| Competências / Atividades / Atribuições | Categoria | Área Funcional / Habitacional | Situação / Vínculo | Ocup. Livre | Cativ. | Prev. | Total |
|---|-------------------------|-------------------------------|-----------------------------------|-------------|----------|----------|-----------|
| Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos | Chefe de Divisão | | Comissão de Serviço P Q | 0 | 0 | 1 | 1 |
| Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos | Técnico Superior | Engenharia florestal | CTFP por tempo indeterminado | 1 | 0 | 0 | 1 |
| | | Gestão | CTFP por tempo indeterminado | 1 | 0 | 0 | 1 |
| | | Protecção Civil | CTFP por tempo indeterminado | 1 | 0 | 0 | 1 |
| Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos | Assistente Técnico | Apoio administrativo | CTFP por tempo indeterminado | 4 | 0 | 0 | 4 |
| | | Fiscalização | CTFP por tempo indeterminado | 1 | 0 | 0 | 1 |
| Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos | Encarregado Operacional | | CTFP por tempo indeterminado | 1 | 0 | 0 | 1 |
| Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos | Assistente Operacional | | CTFP por tempo indeterminado | 1 | 0 | 0 | 1 |
| | | Auxílio administrativo | CTFP por tempo indeterminado | 1 | 0 | 0 | 1 |
| | | Auxílio geral | CTFP por tempo indeterminado | 2 | 0 | 0 | 2 |
| | | Motorista ligeiros | CTFP por tempo indeterminado | 1 | 0 | 0 | 1 |
| | | Telefones | CTFP por tempo indeterminado | 2 | 0 | 0 | 2 |
| Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos | 1º/2.º Sargento | | mob interna de out orga cat igual | 0 | 0 | 1 | 1 |
| Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos | Agente Municipal de 1ª | | CTFP por tempo indeterminado | 4 | 0 | 1 | 5 |
| | | | mob interna de out orga cat igual | 1 | 0 | 0 | 1 |
| Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos | Agente Municipal de 2ª | | CTFP por tempo indeterminado | 5 | 0 | 1 | 6 |
| Total de Divisão de Segurança e Protecção Civil: | | | | 26 | 0 | 2 | 30 |

Câmara Municipal de Mafra
Mapa de Pessoal 2014

Departamento de Administração Geral e Finanças

| Competências / Atividades / Atribuições | Categoria | Área Funcional / Habilitacional | Situação / Vínculo | Ocup. Livre | Cativ. | Prev. | Total |
|---|--------------------------|---------------------------------|------------------------------|-------------|----------|----------|----------|
| Conforme SIADAP, ROSM e despachos | Director de Departamento | | Comissão de Serviço O D | 1 | 0 | 0 | 1 |
| Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos | Assistente Técnico | Apoio administrativo | CTEP por tempo indeterminado | 1 | 0 | 0 | 1 |
| Total de Departamento de Administração Geral e Finanças: | | | | 2 | 0 | 0 | 2 |

Câmara Municipal de Mafra

Mapa de Pessoal 2014

Divisão Administração Geral e Assuntos Jurídicos

| Competências / Atividades / Atribuições | Categoria | Área Funcional / Habilitacional | Situação / Vínculo | Ocup. Livre | Cativ. | Prev. | Total |
|---|-------------------------|---------------------------------|---|-------------|----------|----------|-----------|
| Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos | Chefe de Divisão | | Comissão de Serviço P Q | 1 | 0 | 0 | 1 |
| Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos | Técnico Superior | Direito | CTFP por tempo indeterminado | 3 | 0 | 0 | 3 |
| Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos | Coordenador Técnico | | CTFP por tempo indeterminado mobilidade p/ outro Serv. com pgt | 3 | 0 | 0 | 3 |
| Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos | Assistente Técnico | Apoio administrativo | CTFP por tempo indeterminado | 13 | 0 | 0 | 13 |
| Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos | Encarregado Operacional | Serviços operacionais | CTFP por tempo indeterminado | 1 | 0 | 0 | 1 |
| Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos | Assistente Operacional | | CTFP por tempo indeterminado | 1 | 0 | 0 | 1 |
| | | Auxílio administrativo | CTFP por tempo indeterminado | 5 | 0 | 0 | 5 |
| | | | mobilidade p/ outro Serv. com pgt | 0 | 0 | 1 | 1 |
| | | Auxílio geral | CTFP por tempo indeterminado | 16 | 0 | 1 | 17 |
| | | Telefones | CTFP por tempo indeterminado | 2 | 0 | 0 | 2 |
| Total de Divisão Administração Geral e Assuntos Jurídicos: | | | | 45 | 0 | 3 | 48 |

Câmara Municipal de Mafra
Mapa de Pessoal 2014

Divisão Gestão Financeira e Património

| Competências / Atividades / Atribuições | Categoria | Área Funcional / Habilitacional | Situação / Vínculo | Ocup. Livre | Cativ. | Prev. | Total |
|---|----------------------------------|---------------------------------|------------------------------|-------------|----------|----------|-----------|
| Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos | Chefe de Divisão | | Comissão de Serviço O D | 1 | 0 | 0 | 1 |
| Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos | Técnico Superior | Economia | CTFP por tempo indeterminado | 3 | 0 | 1 | 4 |
| | | Gestão | CTFP por tempo indeterminado | 3 | 0 | 0 | 3 |
| | | Organização e Gestão | CTFP por tempo indeterminado | 2 | 0 | 0 | 2 |
| Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos | Coordenador Técnico | | CTFP por tempo indeterminado | 1 | 0 | 0 | 1 |
| Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos | Assistente Técnico | Aferição de pesos e medidas | CTFP por tempo indeterminado | 1 | 0 | 0 | 1 |
| | | Apoio administrativo | CTFP por tempo indeterminado | 15 | 0 | 0 | 15 |
| | | Contabilidade | CTFP por tempo indeterminado | 1 | 0 | 0 | 1 |
| Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos | Assistente Operacional | Armazém | CTFP por tempo indeterminado | 1 | 0 | 0 | 1 |
| | | Auxílio administrativo | CTFP por tempo indeterminado | 4 | 0 | 0 | 4 |
| Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos | Técnico de Informática de Grau 1 | | CTFP por tempo indeterminado | 2 | 0 | 0 | 2 |
| Total de Divisão Gestão Financeira e Património: | | | | 34 | 0 | 1 | 35 |

Câmara Municipal de Mafra

Mapa de Pessoal 2014

Divisão de Recursos Humanos

| Competências / Atividades / Atribuições | Categoria | Área Funcional / Habilitacional | Situação / Vínculo | Ocup. | Livre | Cativ. | Prev. | Total |
|---|------------------------|---------------------------------|------------------------------|-------|-------|--------|-------|-------|
| Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos | Chefe de Divisão | | Comissão de Serviço O D | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos | Técnico Superior | Gestão | CTFP por tempo indeterminado | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| | | Gestão e Administração Pública | CTFP por tempo indeterminado | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos | Assistente Técnico | Apoio administrativo | CTFP por tempo indeterminado | 7 | 0 | 0 | 0 | 7 |
| Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos | Assistente Operacional | Auxílio administrativo | CTFP por tempo indeterminado | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| | | Auxílio na educação | CTFP por tempo indeterminado | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Total de Divisão de Recursos Humanos: | | | | 12 | 0 | 0 | 0 | 12 |

Câmara Municipal de Mafra
Mapa de Pessoal 2014

Departamento Urbanismo, Obras Municipais. Ambiente

| Competências / Atividades / Atribuições | Categoria | Área Funcional / Habilitacional | Situação / Vínculo | Ocup. Livre | Cativ. Prev. | Total |
|---|--------------------------|--|------------------------------|--------------------|---------------------|--------------|
| Conforme SIADAP, ROSM e despachos | Director de Departamento | | Comissão de Serviço P Q | 0 | 0 | 1 |
| Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos | Técnico Superior | | CTFP por tempo indeterminado | 1 | 0 | 1 |
| | | Engenharia civil | CTFP por tempo indeterminado | 3 | 0 | 3 |
| Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos | Coordenador Técnico | | CTFP por tempo indeterminado | 1 | 0 | 1 |
| Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos | Assistente Técnico | Apoio administrativo | CTFP por tempo indeterminado | 4 | 0 | 4 |
| Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos | Fiscal Municipal Esp.Pr | | CTFP por tempo indeterminado | 1 | 0 | 1 |
| Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos | Fiscal Municipal Esp. | | CTFP por tempo indeterminado | 1 | 0 | 1 |
| Total de Departamento Urbanismo, Obras Municipais. Ambiente: | | | | 11 | 0 | 12 |

Câmara Municipal de Mafra
Mapa de Pessoal 2014

Divisão de Obras e Manutenção

| Competências / Atividades / Atribuições | Categoria | Área Funcional / Habilitacional | Situação / Vínculo | Ocup. Livre | Cativ. Prev. | Total |
|---|-------------------------|---------------------------------|------------------------------|-------------|--------------|-------|
| Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos | Chefe de Divisão | | Comissão de Serviço P Q | 1 | 0 | 1 |
| Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos | Técnico Superior | Eng.ª Electrotécnica | CTFP por tempo indeterminado | 1 | 0 | 1 |
| | | Engenharia civil | CTFP por tempo indeterminado | 5 | 0 | 5 |
| | | Engenharia de máquinas | CTFP por tempo indeterminado | 1 | 0 | 1 |
| | | Gestão | CTFP por tempo indeterminado | 1 | 0 | 1 |
| Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos | Coordenador Técnico | Apoio administrativo | CTFP por tempo indeterminado | 1 | 0 | 1 |
| Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos | Assistente Técnico | Almoxarife | CTFP por tempo indeterminado | 1 | 0 | 1 |
| | | Apoio administrativo | CTFP por tempo indeterminado | 7 | 0 | 7 |
| Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos | Encarregado Operacional | | CTFP por tempo indeterminado | 1 | 0 | 1 |

1
45
66

Divisão de Obras e Manutenção

| Competências / Atividades / Atribuições | Categoria | Área Funcional / Habitacional | Situação / Vínculo | Ocup. | Livre | Cativ. | Prev. | Total |
|---|------------------------|----------------------------------|------------------------------|-------|-------|--------|-------|-------|
| Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos | Assistente Operacional | | | | | | | |
| | | Armazém | CTFP por tempo indeterminado | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| | | Auxílio administrativo | CTFP por tempo indeterminado | 4 | 0 | 0 | 0 | 4 |
| | | Auxílio geral | CTFP por tempo indeterminado | 3 | 0 | 0 | 0 | 3 |
| | | Canalização | CTFP por tempo indeterminado | 6 | 0 | 0 | 0 | 6 |
| | | Canalização | CTFP por tempo indeterminado | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| | | Cantoneiro | CTFP por tempo indeterminado | 5 | 0 | 0 | 0 | 5 |
| | | Carpintaria | CTFP por tempo indeterminado | 2 | 0 | 0 | 0 | 2 |
| | | Electricidade | CTFP por tempo indeterminado | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| | | Limpeza | CTFP por tempo indeterminado | 2 | 0 | 0 | 0 | 2 |
| | | Maquinaria pesada | CTFP por tempo indeterminado | 12 | 0 | 0 | 0 | 12 |
| | | Mecânica | CTFP por tempo indeterminado | 2 | 0 | 0 | 0 | 2 |
| | | Motorista transportes colectivos | CTFP por tempo indeterminado | 3 | 0 | 0 | 0 | 3 |
| | | Pedreiro | CTFP por tempo indeterminado | 6 | 0 | 0 | 0 | 6 |
| | | Pintura | CTFP por tempo indeterminado | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| | | Serralharia | CTFP por tempo indeterminado | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 |

Total de Divisão de Obras e Manutenção: 69 0 0 0 0 69

Divisão Planeamento Territorial Gestão Urbanística

| Competências / Atividades / Atribuições | Categoria | Área Funcional / Habitacional | Situação / Vínculo | Ocup. | Livre | Cativ. | Prev. | Total |
|--|------------------------|-------------------------------|------------------------------|-------|-------|--------|-------|-------|
| Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos | Chefe de Divisão | | Comissão de Serviço P Q | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos | Técnico Superior | Arquitetura | CTFP por tempo indeterminado | 8 | 0 | 0 | 0 | 8 |
| | | Engenharia civil | CTFP por tempo indeterminado | 2 | 0 | 0 | 0 | 2 |
| | | Engenharia do território | CTFP por tempo indeterminado | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| | | Engenharia Geográfica | CTFP por tempo indeterminado | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| | | Geografia | CTFP por tempo indeterminado | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| | | Planeamento Regional e Urbano | CTFP por tempo indeterminado | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos | Assistente Técnico | Apoio administrativo | CTFP por tempo indeterminado | 4 | 0 | 0 | 0 | 4 |
| | | Desenhador | CTFP por tempo indeterminado | 5 | 0 | 0 | 0 | 5 |
| | | Topografia | CTFP por tempo indeterminado | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos | Assistente Operacional | Auxílio administrativo | CTFP por tempo indeterminado | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| | | Porta miras | CTFP por tempo indeterminado | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Total de Divisão Planeamento Territorial Gestão Urbanística: | | | | 27 | 0 | 0 | 0 | 27 |

Câmara Municipal de Mafra

Mapa de Pessoal 2014

Divisão de Ambiente, Espaços Urbanos e Rurais

| Competências / Atividades / Atribuições | Categoria | Área Funcional / Habitacional | Situação / Vínculo | Ocup. Livre | Cativ. Prev. | Total |
|--|-------------------------|--|------------------------------|-------------|--------------|-----------|
| Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos | Chefe de Divisão | | Comissão de Serviço P Q | 0 | 0 | 1 |
| <hr/> | | | | | | |
| Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos | Técnico Superior | Engenharia agrária | CTFP por tempo indeterminado | 1 | 0 | 1 |
| | | Engenharia agrônoma | CTFP por tempo indeterminado | 1 | 0 | 1 |
| | | Engenharia civil | CTFP por tempo indeterminado | 2 | 0 | 2 |
| | | Engenharia do ambiente | CTFP por tempo indeterminado | 1 | 0 | 1 |
| | | Gestão do ambiente | CTFP por tempo indeterminado | 1 | 0 | 1 |
| | | Veterinária | CTFP por tempo indeterminado | 2 | 0 | 2 |
| <hr/> | | | | | | |
| Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos | Encarregado Operacional | | CTFP por tempo indeterminado | 3 | 0 | 3 |
| <hr/> | | | | | | |
| Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos | Assistente Operacional | | CTFP por tempo indeterminado | 2 | 0 | 2 |
| | | Armazém | CTFP por tempo indeterminado | 1 | 0 | 1 |
| | | Auxílio administrativo | CTFP por tempo indeterminado | 1 | 0 | 1 |
| | | Auxílio geral | CTFP por tempo indeterminado | 1 | 0 | 1 |
| | | Cantoneiro | CTFP por tempo indeterminado | 2 | 0 | 2 |
| | | Coveiro | CTFP por tempo indeterminado | 2 | 0 | 2 |
| | | Jardinagem | CTFP por tempo indeterminado | 10 | 0 | 10 |
| | | Limpeza | CTFP por tempo indeterminado | 26 | 0 | 26 |
| | | Pedreiro | CTFP por tempo indeterminado | 5 | 0 | 5 |
| | | Telefones | CTFP por tempo indeterminado | 1 | 0 | 1 |
| | | Vigilância de parques e jardins infantis | CTFP por tempo indeterminado | 3 | 0 | 3 |
| Total de Divisão de Ambiente, Espaços Urbanos e Rurais: | | | | 65 | 0 | 1 |
| | | | | | | 66 |

Câmara Municipal de Mafra

Mapa de Pessoal 2014

Departamento de Desenvolvimento Sócio-Económico

| Competências / Atividades / Atribuições | Categoria | Área Funcional / Habilitacional | Situação / Vínculo | Ocup. Livre | Cativ. | Prev. | Total |
|--|--------------------------|---------------------------------|------------------------------|-------------|----------|----------|----------|
| Conforme SIADAP, ROSM e despachos | Director de Departamento | | Comissão de Serviço P Q | 1 | 0 | 0 | 1 |
| Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos | Técnico Superior | Engenharia civil | CTFP por tempo indeterminado | 1 | 0 | 0 | 1 |
| Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos | Coordenador Técnico | | CTFP por tempo indeterminado | 1 | 0 | 0 | 1 |
| Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos | Assistente Técnico | Apoio administrativo | CTFP por tempo indeterminado | 1 | 0 | 0 | 1 |
| | | electrónica e telecomunicações | CTFP por tempo indeterminado | 1 | 0 | 0 | 1 |
| Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos | Assistente Operacional | Auxílio administrativo | CTFP por tempo indeterminado | 1 | 0 | 0 | 1 |
| | | Auxílio geral | CTFP por tempo indeterminado | 1 | 0 | 0 | 1 |
| Total de Departamento de Desenvolvimento Sócio-Económico: | | | | 7 | 0 | 0 | 7 |

Câmara Municipal de Mafra
Mapa de Pessoal 2014

Divisão de Turismo, Cultura e Desporto

| Competências / Atividades / Atribuições | Categoria | Área Funcional / Habilitacional | Situação / Vínculo | Ocup. | Livre | Cativ. | Prev. | Total | | |
|---|------------------------------|-------------------------------------|--------------------------------|-------|------------------------------|--------|-------|-------|---|---|
| Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos | Chefe de Divisão | | Comissão de Serviço P Q | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 | | |
| Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos | Técnico Superior | Antropologia | CTFP por tempo indeterminado | 2 | 0 | 0 | 0 | 2 | | |
| | | Arqueologia | CTFP por tempo indeterminado | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 | | |
| | | | Periodo exper. noutra entidade | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 | | |
| | | Arquivo | CTFP por tempo indeterminado | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 | | |
| | | Artes Plásticas - Pintura | CTFP por tempo indeterminado | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 | | |
| | | Biblioteca e Documentação | CTFP por tempo indeterminado | 3 | 0 | 0 | 0 | 3 | | |
| | | Desporto | CTFP por tempo indeterminado | 8 | 0 | 0 | 0 | 8 | | |
| | | História | CTFP por tempo indeterminado | 3 | 0 | 0 | 0 | 3 | | |
| | | História arte | CTFP por tempo indeterminado | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 | | |
| | | Relações públicas | CTFP por tempo indeterminado | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 | | |
| | | Sociologia | CTFP por tempo indeterminado | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 | | |
| | | Turismo | CTFP por tempo indeterminado | 3 | 0 | 0 | 0 | 3 | | |
| | | Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos | Coordenador Técnico | | CTFP por tempo indeterminado | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| | | Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos | Assistente Técnico | | CTFP por tempo indeterminado | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Animação sociocultural | CTFP por tempo indeterminado | | | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 | | |
| Apoio administrativo | CTFP por tempo indeterminado | | | 12 | 0 | 0 | 0 | 12 | | |
| Biblioteca e Documentação | CTFP por tempo indeterminado | | | 16 | 0 | 0 | 0 | 16 | | |
| Desenhador | CTFP por tempo indeterminado | | | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 | | |
| Desporto | CTFP por tempo indeterminado | | | 9 | 0 | 1 | 0 | 10 | | |
| Desporto (natação) | CTFP por tempo indeterminado | | | 3 | 0 | 0 | 0 | 3 | | |
| Turismo | CTFP por tempo indeterminado | | | 4 | 0 | 0 | 0 | 4 | | |

Câmara Municipal de Mafra
Mapa de Pessoal 2014

Divisão de Turismo, Cultura e Desporto

| Competências / Atividades / Atribuições | Categoria | Área Funcional / Habitacional | Situação / Vínculo | Ocup. Livre | Cativ. Prev. | Total |
|---|-------------------------------|-------------------------------|------------------------------|-------------|--------------|------------|
| Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos | Encarregado Geral Operacional | Desporto | CTFP por tempo indeterminado | 1 | 0 | 1 |
| Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos | Encarregado Operacional | Desporto | CTFP por tempo indeterminado | 1 | 0 | 1 |
| Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos | Assistente Operacional | Desporto | CTFP por tempo indeterminado | 3 | 0 | 3 |
| Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos | Assistente Operacional | Armazém | CTFP por tempo indeterminado | 7 | 0 | 7 |
| Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos | Assistente Operacional | Auxílio administrativo | CTFP por tempo indeterminado | 5 | 0 | 5 |
| Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos | Assistente Operacional | Auxílio geral | CTFP por tempo indeterminado | 10 | 0 | 10 |
| Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos | Assistente Operacional | Auxílio na educação | CTFP por tempo indeterminado | 32 | 0 | 32 |
| Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos | Assistente Operacional | Limpeza | CTFP por tempo indeterminado | 1 | 0 | 1 |
| Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos | Assistente Operacional | Limpeza | CTFP por tempo indeterminado | 2 | 0 | 2 |
| Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos | Assistente Operacional | Limpeza | CTFP por tempo indeterminado | 1 | 0 | 1 |
| Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos | Assistente Operacional | Limpeza | CTFP por tempo indeterminado | 2 | 0 | 2 |
| Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos | Assistente Operacional | Limpeza | CTFP por tempo indeterminado | 4 | 0 | 4 |
| Total de Divisão de Turismo, Cultura e Desporto: | | | | 143 | 0 | 145 |

Câmara Municipal de Mafra
Mapa de Pessoal 2014

Divisão de Acção Social e Apoio Institucional

| Competências / Atividades / Atribuições | Categoria | Área Funcional / Habilitacional | Situação / Vínculo | Ocup. Livre | Cativ. Prev. | Total |
|--|------------------------|---|------------------------------|-------------|--------------|----------|
| Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos | Chefe de Divisão | | Comissão de Serviço P Q | 0 | 0 | 1 |
| Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos | Técnico Superior | Gestão e Administração Pública | CTFP por tempo indeterminado | 1 | 0 | 1 |
| | | Psicologia | CTFP por tempo indeterminado | 1 | 0 | 1 |
| | | Psicologia Clínica | CTFP por tempo indeterminado | 1 | 0 | 1 |
| | | Psicologia das organizações e do trabalho | CTFP por tempo indeterminado | 2 | 0 | 2 |
| | | Serviço Social | CTFP por tempo indeterminado | 1 | 0 | 1 |
| Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos | Assistente Técnico | Apoio administrativo | CTFP por tempo indeterminado | 1 | 0 | 1 |
| Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos | Assistente Operacional | Auxílio administrativo | CTFP por tempo indeterminado | 1 | 0 | 1 |
| Total de Divisão de Acção Social e Apoio Institucional: | | | | 8 | 0 | 1 |

Câmara Municipal de Mafra

Mapa de Pessoal 2014

Divisão de Educação e Juventude

| Competências / Atividades / Atribuições | Categoria | Área Funcional / Habitacional | Situação / Vínculo | Ocup. Livre | Cativ. | Prev. | Total |
|--|------------------------|-------------------------------|---|-------------|----------|----------|-----------|
| Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos | Chefe de Divisão | | Comissão de Serviço P Q | 1 | 0 | 0 | 1 |
| Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos | Técnico Superior | 1.º Ciclo Ensino Básico | CTFP por tempo indeterminado | 1 | 0 | 0 | 1 |
| | | Educação | CTFP por tempo indeterminado | 3 | 0 | 0 | 3 |
| | | Estudos Europeus | CTFP por tempo indeterminado | 1 | 0 | 0 | 1 |
| | | Psicologia Clínica | CTFP por tempo indeterminado | 1 | 0 | 0 | 1 |
| | | Sociologia | CTFP por tempo indeterminado | 1 | 0 | 0 | 1 |
| Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos | Coordenador Técnico | | CTFP por tempo indeterminado | 1 | 0 | 0 | 1 |
| Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos | Assistente Técnico | Animação sociocultural | CTFP por tempo indeterminado | 1 | 0 | 0 | 1 |
| | | Apoio administrativo | CTFP por tempo indeterminado mob interna de out orga cat igual | 4 | 0 | 0 | 4 |
| | | Educação | CTFP por tempo indeterminado | 1 | 0 | 0 | 1 |
| Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos | Encaixado Operacional | Educação | CTFP por tempo indeterminado | 2 | 0 | 0 | 2 |
| Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos | Assistente Operacional | Auxílio administrativo | CTFP por tempo indeterminado | 1 | 0 | 0 | 1 |
| | | Auxílio geral | CTFP por tempo indeterminado | 4 | 0 | 0 | 4 |
| | | Auxílio na educação | CTFP por tempo indeterminado | 7 | 0 | 0 | 10 |
| | | Motorista ligeiros | CTFP por tempo indeterminado | 1 | 0 | 0 | 1 |
| Total de Divisão de Educação e Juventude: | | | | 34 | 0 | 3 | 37 |

Câmara Municipal de Mafra
Mapa de Pessoal 2014

Agrupamento de Mafra

| Competências / Atividades / Atribuições | Categoria | Área Funcional / Habitacional | Situação / Vínculo | Ocup. Livre | Cativ. Prev. | Total |
|--|------------------------|-------------------------------|-----------------------------------|-------------|--------------|------------|
| Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos | Assistente Técnico | | | | | |
| | | Animação sociocultural | CTTI (transf. competências) | 7 | 0 | 7 |
| | | | CTFP por tempo indeterminado | 3 | 0 | 3 |
| | | Apoio administrativo | CTFP por tempo indeterminado | 2 | 0 | 2 |
| | | | CTTI (transf. competências) | 1 | 0 | 1 |
| | | Educação | CTFP por tempo indeterminado | 7 | 0 | 7 |
| | | | | | | |
| Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos | Assistente Operacional | | | | | |
| | | | CTFP por tempo indeterminado | 1 | 0 | 1 |
| | | | CTTI - pessoal afeto às escolas | 7 | 0 | 7 |
| | | | CTTI (transf. competências) | 41 | 0 | 42 |
| | | Apoio administrativo | mob interna de out orga cat igual | 1 | 0 | 1 |
| | | Auxílio geral | CTFP por tempo indeterminado | 1 | 0 | 1 |
| | | | CTTI - pessoal afeto às escolas | 24 | 0 | 24 |
| | | Auxílio na educação | Contrato Termo Incerto | 2 | 0 | 2 |
| | | | CTFP por tempo indeterminado | 5 | 0 | 11 |
| | | | CTTI - pessoal afeto às escolas | 30 | 0 | 30 |
| | | | mob interna de out orga cat igual | 1 | 0 | 1 |
| | | Telefones | CTTI - pessoal afeto às escolas | 1 | 0 | 1 |
| | | | | | | |
| Não existem competências/atividades/atribuições definidas. | Assistente Técnico | Educação | CTFP por tempo indeterminado | 1 | 0 | 1 |
| | | | | | | |
| Total de Agrupamento de Mafra: | | | | 135 | 0 | 142 |

Câmara Municipal de Mafra
Mapa de Pessoal 2014

Agrupamento da Malveira

| Competências / Atividades / Atribuições | Categoria | Área Funcional / Habilitacional | Situação / Vínculo | Ocup. Livre | Cativ. Prev. | Total |
|--|------------------------|--|--|--------------------|---------------------|---------------|
| Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos | Técnico Superior | Psicologia | CTTI (transf. competências) | 1 | 0 | 1 |
| Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos | Coordenador Técnico | Apoio administrativo | CTTI (transf. competências) | 1 | 0 | 1 |
| Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos | Assistente Técnico | Animação sociocultural Apoio administrativo Educação | CTFP por tempo indeterminado CTTI (transf. competências) CTFP por tempo indeterminado | 1 5 4 | 0 0 0 | 1 5 4 |
| Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos | Assistente Operacional | | CTFP por tempo indeterminado CTTI - pessoal afeto às escolas CTTI - pessoal afeto às escolas | 1 6 14 | 0 0 1 | 1 6 15 |
| | | Auxílio geral Auxílio na educação | CTFP por tempo indeterminado CTTI - pessoal afeto às escolas CTTI (transf. competências) | 0 34 21 | 0 0 0 | 3 34 21 |
| Total de Agrupamento da Malveira: | | | | 88 | 0 | 3 |

Câmara Municipal de Mafra
Mapa de Pessoal 2014

Agrupamento da Ericeira

| Competências / Atividades / Atribuições | Categoria | Área Funcional / Habitacional | Situação / Vínculo | Ocup. Livre | Cativ. Prev. | Total |
|--|------------------------|--------------------------------------|-----------------------------------|--------------------|---------------------|--------------|
| Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos | Coordenador Técnico | Educação | mob interna de out orga cat igual | 1 | 0 | 1 |
| Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos | Assistente Técnico | | | | | |
| | | | CTTI (transf. competências) | 5 | 0 | 5 |
| | | Animação sociocultural | CTFP por tempo indeterminado | 1 | 0 | 1 |
| | | Apoio administrativo | CTFP por tempo indeterminado | 1 | 0 | 1 |
| | | Educação | CTFP por tempo indeterminado | 3 | 0 | 3 |
| Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos | Assistente Operacional | | | | | |
| | | | CTTI - pessoal afeto às escolas | 21 | 0 | 21 |
| | | | CTTI (transf. competências) | 21 | 0 | 21 |
| | | | Período exper. noutra entidade | 1 | 0 | 1 |
| | | Auxílio geral | CTFP por tempo indeterminado | 1 | 0 | 1 |
| | | | CTTI - pessoal afeto às escolas | 30 | 0 | 30 |
| | | Auxílio na educação | CTFP por tempo indeterminado | 1 | 0 | 9 |
| | | | CTTI - pessoal afeto às escolas | 26 | 0 | 26 |
| | | | mob interna de out orga cat igual | 1 | 0 | 1 |
| Total de Agrupamento da Ericeira: | | | | 113 | 0 | 8 121 |

Câmara Municipal de Mafra

Mapa de Pessoal 2014

Agrupamento Venda do Pinheiro

| Competências / Atividades / Atribuições | Categoria | Área Funcional / Habilitacional | Situação / Vínculo | Ocup. Livre | Cativ. Prev. | Total |
|---|-------------------------------------|---------------------------------|-----------------------------------|-------------|--------------|-------|
| Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos | Técnico Superior | Psicologia | CTTI (transf. competências) | 1 | 0 | 1 |
| Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos | Assistente Técnico | | | | | |
| | | | CTTI (transf. competências) | 6 | 0 | 6 |
| | | Animação sociocultural | CTFP por tempo indeterminado | 1 | 0 | 1 |
| | | Apoio administrativo | CTTI (transf. competências) | 1 | 0 | 1 |
| | | Educação | CTFP por tempo indeterminado | 6 | 0 | 6 |
| Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos | Assistente Operacional | | | | | |
| | | | CTTI - pessoal afeto às escolas | 14 | 0 | 14 |
| | | | CTTI (transf. competências) | 22 | 0 | 22 |
| | | Auxílio geral | CTFP por tempo indeterminado | 2 | 0 | 2 |
| | | | CTTI - pessoal afeto às escolas | 25 | 0 | 25 |
| | | Auxílio na educação | Contrato Termo Incerto | 2 | 0 | 2 |
| | | | CTFP por tempo indeterminado | 0 | 0 | 6 |
| | | | CTTI - pessoal afeto às escolas | 23 | 0 | 24 |
| | | | CTTI (transf. competências) | 1 | 0 | 1 |
| | | | mob interna de out orga cat igual | 1 | 0 | 1 |
| Conforme SIADAP, ROSMEC e despachos | Chefe de Serviços de Admin. Escolar | | CTTI (transf. competências) | 1 | 0 | 1 |

Total de Agrupamento Venda do Pinheiro: 106 0 1 6 113

Total: 946 0 11 31 988

7

PROPOSTA

Considerando que o Município de Mafra é detentor de 93,32% do capital social da empresa Matadouro Regional de Mafra, SA;

Considerando que, por essa circunstância, a aludida empresa se enquadra nos termos do estabelecido no artigo 19.º da Lei 50/2012, de 31 de Agosto: são **empresas locais** as sociedades constituídas ou participadas nos termos da lei comercial, nas quais as entidades públicas participantes possam exercer, de forma directa ou indirecta, uma **influência dominante** por força da detenção da maioria do capital social ou dos direitos de voto, ou do direito de designar ou destituir a maioria dos membros do órgão de gestão, de administração ou de fiscalização ou através do exercício de qualquer outra forma de controlo de gestão, sendo suficiente a verificação de um dos requisitos para que tal aconteça;

Considerando que, de acordo com os requisitos constantes da Lei 50/2012, de 31 de Agosto, que aprova o regime jurídico da actividade empresarial local e das participações locais (RJAEPL), as empresas municipais têm como **objecto exclusivo** a exploração de actividades de interesse geral, considerando-se como tal as que tenham exclusivamente por objecto a promoção e gestão de equipamentos colectivos e prestação de serviços na área da educação, acção social, cultura, saúde e desporto, promoção, gestão e fiscalização do estacionamento público urbano, abastecimento público de água, saneamento de águas residuais urbanas, gestão de resíduos urbanos e limpeza pública, transporte de passageiros, distribuição de energia eléctrica em baixa tensão ou a promoção do desenvolvimento local e regional, considerando-se como tal as que tenham exclusivamente por objecto a promoção, manutenção e conservação das infra-estruturas urbanísticas e gestão urbana, renovação e reabilitação urbanas e gestão do património edificado, promoção e gestão de imóveis de habitação social, produção de energia eléctrica, promoção do desenvolvimento urbano e rural no âmbito intermunicipal;

Considerando que ao requisito do objecto social acima especificado acresce outro e que se traduz na **proibição** da constituição de **empresas locais** para a prossecução de actividades de natureza exclusivamente administrativa ou **com intuito exclusivamente mercantil**;

Considerando que a empresa local Matadouro Regional de Mafra não observa o requisito do objecto social, sendo uma empresa exclusivamente mercantil;

Considerando que, de acordo com o disposto no artigo 3.º do RJAELPL, são **participações locais** todas as participações sociais detidas pelos municípios em entidades constituídas ao abrigo da lei comercial que não assumam a natureza de empresas locais;

Considerando que, de acordo com o estabelecido no artigo 51.º do RJAELPL, os municípios podem adquirir participações em sociedades comerciais de responsabilidade limitada;

Considerando que, de acordo com o disposto no artigo 52.º, as sociedades participadas devem prosseguir fins de relevante interesse público local, compreendendo-se o respectivo objecto social no âmbito das atribuições das entidades públicas participantes;

Considerando que são estes os dois únicos requisitos aplicáveis à detenção de participações sociais pelos municípios;

Considerando que a empresa Matadouro Regional de Mafra prossegue um fim de relevante interesse público local, na medida em que *"... foi constituída com o objectivo principal de potenciar economicamente a região onde se insere através da criação de factores de sustentação da actividade e desenvolvimento económico integrado, dado que na região da grande Lisboa e Oeste não existiam matadouros em funcionamento desde o encerramento da Fricarnes, SA.*

A região do concelho de Mafra possui características marcadamente agrícolas, onde o pequeno agricultor tem uma preponderância elevada. Em 2003 o concelho contava com cerca de 750 produtores de bovinos, ovinos e caprinos inscritos na Associação sanitária do Concelho de Mafra, sendo o encabeçamento (número de animais por produtor), de 9,3 nos bovinos e 35 nos pequenos ruminantes.

[Handwritten signature]

O Matadouro regional de Maфра é uma infraestrutura de grande importância económica na região, quer pela importância do negócio da fileira animal que é desenvolvida por inúmeros produtores a nível local

A localização do Matadouro Regional de Maфра permite aos produtores locais obter poupanças elevadas nos custos com transportes (com reflexos significativos no preço final do produto), que associadas à qualidade do serviço prestado, traduz-se em vantagens competitivas para todos os agentes económicos da região neste sector...¹;

Considerando que o objecto social da empresa Matadouro Regional de Maфра se compreende no âmbito das atribuições das entidades públicas participantes, na medida em que os Municípios dispõem de atribuições no domínio da promoção do desenvolvimento (cfr. artigo 23.º, n.º 2, alínea m) da Lei 75/2013, de 12 de Setembro);

Considerando que se o Município alienar parte do capital social que detém na empresa de forma a que deixe de ter, sobre ela, influência dominante, a empresa deixa de ser uma empresa local e passa a ser, de acordo com o previsto no artigo 4.º do RJELPS, uma sociedade comercial participada;

Considerando que, de acordo com o que já foi dito, a detenção de uma participação local por parte do Município na empresa Matadouro Regional de Maфра observa os requisitos fixados no RJELPS na medida em que a referida empresa prossegue fins de relevante interesse público local, compreendendo-se o respectivo objecto social no âmbito das atribuições do Município;

Considerando que, na sequência da deliberação já tomada pela Assembleia Municipal em sessão realizada no passado dia 28 de Fevereiro, foi deliberado alienar a totalidade do capital social que o Município detinha na empresa Matadouro Regional de Maфра e que ficou deserto o procedimento lançado pelo Município que visava cumprir tal deliberação;

Considerando que o procedimento de alienação acima referido foi precedido do necessário procedimento de contratação pública que aferiu o valor patrimonial da empresa Matadouro Regional de Maфра;

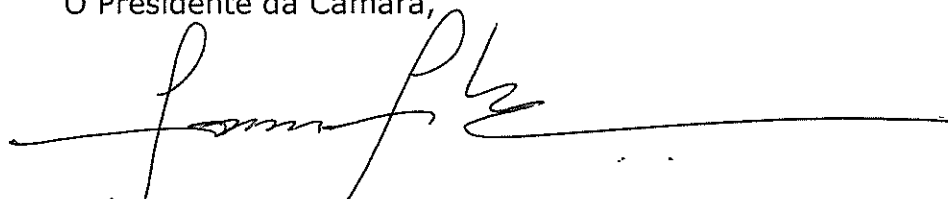
¹ In Estudo de avaliação, 31 de Dezembro de 2012, Matadouro Regional de Maфра, página 14.

Considerando que foi elaborado novo estudo de avaliação da empresa, tendo por base o estudo anterior, procedendo à respectiva actualização face aos dados macroeconómicos referentes a 2013 e à redefinição de pressupostos operacionais, assentes nos elementos económico-financeiros dos últimos exercícios;

Considerando que dessa reavaliação resultou que o valor da participação do Município de Mafra é de € 2 240 000,00.

Proponho que a Câmara Municipal delibere, nos termos do estabelecido no artigo 61.º da Lei 50/2012, de 31 de Agosto, propor à Assembleia Municipal a alienação do capital social que o Município detém na aludida empresa, pelo valor nominal de € 16,00 (dezasseis euros) por acção detida pelo Município, representado por sete títulos de 20 000 acções cada um, de modo a que a alienação conduza, no mínimo, a uma posição minoritária por parte do Município.

O Presidente da Câmara,



(Helder Sousa Silva)

PARECER

DESPACHO

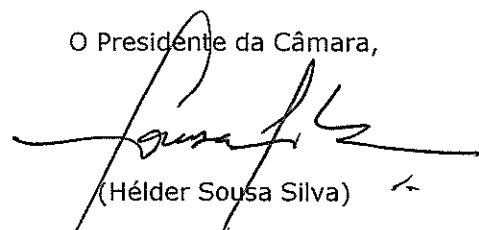
...../...../.....

O(A) Vereador(a),

À reunião

10./12./13

O Presidente da Câmara,


(Hélder Sousa Silva)

INFORMAÇÃO Interno/2013/13274

ASSUNTO: O REGIME JURÍDICO DA ACTIVIDADE EMPRESARIAL LOCAL E DAS PARTICIPAÇÕES LOCAIS. O MATADOURO REGIONAL DE MAFRA, SA.

O Matadouro Regional de Mafra, SA, constituído por escritura pública outorgada em 25 de Janeiro de 2001, foi criado ao abrigo da Lei 58/98, de 18 de Agosto, intitulada "Lei das Empresas Municipais, Intermunicipais e Regionais", a qual regulava as condições em que os municípios, associações de municípios e as regiões administrativas podiam criar empresas dotadas de capitais próprios.

Actualmente, o regime jurídico da actividade empresarial local e das participações sociais, aprovado pela Lei 50/2012, de 31 de Agosto (que veio revogar a Lei 53-F/2006, de 29 de Dezembro, a qual, por sua vez, havia revogado a Lei 58/98, de 18 de Agosto), veio estabelecer um novo quadro legal, regulando as condições a que o Município tem de obedecer para que possa criar e deter empresas locais e participações locais.

Entende-se por "participações locais", nos termos do previsto no artigo 3.º da Lei 50/2012, de 31 de Agosto, todas as participações sociais detidas pelos municípios, em entidades constituídas ao abrigo da lei comercial que não assumam natureza de empresas locais.

Por seu turno, entende-se por “empresa local”, de acordo com o prescrito no artigo 19.º do regime jurídico da actividade empresarial local e das participações sociais (doravante designado como RJELPS), as sociedades constituídas ou participadas nos termos da lei comercial, nas quais as entidades públicas participantes possam exercer, de forma directa ou indirecta, uma influência dominante em razão a verificação de um dos seguintes requisitos:

- detenção da maioria do capital social ou dos direitos de voto;
- direito de designar ou destituir a maioria dos membros do órgão de gestão, de administração ou de fiscalização;
- qualquer outra forma de controlo de gestão.

Do que precede facilmente se concluiu que o **Matadouro Regional de Mafra, SA**, é, atentos os critérios acima enunciados, uma **empresa local**, porquanto o Município detém a maioria do capital social, bem como, quanto mais não seja porque detém 93,32% do capital social, detém também o direito de designar ou destituir a maioria dos membros do órgão de gestão, de administração ou de fiscalização.

O objecto social das empresas locais está tipificado no artigo 20.º do RJELPS, de acordo com o qual, as empresas municipais têm como objecto exclusivo a exploração de actividades de interesse geral ou a promoção do desenvolvimento local e regional, nos termos do disposto nos artigos 45.º e 48.º, de forma tendencialmente auto-sustentável, sendo proibida a constituição de empresas locais para a prossecução de actividades de natureza exclusivamente administrativa ou com intuito exclusivamente mercantil. De notar que de acordo como n.º 2 do artigo em análise, a proibição referida abrange a aquisição de participações pelas entidades públicas participantes que confirmam uma influência dominante. Ainda no que ao objecto social diz respeito, o n.º 4 do artigo em análise blinda a possibilidade de se constituírem empresas locais ou adquiridas participações sociais que confirmam uma influência dominante, cujo objecto social não se insira nas atribuições dos respectivos municípios.

Há a referir que a possibilidade de se criarem empresas locais (antes denominadas empresas municipais) esteve sempre balizada por critérios legais, os quais foram sendo desenvolvidos e densificados ao longo dos três regimes

que regularam o sector empresarial local (agora actividade empresarial local), sendo que, de acordo com a Lei 58/98, de 18 de Agosto, as empresas a constituir teriam de explorar actividades que prosseguissem fins de reconhecido interesse público cujo objecto se contivesse no âmbito das respectivas atribuições.

Igual limitação quanto ao objecto social estava consagrada na Lei 53-F/2006, de 29 de Dezembro, ao prescrever, no artigo 5.º n.º 2, que não poderiam ser criadas ou participadas empresas de âmbito municipal cujo objecto não se inserisse no âmbito das atribuições da autarquia.

Mas, para além desta limitação (a qual baliza, desde a primeira hora, a actividade empresarial local), o então regime jurídico do sector empresarial local, continha já a proibição de criar empresas para o desenvolvimento de actividades de natureza exclusivamente administrativa ou de intuito predominantemente mercantil.

Aqui chegados, e se é pacífico, ainda que a actividade exercida pelo Matadouro Regional de Mafra, SA, não encontre previsão nas actividades taxativamente elencadas nos artigos 45.º e 48.º do RJAELPS, que à sua constituição presidiram objectivos que visavam a promoção do desenvolvimento local e como tal a empresa prosseguia atribuições do Município, há que especificar o que foi alterado pelo regime jurídico agora vigente.

E uma das diferenças do actual regime em relação ao anterior é que o objecto das actividades prosseguidas por cada tipo de empresa admitida (empresas locais de gestão de serviços de interesse geral e empresas locais de promoção do desenvolvimento local e regional, de acordo com o RJAELPS e empresas encarregadas da gestão de serviços de interesse geral, empresas encarregadas da promoção do desenvolvimento local e regional e empresas encarregadas da gestão de concessões no RJSEL) é taxativo no primeiro caso e meramente exemplificativo no segundo, no que às empresas encarregadas da promoção do desenvolvimento local e regional diz respeito, uma vez que quanto aos outros dois tipos o legislador nem sequer exemplifica o tipo de actividades a que corresponde.

Assim sendo e se ao abrigo dos quadros legais anteriores se poderia considerar que o objecto social prosseguido pelo Matadouro Regional Municipal, SA

prosseguia a atribuição acometida aos municípios de promoção do desenvolvimento local, agora, com a enumeração exaustiva do objecto que tais empresas podem desenvolver, questiona-se, pertinentemente, se o Município pode continuar a deter a participação social que detém na aludida empresa.

Por outro lado, dúvidas não existem que o Matadouro Regional de Mafra SA tem intuito exclusivamente mercantil, estando sujeito a regras de gestão próprias e flexíveis que aliás lhe permitiram, até agora, alcançar resultados bastante satisfatórios.

Estabelece o artigo 70.º do RJALPS que as entidades de natureza empresarial criadas ou constituídas ao abrigo de legislação anterior, nas quais as entidades públicas exerçam uma influência dominante (como é o caso do Matadouro Regional de Mafra, SA, como ficou já demonstrado), assim como as sociedades comerciais participadas já existentes, ficam obrigadas a adequar os seus estatutos em conformidade com o RJALPS, no prazo de seis meses após a sua entrada em vigor.

A questão que se coloca agora é se é possível adequar os estatutos do Matadouro Regional de Mafra, SA, ao regime instituído pela Lei 50/2012, de 31 de Agosto, parecendo, do que precede, nomeadamente do disposto no n.º 1 do artigo 20.º que define o objecto exclusivo que pode ser prosseguido pela actividade empresarial local (exploração de actividades de interesse geral ou a promoção do desenvolvimento local e regional) bem como dos artigos 45.º e 48.º do mesmo regime que especificam, taxativamente, quais as actividades que podem ser prosseguidas por cada um dos tipos referidos, e que são, no primeiro caso, a promoção e gestão de equipamentos colectivos e prestação de serviços na área da educação, acção social, cultura, saúde e desporto, promoção, gestão e fiscalização do estacionamento público urbano, abastecimento público de água, saneamento de águas residuais urbanas, gestão de resíduos urbanos e limpeza pública, transporte de passageiros, distribuição de energia eléctrica em baixa tensão, e no segundo, promoção, manutenção e conservação das infra-estruturas urbanísticas e gestão urbana, renovação e reabilitação urbanas e gestão do património edificado, promoção e gestão de imóveis de habitação social, produção de energia eléctrica, promoção do desenvolvimento urbano e rural no âmbito intermunicipal, que tal adequação não é possível.

Mas, se pelas razões expostas se concluiu que o Município não pode continuar a ser detentor do capital social que detém da empresa Matadouro Regional de Mafra, SA, há que analisar a questão quanto à possibilidade de deter uma participação social na aludida empresa.

De acordo com o estabelecido no artigo 51.º do RJAELPL, os municípios podem adquirir participações em sociedades comerciais de responsabilidade limitada, dispondo o artigo 52.º que as sociedades participadas devem prosseguir fins de relevante interesse público local, compreendendo-se o respectivo objecto social no âmbito das atribuições das entidades públicas participantes.

Do que vem de ser dito pode concluir-se que o objecto social da empresa Matadouro Regional de Mafra prossegue um fim de relevante interesse público local, na medida em que *"... foi constituída com o objectivo principal de potenciar economicamente a região onde se insere através da criação de factores de sustentação da actividade e desenvolvimento económico integrado, dado que na região da grande Lisboa e Oeste não existiam matadouros em funcionamento desde o encerramento da Fricarnes,SA.*

A região do concelho de Mafra possui características marcadamente agrícolas, onde o pequeno agricultor tem uma preponderância elevada. Em 2003 o concelho contava com cerca de 750 produtores de bovinos, ovinos e caprinos inscritos na Associação sanitária do Concelho de Mafra, sendo o encabeçamento (número de animais por produtor), de 9,3 nos bovinos e 35 nos pequenos ruminantes.

O Matadouro regional de Mafra é uma infraestrutura de grande importância económica na região, quer pela importância do negócio da fileira animal que é desenvolvida por inúmeros produtores a nível local

A localização do Matadouro Regional de Mafra permite aos produtores locais obter poupanças elevadas nos custos com transportes (com reflexos significativos no preço final do produto), que associadas à qualidade do serviço prestado, traduz-se em vantagens competitivas para todos os agentes económicos da região neste sector...".¹

¹ In "Estudo de Avaliação, 31 de Dezembro de 2012, Matadouro Regional de Mafra, S.A"

Por outro lado, e pelas mesmas razões que serviram para fundamentar que o objecto social da empresa Matadouro Regional de Mafra prossegue um fim de relevante interesse público local, também se diz que o objecto social se compreende no âmbito das atribuições das entidades públicas participantes, na medida em que os Municípios dispõem de atribuições no domínio da promoção do desenvolvimento (cfr. artigo 23.º, n.º 2, alínea m) da Lei 75/2013, de 12 de Setembro).

Convém agora lembrar o que se entende por participação local – participação social detida pelo município, em entidade constituída ao abrigo da lei comercial que não assuma natureza de empresa local.

E já se sabe que não assume a natureza de empresa local a sociedade participada nos termos da lei comercial, na qual a entidade pública participante não exerça, de forma directa ou indirecta, uma influência dominante.

Já se percebeu também, do que foi dito, que os critérios para detenção de participações locais não são tão “apertados” quanto os critérios aplicáveis às empresas locais. Na verdade nada impede, de acordo com o RJAEPL, que o Município detenha uma participação social, sendo, por isso, entidade pública participante nos termos do previsto no artigo 5.º do referido regime, numa sociedade com intuito exclusivamente mercantil, não estando também definido qual o tipo de empresa cujo capital social pode ser detido pelo Município.

Considerando tudo o exposto e tendo em vista o cumprimento da Lei 50/2012, de 31 de Agosto, julga-se, ressaltando melhor entendimento, que se o Município “transformar” a empresa municipal Matadouro Regional de Mafra em sociedade comercial participada (participação local detida pelo Município em entidade constituída ao abrigo da lei comercial que não assuma a natureza de empresa local, nos termos do previsto no artigo 4.º da Lei 50/2012), desiderato que se consegue com a alienação do capital social que lhe confere a influência dominante, dá pleno cumprimento aos comandos constantes da Lei 50/2012.

Por tudo o exposto e por se considerar que o cumprimento da Lei 50/2012, de 31/08 pode ser atingido com a alienação de só parte do capital social que o Município detém na empresa Matadouro Regional de Mafra, desde que essa alienação corresponda a perda da influência dominante, julga-se, ressaltando melhor entendimento, nos termos do estabelecido no artigo 61.º da Lei 50/2012,

de 31 de Agosto, que a Câmara Municipal delibere propor à Assembleia Municipal a alienação da parte do capital social que o Município detém na aludida empresa, para que aquele deixe de ter influência dominante, deixando, por essa circunstância, a empresa de ser considerada uma empresa local e passando o Município a ser tão só entidade pública participante.

É o que, ressalvando melhor entendimento, me cumpre informar.

A Directora de Departamento,



(Ana Viana)

Atualização e Revisão da Avaliação do Valor Patrimonial

31 de outubro de 2013

Matadouro Regional de Mafra, S.A.



10 de dezembro de 2013

Exmo. Senhor Presidente do
Matadouro Regional de Mafra, S.A.
Rua Matadouro, 1
2640-425 Mafra

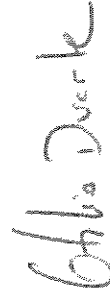
Relatório da Atualização e Revisão da Avaliação do Valor Patrimonial do Matadouro Regional de Mafra, S.A.

De acordo com o vosso convite e a nossa proposta de prestação de serviços, anexamos o nosso relatório que tem como objetivo, apresentar o Estudo de Atualização e Revisão da Avaliação do Matadouro Regional de Mafra, S.A. (adiante também designado por **MRM**) com vista à aferição completa do seu valor patrimonial.

O presente relatório consubstancia os resultados da nossa revisão e fundamenta a nossa opinião dirigida ao **MRM**, para o objetivo identificado, pelo que não deverá ser utilizado para discussão ou serem fornecidas cópias parciais ou totais a qualquer entidade sem a nossa expressa autorização por escrito. Não aceitamos qualquer responsabilidade perante outras entidades que não sejam os destinatários do presente relatório referidos anteriormente.

Agradecemos a todos os colaboradores do **MRM**, a sua excelente colaboração na realização do presente trabalho.

Com os melhores cumprimentos,



Ofélia Duarte
(Gerente)

ÍNDICE

| | |
|---|----|
| 1 INTRODUÇÃO..... | 6 |
| 2 RESPONSABILIDADES | 8 |
| 3 REVISÃO DA AVALIAÇÃO DO MRM | 9 |
| 3.1 Considerações Iniciais | 9 |
| 3.2 Cash Flows Previsionais e Valor Residual | 9 |
| 3.3 Valor de Avaliação do MRM..... | 10 |
| 4 ANEXOS | 11 |
| 4.1 Enquadramento | 11 |
| 4.2 Atividade do MRM..... | 13 |
| 4.2.1 Atividade Operacional..... | 13 |
| 4.2.2 Análise Económica e Financeira..... | 14 |
| 4.3 Pressupostos Macroeconómicos..... | 17 |
| 4.4 Pressupostos de Proveitos Operacionais..... | 18 |
| 4.5 Pressupostos de Custos Operacionais..... | 18 |
| 4.5.1 Custo das Vendas e dos Serviços Prestados | 18 |
| 4.5.2 Fornecimentos e Serviços Externos (FSE) | 19 |
| 4.5.3 Gastos com Pessoal..... | 19 |
| 4.5.4 Outros Gastos e Perdas Operacionais..... | 19 |
| 4.6 Pressupostos de Investimento | 20 |

| | |
|---|----|
| 4.7 Pressupostos de Aplicação de Resultados | 20 |
| 4.8 Outros Ativos e Passivos | 21 |
| 4.9 Taxa de Atualização e Valor Residual..... | 21 |
| 4.10 Mapas Previsionais | 22 |
| 4.11 Demonstrações Financeiras Previsionais..... | 25 |

GLOSSÁRIO DE TERMOS E ABREVIATURAS

| | |
|--------|--|
| CAE | Classificação das Atividades Económicas |
| CMV | Custo das Mercadorias Vendidas |
| CP | Capital Próprio |
| EBITDA | <i>Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation, and Amortisation</i> |
| ETARI | Estação de Tratamento de Águas Residuais Industriais |
| FM | Fundo de Maneio |
| FSE | Fornecimentos e Serviços Externos |
| INE | Instituto Nacional de Estatística |
| IRC | Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas |
| IRS | Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares |
| IVA | Imposto sobre o Valor Acrescentado |
| MRM | Matadouro Regional de Mafra, S.A. |
| NFM | Necessidades de Fundo de Maneio |
| NIPC | Número de Identificação de Pessoas Coletivas |
| SA | Sociedade Anónima |
| SIRCA | Sistema de Recolha de Cadáveres de Animais Mortos na Exploração |
| VA | Valor Atual |
| VAL | Valor Atual Líquido |
| V4b | Value Advisory Services for Business |

1 INTRODUÇÃO

A atualização e revisão da avaliação do valor patrimonial do Matadouro Regional de Mafra, S.A. foram efetuadas com a data de referência de 31 de outubro de 2013 e tendo como referencial conceptual o Método do Rendimento, através do qual foi identificado um valor de avaliação de aproximadamente **2,4 milhões de euros**.

O presente relatório visa assessorar o Conselho de Administração do Matadouro Regional de Mafra, na determinação do seu atual valor patrimonial, nomeadamente à data de 31 de outubro de 2013, tendo por base as demonstrações financeiras de anos anteriores, tal como a avaliação realizada pela **V4b**, à data de 31 de dezembro de 2012.

A definição dos pressupostos de evolução subjacentes à revisão e atualização da avaliação do **MRM** tiveram em consideração:

- a avaliação realizada pela **V4b** com referência a 31 de dezembro de 2012;
- os elementos contabilísticos sobre a evolução histórica da atividade do **MRM**;
- os elementos disponíveis sobre a evolução do setor de atividade do **MRM**;
- as perspetivas dos responsáveis do **MRM** sobre a evolução da atividade do **MRM** e dos respetivos custos associados, por nós revistos e equacionados.

Em termos médios, entre 2005 e 2012, foram abatidos no Matadouro Regional de Mafra cerca de 26 mil animais, atingindo o valor máximo em 2012 de 31 mil animais. Em 2013, estima-se uma quebra do número de animais abatidos de aproximadamente 17% face a 2012 (níveis de atividade próximos de 2008 e 2009) devido ao aumento da importação de carne em detrimento da procura pela carne nacional. Os bovinos representam em média 62% dos animais abatidos anualmente (61% em 2013). Em termos homólogos, o número de animais abatidos até novembro de 2013 foi inferior cerca de 18% face a 2012.

Os proveitos operacionais do **MRM** com vendas e prestações de serviços, nomeadamente, os proveitos relacionados com a venda de couros e peles e com o serviço de abate foram estimados no período previsional tendo por base a manutenção dos níveis de atividade registados em 2013.

| VOLUME DE ATIVIDADE PREVISIONAL | | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 |
|---------------------------------|--|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| Nº de Animais | | | | | | | |
| Bovinos | | 15.764 | 15.764 | 15.764 | 15.764 | 15.764 | 15.764 |
| Ovinos | | 7.643 | 7.643 | 7.643 | 7.643 | 7.643 | 7.643 |
| Caprinos | | 2.273 | 2.273 | 2.273 | 2.273 | 2.273 | 2.273 |
| Total | | 25.680 | 25.680 | 25.680 | 25.680 | 25.680 | 25.680 |
| Avaliação V4b | | | | | | | |
| Cenário A | | 27.824 | 27.824 | 27.824 | 27.824 | 27.824 | 27.824 |
| Cenário B | | 28.752 | 28.752 | 28.752 | 28.752 | 28.752 | 28.752 |
| Kgs | | | | | | | |
| Bovinos | | 4.210.893 | 4.210.893 | 4.210.893 | 4.210.893 | 4.210.893 | 4.210.893 |
| Ovinos | | 83.682 | 83.682 | 83.682 | 83.682 | 83.682 | 83.682 |
| Caprinos | | 14.581 | 14.581 | 14.581 | 14.581 | 14.581 | 14.581 |
| Total | | 4.309.156 | 4.309.156 | 4.309.156 | 4.309.156 | 4.309.156 | 4.309.156 |
| Avaliação V4b | | | | | | | |
| Cenário A | | 4.529.522 | 4.529.522 | 4.529.522 | 4.529.522 | 4.529.522 | 4.529.522 |
| Cenário B | | 4.680.506 | 4.680.506 | 4.680.506 | 4.680.506 | 4.680.506 | 4.680.506 |

Os custos operacionais foram determinados de acordo com os seguintes pressupostos:

- **Gastos com pessoal** – a reposição dos subsídios de férias e de natal, redução do quadro de colaboradores e dos prémios atribuídos a colaboradores;
- **Custo das vendas de mercadorias (couros e peles)** – redução do seu peso médio nas vendas registado em 2013;
- **Custos variáveis com subcontratos** – peso médio nos proveitos com eliminação dos produtos em 2012 e 2013.

Os investimentos de substituição a realizar em ativos fixos tangíveis a partir de 2014 foram definidos com base nas amortizações do exercício de 2013 ascendendo a cerca de 174 mil euros (85 mil euros na avaliação da **V4b**), atualizado nos anos seguintes de acordo com a inflação prevista.

Considerando a metodologia de avaliação seguida e os pressupostos assumidos na atualização e revisão da avaliação da **V4b**, o valor do **MRM**, com referência a 31 de outubro de 2013, é de aproximadamente:

| Valores em euros | |
|--------------------------------------|------------------|
| VALOR PATRIMONIAL DO MRM | |
| Valor Atual dos Cash Flows 2013-2018 | 605.119 |
| Valor Residual | 1.626.206 |
| Outros Ativos a 31out13 | 129.561 |
| Outros Passivos a 31out13 | - |
| Avaliação do MRM a 31out13 | 2.360.887 |

2 RESPONSABILIDADES

Gostaríamos de salientar que os valores obtidos podem servir de referência para negociações considerando as metodologias e técnicas normalmente adotadas, bem como, os pressupostos utilizados, que consideraremos razoáveis e defensáveis tendo em conta a informação que nos foi disponibilizada e por nós obtida.

O presente trabalho não inclui quaisquer procedimentos que visam confirmar a exatidão e totalidade da informação de caráter não-financeiro ou outra incluída neste relatório, disponibilizada pelo Matadouro Regional de Mafra, S.A. ou por outras fontes de domínio público, pelo que não assumiremos qualquer responsabilidade a este respeito, bem como, em relação ao grau de cumprimento pelo **MRM** das projeções através dos resultados reais apurados no futuro.

Salientamos, que disponibilizamos o presente relatório ao **MRM**, o qual confirmaram que, na medida do seu conhecimento e convicção, o relatório não contém quaisquer erros ou omissões materialmente relevantes e representa de uma forma apropriada a expectativa quanto ao valor patrimonial do **MRM**.

3 REVISÃO DA AVALIAÇÃO DO MRM

3.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A atualização e revisão da avaliação do **MRM** tiveram por base as metodologias e os pressupostos gerais utilizados na avaliação realizada pela **V4b** com as seguintes adaptações:

- a data de referência é 31 de outubro de 2013;
- a atualização de dados macroeconómicos referentes a 2013 e de condições de financiamento do **MRM**;
- a redefinição de pressupostos operacionais tendo por base elementos económico-financeiros do **MRM** referentes ao exercício de 2013 e de anos anteriores.

3.2 CASH FLOWS PREVISIONAIS E VALOR RESIDUAL

Os *cash flows* estimados ao longo do período previsional e o valor residual são os seguintes.

| MAPA DE CASH FLOWS PREVISIONAIS | | | | | | Valores em euros | |
|--|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|------------------|--|
| | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | |
| Resultados Operacionais | 150.514 | 150.901 | 146.512 | 165.259 | 230.827 | 229.165 | |
| Depreciações e Amortizações | 183.163 | 193.894 | 204.840 | 192.866 | 134.207 | 142.915 | |
| Melios Libertos Brutos | 333.676 | 344.795 | 351.352 | 358.125 | 365.034 | 372.081 | |
| (Investimentos)/Desinvestimentos em FM | (17.078) | (491) | 1.775 | 1.807 | 1.844 | 1.880 | |
| Reembolsos (Liquidações) de IRC | (99.149) | (48.678) | (40.076) | (37.838) | (48.012) | (75.922) | |
| Cash Flows Operacionais | 217.449 | 295.626 | 313.051 | 322.094 | 318.866 | 298.039 | |
| Investimentos em Capital Fixo | (34.027) | (183.163) | (186.826) | (190.563) | (194.374) | (198.261) | |
| Cash Flows | 183.423 | 112.464 | 126.225 | 131.532 | 124.492 | 99.778 | |
| Cash Flows Atualizados | 169.733 | 96.125 | 99.370 | 95.373 | 83.142 | 61.376 | |

| Valores em euros | | |
|-----------------------|-----------|--|
| VALOR RESIDUAL | | |
| Crescimento Perpétuo | 2% | |
| Renda Perpétua | | |
| EBITDA 2019 | 379.522 | |
| NFM | 1.918 | |
| Inv. Substituição | (145.774) | |
| IRC | (61.943) | |
| | 173.723 | |
| VA (R.Perp) @ 2018 | 2.643.692 | |
| VA (R.Perp) @ 31out13 | 1.626.206 | |

3.3 VALOR DE AVALIAÇÃO DO MRM

Considerando a metodologia de avaliação seguida e os pressupostos assumidos na atualização e revisão da avaliação da **V4b**, o valor do **MRM**, com referência a 31 de outubro de 2013, é de aproximadamente:

| Valores em euros | |
|--------------------------------------|------------------|
| VALOR PATRIMONIAL DO MRM | |
| Valor Atual dos Cash Flows 2013-2018 | 605.119 |
| Valor Residual | 1.626.206 |
| Outros Ativos a 31out13 | 129.561 |
| Outros Passivos a 31out13 | - |
| Avaliação do MRM a 31out13 | 2.360.887 |

No quadro seguinte apresentamos os valores de avaliação do **MRM** obtidos pela **V4b** e pela **ReportMaxi**:

| VALOR PATRIMONIAL DO MRM | |
|--------------------------|----------------------|
| ReportMaxi @ 31out13 | 2,4 milhões de euros |
| V4b @ 31dez12 | |
| Cenário A | 3,2 milhões de euros |
| Cenário B | 3,6 milhões de euros |

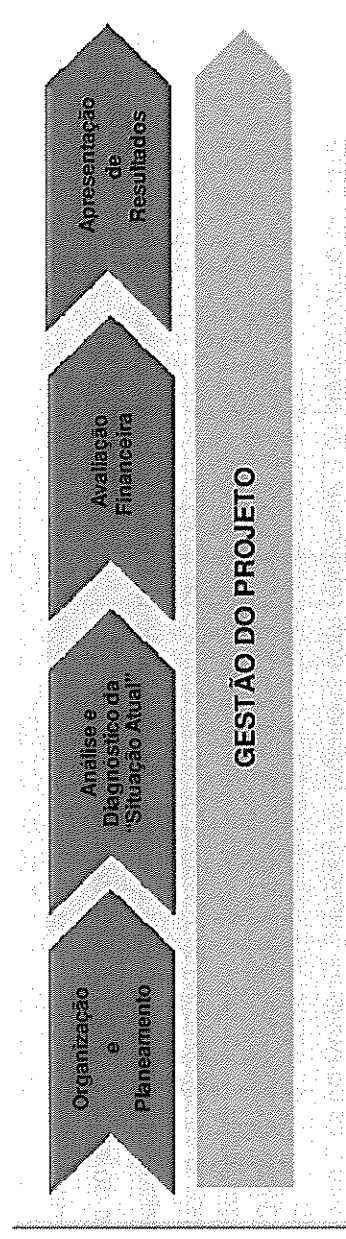
4 ANEXOS

4.1 ENQUADRAMENTO

A forma como prestamos os nossos serviços é sempre um compromisso de trabalhar em colaboração com os nossos clientes no sentido de lhes proporcionar o maior valor acrescentado possível, pelo que, em face da importância do presente projeto, desenhamos e preparamos uma abordagem metodológica específica, assente em metodologias e orientações nacionais e internacionais, geralmente reconhecidas e aceites, nomeadamente:

- **Avaliação pelo Método de Rendimento** – Para estimativa do Valor Atual Líquido (VAL) do negócio iremos adotar o método do rendimento (fluxos de caixa descontados), por se entender ser o melhor modelo de análise de pagamentos e recebimentos associados à implementação de um projeto com as presentes características e com o facto de os fluxos financeiros (de saída ou entrada de capital) serem registados em momentos temporais diferentes e posteriores à avaliação.
- **PMBOK® Guide “Guide to the Project Management Body of Knowledge”** - Aplicável à gestão e ao controlo de todo o projeto.

Na figura seguinte é apresentada a abordagem metodológica descrita de modo detalhado na nossa proposta.



A revisão e definição dos pressupostos utilizados, bem como, os cálculos efetuados tiveram por base informação interna e externa ao **MRM**, a referir:

- Informação disponibilizada pelos responsáveis do **MRM**, nomeadamente:
 - ✓ Avaliação realizada pela empresa V4b - Value Advisory Services for Business com referência a 31 de dezembro de 2012;
 - ✓ Relatório & Contas de 2009 a 2012;
 - ✓ Balancete geral de 2009 a 2012 e 31 de outubro de 2013;
 - ✓ Plano de Atividades e Orçamento de 2013;
 - ✓ Dados relativos à atividade operacional do **MRM** com referência a 30 de novembro de 2013.
- Informação do domínio público (indicadores macroeconómicos e fiscais, disponibilizados pelo INE e pelo Banco de Portugal);
- Informação sobre o setor (associações do setor e análises setoriais);
- Perspetivas futuras dos responsáveis do **MRM** com base na atividade histórica do **MRM** e na informação sobre o setor de atividade.

A Matadouro Regional de Mafra, S.A. foi constituída com o objetivo principal de potenciar economicamente a região onde se insere através da criação de fatores de sustentação da atividade e desenvolvimento económico integrado, dado que na região da grande Lisboa e Oeste não existiam matadouros em funcionamento desde o encerramento da Fricarnes, S.A..

| Denominação Social | Matadouro Regional de Mafra, S.A. |
|----------------------|--|
| Data de Constituição | 25 de janeiro de 2001 |
| Atividade | Comércio e indústria transformadora de gado, carnes verdes e produtos provenientes do abate CAE Principal - 10110 |
| Sede Social | Rua do Matadouro nº 1, Fontainhas 2644 - 002, São Miguel de Alcainça |
| Capital Social | 750.000 euros |
| Forma Jurídica | Sociedade Anónima |
| NIPC | 505 004 232 |
| Estrutura Acionista | Câmara Municipal de Mafra (93, 32 %) Caixa de Crédito Agrícola (4%) Associações Agricultores do Concelho de Mafra (0, 67%) Associação de Defesa Sanitária do Concelho de Mafra (0, 67%) Cooperativa de Produtores e Comerciantes Agro-Pecuários do Concelho de Mafra, C.R.L. (0, 67%) Matadouro Regional de Mafra, S.A. "ações próprias" (0, 67%) |

4.2 ATIVIDADE DO MRM

4.2.1 ATIVIDADE OPERACIONAL

Em termos médios, entre 2005 e 2012, foram abatidos no Matadouro Regional de Mafra cerca de 26 mil animais, atingindo o valor máximo em 2012 de 31 mil animais. Em 2013, estima-se uma quebra do número de animais abatidos de aproximadamente 17% face a 2012 (níveis de atividade próximos de 2008 e 2009) devido ao aumento da importação de carne em detrimento da procura pela carne nacional.

| | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013* |
|-----------------------------------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|
| NÚMERO DE ANIMAIS ABATIDOS | | | | | | | | | |
| Bovinos | 13.323 | 14.966 | 15.124 | 17.052 | 17.289 | 16.831 | 16.178 | 17.952 | 15.764 |
| Ovinos | 7.733 | 7.172 | 10.303 | 6.512 | 5.922 | 9.504 | 7.460 | 9.266 | 7.843 |
| Caprinos | 1.290 | 1.662 | 2.381 | 1.431 | 1.474 | 2.016 | 2.430 | 3.698 | 2.273 |

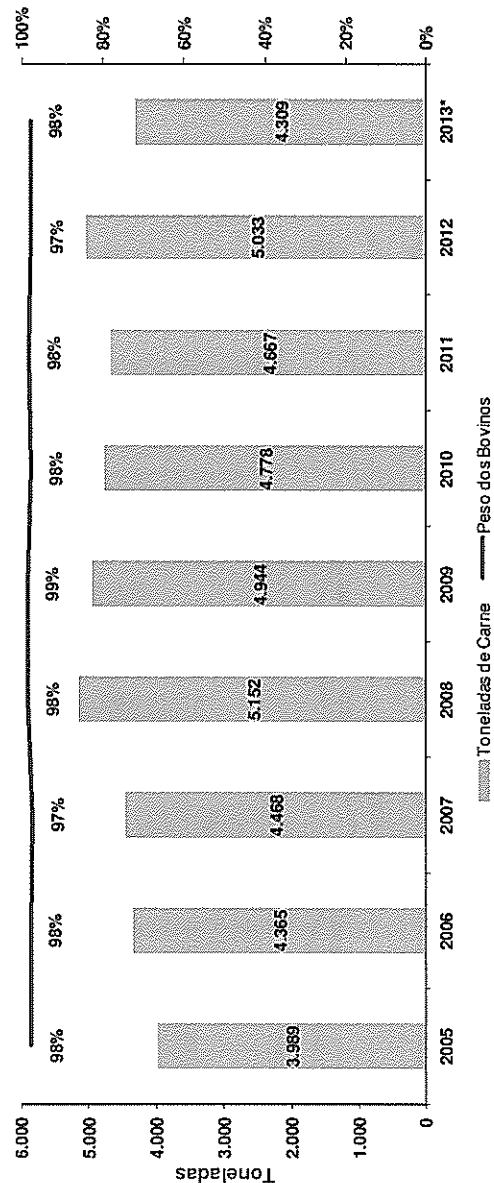
*atividade real de janeiro a novembro e atividade de dezembro estimada com base em dezembro de 2012 e evolução registada em 2013

Fonte: Matadouro Regional de Mafra, S.A.

Os bovinos representam em média 62% dos animais abatidos anualmente (61% em 2013). Em termos homólogos, o número de animais abatidos até novembro de 2013 foi inferior cerca de 18% face a 2012.

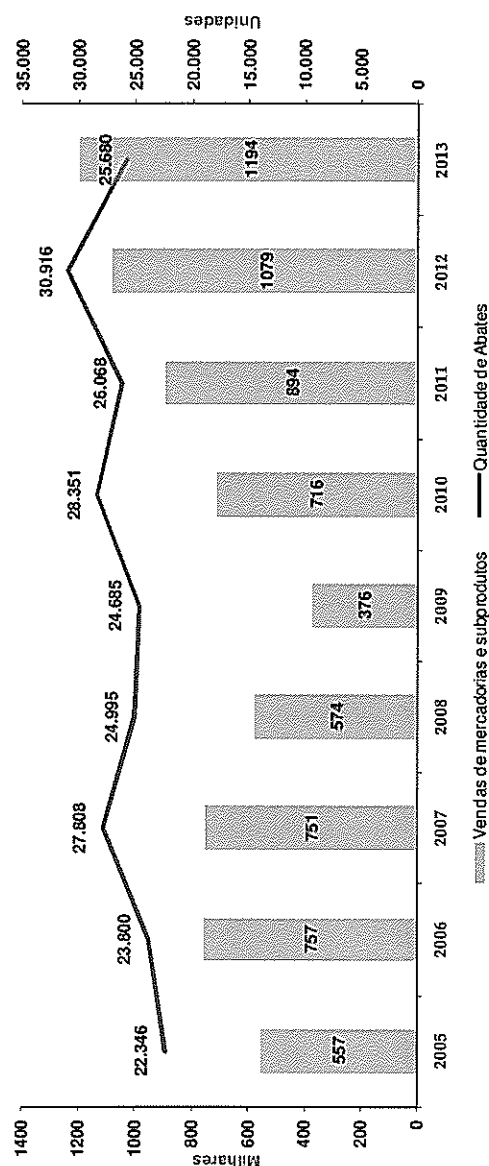
Em 2013, registou-se uma redução de 14% nas toneladas de carne como consequência da diminuição do número de abates. Os bovinos representam em média 98% das toneladas de carne obtidas a partir do serviço de abate.

VOLUMES DE CARNE DE ANIMAIS ABATIDOS



Fonte: Matadouro Regional de Mafra, S.A.

VENDAS DE MERCADORIAS E ABATES



Fonte: Matadouro Regional de Mafra, S.A.

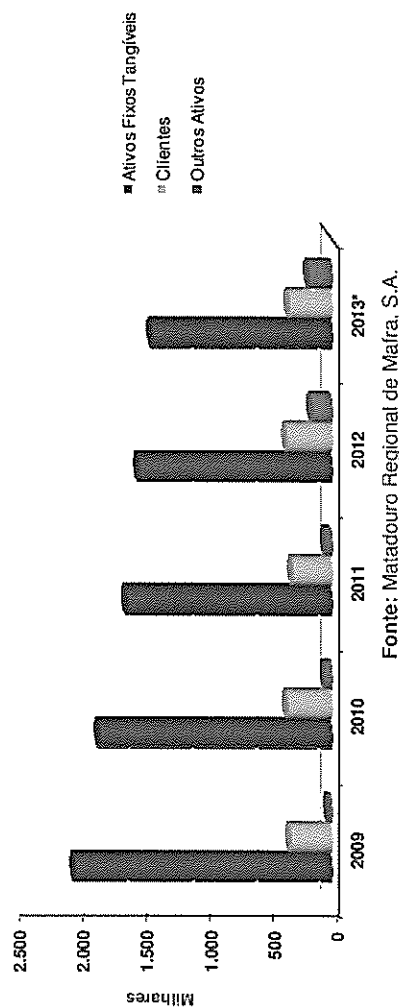
As vendas de mercadorias (couros e peles) e subprodutos dependem do volume de animais abatidos e das cotações do couro e peles no mercado, pelo que entre 2006 e 2009, apesar da estabilidade verificada no volume de animais abatidos as vendas reduziram-se de forma acentuada. O aumento da cotação dos couros e peles no mercado a partir de 2010 teve um impacto significativo no crescimento das vendas, para além do maior aproveitamento dos subprodutos para venda. Em 2013, as vendas de couro e peles mantiveram a tendência verificada no último triénio apesar da diminuição do número de abates.

4.2.2 ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

A 31 de outubro de 2013, o ativo líquido do **MRM** totaliza cerca de 2 milhões de euros, dos quais 73% são referentes a ativos fixos tangíveis e cerca de 17% a dívidas de clientes.

Em termos médios, os ativos fixos tangíveis representaram cerca de 80% do ativo do **MRM**, considerando que as atuais instalações do **MRM** foram concluídas em 2004 e os sucessivos investimentos realizados (melhorias na nave de abate, abegoaria, ETARI e equipamento administrativo).

ESTRUTURA DO ATIVO



Fonte: Matadouro Regional de Mafra, S.A.

As dívidas de clientes aumentaram o seu peso no ativo do **MRM** no período em análise, tal como os prazos médios de recebimento, decorrentes das dificuldades de cobrança associadas à atual conjuntura económica desfavorável.

ESTRUTURA DE ENDIVIDAMENTO



Fonte: Matadouro Regional de Mafra, S.A.

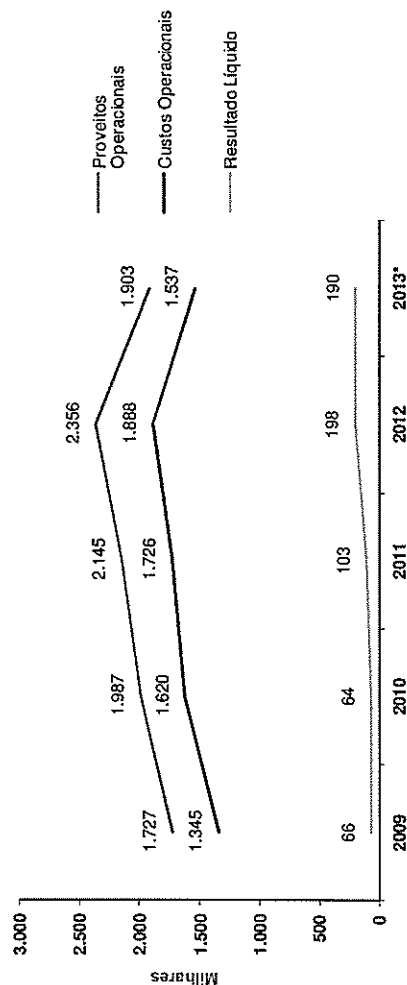
A 31 de outubro de 2013, o passivo do **MRM** totaliza cerca de 433 mil euros e é composto essencialmente por dívidas a fornecedores (48%), por remunerações a liquidar (prémios e subsídios) (28%) e outros passivos (10%).

A estrutura de endividamento reflete a estrutura de financiamento do investimento realizado nas atuais instalações do **MRM** e o respetivo plano de amortização concluído em 2013. A evolução das dívidas a fornecedores resulta da capacidade financeira evidenciada pela Empresa para cumprimentos dos prazos de pagamento junto de fornecedores.

Desde 2009, que o **MRM** apresentou um EBITDA positivo, tal como os resultados líquidos obtidos.

Os resultados operacionais em 2010 sofreram uma redução face a 2009 de 4% devido à desvalorização (cerca de 35%) da cotação dos couros e peles nos mercados internacionais, compensada por uma diminuição mais acentuada dos preços de aquisição destas mercadorias junto dos clientes do **MRM**.

INDICADORES ECONÓMICOS



Fonte: Matadouro Regional de Mafra, S.A.

O crescimento de 33% dos proveitos operacionais verificado entre 2010 e 2012 teve por base a valorização das cotações de couros e peles, o aumento dos abates de ovinos e caprinos, e o maior aproveitamento dos subprodutos para venda. Em 31 de outubro de 2013, em termos homólogos, os proveitos operacionais diminuíram cerca de 3% refletindo a diminuição do número de abates.

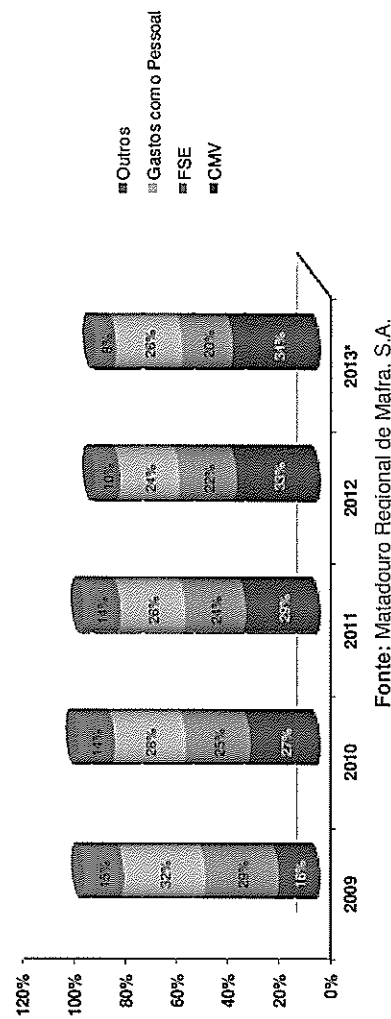
Os custos operacionais em 31 de outubro de 2013 registaram uma diminuição de cerca de 2% em relação ao período homólogo, resultante do decréscimo dos custos das mercadorias vendidas e fornecimentos e serviços externos.

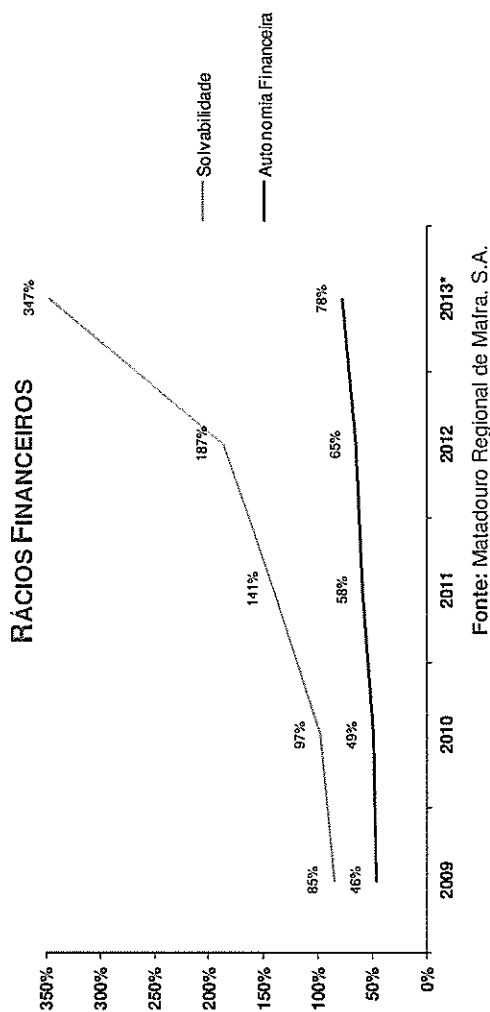
Os custos das mercadorias vendidas refletem a evolução da cotação dos couros e peles e representam em média 24% dos custos operacionais no período em análise e em 2013 registou-se a diminuição do seu peso nas vendas de aproximadamente 2%.

Os fornecimentos e serviços externos (FSE) representaram em média 24% dos proveitos operacionais do *MRM*, sendo as rubricas mais relevantes: os subcontratos (serviços de eliminação de subprodutos), honorários e as *utilities* (eletricidade, água e outros fluidos). Em 2013, esta rubrica apresenta uma diminuição de 15% face ao período homólogo.

Em termos médios, a rubrica de gastos com pessoal, durante o período em análise representou cerca de 27% dos proveitos operacionais. Em outubro de 2013 e comparativamente ao período homólogo, estes custos apresentaram um acréscimo de cerca de 8%.

ESTRUTURA DE CUSTOS OPERACIONAIS





O grau de autonomia financeira e a solvabilidade do **MRM** apresenta uma evolução positiva ao longo do período em análise, atingindo em 2013 cerca de 78% e 347%, respetivamente, devido aos resultados líquidos positivos acumulados e à amortização dos financiamentos obtidos para construção das instalações do **MRM**.

4.3 PRESSUPOSTOS MACROECONÓMICOS

Os pressupostos macroeconómicos utilizados na atualização e revisão da avaliação do **MRM** foram atualizados com referência a 2013 e manteve-se a evolução da economia portuguesa definida na avaliação realizada pela **V4b**. As condições de financiamento do **MRM** foram previstas considerando uma estrutura acionista de capitais exclusivamente privados resultante da alienação da participação do Município de Mafra e por este motivo não beneficiando das condições de financiamento associadas ao sector público empresarial.

| PRESSUPOSTOS MACROECONÓMICOS | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 |
|------------------------------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| Taxa de Inflação | 0,70% | 1,00% | 2,00% | 2,00% | 2,00% | 2,00% |
| Índice de Preços - Base 2012 | 1,01 | 1,02 | 1,04 | 1,06 | 1,09 | 1,11 |
| Euribor 6 Meses | 0,35% | 1,00% | 2,00% | 2,00% | 2,00% | 2,00% |
| Spread | 5,00% | 5,00% | 5,00% | 5,00% | 5,00% | 5,00% |
| Índice do Selo (s/ Juros) | 4,00% | 4,00% | 4,00% | 4,00% | 4,00% | 4,00% |
| Taxa Média de Financiamento | 5,58% | 6,24% | 7,28% | 7,28% | 7,28% | 7,28% |
| Taxa de Juro sem Risco | 3,00% | 3,00% | 3,00% | 3,00% | 3,00% | 3,00% |

Fonte: Banco de Portugal, NE e Bloomberg

4.4 PRESSUPOSTOS DE PROVEITOS OPERACIONAIS

Os proveitos operacionais do **MRM** com vendas e prestações de serviços, nomeadamente, os proveitos relacionados com a venda de couros e peles e com o serviço de abate foram estimados no período previsional tendo em consideração:

- a análise histórica da atividade;
- a evolução da atividade em 2013 e prospetivada pelos responsáveis do **MRM**;
- a manutenção dos níveis de atividade registados em 2013 ao longo do horizonte temporal do estudo.

Os restantes proveitos foram estimados de acordo com a estrutura e pressupostos utilizados na avaliação da **V4b**.

4.5 PRESSUPOSTOS DE CUSTOS OPERACIONAIS

4.5.1 CUSTO DAS VENDAS E DOS SERVIÇOS PRESTADOS

O custo das vendas de mercadorias (couros e peles) foi estimado considerando a evolução registada no exercício de 2013 de redução do seu peso médio nas vendas de couros e peles.

| VOLUME DE ATIVIDADE PREVISIONAL | | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 |
|---------------------------------|--|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| Nº de Animais | | | | | | | |
| Bovinos | | 15.764 | 15.764 | 15.764 | 15.764 | 15.764 | 15.764 |
| Ovinos | | 7.643 | 7.643 | 7.643 | 7.643 | 7.643 | 7.643 |
| Caprinos | | 2.273 | 2.273 | 2.273 | 2.273 | 2.273 | 2.273 |
| Total | | 25.680 | 25.680 | 25.680 | 25.680 | 25.680 | 25.680 |
| Avaliação V4b | | | | | | | |
| Centário A | | 27.824 | 27.824 | 27.824 | 27.824 | 27.824 | 27.824 |
| Centário B | | 28.752 | 28.752 | 28.752 | 28.752 | 28.752 | 28.752 |
| Kgs | | | | | | | |
| Bovinos | | 4.210.893 | 4.210.893 | 4.210.893 | 4.210.893 | 4.210.893 | 4.210.893 |
| Ovinos | | 83.682 | 83.682 | 83.682 | 83.682 | 83.682 | 83.682 |
| Caprinos | | 14.581 | 14.581 | 14.581 | 14.581 | 14.581 | 14.581 |
| Total | | 4.309.156 | 4.309.156 | 4.309.156 | 4.309.156 | 4.309.156 | 4.309.156 |
| Avaliação V4b | | | | | | | |
| Centário A | | 4.529.522 | 4.529.522 | 4.529.522 | 4.529.522 | 4.529.522 | 4.529.522 |
| Centário B | | 4.680.506 | 4.680.506 | 4.680.506 | 4.680.506 | 4.680.506 | 4.680.506 |

| CUSTO DAS VENDAS | | ReportMaxi* |
|---------------------------|-------|-------------|
| V4b | | |
| Mercadorias | | |
| % s/ Venda de Mercadorias | 80,0% | 78,1% |

* Média 2012 e 2013

4.5.2 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS (FSE)

Para efeitos da atualização e revisão da avaliação da **V4b** manteve-se a estrutura prevista de custos com fornecimentos e serviços externos no que respeita à subdivisão entre custos variáveis e custos fixos.

A determinação das rubricas de custos fixos teve por base os custos suportados a 31 de outubro de 2013, extrapolados para valores anuais e corrigidos pela taxa de inflação nos anos seguintes.

Os custos variáveis respeitantes aos subcontratos relativos ao serviço de eliminação de produtos foram estimados com base no seu peso médio nos proveitos com eliminação dos produtos verificado em 2012 e 2013.

| FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS | | |
|-----------------------------------|-------|--------------|
| | V4b | ReportMaxi** |
| Subcontratos* | | |
| Bovinos | 28,3% | 18,8% |
| Ovinos | 21,3% | 14,6% |
| Caprinos | 6,9% | 4,2% |

*% s/ serviço de eliminação de subprodutos
** Média 2011- 2013

4.5.3 GASTOS COM PESSOAL

Os custos com o pessoal foram determinados considerando os pressupostos definidos na avaliação realizada pela **V4b** com as seguintes alterações de acordo com as perspetivas e elementos facultados pelos responsáveis do **MRM**:

- a diminuição do quadro de colaboradores registada em 2013 (menos 2 colaboradores);
- a reposição dos subsídios de férias e de natal em 2013 e nos anos seguintes;
- a redução do peso médio dos prémios nas vendas e prestações de serviços, a partir de 2013.

| GASTOS COM O PESSOAL | | |
|--------------------------------------|------|-------------|
| | V4b | ReportMaxi* |
| Prémios | | |
| % s/ Vendas e Prestações de Serviços | 4,4% | 3,6% |

* Média 2010 e 2011

4.5.4 OUTROS GASTOS E PERDAS OPERACIONAIS

Os restantes custos foram estimados de acordo com a estrutura e pressupostos utilizados na avaliação da **V4b**.

4.6 PRESSUPOSTOS DE INVESTIMENTO

Para o cálculo das necessidades de fundo de maneiio foram assumidos os pressupostos utilizados na avaliação da **V4b**.

Os investimentos de substituição a realizar em ativos fixos tangíveis a partir de 2014 foram definidos com base nas amortizações do exercício de 2013 ascendendo a cerca de 174 mil euros (85 mil euros na avaliação da **V4b**), atualizado nos anos seguintes de acordo com a inflação prevista.

4.7 PRESSUPOSTOS DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Na elaboração das demonstrações financeiras previsionais considerou-se:

- a constituição de reservas legais correspondentes a 5% dos resultados líquidos positivos apurados até ao limite estabelecido pelo Código das Sociedades Comerciais (CSC) correspondente a 20% do Capital Social do **MRM**;
- a distribuição de dividendos de acordo com os excedentes de tesouraria gerados pela atividade do **MRM**.

| APLICAÇÃO DE RESULTADOS | Valores em euros | | | | | |
|----------------------------------|------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | 2013 | 2014 | 2015 | 2015 | 2017 | 2018 |
| Resultados Líquidos | 110.236 | 110.156 | 106.915 | 120.679 | 168.855 | 167.618 |
| Aplicação de Resultados Líquidos | | | | | | |
| Reservas Legais | 63.838 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Outras Reservas | 0 | 11.016 | 10.691 | 12.068 | 16.886 | 16.782 |
| Distribuição de dividendos | 46.398 | 99.141 | 96.223 | 108.611 | 151.970 | 150.856 |
| Total | 110.236 | 110.156 | 106.915 | 120.679 | 168.855 | 167.618 |
| Dividendos / Resultados Líquidos | 42% | 90% | 90% | 90% | 90% | 90% |

4.8 OUTROS ATIVOS E PASSIVOS

Para efeitos da atualização e revisão do **MRM** foi considerado o pagamento dos passivos extraexploração e o recebimento dos ativos extraexploração registados a 31 de outubro de 2013.

4.9 TAXA DE ATUALIZAÇÃO E VALOR RESIDUAL

Para a atualização dos *cash flows* previsionais e cálculo do valor residual (*cash flows* futuros) foram considerados os pressupostos previstos na avaliação da **V4b** atualizados de acordo com os dados macroeconómicos do ponto 4.3 do presente relatório.

| TAXA DE ATUALIZAÇÃO | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 |
|---|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| Taxa de Rendimento <i>Sf</i> Risco (Ri) | 3,0% | 3,0% | 3,0% | 3,0% | 3,0% | 3,0% |
| Prémio de Risco de Mercado (Rm - Ri) | 7,0% | 7,0% | 7,0% | 7,0% | 7,0% | 7,0% |
| Betas | | | | | | |
| Sector | 0,74 | 0,74 | 0,74 | 0,74 | 0,74 | 0,74 |
| Equity Beta | 1,10 | 1,10 | 1,10 | 1,10 | 1,10 | 1,10 |
| Custo do Capital | | | | | | |
| Capital Próprio (Re) | 10,7% | 10,7% | 10,7% | 10,7% | 10,7% | 10,7% |
| Capital Alheio (Rd)* | 4,1% | 4,6% | 5,4% | 5,4% | 5,4% | 5,4% |
| Estrutura de Capital | | | | | | |
| % de Capital Próprio | 60,0% | 60,0% | 60,0% | 60,0% | 60,0% | 60,0% |
| % de Capitais Alheios | 40,0% | 40,0% | 40,0% | 40,0% | 40,0% | 40,0% |
| Custo Médio Ponderado do Capital | 8,1% | 8,3% | 8,6% | 8,6% | 8,6% | 8,6% |

*Taxa de financiamento deduzida da poupança fiscal (26,5%)

4.10 MAPAS PREVISIONAIS

Vendas e Prestações de Serviços

| VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS | Valores em euros | | | | | |
|--------------------------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 |
| Vendas | | | | | | |
| Mercadorias (Couro e Peles) | 1.005.673 | 1.015.729 | 1.036.044 | 1.056.765 | 1.077.900 | 1.099.458 |
| Subprodutos | 188.185 | 186.903 | 190.641 | 194.454 | 198.343 | 202.310 |
| Produtos Acabados e Intermediários | - | - | - | - | - | - |
| Subtotal | 1.193.857 | 1.202.632 | 1.226.685 | 1.251.219 | 1.276.243 | 1.301.768 |
| Prestações de Serviços | | | | | | |
| Serviço de Abate | 586.721 | 592.588 | 604.440 | 616.529 | 628.859 | 641.436 |
| Serviço de Eliminação de SubProdutos | 375.361 | 379.115 | 386.697 | 394.431 | 402.319 | 410.366 |
| SIFCA | - | - | - | - | - | - |
| Remoção da Coluna Vertebral | 24.915 | 25.164 | 25.667 | 26.180 | 26.704 | 27.238 |
| Análises Laboratoriais | 30.684 | 30.990 | 31.610 | 32.242 | 32.887 | 33.545 |
| Inspeção Sanitária | 5.720 | 5.777 | 5.893 | 6.010 | 6.131 | 6.253 |
| Lavagens | 10.446 | 10.551 | 10.762 | 10.977 | 11.197 | 11.421 |
| Serviço de Bar | 4.295 | 4.338 | 4.425 | 4.514 | 4.604 | 4.696 |
| Subtotal | 1.038.141 | 1.048.523 | 1.069.493 | 1.090.883 | 1.112.701 | 1.134.955 |
| Total | 2.231.999 | 2.251.155 | 2.296.178 | 2.342.102 | 2.388.944 | 2.436.723 |

Custos das Vendas e Prestações de Serviços

| CUSTOS DAS VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS | Valores em euros | | | | | |
|--|------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 |
| Mercadorias | 785.063 | 792.914 | 808.772 | 824.947 | 841.446 | 858.275 |
| Matérias | 15.855 | 15.991 | 16.310 | 16.637 | 16.969 | 17.309 |
| Total | 800.918 | 808.904 | 825.082 | 841.584 | 858.416 | 875.584 |

Fornecimentos e Serviços Externos

| | Valores em euros | | | | | | |
|--|------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|--|
| | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | |
| FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS | | | | | | | |
| Subcontratos | 70.052 | 70.753 | 72.168 | 73.611 | 75.083 | 76.585 | |
| Trabalhos Especializados | 63.862 | 64.501 | 65.791 | 67.106 | 68.449 | 69.817 | |
| Honorários | 104.927 | 105.977 | 108.096 | 110.258 | 112.463 | 114.713 | |
| Conservação e Reparação | 28.116 | 28.397 | 28.965 | 29.544 | 30.135 | 30.738 | |
| Ferramentas e Utensílios | 17.913 | 18.092 | 18.454 | 18.823 | 19.199 | 19.583 | |
| Material de Escritório | 6.554 | 6.619 | 6.752 | 6.887 | 7.025 | 7.165 | |
| Artigos para Oferta | 3.621 | 3.657 | 3.730 | 3.805 | 3.881 | 3.958 | |
| Eletricidade | 67.188 | 67.764 | 69.120 | 70.502 | 71.912 | 73.350 | |
| Combustíveis | 74.794 | 75.436 | 76.945 | 78.484 | 80.053 | 81.654 | |
| Água | 34.583 | 34.880 | 35.577 | 36.289 | 37.015 | 37.755 | |
| Deslocações e Estadas | 2.541 | 2.567 | 2.618 | 2.670 | 2.724 | 2.778 | |
| Seguros | 3.745 | 3.783 | 3.858 | 3.936 | 4.014 | 4.095 | |
| Comunicações | 4.628 | 4.675 | 4.768 | 4.864 | 4.961 | 5.060 | |
| Limpeza, Higiene e Conforto | 12.820 | 12.746 | 13.001 | 13.261 | 13.526 | 13.797 | |
| Outros | 16.867 | 17.036 | 17.377 | 17.724 | 18.079 | 18.440 | |
| Total | 512.012 | 516.892 | 527.219 | 537.764 | 548.519 | 559.489 | |

Gastos com Pessoal

| | Valores em euros | | | | | | |
|---------------------------|------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|--|
| | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | |
| GASTOS COM PESSOAL | | | | | | | |
| Número de Colaboradores | 31 | 30 | 30 | 30 | 30 | 30 | |
| Remunerações | | | | | | | |
| Remunerações Base | 340.377 | 332.691 | 339.345 | 346.132 | 353.054 | 360.115 | |
| Subsídio de alimentação | 39.516 | 39.911 | 40.709 | 41.523 | 42.354 | 43.201 | |
| Prémios | 79.415 | 80.096 | 81.698 | 83.332 | 84.999 | 86.699 | |
| Gratificações | 5.859 | 5.910 | 6.028 | 6.148 | 6.271 | 6.397 | |
| Encargos s/ remunerações | 101.092 | 99.441 | 101.429 | 103.458 | 105.527 | 107.638 | |
| Subtotal | 566.259 | 558.048 | 569.209 | 580.593 | 592.205 | 604.049 | |
| Outros Gastos com Pessoal | | | | | | | |
| Seguros | 8.602 | 8.407 | 8.576 | 8.747 | 8.922 | 9.100 | |
| Outros | 14.352 | 14.028 | 14.308 | 14.594 | 14.886 | 15.184 | |
| Subtotal | 22.953 | 22.435 | 22.884 | 23.342 | 23.808 | 24.284 | |
| Total | 589.212 | 580.483 | 592.093 | 603.935 | 616.014 | 628.334 | |

Outros Gastos e Perdas

| | Valores em euros | | | | | |
|---------------------------------------|------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 |
| OUTROS GASTOS E PERDAS | | | | | | |
| Impostos | | | | | | |
| Imposto de selo | 1.246 | 1.258 | 1.283 | 1.309 | 1.335 | 1.362 |
| Imposto sobre transportes rodoviários | 244 | 246 | 251 | 256 | 262 | 267 |
| IMI | 3.724 | 3.761 | 3.836 | 3.913 | 3.991 | 4.071 |
| Taxas | 7.161 | 7.222 | 7.367 | 7.514 | 7.664 | 7.817 |
| Multas e penalidades | 378 | 381 | 389 | 397 | 405 | 413 |
| Total | 12.752 | 12.869 | 13.127 | 13.389 | 13.657 | 13.930 |

Fundo de Maneio

| | Valores em euros | | | | | |
|--|------------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|
| | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 |
| FUNDO DE MANEIO | | | | | | |
| Necessidades | | | | | | |
| Inventários | | | | | | |
| Matérias | 1.791 | 1.807 | 1.843 | 1.880 | 1.917 | 1.956 |
| Clientes | 357.165 | 360.295 | 367.501 | 374.851 | 382.348 | 389.995 |
| Outras Contas a Receber | 28.323 | 28.566 | 29.137 | 29.720 | 30.314 | 30.920 |
| Caixa e Depósitos | 2.911 | 2.936 | 2.995 | 3.055 | 3.116 | 3.178 |
| Gastos a Reconhecer | 4.179 | 4.219 | 4.303 | 4.389 | 4.477 | 4.567 |
| Total das Necessidades | 394.369 | 397.822 | 405.779 | 413.894 | 422.172 | 430.616 |
| Recursos | | | | | | |
| Fornecedores | 226.953 | 229.094 | 233.680 | 238.353 | 243.120 | 247.983 |
| Estado e Outros Entes Públicos | | | | | | |
| IRS | 8.822 | 8.772 | 8.947 | 9.126 | 9.308 | 9.495 |
| I/A | 30.363 | 30.662 | 31.275 | 31.900 | 32.538 | 33.189 |
| Segurança Social | 12.157 | 11.959 | 12.198 | 12.442 | 12.691 | 12.944 |
| Outras Contas a Pagar | 396 | 859 | 876 | 893 | 911 | 930 |
| Gastos a Reconhecer | | | | | | |
| Remunerações a Liquidar | 133.899 | 133.533 | 136.204 | 138.928 | 141.707 | 144.541 |
| Outros Gastos a Reconhecer | 70.864 | 71.538 | 72.969 | 74.428 | 75.917 | 77.435 |
| Total dos Recursos | 483.454 | 486.417 | 496.148 | 506.071 | 516.192 | 526.516 |
| Necessidades de Fundo de Maneio (NFM) | (89.085) | (88.594) | (90.369) | (92.176) | (94.020) | (95.900) |
| Investimento em NFM | 17.078 | 491 | (1.775) | (1.807) | (1.844) | (1.880) |

4.11 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PREVISIONAIS

| DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS | | | | | Valores em euros | | | | | |
|--|-----------|-----------|-----------|-----------|------------------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 |
| RENDIMENTOS E GASTOS | | | | | | | | | | |
| Vendas e Serviços Prestados | 1.680.858 | 1.932.216 | 2.098.057 | 2.330.931 | 2.231.999 | 2.251.155 | 2.296.178 | 2.342.102 | 2.388.944 | 2.436.723 |
| Custos das Vendas e Serviços Prestados | (278.138) | (542.836) | (624.125) | (768.224) | (800.918) | (808.904) | (825.082) | (841.584) | (858.416) | (875.584) |
| Fornecimentos e Serviços Externos | (494.032) | (497.771) | (504.402) | (524.777) | (512.012) | (516.882) | (527.219) | (537.764) | (548.519) | (559.489) |
| Gastos com Pessoal | (554.556) | (557.697) | (549.898) | (554.947) | (589.212) | (580.483) | (592.093) | (603.935) | (616.014) | (628.334) |
| Imparidade de Dívidas a Receber | (2.064) | (4.679) | (12.354) | (23.771) | - | - | - | - | - | - |
| Provisões | - | - | (14.259) | - | - | - | - | - | - | - |
| Outros Rendimentos e Ganhos | 45.925 | 55.084 | 47.177 | 24.698 | 16.571 | 12.779 | 12.695 | 12.695 | 12.695 | 12.696 |
| Outros Gastos e Perdas | (16.412) | (17.398) | (20.956) | (16.049) | (12.752) | (12.869) | (13.127) | (13.389) | (13.657) | (13.930) |
| Resultado antes de Depreciações, Gastos de Financiamento e Impostos | 381.580 | 366.919 | 419.240 | 467.861 | 333.676 | 344.795 | 351.352 | 358.125 | 365.034 | 372.081 |
| Gastos / Reversões de Depreciação e Amortização | (247.127) | (258.240) | (259.081) | (187.808) | (183.163) | (193.894) | (204.840) | (192.866) | (134.207) | (142.915) |
| Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) | 134.453 | 108.679 | 160.159 | 280.053 | 150.514 | 150.901 | 146.512 | 165.259 | 230.827 | 229.165 |
| Juros e Rendimentos Similares Obtidos | 196 | - | 341 | 228 | 487 | - | - | - | - | - |
| Juros e Gastos Similares Suportados | (41.945) | (22.230) | (17.033) | (8.458) | (1.019) | (1.029) | (1.050) | (1.070) | (1.092) | (1.114) |
| Resultado antes de Impostos | 92.704 | 86.449 | 143.467 | 271.822 | 149.982 | 149.872 | 145.463 | 164.189 | 229.735 | 228.052 |
| Imposto sobre o Rendimento do Período | (26.572) | (22.903) | (40.752) | (74.075) | (39.745) | (39.716) | (38.548) | (43.510) | (60.880) | (60.434) |
| Resultado Líquido do Período | 66.132 | 63.546 | 102.714 | 197.747 | 110.236 | 110.156 | 106.915 | 120.679 | 168.855 | 167.618 |
| EBITDA | 381.580 | 366.919 | 419.240 | 467.861 | 333.676 | 344.795 | 351.352 | 358.125 | 365.034 | 372.081 |
| EBITDA / Vendas e Serviços Prestados | 22,7% | 19,0% | 20,0% | 20,1% | 14,9% | 15,3% | 15,3% | 15,3% | 15,3% | 15,3% |

Atualização / Revisão da Avaliação do Valor Patrimonial do Matadouro Regional de Mafra, S.A.

| | | Valores em euros | | | | | | | | | |
|-------------------------------------|--|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| BALANÇO | | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 |
| ATIVO | | | | | | | | | | | |
| Ativo Não Corrente | | | | | | | | | | | |
| Ativos Fixos Tangíveis | | 2.018.234 | 1.825.820 | 1.611.152 | 1.519.518 | 1.370.382 | 1.359.651 | 1.341.637 | 1.339.333 | 1.399.500 | 1.454.846 |
| Participações Financeiras | | 1.000 | 1.000 | 1.000 | 1.000 | 1.000 | 1.000 | 1.000 | 1.000 | 1.000 | 1.000 |
| | | 2.019.234 | 1.826.820 | 1.612.152 | 1.520.518 | 1.371.382 | 1.360.651 | 1.342.637 | 1.340.333 | 1.400.500 | 1.455.846 |
| Ativo Corrente | | | | | | | | | | | |
| Inventários | | 1.374 | 1.158 | 1.145 | 1.307 | 1.791 | 1.807 | 1.843 | 1.880 | 1.917 | 1.956 |
| Adiantamentos a Fornecedores | | - | 2.879 | 2.879 | - | - | - | - | - | - | - |
| Clientes | | 323.853 | 349.216 | 307.576 | 355.007 | 357.165 | 360.295 | 367.501 | 374.851 | 382.348 | 389.995 |
| Estado e Outros Entes Públicos | | 1.960 | 25.659 | 18.104 | - | 26.923 | - | - | - | - | - |
| Outras Contas a Receber | | 14.135 | 10.087 | 13.818 | 33.884 | 32.502 | 32.785 | 33.440 | 34.109 | 34.791 | 35.487 |
| Caixa e Depósitos Bancários | | 919 | 8.606 | 9.887 | 119.740 | 124.792 | 218.932 | 232.717 | 254.605 | 257.050 | 191.408 |
| | | 342.240 | 397.606 | 353.410 | 509.938 | 543.173 | 613.818 | 635.501 | 665.444 | 676.107 | 618.346 |
| Total do Ativo | | 2.361.475 | 2.224.427 | 1.965.561 | 2.030.456 | 1.914.555 | 1.974.469 | 1.978.138 | 2.005.777 | 2.076.607 | 2.074.692 |
| CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO | | | | | | | | | | | |
| Capital Próprio | | | | | | | | | | | |
| Capital Social | | 750.000 | 750.000 | 750.000 | 750.000 | 750.000 | 750.000 | 750.000 | 750.000 | 750.000 | 750.000 |
| Ações Próprias | | - | - | (5.000) | (5.000) | (5.000) | (5.000) | (5.000) | (5.000) | (5.000) | (5.000) |
| Reservas Legais | | 134 | 13.360 | 26.069 | 46.612 | 86.162 | 150.000 | 150.000 | 150.000 | 150.000 | 150.000 |
| Outras Reservas | | 2.545 | 55.450 | 106.287 | 188.458 | 346.656 | 346.656 | 357.672 | 368.363 | 380.431 | 397.317 |
| Outras Variações no Capital Próprio | | 268.807 | 215.509 | 168.380 | 145.356 | 128.787 | 116.010 | 103.318 | 90.625 | 77.932 | 65.239 |
| | | 1.021.485 | 1.034.319 | 1.045.736 | 1.125.426 | 1.306.605 | 1.357.667 | 1.355.989 | 1.353.988 | 1.353.363 | 1.357.556 |
| Resultado Líquido do Período | | 66.132 | 63.546 | 102.714 | 197.747 | 110.236 | 110.156 | 106.915 | 120.679 | 168.855 | 167.618 |
| Total do Capital Próprio | | 1.087.617 | 1.097.865 | 1.148.451 | 1.323.174 | 1.416.841 | 1.467.823 | 1.462.904 | 1.474.667 | 1.522.218 | 1.525.174 |
| Passivo | | | | | | | | | | | |
| Passivo Não corrente | | | | | | | | | | | |
| Provisões | | - | - | 14.259 | 14.259 | 14.259 | 14,259 | 14,259 | 14,259 | 14,259 | 14,259 |
| Financiamentos obtidos | | 636.407 | 388.007 | 139.400 | - | - | - | - | - | - | - |
| | | 636.407 | 388.007 | 153.659 | 14.259 | 14.259 | 14.259 | 14.259 | 14.259 | 14.259 | 14.259 |
| Passivo Corrente | | | | | | | | | | | |
| Fornecedores | | 158.263 | 200.014 | 187.580 | 219.404 | 226.953 | 223.094 | 233.680 | 238.353 | 243.120 | 247.983 |
| Estado e Outros Entes Públicos | | 49.915 | 74.287 | 103.594 | 96.925 | 51.342 | 57.363 | 57.246 | 64.249 | 78.475 | 64.371 |
| Financiamentos obtidos | | 263.307 | 298.666 | 203.763 | 141.400 | - | - | - | - | - | - |
| Outras Contas a Pagar | | 165.967 | 185.589 | 168.514 | 235.295 | 205.159 | 205.930 | 210.049 | 214.250 | 218.535 | 222.905 |
| | | 637.451 | 738.555 | 663.451 | 693.023 | 483.454 | 492.387 | 500.974 | 516.852 | 540.130 | 535.259 |
| Total do Passivo | | 1.273.858 | 1.126.562 | 817.110 | 707.283 | 497.713 | 506.646 | 515.233 | 531.111 | 554.389 | 549.518 |
| Total do CP + Passivo | | 2.361.475 | 2.224.427 | 1.965.561 | 2.030.456 | 1.914.555 | 1.974.469 | 1.978.138 | 2.005.777 | 2.076.607 | 2.074.692 |

Com os condicionamentos
contratuais existentes e presentes,
determinados pela ERSAE propõe
que tal como é informado pelos



PARECER técnico, o tarifário

estabelecido para os Resíduos Sólidos,
mantém-se inalterado, enquanto que
as tarifas de Água e Saneamento em anexo
de 9,1% e de saneamento de 4,1%, a
aplicar em 2014 e que representa um
...1.2.1...1.2...1.1.3... aumento médio global

O(A) Vereador(a),

de 1,1%. À consideração do Sr.
Presidente da Câmara
José Luís Figueiredo

DESPACHO

10.12.13

O Presidente da Câmara,

(Hélder Sousa Silva)

INFORMAÇÃO Interno/2013/13409

ASSUNTO: Actualização Tarifária de Resíduos Sólidos, Águas, Saneamento e Serviços Prestados

Envia-se para apreciação e tomada de decisão superior as actualizações dos tarifários acima indicados, para o ano de 2014, conforme informações técnicas apresentadas nos documentos 1 e 2, em anexo.

O Documento 1 corresponde à actualização dos tarifários da Água, Saneamento e Serviços Prestados, enquanto que o Documento 2 corresponde à actualização do tarifário de Resíduos Sólidos.

À Consideração Superior

Mafra, 10 de Dezembro de 2013

10/12/2013

X

António Sousa Fernandes
Chefe de Divisão

DOC. 1

Actualização Tarifária
de
Água, Saneamento e
Serviços Prestados
2014

DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO
NÚCLEO DE APOIO TÉCNICO E ADMINISTRATIVO

| | |
|-----------------|--|
| ASSUNTO: | "Atualização dos Tarifários para 2014 de Água, Saneamento e Serviços Prestados" Ofício Ref.ª: 2013/8872 de 10/12/2013, da concessionária BE WATER-Águas de Mafra, S.A. |
|-----------------|--|

Relativamente ao assunto em epígrafe, presta-se a seguinte informação:

I – TARIFÁRIO DE ÁGUA (Atualização para 2014)

- 1) A Proposta de **Atualização do Tarifário de Água** apresentada pela Entidade Gestora Concessionária BE WATER-Águas de Mafra, S.A., está, na sua generalidade, de acordo com o estipulado nos **artigos n.º 16 e 17 do (1.º) "Aditamento ao Contrato de Concessão** da Exploração e Gestão do Sistema de Captação, Tratamento e Distribuição de Água e do Sistema de Recolha, Tratamento e Rejeição dos Efluentes do Concelho de Mafra", outorgado em 23/12/2005, bem como com a **decisão superiormente deliberada em matéria dos 'Volumes Mínimos Anuais' contratualizados com a EPAL**, conforme *Ofício da C.M. de Mafra Saída 2013/2013/12802* (vide "DOCUMENTOS COMPROVATIVOS" da Proposta de Atualização Tarifária, em anexo).
- 2) Nesta conformidade, a **Atualização proposta para o Tarifário de venda de Água e de Serviços Prestados**, para o próximo ano de **2014**, **cumpr**e os pressupostos contratuais a que a Concessionária está sujeita e, nestas circunstâncias, **considera-se que a mesma estará em condições de ser aceite e de merecer superior aprovação**.
- 3) De assinalar que esta **Atualização Tarifária para 2014**, ao contemplar as decisões superiores referenciadas em 1.) sobre os Volumes Mínimos Anuais da EPAL e da AdO, não irá implicar nenhum aumento significativo dos preços das tarifas pois, em termos relativos comparados com 2013 (%), ter-se-á as seguintes variações:
 - a) **+0,49%** no valor da **Tarifa Variável de Água**, (contratualmente) designada por «**TARIFAS DE VENDA DE ÁGUA**»;
 - b) **+0,09%** no preço das (contratualmente) denominadas «**OUTRAS TARIFAS**» que inclui a **Tarifa Fixa de Água** (designada por «**Tarifa de Utilização**») bem como o tarifário dos **restantes Serviços** relacionados com o Serviço de Abastecimento de Água;
 - c) **-0,38%** no custo de execução dos (contratualmente) designados «**RAMAIS DE ÁGUA**» que, técnica e regulamentarmente, correspondem aos Ramais de Ligação das redes prediais das edificações à rede pública de abastecimento.

II – TARIFÁRIO DE SANEAMENTO (Atualização para 2014)

- 1) A proposta de **Atualização do Tarifário de Saneamento**, apresentada pela concessionária BE WATER-Águas de Mafra, S.A., a coberto do seu Ofício supramencionado, está de acordo com o estipulado no **"Terceiro Aditamento ao Contrato de Concessão** da Exploração e Gestão do Sistema de Captação, Tratamento e Distribuição de Água e do Sistema de Recolha, Tratamento e Rejeição dos Efluentes do Concelho de Mafra" (**Cláusula 6ª, Anexos II e III**);
- 2) Aferida esta **Atualização Tarifária proposta para os serviços de Saneamento**, para o próximo ano de **2014**, verifica-se que a mesma **cumpr**e os pressupostos constantes do referido **"Terceiro Aditamento ao Contrato de Concessão** da Exploração e Gestão do Sistema de Captação, Tratamento e Distribuição de Água e do Sistema de Recolha, Tratamento e Rejeição dos Efluentes do Concelho de Mafra e, nas circunstâncias enunciadas, **considera-se a mesma em condições de ser aceite e de merecer superior aprovação**.
- 3) A finalizar, referência para o facto de que a presente **Atualização Tarifária de Saneamento**, irá implicar em **2014** os seguintes variações relativas de preço (comparativamente a 2013):



DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO
NÚCLEO DE APOIO TÉCNICO E ADMINISTRATIVO

- a) **+4,1%** no valor das **TARIFAS VARIÁVEL e FIXA de SANEAMENTO**;
- b) **+0,1%** no custo das (contratualmente) denominadas «**OUTRAS TARIFAS**» que incluem, designadamente, a execução dos *Ramais de Ligação com extensão superior a 20 m* bem como o *Serviço de Esvaziamento de Fossas Sépticas* e de *Fiscalização de Redes de Loteamentos*;
- c) **+0,1%** no preço de venda dos (contratualmente) designados «**Serviços Prestados a Pedido do Utilizador**» nos quais se incluem, nomeadamente, os serviços de *Apreciação de Projectos*, *Elaboração de Orçamento(s)* e *Vistorias de Canalizações Interiores*.

ANEXO: (Proposta de) Actualização dos Tarifários para 2014 de Água, Saneamento e Serviços Prestados, apresentado pela concessionária BE WATER-Águas de Mafra, S.A.

Mafra, 10 de Dezembro de 2013

À Consideração Superior,

O Técnico Superior

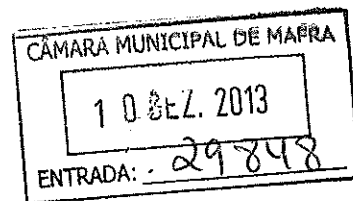
(Jorge Antão)



be water

Águas de Mafra

uma empresa do grupo BEWG



EXMO SENHOR
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA
PRAÇA DO MUNICÍPIO
2640-001 MAFRA

N/Ref.: 2013/8872

Data: 10-Dez-2013

Assunto: Atualização dos Tarifários para 2014 de Água, Saneamento e de Serviços Prestados

Exmos Senhores,

Na sequência da vossa comunicação de 02/12/2013, com a referência "saída/2013/12802" (em anexo)", junto se envia a reformulação da Proposta enviada a 15/11/2013 (N.º Ref.º 2013/8496) de Atualização dos Tarifários para 2014 de Água, Saneamento e de Serviços Prestados por esta concessionária.

Caso a EPAL venha a exigir a aplicação do estabelecido contratualmente no que respeita ao volume mínimo para 2014 será a CMM a assumir o pagamento do diferencial entre os custos dos volumes efetivamente consumidos e os volumes mínimos contratualizados.

Mais se informa que decorrente das resoluções de hoje, fica sem efeito o solicitado no vosso ofício de 9/12/2013, com a referência "saída/2013/13075" (em anexo) referente aos consumos mínimos provenientes do sistema adutor das Águas do Oeste, ou seja, na proposta agora reformulada mantêm-se os volumes contratualizados entre a CMM e a ADO.

Com os nossos melhores cumprimentos.

Eng.ª Susana Reis
(Diretora do Contrato)

SR/FJ
AM024/4

Be Water, S.A.

Torre Zen - Av. D. João II, lote 1.17.01, 9.º B
1990-084 Lisboa
Capital Social: € 11.987.000
N.P.C. PT 502 646 802
C.R.C. Lisboa n.º 1140

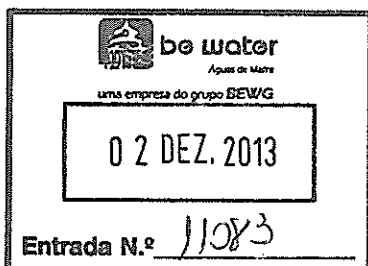
Coordenadas para contacto:

Rua Constância Maria Rodrigues, nº19
2644-013 Mafra
tel.: +351 261 816 650 fax: +351 261 816 659
www.mafra-bewater.com.pt
e-mail: aguas.mafra@bewater.com.pt





CÂMARA MUNICIPAL



181

Departamento da Presidência,
Administração Geral e Financeiro
Divisão Administrativa
Apoio aos Órgãos Autárquicos

A correspondência deverá ser
dirigida ao Presidente da Câmara

EXMO. SENHOR
ADMINISTRADOR DA
BE WATER, S.A.
RUA CONSTÂNCIA MARIA RODRIGUES, Nº19
2644-013 MAFRA

Sua referência

Sua Comunicação de

Nossa Referência
Saída/2013/12802

Data
02-12-2013

Assunto: **TARIFÁRIO DE ÁGUA - VOLUMES MÍNIMOS CONTRATUALIZADOS COM A EPAL**

Considerando os contactos em curso com a EPAL, no sentido de rever a cláusula constante do contrato existente com aquela entidade, relativa à obrigatoriedade de pagamentos de consumos mínimos de água, solicita-se a essa empresa que, em conformidade com a deliberação camarária de 29 de Novembro último e face às referidas diligências em curso, a proposta tarifária a apresentar pela BE WATER para 2014 não faça repercutir o custo correspondente à parcela do volume mínimo anteriormente contratualizado com a EPAL.

Com os melhores cumprimentos,
O Vice-Presidente da Câmara Municipal

(Joaquim Sardinha)



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA
PRAÇA DO MUNICÍPIO • 2644-001 • MAFRA
TELEF. 261 810 168 • FAX 261 810 130
E-MAIL: geral@cm-mafra.pt
INTERNET: www.cm-mafra.pt

Modelo G-19 - Ofício Tipo



A correspondência deverá ser
dirigida ao Presidente da Câmara

EXMO. SENHOR
ADMINISTRADOR DA
BE WATER, S.A.
RUA CONSTÂNCIA MARIA RODRIGUES, Nº19
2644-013 MAFRA

Sua referência

Sua Comunicação de

Nossa Referência

Data

Saida/2013/13075

09-12-2013

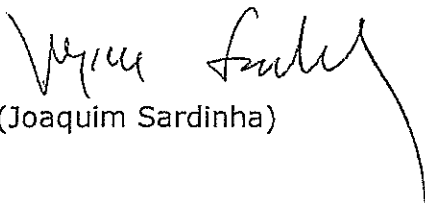
Assunto: **TARFÁRIO DE ÁGUA - VOLUMES MÍNIMOS CONTRATUALIZADOS COM
A EPAL E ADO**

Exmo. Senhor,

Em aditamento ao ofício 2013/12802, de 2 do corrente, vimos pelo presente informar que, relativamente aos consumos mínimos provenientes do sistema adutor das Águas do Oeste, S.A., estes também não deverão ser considerados e que o seu abastecimento se ajuste aos valores mínimos possíveis (1.500.000 m³), que o sistema pode comportar como alternativa ao fornecimento proveniente da EPAL.

Com os melhores cumprimentos.

O Vice-Presidente da Câmara Municipal


(Joaquim Sardinha)



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA
PRAÇA DO MUNICÍPIO • 2644-001 • MAFRA
TELEF. 261 810 100 • FAX 261 810 130
E-MAIL: geral@cm-mafra.pt
INTERNET: www.cm-mafra.pt

Modelo G-19 - Ofício Tipo



| TARIFAS DE VENDA DE ÁGUA | | Tarifário Jan 2014 |
|---|---------------------|--------------------|
| Domésticos | | |
| 1º Escalão (até 10 m3 de água consumida /30 dias) | | 0,8600 €/m3 |
| 2º Escalão (acima de 10 m3 de água consumida /30 dias) | | 1,9510 €/m3 |
| Comerciais e Industriais | | 2,0151 €/m3 |
| Instituições Sem Fins Lucrativos | | 0,8471 €/m3 |
| Estado e Outras Pessoas de Direito Público | | 2,1820 €/m3 |
| CMM e Juntas de Freguesia | | 0,9370 €/m3 |
| OUTRAS TARIFAS | | Tarifário Jan 2014 |
| Tar. de utilização [Contad D≤25mm] Q≤3m3/h | | 4,3766 €/30d |
| Tar. de utilização [Contad D≤25mm] Q≤5m3/h | | 9,9211 €/30d |
| Tar. de utilização [Contad D≤25mm] Q≤7m3/h | | 15,2887 €/30d |
| K [Constante da Tar. de utilização pª Contadores D>25mm] | | 0,0736 €/30d |
| Ligação e Instalação do Contador | | 14,0500 € |
| Mudança de Nome | | 6,6062 € |
| Aferição do Contador | | 14,0500 € |
| Reaferição do Contador | | 32,2290 € |
| Apresentação de 2º Aviso | | 14,0500 € |
| Restabelecimento | | 14,0500 € |
| Elaboração de Orçamento | | 14,0500 € |
| Revisão do Orçamento | | 6,6062 € |
| Leitura Especial | | 9,5083 € |
| Pequenos Serviços (Deslocação) | | 9,5083 € |
| Vistoria à Canalização Interior - Moradia ou Edifício duma Única Actividade | | 58,9842 € |
| Vistoria à Canalização Interior - Edificação de utilização colectiva: Valor Fixo | | 47,1874 € |
| Vistoria à Canalização Interior - Edificação de Utilização Colectiva: Valor variável por Fogo ou Actividade | | 11,7968 € |
| Atraso de Pagamento | | 3,4683 € |
| RAMAIS DE ÁGUA | | Tarifário Jan 2014 |
| Ramal de 1" | de 0 a 6 metros | 420,1731 € |
| | de 6 a 9 metros | 476,1970 € |
| | de 9 a 12 metros | 527,5366 € |
| Ramal de 1 1/2" | de 0 a 6 metros | 541,5394 € |
| | de 6 a 9 metros | 597,5633 € |
| | de 9 a 12 metros | 648,9280 € |
| Derivação de Ramal a 3/4" | de Ramal A Executar | 60,6831 € |
| | de Ramal Existente | 116,7071 € |
| Fiscalização de Ramais | | 116,7071 € |

ACTUALIZAÇÃO TARIFÁRIA - 2014 (ÁGUA)

184

| TARIFAS DE VENDA DE ÁGUA | | Tarifa em 2005 | Tarifa x Ct'1 | Tarifa corrigida 2014 | Tarifa corrigida 2013 | Diferença 2014-2013 | |
|---|---------------------|----------------|---------------|-----------------------|-----------------------|---------------------|--------|
| | | | | | | Valor | % |
| 1º Escalão (até 10 m³ de água consumida /30 dias) | | 0,670 €/m³ | 0,860 €/m³ | 0,8600 €/m³ | 0,8558 €/m³ | 0,0042 €/m³ | 0,49% |
| 2º Escalão (acima de 10 m³ de água consumida /30 dias) | | 1,520 €/m³ | 1,951 €/m³ | 1,9510 €/m³ | 1,9415 €/m³ | 0,0095 €/m³ | 0,49% |
| Comerciais e Industriais | | 1,570 €/m³ | 2,015 €/m³ | 2,0151 €/m³ | 2,0054 €/m³ | 0,0097 €/m³ | 0,48% |
| Instituições Sem Fins Lucrativos | | 0,660 €/m³ | 0,847 €/m³ | 0,8471 €/m³ | 0,8430 €/m³ | 0,0041 €/m³ | 0,49% |
| Estado e Outras Pessoas de Direito Público | | 1,700 €/m³ | 2,182 €/m³ | 2,1820 €/m³ | 2,1714 €/m³ | 0,0106 €/m³ | 0,49% |
| CMM e Juntas de Freguesia | | 0,730 €/m³ | 0,937 €/m³ | 0,9370 €/m³ | 0,9324 €/m³ | 0,0046 €/m³ | 0,49% |
| OUTRAS TARIFAS | | Tarifa em 2005 | Tarifa x Ct2 | Tarifa corrigida 2014 | Tarifa corrigida 2013 | Diferença 2014-2013 | |
| | | | | | | Valor | % |
| Tar. de utilização [Contad D≤25mm] Q≤3m³/h | | 3,71 €/30d | 4,38 €/30d | 4,3766 €/30d | 4,3729 €/30d | 0,0037 €/30d | 0,08% |
| Tar. de utilização [Contad D≤25mm] Q≤5m³/h | | 8,41 €/30d | 9,92 €/30d | 9,9211 €/30d | 9,9126 €/30d | 0,0085 €/30d | 0,09% |
| Tar. de utilização [Contad D≤25mm] Q≤7m³/h | | 12,96 €/30d | 15,29 €/30d | 15,2887 €/30d | 15,2756 €/30d | 0,0131 €/30d | 0,09% |
| K [Constante da Tar. de utilização pª Contadores D>25mm] | | 0,06 €/30d | 0,07 €/30d | 0,0736 €/30d | 0,0735 €/30d | 0,0001 €/30d | 0,14% |
| Ligação e Instalação do Contador | | 11,91 € | 14,05 € | 14,0500 € | 14,0380 € | 0,0120 € | 0,09% |
| Mudança de Nome | | 5,60 € | 6,61 € | 6,6062 € | 6,6006 € | 0,0056 € | 0,08% |
| Aferição do Contador | | 11,91 € | 14,05 € | 14,0500 € | 14,0380 € | 0,0120 € | 0,09% |
| Reaferição do Contador | | 27,32 € | 32,23 € | 32,2290 € | 32,2013 € | 0,0277 € | 0,09% |
| Apresentação de 2º Aviso | | 11,91 € | 14,05 € | 14,0500 € | 14,0380 € | 0,0120 € | 0,09% |
| Restabelecimento | | 11,91 € | 14,05 € | 14,0500 € | 14,0380 € | 0,0120 € | 0,09% |
| Elaboração de Orçamento | | 11,91 € | 14,05 € | 14,0500 € | 14,0380 € | 0,0120 € | 0,09% |
| Revisão do Orçamento | | 5,60 € | 6,61 € | 6,6062 € | 6,6006 € | 0,0056 € | 0,08% |
| Leitura Especial | | 8,06 € | 9,51 € | 9,5083 € | 9,5001 € | 0,0082 € | 0,09% |
| Pequenos Serviços (Deslocação) | | 8,06 € | 9,51 € | 9,5083 € | 9,5001 € | 0,0082 € | 0,09% |
| Vistoria à Canalização Interior - Moradia ou Edifício duma Única Actividade | | 50,00 € | 58,98 € | 58,9842 € | 58,9337 € | 0,0505 € | 0,09% |
| Vistoria à Canalização Interior - Edificação de utilização colectiva: Valor Fixo | | 40,00 € | 47,19 € | 47,1874 € | 47,1469 € | 0,0405 € | 0,09% |
| Vistoria à Canalização Interior - Edificação de Utilização Colectiva: Valor variável por Fogo ou Actividade | | 10,00 € | 11,80 € | 11,7968 € | 11,7867 € | 0,0101 € | 0,09% |
| Atraso de Pagamento | | 2,94 € | 3,47 € | 3,4683 € | 3,4653 € | 0,0030 € | 0,09% |
| RAMAIS DE ÁGUA | | Tarifa em 2005 | Tarifa x Ct3 | Tarifa corrigida 2014 | Tarifa corrigida 2013 | Diferença 2014-2013 | |
| | | | | | | Valor | % |
| Ramal de 1" | de 0 a 6 metros | 333,67 € | 420,17 € | 420,1731 € | 421,7773 € | -1,6042 € | -0,38% |
| | de 6 a 9 metros | 378,16 € | 476,20 € | 476,1970 € | 478,0151 € | -1,8181 € | -0,38% |
| | de 9 a 12 metros | 418,93 € | 527,54 € | 527,5366 € | 529,5506 € | -2,0140 € | -0,38% |
| Ramal de 1 1/2" | de 0 a 6 metros | 430,05 € | 541,54 € | 541,5394 € | 543,6069 € | -2,0675 € | -0,38% |
| | de 6 a 9 metros | 474,54 € | 597,56 € | 597,5633 € | 599,8447 € | -2,2814 € | -0,38% |
| | de 9 a 12 metros | 515,33 € | 648,93 € | 648,9280 € | 651,4055 € | -2,4775 € | -0,38% |
| Derivação de Ramal a 3/4" | de Ramal A Executar | 48,19 € | 60,68 € | 60,6831 € | 60,9148 € | -0,2317 € | -0,38% |
| | de Ramal Existente | 92,68 € | 116,71 € | 116,7071 € | 117,1526 € | -0,4455 € | -0,38% |
| Fiscalização de Ramais | | 92,68 € | 116,71 € | 116,7071 € | 117,1526 € | -0,4455 € | -0,38% |

TARIFÁRIO DE ÁGUA 2014

(Coeficientes de Actualização Tarifária)

185

| 1. – Dados de Base da Actualização | | | | | | | |
|--|-------------------------|------------------------------|----------|---------|----------|-----------------------|-------------------------|
| Coeficientes de Actualização Tarifária | Jan-2005 | (Últimos) Índices conhecidos | | | | Nº Meses até Jan-2014 | Jan-2014 |
| | | Valor | Data | Valor | Data | | |
| 1.1 - Índice da Mão-de-Obra (S) | 103,3000 | 127,8 | Jun-2012 | 127,9 | Jun-2013 | 7 | 128,0 |
| 1.2 - Índice do Gasóleo (M ₂₂) | 179,8000 | 298,8 | Jun-2012 | 289,8 | Jun-2013 | 7 | 284,7 |
| 1.3 - Índice do PVC (M ₃₃) | 132,0000 | 177,2 | Jun-2012 | 181,5 | Jun-2013 | 7 | 184,1 |
| 1.4 - Índice de Preços no Consumidor (IPC) | 86,4710 | 100,575 | Out-2012 | 100,701 | Out-2013 | 3 | 100,733 |
| 1.5 - (Aumento do) Preço da Água da EPAL | | | | | | | 0,80% |
| 1.6 - (Aumento do) Preço da Água da AdO | | | | | | | 0,80% |
| 1.7 - (Aumento do) Preço da Energia Eléctrica | | | | | | | 0,80% |
| 1.8 - Custo Médio da 'Produção' de Água (P _a) (Vide: QUADRO-SÍNTESE abaixo) | 0,5050 €/m ³ | | | | | | 0,6494 €/m ³ |

| 2. – Tarifa Variável de Venda de Água (Ct ₁) | | |
|---|----------|----------|
| | Jan-2005 | Jan-2014 |
| $Ct_1 = 0,65 * (Pa/Pa_0) + 0,20 * (S/S_0) + 0,15 * (IPC_t/IPC_0)$ | 1,0000 | 1,2584 |
| $Ct'_1 = (1,02 * Ct_1)$ [a partir de 01/01/2007] | 1,0000 | 1,2835 |

| 3. – Tarifa de Utilização e Tarifas para Outros Serviços (Ct ₂) | | |
|---|----------|----------|
| | Jan-2005 | Jan-2014 |
| $Ct_2 = 0,20 * (S/S_0) + 0,80 * (IPC_t/IPC_0)$ | 1,0000 | 1,1797 |

| 4. – Execução de Ramais (Ct ₃) | | |
|--|----------|----------|
| | Jan-2005 | Jan-2014 |
| $Ct_3 = 0,40 * (S/S_0) + 0,10 * (M22_t/M22_0) + 0,10 * (M32_t/M32_0) + 0,40 * (IPC_t/IPC_0)$ | 1,0000 | 1,2592 |

QUADRO-SÍNTESE

(Coeficiente P_a)

| 1.8 - Cálculo do Custo Médio da 'Produção' de Água (P _a) | Ano 2005 | Ano 2014 |
|--|--------------------------|--------------------------|
| Nº de Clientes | 35.295 | 39.178 |
| Capitação Média de Água consumida (m ³ /cliente.mês) | 11,72 | 9,79 |
| Rendimento da Rede de distribuição (%) | 81,0% | 82,5% |
| Volume de Água Facturado (m ³) | 4.965.429 m ³ | 4.602.286 m ³ |
| Volume de Água (previsto) Necessário Adquirir (m ³) | 6.131.332 m ³ | 5.577.400 m ³ |
| • Captação da Fonte da Telha (Carvoeira) | 346.672 m ³ | m ³ |
| • Aquisição EPAL (Lousa) | 3.505.139 m ³ | 310.000 m ³ |
| • Aquisição EPAL (Casais da Serra) | m ³ | 3.378.900 m ³ |
| • Aquisição AdO (Sobral da Abelheira) | 2.279.521 m ³ | 1.888.500 m ³ |
| Diferencial ao Volume de 'Mínimos' contratualizados (m ³) | | m ³ |
| • EPAL | | m ³ |
| • AdO | | m ³ |
| Custo de Aquisição de Água (€) [preços constantes] | 2.942.523 € | 3.141.291 € |
| • EPAL | 1.658.626 € | 1.788.748 € |
| • AdO | 1.283.897 € | 1.352.544 € |
| Custo de Energia Eléctrica (€) [preços constantes] | 153.913 € | 135.409 € |
| • EE Fonte Telha | 15.147 € | - € |
| • EE Lousa | 138.766 € | 22.272 € |
| • Casais da Serra | - € | 113.137 € |
| D _t [Sobrecusto Contratual na Aquisição da Água à EPAL]* | | |
| Após 01/01/2007 => D _t = [0,0743 €/m ³ * (IPC _t / IPC ₀)] * [Vol. EPAL] | | 319.290 € |
| Custos Totais [a preços correntes] | 3.096.435 € | 3.622.148 € |
| Custo Médio Produção de Água (P _a) | 0,5050 €/m ³ | 0,6494 €/m ³ |

QUADRO AUXILIAR I

(Dados e cálculos auxiliares para apuramento do valor do Índice Pa)

| 2012 e 2013 | | | | | | | | | | | | | |
|--------------------------------------|----------------------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|-----------|
| Cientes | Jan | Fev | Mar | Abr | Mai | Jun | Jul | Ago | Set | Out | Nov | Dez | Final/Ano |
| 2012 | 40.010 | 39.990 | 40.004 | 39.970 | 39.935 | 39.903 | 39.722 | 39.728 | 39.686 | 39.556 | 39.465 | 39.438 | 39.438 |
| 2013 | 39.439 | 39.402 | 39.236 | 39.301 | 39.302 | 39.300 | 39.332 | 39.324 | 39.318 | 39.291 | 39.327 | | 39.300 |
| Volume Facturado | | | | | | | | | | | | | |
| 2012 | 384.042 | 353.972 | 329.640 | 355.904 | 369.314 | 391.931 | 418.146 | 462.931 | 483.009 | 433.586 | 463.008 | 365.041 | 4.810.524 |
| 2013 | 369.633 | 342.873 | 280.646 | 301.901 | 361.125 | 370.420 | 389.462 | 489.480 | 463.517 | 432.195 | 450.322 | | 4.616.615 |
| Volume Produzido (A Adquirir) | | | | | | | | | | | | | |
| 2012 | 426.335 | 440.850 | 431.915 | 414.840 | 462.870 | 511.405 | 599.973 | 598.440 | 556.990 | 459.353 | 406.850 | 421.850 | 5.731.671 |
| 2013 | 424.875 | 375.810 | 396.875 | 420.860 | 480.965 | 495.070 | 601.595 | 615.750 | 526.395 | 433.420 | 401.300 | | 5.594.765 |
| Capitação | | | | | | | | | | | | | |
| 2012 | 10,16 m3/cliente.mês | | | | | | | | | | | | |
| 2013 | 9,79 m3/cliente.mês | | | | | | | | | | | | |
| Rendimento | | | | | | | | | | | | | |
| 2012 | 83,9% | | | | | | | | | | | | |
| 2013 | 82,5% | | | | | | | | | | | | |

| 2014 | | | | | | |
|-------------------------------|---------------------|----------|------------|--------------|------|-----------|
| Parâmetro | Últimos | Dados | Conhecidos | Nº meses até | | Final Ano |
| | Valor | Data | Valor | Valor | Data | |
| Número de Clientes | 39.465 | Nov-2012 | 39.327 | Nov-2013 | 13 | 39.178 |
| Parâmetro | Valor/Anual | | | | | |
| Capitação | 9,79 m3/cliente.mês | | | | | |
| Volume Facturado | 4.602.286 m3 | | | | | |
| Rendimento | 82,5% | | | | | |
| Volume Produzido (A Adquirir) | 5.577.400 m3 | | | | | |

QUADRO AUXILIAR II

(Dados e cálculos auxiliares para apuramento do valor do Índice Pa)

| Parâmetro | Unidades | 2005 | 2013 | 2014 (a preços de 2013) |
|--|--------------------|----------------|----------------|----------------------------|
| Volume Produzido (Captação e Aquisição) | m ³ | 6.131.332 | 5.594.765 | 5.577.400 |
| - Volume Captado Fonte Telha | m ³ | 346.672 | 5,7% | |
| - Volume Adquirido EPAL - Lousa | m ³ | 3.505.139 | 57,2% | 310.000 5,6% |
| - Volume Adquirido EPAL - Casais Serra | m ³ | | | 3.415.515 61,0% |
| - Volume Adquirido AdO | m ³ | 2.279.521 | 37,2% | 1.869.250 33,4% |
| Consumo Específico Energia - EE Lousa | kWh/m ³ | 0,678 | 0,7226 | 0,7226 |
| Consumo Específico Energia - EE Fonte Telha | kWh/m ³ | 0,667 | | |
| Consumo Específico Energia - EE Casais da Serra | kWh/m ³ | | 0,4084 | 0,4084 |
| Energia Consumida - EE Lousa | kWh | 2.376.382 | 224.013 | 224.013 |
| Energia Consumida - EE Fonte Telha | kWh | 231.317 | | |
| Energia Consumida - EE Casais da Serra | kWh | | 1.394.886 | 1.379.933 |
| Custo Médio Energia - EE Lousa | €/kWh | 0,058 | 0,0994 | 0,0994 |
| Custo Médio Energia - EE Fonte Telha | €/kWh | 0,065 | | |
| Custo Médio Energia - EE Casais da Serra | €/kWh | | 0,0820 | 0,0820 |
| Custo Total Energia - EE Lousa | € | 138.766 | 22.272 | 22.272 |
| Custo Total Energia - EE Fonte Telha | € | 15.147 | | |
| Custo Total Energia - EE Casais da Serra | € | | 114.363 | 113.137 |
| Custo Total Energia (na Produção / Aquisição de Água) | € | 153.913 | 136.635 | 135.409 |

NOTA EXPLICATIVA E JUSTIFICATIVA

Crêterios e métodos adoptados na projecção dos valores constantes dos QUADROS AUXILIARES

| QUADRO AUXILIAR I | | |
|-------------------|------------------|---|
| Ano | Parâmetro | Explic  o e/ou Justificação do cálculo estimativo |
| 2013 | Cientes | Considerou-se que o acréscimo do n.é de clientes dos 2 meses de 2013 ainda desconhecidos, serão iguais aos homólogos de 2012. |
| 2013 | Volume Facturado | Considerou-se que o volume a facturar nos 2 meses de 2013 ainda desconhecidos, serão iguais aos homólogos de 2012. |
| 2013 | Volume Produzido | Considerou-se que o volume a produzir nos 2 meses de 2013 ainda desconhecidos, serão iguais aos homólogos de 2012. |
| 2013 | Capitação | Resultante do rácio entre o volume facturado e número de clientes, adoptados para o final de 2013. |
| 2013 | Rendimento | Resultante do rácio entre o volume facturado e o volume produzido, adoptados para o final de 2013. |
| 2014 | Cientes | Considerou-se a taxa média mensal de crescimento do número de clientes dos últimos 12 meses reais multiplicada pelo n  de meses desconhecidos até Dez 2014. Este valor foi somado ao último valor real. |
| 2014 | Capitação | Considerou-se igual   adoptada para 2013 (arredondando   décima). |
| 2014 | Volume Facturado | Resultante do número de clientes e capitação estimadas para 2013. |
| 2014 | Rendimento | Considerou-se igual ao adoptado para 2013. |
| 2014 | Volume Produzido | Resultante do volume facturado e rendimento estimado para 2014. |

| QUADRO AUXILIAR II | | |
|--------------------|---|--|
| Ano | Parâmetro | Explic  o e/ou Justificação do cálculo estimativo |
| 2013 | Volume Adquirido EPAL | Valores reais mais estimativa dos 2 meses finais (estimativa efectuada tendo em conta meses transactos). |
| 2013 | Volume Adquirido AdO | Valores reais mais estimativa dos 2 meses finais (estimativa efectuada tendo em conta meses transactos e mínimos contratuais). |
| 2013 | Cons. Espec. Energia - EE Lousa | Valores reais mais estimativa dos 2 meses finais (estimativa efectuada tendo em conta meses transactos). |
| 2013 | Cons. Espec. Energia - EE Casais da Serra | |
| 2013 | Custo Médio Energia - EE Lousa | |
| 2013 | Custo Médio Energia - EE Casais da Serra | Valores reais mais estimativa dos 2 meses finais (estimativa efectuada tendo em conta meses transactos). |
| 2013 | Custo Total Energia - EE Lousa | |
| 2013 | Custo Total Energia - EE Casais da Serra | |
| 2014 | Volume Adquirido EPAL | Estimativa de produção anual menos os mínimos contratados   AdO. |
| 2014 | Volume Adquirido AdO | Mínimos anuais contratados |
| 2014 | Cons. Espec. Energia Lousa | Igual ao adoptado para 2013 |
| 2014 | Cons. Espec. Energia - EE Casais da Serra | Igual ao adoptado para 2013 |
| 2014 | Custo Médio Energia - EE Lousa | Igual ao adoptado para 2013 |
| 2014 | Custo Médio Energia - EE Casais da Serra | Igual ao adoptado para 2013 |

| TARIFA VARIÁVEL DE SANEAMENTO | |
|--|---------------------------------------|
| Tipo de Utilizador: | Preço por m³ de água Consumida |
| Utilizadores Domésticos: | |
| • 1º Escalão (até 10 m³ de água consumida /30 dias) | 0,6214 €/m³ |
| • 2º Escalão (acima de 10 m³ de água consumida /30 dias) | 0,9040 €/m³ |
| Utilizadores Não Domésticos | 1,3002 €/m³ |
| Instituições Sem Fins Lucrativos | 0,6214 €/m³ |
| Câmara Municipal de Mafra e Juntas de Freguesia | Isento |
| Utilizadores da Rede Pública de Saneamento com Captação Própria de Água: | Custo mensal |
| • Domésticos | 4,9401 €/30d |
| • Não Domésticos | 43,4585 €/30d |
| TARIFA FIXA DE SANEAMENTO | |
| Tipo de Utilizador: | Custo mensal |
| Utilizadores Domésticos | 5,5472 €/30d |
| Utilizadores Não Domésticos | 24,6009 €/30d |
| Instituições Sem Fins Lucrativos | 5,5472 €/30d |
| Câmara Municipal de Mafra e Juntas de Freguesia | Isento |
| Utilizadores com dificuldades económicas | 0,5774 €/30d |
| Utilizadores da Rede Pública de Saneamento com Captação Própria de Água: | |
| • Domésticos | 5,5472 €/30d |
| • Não Domésticos | 24,6009 €/30d |
| OUTRAS TARIFAS | |
| Ramais de Saneamento: | Custo unitário |
| • Com comprimento até 20 metros (inclusive) | Isento (b) |
| • Por metro linear adicional (acima de 20 metros) | 91,8844 €/m |
| Ligações: | |
| • Moradias ou Edifícios de uma Única Actividade | Isento |
| • Loteamentos, Indústrias e Outros | Sujeito a Orçamento |
| Esvaziamento de Fossas (até 10,0 m³): | |
| • Instalações localizadas em Zonas Sem Rede de Saneamento | 59,4546 € |
| • Instalações localizadas em Zonas Com Rede de Saneamento | 102,6944 € |
| Fiscalizações: | |
| • Redes de Loteamentos | 151,3390 € |
| • Outros | 151,3390 € |
| Serviços prestados a pedido do utilizador | |
| Apreciação de Projectos: | Custo unitário |
| • Moradias ou Edifícios de uma Única Actividade | 43,2397 € |
| • Edificações de Utilização Colectiva: Valor Fixo | 32,4298 € |
| • Edificações de Utilização Colectiva: Valor Variável por Fogo ou Actividade | 10,8099 € |
| • Loteamentos | 129,7192 € |
| Elaboração de Orçamento | 14,0313 € |
| Extensões de Rede | Sujeito a Orçamento |
| Desobstrução de Colectores | Sujeito a Orçamento |
| Reparações no Sistema Predial de Saneamento | Sujeito a Orçamento |
| Vistorias de Canalizações Interiores: | |
| • Moradias ou Edifícios de uma Única Actividade | 58,8817 € |
| • Edificações de utilização colectiva: Valor Fixo | 47,1097 € |
| • Edificações de utilização colectiva: Valor Variável por Fogo ou Actividade | 11,7720 € |

(b) Com excepção de RAMAIS cuja execução não seja da responsabilidade da Entidade Gestora, nomeadamente em virtude de condições impostas no Licenciamento Urbanístico (Recomendação IRAR nº 1/2009 – ponto 3.3.1.1.5). Nestes casos, se for solicitada à E.G. a execução, os trabalhos serão sujeitos a ORÇAMENTO.

ACTUALIZAÇÃO TARIFÁRIA - 2014 (SANEAMENTO)

CONTRATO DE CONCESSÃO – 3º ADITAMENTO de 18/01/2012, ANEXO III:

190

| | | |
|---|-----------------------|------------------------|
| (Coeficiente Majorativo) K | 2,3293 | 2,4225 |
| (Índice de Preços no Consumidor) IPC _(out) * | 93,156 (Out. 2007) | 100,701 (Out. 2013) |

| Actualização das TARIFAS DE SANEAMENTO (Fixa e Variável) | TARIFA VARIÁVEL DE SANEAMENTO | | 2008 | 2013 | 2014 | Δ % (2014-2013) |
|--|--|--|-----------------------------|-----------------------------|-----------------------------|--------------------|
| | Tipo de Utilizador | | Preço /m³ de água consumida | Preço /m³ de água consumida | Preço /m³ de água consumida | |
| $T_n = T_0 \times K_n \times (IPC_{n-1}/IPC_0)$ | Utilizadores Domésticos: | | | | | |
| | • 1º Escalão (até 10 m³ de água consumida /30 dias) | | 0,2373 €/m³ | 0,5968 €/m³ | 0,6214 €/m³ | 4,1% |
| | • 2º Escalão (acima de 10 m³ de água consumida /30 dias) | | 0,3452 €/m³ | 0,8682 €/m³ | 0,9040 €/m³ | 4,1% |
| | Utilizadores Não Domésticos | | 0,4965 €/m³ | 1,2487 €/m³ | 1,3002 €/m³ | 4,1% |
| | Instituições Sem Fins Lucrativos | | 0,2373 €/m³ | 0,5968 €/m³ | 0,6214 €/m³ | 4,1% |
| | Câmara Municipal de Mafra e Juntas de Freguesia | | Isento | Isento | Isento | |
| | Utilizadores da Rede Pública de Saneamento com Captação Própria de Água: | | Custo Mensal | Custo Mensal | Custo Mensal | |
| | • Domésticos | | (a) | 4,8020 €/30d | 4,9401 €/30d | 2,9% |
| | • Não Domésticos | | (a) | 40,4620 €/30d | 43,4585 €/30d | 7,4% |
| | TARIFA FIXA DE SANEAMENTO | | 2008 | 2013 | 2014 | Δ % (2014-2013) |
| $T_n = T_0 \times K_n \times (IPC_{n-1}/IPC_0)$ | Tipo de Utilizador | | Custo Mensal | Custo Mensal | Custo Mensal | |
| | Utilizadores Domésticos | | 2,1183 €/30d | 5,3277 €/30d | 5,5472 €/30d | 4,1% |
| | Utilizadores Não Domésticos | | 9,3943 €/30d | 23,6274 €/30d | 24,6009 €/30d | 4,1% |
| | Instituições Sem Fins Lucrativos | | 2,1183 €/30d | 5,3277 €/30d | 5,5472 €/30d | |
| | Câmara Municipal de Mafra e Juntas de Freguesia | | Isento | Isento | Isento | |
| | Utilizadores com Dificuldades Económicas | | 0,2205 €/30d | 0,5546 €/30d | 0,5774 €/30d | |
| | Utilizadores da Rede Pública de Saneamento com Captação Própria de Água: | | Custo Mensal | Custo Mensal | Custo Mensal | |
| | • Domésticos | | 2,1183 €/30d | 5,3277 €/30d | 5,5472 €/30d | 4,1% |
| | • Não Domésticos | | 9,3943 €/30d | 23,6274 €/30d | 24,6009 €/30d | 4,1% |
| $R_n = R_0 \times (IPC_{n-1}/IPC_0)$ | OUTRAS TARIFAS | | 2008 | 2013 | 2014 | Δ % (2014-2013) |
| | Ramais de Saneamento: | | Custo unitário | Custo unitário | Custo unitário | |
| | • Com comprimento até 20 metros (inclusive) | | Isento (b) | Isento (b) | Isento (b) | |
| | • Por metro linear adicional (acima de 20 metros) | | 85,0000 €/m | 91,7793 €/m | 91,8844 €/m | 0,1% |
| | Ligações: | | Custo unitário | Custo unitário | Custo unitário | |
| | • Moradias ou Edifícios de uma Única Actividade | | Isento | Isento | Isento | |
| | • Loteamentos, Indústrias e Outros | | Sujeito a Orçamento | Sujeito a Orçamento | Sujeito a Orçamento | |
| | Esvaziamento de Fossas (até 10,0 m³): | | Custo unitário | Custo unitário | Custo unitário | |
| | • Instalações localizadas em Zonas Sem Rede de Saneamento | | 55,0000 € | 59,3866 € | 59,4546 € | 0,1% |
| | • Instalações localizadas em Zonas Com Rede de Saneamento | | 95,0000 € | 102,5768 € | 102,6944 € | 0,1% |
| | Fiscalizações: | | Custo unitário | Custo unitário | Custo unitário | |
| | • Redes de Loteamentos | | 140,0000 € | 151,1659 € | 151,3390 € | 0,1% |
| | • Outros | | 140,0000 € | 151,1659 € | 151,3390 € | 0,1% |
| | Serviços Prestados a Pedido do Utilizador | | 2008 | 2013 | 2014 | Δ % (2014-2013) |
| | Apreciação de Projectos: | | Custo unitário | Custo unitário | Custo unitário | |
| | • Moradias ou Edifícios de uma Única Actividade | | 40,0000 € | 43,1902 € | 43,2397 € | 0,1% |
| | • Edificações de utilização colectiva: Valor Fixo | | 30,0000 € | 32,3927 € | 32,4298 € | 0,1% |
| | • Edificações de utilização colectiva: Valor Variável por Fogo ou Actividade | | 10,0000 € | 10,7976 € | 10,8099 € | 0,1% |
| | • Loteamentos | | 120,0000 € | 129,5707 € | 129,7192 € | 0,1% |
| | Elaboração de Orçamento | | 12,9800 € | 14,0152 € | 14,0313 € | 0,1% |
| | Extensões de Rede | | Sujeito a Orçamento | Sujeito a Orçamento | Sujeito a Orçamento | |
| | Desobstrução de Colectores | | Sujeito a Orçamento | Sujeito a Orçamento | Sujeito a Orçamento | |
| | Reparações no Sistema Predial de Saneamento | | Sujeito a Orçamento | Sujeito a Orçamento | Sujeito a Orçamento | |
| | Vistorias de Canalizações Interiores: | | Custo unitário | Custo unitário | Custo unitário | |
| | • Moradias ou Edifícios de uma Única Actividade | | 54,4700 € | 58,8143 € | 58,8817 € | 0,1% |
| | • Edificações de utilização colectiva: Valor Fixo | | 43,5800 € | 47,0558 € | 47,1097 € | 0,1% |
| | • Edificações de utilização colectiva: Valor Variável por Fogo ou Actividade | | 10,8900 € | 11,7585 € | 11,7720 € | 0,1% |

* IPC - Os índices apresentados (já) estão em conformidade com a Actual Base 100 do IPC cujo ano de referência era 2008 e passou a ser 2012.

(a) Valor estabelecido e revisto anualmente de acordo com o especificado no CONTRATO DE CONCESSÃO – 3º ADITAMENTO de 18/01/2012, ANEXO III.

(b) Com excepção de RAMAIS cuja execução não seja da responsabilidade da Entidade Gestora, nomeadamente em virtude de condições impostas no Licenciamento Urbanístico (Recomendação IRAR nº 1/2009 – ponto 3.3.1.1.5). Nestes casos, se for solicitada à E.G. a execução, os trabalhos serão sujeitos a ORÇAMENTO.

CONTRATO DE CONCESSÃO – 3º ADITAMENTO de 18/01/2012, ANEXO III (Ponto 3)

Nota Justificativa relativa ao Cálculo da

Tarifa a aplicar aos "Utentes Ligados à Rede Pública de Saneamento com Captação Própria de Água" (Parte Variável)

Metodologia:

A facturação da parte variável do saneamento é efectuada em função do consumo de água. Para os casos de ausência de ligação ao sistema público de abastecimento, a **Recomendação IRAR nº 01/2009** indica, no **ponto 3.3.1.3.5**, que se deve estimar o respectivo consumo em função do consumo médio dos utilizadores com características similares, no âmbito do território municipal, verificado no ano anterior.

Dados de Base:

| Nº Clientes | Ano | Jan | Fev | Mar | Abr | Mai | Jun | Jul | Ago | Set | Out | Nov | Dez | Final/Ano |
|----------------|------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|-----------|
| Domésticos | 2012 | 36.290 | 36.290 | 36.325 | 36.319 | 36.306 | 36.296 | 36.135 | 36.153 | 36.142 | 36.060 | 36.013 | 36.009 | 36.009 |
| Não Domésticos | 2012 | 3.720 | 3.700 | 3.679 | 3.651 | 3.629 | 3.607 | 3.587 | 3.575 | 3.544 | 3.496 | 3.452 | 3.429 | 3.429 |

| Volume Facturado | Ano | Jan | Fev | Mar | Abr | Mai | Jun | Jul | Ago | Set | Out | Nov | Dez | TOTAL |
|-----------------------------|------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|-----------|
| Doméstico - 1º Escalão (m³) | 2012 | 216.273 | 210.307 | 189.295 | 202.909 | 208.395 | 217.634 | 210.143 | 229.640 | 243.066 | 214.649 | 252.347 | 211.895 | 2.606.553 |
| Doméstico - 2º Escalão (m³) | 2012 | 57.395 | 49.066 | 37.731 | 48.325 | 53.319 | 64.908 | 76.758 | 96.571 | 104.215 | 93.569 | 92.891 | 53.859 | 828.607 |
| Não Doméstico (m³) | 2012 | 110.374 | 94.599 | 102.614 | 104.670 | 107.600 | 109.389 | 131.245 | 136.720 | 135.728 | 125.368 | 117.770 | 99.287 | 1.375.364 |

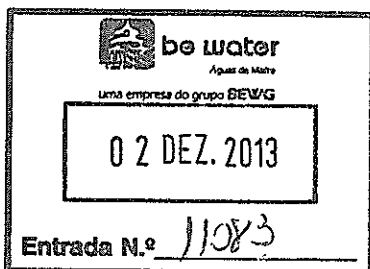
Cálculo:

| Tipo Cliente | Fiscal ano | Nº Clientes existentes (Dez-2011) | Volume Anual (m³/ano) | Vol. Médio Mensal de Água Consumida (m³/mês.utente) | Tarifa Variável de Saneamento (€/m³ água consumida) | Tarifa proposta (€/mês.utente) |
|----------------|------------|-----------------------------------|-----------------------|---|---|--------------------------------|
| Domésticos | 1º | 36.009 | 2.606.553 | 7,95 | 0,6214 | 4,9401 |
| | 2º | | 828.607 | | 0,9040 | |
| Não Domésticos | único | 3.429 | 1.375.364 | 33,42 | 1,3002 | 43,4585 |

DOC. 2

Actualização Tarifária
de
Resíduos Sólidos
2014

DOCUMENTOS COMPROVATIVOS DA ESTIMATIVA DE
AUMENTO DOS PREÇOS UNITÁRIOS DE ÁGUA E
ENERGIA, ASSIM COMO DE TODOS OS RESTANTES
PARÂMETROS INCLUÍDOS NAS FÓRMULAS DE
ACTUALIZAÇÃO DOS TARIFÁRIOS



Departamento da Presidência,
Administração Geral e Financeiro
Divisão Administrativa
Apoio aos Órgãos Autárquicos

A correspondência deverá ser
dirigida ao Presidente da Câmara

EXMO. SENHOR
ADMINISTRADOR DA
BE WATER, S.A.
RUA CONSTÂNCIA MARIA RODRIGUES, Nº19
2644-013 MAFRA

Sua referência

Sua Comunicação de

Nossa Referência
Saída/2013/12802Data
02-12-2013

Assunto: **TARIFÁRIO DE ÁGUA - VOLUMES MÍNIMOS CONTRATUALIZADOS COM A EPAL**

Considerando os contactos em curso com a EPAL, no sentido de rever a cláusula constante do contrato existente com aquela entidade, relativa à obrigatoriedade de pagamentos de consumos mínimos de água, solicita-se a essa empresa que, em conformidade com a deliberação camarária de 29 de Novembro último e face às referidas diligências em curso, a proposta tarifária a apresentar pela BE WATER para 2014 não faça repercutir o custo correspondente à parcela do volume mínimo anteriormente contratualizado com a EPAL.

Com os melhores cumprimentos,
O Vice-Presidente da Câmara Municipal

(Joaquim Sardinha)



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA
PRAÇA DO MUNICÍPIO • 2644-001 • MAFRA
TELEF. 261 810 168 • FAX 261 810 130
E-MAIL: geral@cm-mafra.pt
INTERNET: www.cm-mafra.pt

Modelo G-19 - Ofício Tipo



Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos

Centro Empresarial Torres de Lisboa
Rua Tomás da Fonseca, Torre G – 8º
1600-209 LISBOA
PORTUGAL

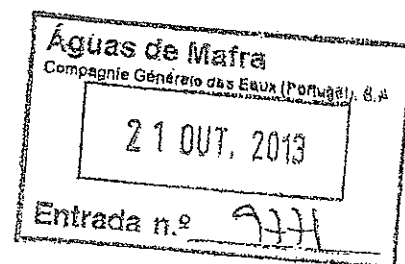
Tel.: +351 210 052 200

Fax: + 351 210 052 259

E-mail: geral@ersar.pt

www.ersar.pt

Ex.ma Senhora
Diretor(a)
Águas de Mafra
Apartado 90
2644-013MAFRA



vossa referência
your reference

vossa comunicação
your communication

nossa referência
our reference

nosso processo
our process

data
date

O-008422/2013

2013-10-16

Assunto
subject

Ciclo anual de revisão tarifária 2014 - Entidades gestoras municipais em regime de concessão

Ex.^{mo} Senhor,

Nos termos da alínea g) do n.º 2 do artigo 5.º do Estatuto da ERSAR, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 277/2009, de 2 de outubro, são atribuições da entidade reguladora, designadamente, a supervisão e a avaliação das tarifas praticadas pelas entidades gestoras, a qual se traduz na emissão de pareceres destinados a apoiar a tomada de decisão de aprovação da proposta tarifária pelo Concedente. Compete ainda à entidade reguladora, nos termos da alínea d) do n.º 4 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, emitir recomendações gerais relativas aos tarifários dos serviços objeto do citado decreto-lei, independentemente do modelo de gestão e acompanhar o seu grau de adoção, divulgando os respetivos resultados.

Assim, aproximando-se um novo ciclo de revisão tarifária, deverão as entidades gestoras municipais concessionárias submeter à aprovação do Concedente, após parecer prévio da ERSAR nos termos da alínea g) do n.º 2 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 277/2009, de 2 de outubro, conjugado com o artigo 99.º do Código do Procedimento Administrativo, as propostas de atualização tarifária, nos termos dos respetivos contratos de concessão. Estas propostas devem ser fundamentadas através de notas justificativas dos cálculos efetuados na aplicação da fórmula contratualmente estabelecida.

Tendo em vista a atualização de preços, a ERSAR recomenda a todas as entidades gestoras a utilização das taxas publicadas pelo Banco de Portugal no Boletim Económico de Verão, em julho p.p., referidas na tabela seguinte:

| | | | |
|---|------|------|------|
| Índice harmonizado de preços no consumidor (IHPC) | 2,8% | 0,4% | 0,8% |
|---|------|------|------|

1.º ATUALIZAÇÃO PREÇO
DA EPAL E ENERGIA

¹ As taxas de 2012 e 2013 destinam-se a corrigir a atualização das tarifas desses exercícios.



As taxas de referência para cálculo de juros, também publicadas pelo Banco de Portugal, são as seguintes:

| | 2012 | 2013 | 2014 |
|--------------------|-------|-------|-------|
| EURIBOR 6 meses | 0,83% | 0,33% | 0,70% |
| EURIBOR a 12 meses | 1,3% | 0,5% | 1,1% |
| TBA | 0,76% | 0,24% | 0,50% |

Para esclarecimentos adicionais, as entidades gestoras poderão contactar a ERSAR, através do técnico do Departamento de Análise Económica e Financeira indicado no Portal, concretamente, no Módulo de Regulação Económica.

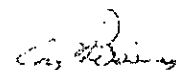
Caso já tenha sido submetida à apreciação da ERSAR a proposta de atualização tarifária para 2014, queira considerar sem efeito o conteúdo deste ofício.

Com os melhores cumprimentos,

O Conselho Diretivo

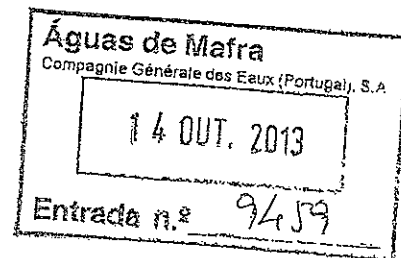


Jaime Melo Baptista
(Presidente)



Carlos Lopes Pereira
(Vogal)

Compagnie Générale des Eaux (Portugal), S.A.
Av 1º de Maio, nº1
2640-455 Mafra



C.c. : Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Mafra

N/ Ref. AF/pv/tmc-1010/2013/S
Gaeiras, 07 de outubro de 2013

Assunto: Serviços a prestar em 2014

Exmos. Senhores,

Para os devidos efeitos vimos informar que o projeto tarifário, relativo a 2014, proposto pela Águas do Oeste, S.A. ao Senhor Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, considerou, relativamente a esse Município, as seguintes tarifas:

- Abastecimento de água a municípios parcialmente abastecidos: 0,7219€/m³

Mais se informa que a aplicação daquelas tarifas, às quais acresce a TRH e IVA à taxa legal em vigor, será efetuada após a devida autorização do Concedente, com efeitos a 1 de Janeiro de 2014.

Com os melhores cumprimentos,

O Administrador – Delegado

(Arménio de Figueiredo)

Quadro para impressão

107

| Índice de preços no consumidor (IPC - Base 2012) por Localização geográfica (NUTS II - 2002) e Agregados especiais; Mensal | | | |
|--|---|------------------------|---------|
| Período de referência dos dados | Agregados especiais | | |
| | Total | Total exceto habitação | |
| | Localização geográfica (NUTS II - 2002) | | |
| | Lisboa | | |
| Outubro de 2013 | - | - | 100,701 |
| Outubro de 2012 | 100,732 | | 100,575 |
| Outubro de 2007 | 100,573 | | 93,156 |
| Janeiro de 2005 | 93,052 | | 86,471 |
| | 86,324 | | |
| Índice de preços no consumidor (IPC - Base 2012) por Localização geográfica (NUTS II - 2002) e Agregados especiais; Mensal - INE, Índice de Preços no Consumidor | | | |

Última atualização destes dados: 12 de novembro de 2013

[imprimir | fechar]

Todas as reclamações contra a aprovação deste projeto deverão ser presentes nesta Direção Regional ou na Secretaria daquela Câmara Municipal, dentro do citado prazo.

20 de setembro de 2012. — O Diretor Regional, *Ricardo Emílio*.
306444363

Édito n.º 527/2012

Processo 171/11.7/1631

Faz-se público que, nos termos e para efeitos do artigo 19.º do Regulamento de Licenças para Instalações Elétricas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26852, de 30 de julho de 1936, e alterado pelo Decreto-Lei n.º 446/76, de 5 de junho, e outros, estará patente na Direção Regional de Economia de Lisboa e Vale do Tejo, sita em Estrada da Portela — Zambujal, Alfragide, 2721-858 Amadora, 2.º andar, tel. 214729500 e na Secretaria da Câmara Municipal de Loures, durante 15 dias, e nas horas de expediente, a contar da publicação destes éditos no *Diário da República*, o projeto apresentado pela EDP Distribuição — Energia, S. A. — Direção de Rede e Clientes Lisboa a que se refere o processo em epígrafe, para o estabelecimento da seguinte instalação elétrica:

Linha Aérea, a 10 kV, n.º 1010/R05, com 32 m, com origem no apoio n.º 9 da linha n.º 1010 e término no PT LRS-D-1143, sita na freguesia e concelho de Loures.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projeto deverão ser presentes nesta Direção Regional ou na Secretaria daquela Câmara Municipal, dentro do citado prazo.

20 de setembro de 2012. — O Diretor Regional, *Ricardo Emílio*.
306444111

Édito n.º 528/2012

Processo 171/11.7/1625

Faz-se público que, nos termos e para efeitos do artigo 19.º do Regulamento de Licenças para Instalações Elétricas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26852, de 30 de julho de 1936, e alterado pelo Decreto-Lei n.º 446/76, de 5 de junho, e outros, estará patente na Direção Regional de Economia de Lisboa e Vale do Tejo, sita em Estrada da Portela — Zambujal, Alfragide, 2721-858 Amadora, 2.º andar, tel. 214729500 e na Secretaria da Câmara Municipal de Loures, durante 15 dias, e nas horas de expediente, a contar da publicação destes éditos no *Diário da República*, o projeto apresentado pela EDP Distribuição — Energia, S. A. — Direção de Rede e Clientes Lisboa a que se refere o processo em epígrafe, para o estabelecimento da seguinte instalação elétrica:

Modificação da Linha Aérea, a 10 kV, n.º 1064, com 199 m, com origem no apoio n.º 7 do CL n.º 1005 e término no PT LRS-C-0087, sita em Quinta do Furadouro, freguesia de Bucelas, concelho de Loures.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projeto deverão ser presentes nesta Direção Regional ou na Secretaria daquela Câmara Municipal, dentro do citado prazo.

20 de setembro de 2012. — O Diretor Regional, *Ricardo Emílio*.
306444128

Édito n.º 529/2012

Processo n.º 171/11.7/1626

Faz-se público que, nos termos e para efeitos do artigo 19.º do Regulamento de Licenças para Instalações Elétricas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26852, de 30 de julho de 1936, e alterado pelo Decreto-Lei n.º 446/76, de 5 de junho, e outros, estará patente na Direção Regional de Economia de Lisboa e Vale do Tejo, sita em Estrada da Portela — Zambujal, Alfragide, 2721-858 Amadora, 2.º andar, tel. 214729500 e na Secretaria da Câmara Municipal de Loures, durante 15 dias, e nas horas de expediente, a contar da publicação destes éditos no *Diário da República*, o projeto apresentado pela EDP Distribuição — Energia, S. A. — Direção de Rede e Clientes Lisboa a que se refere o processo em epígrafe, para o estabelecimento da seguinte instalação elétrica:

Modificação da Linha Aérea, a 10 kV, n.º 1293, com 271 m, com origem no apoio n.º 1 da LA 1064 e término no apoio n.º 2 (LA 1293), sita na freguesia de Bucelas, concelho de Loures.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projeto deverão ser presentes nesta Direção Regional ou na Secretaria daquela Câmara Municipal, dentro do citado prazo.

20 de setembro de 2012. — O Diretor Regional, *Ricardo Emílio*.
306444136

Édito n.º 530/2012

Processo 171/11.7/1629

Faz-se público que, nos termos e para efeitos do artigo 19.º do Regulamento de Licenças para Instalações Elétricas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26852, de 30 de julho de 1936, e alterado pelo Decreto-Lei n.º 446/76, de 5 de junho, e outros, estará patente na Direção Regional de Economia de Lisboa e Vale do Tejo, sita em Estrada da Portela — Zambujal, Alfragide, 2721-858 Amadora, 2.º andar, tel. 214729500 e na Secretaria da Câmara Municipal de Loures, durante 15 dias, e nas horas de expediente, a contar da publicação destes éditos no *Diário da República*, o projeto apresentado pela EDP Distribuição — Energia, S. A. — Direção de Rede e Clientes Lisboa a que se refere o processo em epígrafe, para o estabelecimento da seguinte instalação elétrica:

Modificação da Linha Aérea, a 10 kV, n.º 1375, com 54 m, com origem no apoio n.º 2 do CL n.º 1296 e término no PT-LRS-C-0376, sita na freguesia de Bucelas, concelho de Loures.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projeto deverão ser presentes nesta Direção Regional ou na Secretaria daquela Câmara Municipal, dentro do citado prazo.

20 de setembro de 2012. — O Diretor Regional, *Ricardo Emílio*.
306444371

Direção Regional da Economia do Alentejo

Édito n.º 531/2012

Processo n.º 12518

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do artigo 19.º do Regulamento de Licenças para Instalações Elétricas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26 852, de 30 de julho de 1936, com redação dada pela Portaria n.º 344/89, de 13 de maio, estará patente na Secretaria da Câmara Municipal de Estremoz e nesta Direção Regional, sita em Zona Industrial de Almeirim, 18, 7005-639 Évora, com o telefone 266750450, fax 266743530, e-mail: dre.alentejo@dre.al.min-economia.pt, todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação deste édito no *Diário da República*, o projeto apresentado pela EDP Distribuição-Energia, SA — Direção de Rede e Clientes Sul, para o estabelecimento de Linha aérea de MT a 30 kV (EV30-27-32), com 1542 metros, com origem no apoio n.º 63 da linha de MT, EV30-27 Estremoz-Veiros e término no PTD-ETZ-341-AS; PT do tipo aéreo-AS com 50 (100) kVA/30 kV e rede de Baixa Tensão (RBT-ETZ-341) — Monte das Sesmarias, freguesia de S. Bento de Ana Loura, concelho de Estremoz, a que se refere o processo mencionado em epígrafe.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projeto deverão ser presentes nesta Direção Regional da Economia ou na Secretaria daquele Município, dentro do citado prazo.

2-10-2012. — O Diretor de Serviços de Energia, *Raul Mateus*.

306444022

Instituto da Construção e do Imobiliário, I. P.

Aviso n.º 14013/2012

Para efeito de aplicação das fórmulas de revisão de preços a que se refere o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro, publicam-se os valores dos índices de custos de mão de obra (Quadro I), de materiais (Quadro II) e de equipamentos de apoio (Quadro III), relativos aos meses de abril, maio e junho de 2012, fixados por despacho do Secretário de Estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

QUADRO I

Índices de custos de mão de obra (Continente)

Base 100: janeiro de 2004

| Código | Índices | abril 2012 | maio 2012 | junho 2012 |
|--------|---|---------------|--------------|---------------|
| | Global | 127,8 | 127,8 | 127,8 |
| | Por fórmula tipo (*): | | | |
| F01 | Edifícios de habitação | 129,7 | 129,7 | 129,7 |
| F02 | Edifícios administrativos | 130,0 | 130,0 | 130,0 |
| F03 | Edifícios escolares | 130,6 | 130,6 | 130,6 |
| F04 | Edifícios para o setor da saúde | 130,0 | 130,0 | 130,0 |
| F05 | Reabilitação ligeira de edifícios | 129,8 | 129,8 | 129,8 |
| F06 | Reabilitação média de edifícios | 129,3 | 129,3 | 129,3 |
| F07 | Reabilitação profunda de edifícios | 128,3 | 128,3 | 128,3 |
| F08 | Campos de jogos com balneários | 129,5 | 129,5 | 129,5 |
| F09 | Arranjos exteriores | 129,9 | 129,9 | 129,9 |
| F10 | Estradas | 126,5 | 126,5 | 126,5 |
| F11 | Túneis | 125,7 | 125,7 | 125,7 |
| F12 | Pontes de betão armado ou pré-esforçado | 127,2 | 127,2 | 127,2 |
| F13 | Viadutos de betão armado ou pré-esforçado | 127,2 | 127,2 | 127,2 |
| F14 | Passagens desniveladas de betão armado ou pré-esforçado | 127,4 | 127,4 | 127,4 |
| F15 | Grandes reparações de estradas | 126,9 | 126,9 | 126,9 |
| F16 | Conservação de estradas | 128,2 | 128,2 | 128,2 |
| F17 | Pavimentação de estradas | 126,3 | 126,3 | 126,3 |
| F18 | Estruturas de betão armado | 131,7 | 131,7 | 131,7 |
| F19 | Estruturas metálicas | 131,0 | 131,0 | 131,0 |
| F20 | Instalações elétricas | 130,6 | 130,6 | 130,6 |
| F21 | Redes de abastecimento de água e de águas residuais | 127,4 | 127,4 | 127,4 |
| F22 | Barragens de terra | 130,8 | 130,8 | 130,8 |
| F23 | Redes de rega e drenagem | 128,5 | 128,5 | 128,5 |
| | Por profissões: | | | |
| P01 | Pedreiro | 125,3 | 125,3 | 125,3 |
| P02 | Armador de ferro | 117,9 | 117,9 | 117,9 |
| P03 | Carpinteiro | 128,6 | 128,6 | 128,6 |
| P04 | Espalhador de betuminosos | 119,0 | 119,0 | 119,0 |
| P05 | Ladrilhador/azulejador | 127,9 | 127,9 | 127,9 |
| P06 | Estucador | 141,0 | 141,0 | 141,0 |
| P07 | Canalizador | 121,7 | 121,7 | 121,7 |
| P08 | Eletricista | 125,5 | 125,5 | 125,5 |
| P09 | Pintor | 129,6 | 129,6 | 129,6 |
| P10 | Serralheiro | 129,0 | 129,0 | 129,0 |
| P11 | Motorista | 124,7 | 124,7 | 124,7 |
| P12 | Condutor de máquinas | 121,2 | 121,2 | 121,2 |
| P13 | Servente | 138,7 | 138,7 | 138,7 |

(*) As fórmulas tipo F01 a F14 são as que constam do Despacho n.º 1592/2004 (2.ª série), de 8 de janeiro, considerando a Retificação n.º 383/2004 (2.ª série), de 25 de fevereiro; as fórmulas tipo F15 a F23 constam do Despacho n.º 22 637/2004 (2.ª série), de 12 de outubro.

Os índices ponderados de custos de mão de obra estão afetados de todos os encargos emergentes das disposições em vigor no período a que respeitam, pelo que compreendem: segurança social, seguro, caixa nacional de seguros de doenças profissionais, medicina no trabalho, férias, subsídio de férias, feriados, tolerância de ponto, faltas remuneradas, cessação e caducidade do contrato (indenização por cessação do contrato individual de trabalho e compensação por caducidade do contrato a termo certo e a prazo), inatividade devida ao mau tempo, subsídio de Natal e formação profissional.

QUADRO II

Índices de custos de materiais

M01 a M41 — Base 100: dezembro de 1991

M42 a M51 — Base 100: janeiro de 2004

| Código | Materiais | abril 2012 | maio 2012 | junho 2012 |
|--------|---|---------------|--------------|---------------|
| M01 | Britas | 103,9 | 103,5 | 103,6 |
| M02 | Areias | 89,8 | 89,9 | 89,8 |
| M03 | Inertes | 99,5 | 99,4 | 99,4 |
| M04 | Ladrilhos de calcário e granito | 96,1 | 96,1 | 96,1 |
| M05 | Cantarias de calcário e granito | 110,6 | 110,6 | 110,6 |
| M06 | Ladr. e cant. de calcário e granito | 96,4 | 96,4 | 96,4 |
| M07 | Telhas cerâmicas | 121,9 | 122,1 | 121,4 |
| M08 | Tijolos cerâmicos | 93,9 | 90,3 | 90,3 |
| M09 | Produtos cerâmicos vermelhos | 102,0 | 99,6 | 99,4 |

| Código | Materiais | abril 2012 | maio 2012 | junho 2012 |
|--------|---|---------------|--------------|---------------|
| M10 | Azulejos e mosaicos | 111,3 | 111,2 | 111,2 |
| M12 | Aço em varão e perfilados | 272,9 | 271,7 | 272,1 |
| M13 | Chapa de aço macio | 147,6 | 147,6 | 147,6 |
| M14 | Rede electrossoldada | 185,4 | 184,7 | 184,5 |
| M15 | Chapa de aço galvanizada | 145,6 | 146,0 | 146,0 |
| M16 | Fio de cobre nú | 292,8 | 287,4 | 281,7 |
| M17 | Fio de cobre revestido | 242,5 | 238,0 | 233,4 |
| M18 | Betumes a granel | 627,5 | 608,3 | 581,1 |
| M19 | Betumes em tambores | 659,6 | 655,3 | 635,1 |
| M20 | Cimento em saco | 152,3 | 150,6 | 143,7 |
| M21 | Explosivos | 142,9 | 142,9 | 142,9 |
| M22 | Gasóleo | 313,6 | 308,6 | 298,8 |
| M23 | Vidro | 81,0 | 85,5 | 85,5 |
| M24 | Madeiras de pinho | 141,1 | 141,1 | 141,1 |
| M25 | Madeiras especiais ou exóticas | 141,2 | 141,1 | 141,1 |
| M26 | Derivados de madeira | 131,8 | 131,8 | 131,8 |
| M27 | Aglomerado negro de cortiça | 174,1 | 174,1 | 174,1 |
| M28 | Ladrilho de cortiça | 123,8 | 123,8 | 123,8 |
| M29 | Tintas para construção civil | 292,3 | 292,5 | 292,5 |
| M30 | Tintas para estradas | 284,6 | 284,6 | 284,6 |
| M31 | Membrana betuminosa | 304,0 | 304,0 | 304,0 |
| M32 | Tubo de PVC | 116,2 | 114,5 | 116,1 |
| M33 | Tubo de PVC p/ instalações elétricas | 181,5 | 177,2 | 177,2 |
| M34 | Blocos de betão normal | 111,8 | 111,8 | 111,8 |
| M35 | Manilhas de betão | 135,6 | 146,6 | 146,6 |
| M36 | Tubagem de fibrocimento | 157,9 | 157,9 | 157,9 |
| M37 | Chapa de fibrocimento (1) | 226,6 | 237,5 | 236,6 |
| M39 | Caixilharia em alumínio anodizado | 139,4 | 138,6 | 138,6 |
| M40 | Caixilharia em alumínio termolacado | 129,1 | 128,3 | 128,3 |
| M41 | Pavimentos aligeirados de vigotas pré-esforçadas e blocos cerâmicos | 129,0 | 128,9 | 128,8 |
| M42 | Tubagem de aço e aparelhos para canalizações | 100,2 | 100,2 | 100,2 |
| M43 | Aço para betão armado | 186,2 | 186,2 | 186,2 |
| M44 | Aço para betão pré-esforçado | 169,3 | 169,3 | 169,3 |
| M45 | Perfilados pesados e ligeiros | 153,1 | 153,1 | 153,1 |
| M46 | Produtos para instalações elétricas | 179,4 | 177,4 | 179,5 |
| M47 | Produtos pré-fabricados de betão | 89,4 | 89,4 | 99,3 |
| M48 | Produtos para ajardinamentos | 107,5 | 107,5 | 105,7 |
| M49 | Geotêxteis | 95,0 | 98,9 | 98,2 |
| M50 | Tubos e Acessórios de Ferro Fundido e Aço | 152,8 | 152,7 | 153,0 |
| M51 | Tintas para Construção Metálica | 134,8 | 132,2 | 127,9 |

(1) Este produto deixou de ter incorporadas fibras de amianto, que foram substituídas por outros tipos de fibras

QUADRO III

Índices de custos de equipamentos de apoio

Base 100: janeiro de 2004

| Índice | abril 2012 | maio 2012 | junho 2012 |
|-----------------------------|---------------|--------------|---------------|
| Equipamentos de apoio | 113,0 | 113,1 | 113,2 |

4 de outubro de 2012 — O Vice-Presidente do Conselho Diretivo, *Fernando Oliveira Silva*.

206456562

Despacho (extrato) n.º 13648/2012

Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, aplicável por força do n.º 2 do artigo 73.º do Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas, aprovado pela Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, em conjugação com o n.º 1 da cláusula 6.ª do Acordo Coletivo de Trabalho n.º 1/2009, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 188, de 28 de setembro e após homologação da ata do júri constituído para o efeito, torna-se público que a trabalhadora Ana Filipa Sequeira Cavaco Nobre concluiu com sucesso o período experimental, com a classificação final de 13 valores, na carreira e categoria de assistente técnico, na sequência da celebração com este Instituto, de um contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.

O tempo de serviço decorrido no período experimental será contado, para todos os efeitos legais, na carreira e categoria da trabalhadora.

20 de setembro de 2012. — O Vice-Presidente do Conselho Diretivo, *Fernando José de Oliveira da Silva*.

206457015

Despacho (extrato) n.º 13649/2012

Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, aplicável por força do n.º 2 do artigo 73.º do Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas, aprovado pela Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, em conjugação com o n.º 1 da cláusula 6.ª do Acordo Coletivo de Trabalho n.º 1/2009, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 188, de 28 de setembro e após homologação da ata do júri constituído para o efeito, torna-se público que a trabalhadora Anabela da Silva Soares concluiu com sucesso o período experimental, com a classificação final de 15 valores, na carreira e categoria de assistente técnico, na sequência da celebração com este Instituto, de um contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.

O tempo de serviço decorrido no período experimental será contado, para todos os efeitos legais, na carreira e categoria da trabalhadora.

20 de setembro de 2012. — O Vice-Presidente do Conselho Diretivo, *Fernando José de Oliveira da Silva*.

206457104

deve ler-se:

| Nome | Classificação Final | Observações |
|--|---------------------|-------------|
| Fernando Augusto David Borges de Almeida | 15,200 | |
| José Luís dos Santos Brito | 13,013 | |

repblicando-se o presente projeto de lista com as alterações agora introduzidas.

Projeto de lista de classificação final

| Nome | Classificação Final | Observações |
|--|---------------------|-------------|
| Maria de Fátima Dantas de Carvalho Soares Coelho | 18,080 | |
| José Domingos Gomes Maia | 18,040 | |
| António José Magalhães Albuquerque | 17,200 | |
| António Pedro Faria de Melo e Silva | 17,024 | |
| Carlos Manuel Mendes Lopes Loureiro | 16,554 | |
| Domingos Manuel Mendes Gomes | 16,333 | |
| Gil Firmino Sanfins Couto | 16,320 | |
| Francisco Mário de Carvalho Araújo Fernandes | 16,120 | |
| Carlos Abel Almendra Frias Vieira | 15,590 | |
| Pedro Miguel Trindade Vieitas Antunes | 15,487 | |
| Abel Filipe Colaço Vieira da Cruz | 15,424 | |
| Ricardo Jorge da Cruz Aguiar | 15,386 | |
| Idalina Maria Carvalho da Cunha | 15,252 | |
| António da Silva Coelho | 15,240 | |
| Fernando Augusto David Borges de Almeida | 15,200 | |
| Sérgio António Ribeiro | 15,003 | |
| Fernando José do Carmo Oliveira da Silva | 14,972 | |
| Maria do Carmo Melim Bernardino | 14,720 | |
| Adelino dos Santos Almeida | 14,706 | |
| Ricardo Nuno da Silva Lopes Cardoso | 14,594 | |
| José Belmiro Alves | 14,409 | |
| Ana Maria da Silva Roque Caetano | 14,308 | |
| Horácio Martins Pascoal | 14,102 | |
| José António Luzano de Quadros Flores | 14,009 | |
| David Renato Carvalho Pedro do Vale | 13,826 | |
| Laura Rita Cabral Lopes | 13,778 | |
| Arsénio Oscar dos Reis Inácio | 13,528 | |
| Francisco Miguel Marrecos Gouveia | 13,506 | |
| Arménio Teixeira de Carvalho | 13,174 | |
| Lúcia Cristina Henriques dos Santos | 13,152 | |
| António José Vargas Gatinho | 13,126 | |
| José Luís dos Santos Brito | 13,013 | |
| Sérgio Paulo Vieira Duarte | 12,994 | |
| Licínio Cardoso Vaz | 12,943 | |
| Maria de Fátima Garcia Duarte | 12,933 | |
| Licínio Paulo Duarte Silva | 12,906 | |
| Pedro Miguel Guerreiro Magrinho | 12,902 | |
| Ana Margarida Narciso Mendes Pereira | 12,897 | |
| Luís Miguel de Almeida Barata Pindêlo | 12,664 | |
| Paulo Manuel Mesquita Leite | 12,620 | |
| José Venâncio Brísido | 12,600 | |
| Rui Manuel Ribeiro Carneiro Pereira | 12,595 | |
| Luís Manuel Marques Pires da Silva | 12,512 | |
| Manuel Filipe da Silva Miranda | 12,359 | |
| Ilídio José Gomes Loução | 12,297 | |
| José Miguel Leitão Portela Correia de Faria | 12,266 | |

| Nome | Classificação Final | Observações |
|--|---------------------|-------------|
| Natália Rodrigues Correia | 12,262 | |
| Fernando Manuel Castanheira de Brito | 12,113 | |
| Paulo Abel de Almeida João | 12,113 | |
| Sérgio Nuno de Matos Branco | 11,372 | |
| Mário Augusto Pinto Vieira | 11,174 | |
| Maria Cristina Marques Rodrigues Borralho Capela | 10,760 | |
| Luís Miguel Mourão dos Santos | 10,738 | |
| Alexandre Rodrigues da Cruz Marques | 10,405 | |
| Fernando Martins Cardoso | Excluído | d), e) e f) |
| Lucília Fernanda Pinto Monteiro | Excluído | a) |
| António Eusébio Pereira Cardoso Martins | Excluído | d), e) e f) |
| Alfredo Ramada Barros | Excluído | d), e) e f) |
| Amarildo do Rosário Machado Settas | Excluído | e) e f) |
| Artur Jorge Duarte Dias | Excluído | a) |
| Carlos Lopes Pereira | Excluído | g) |
| Pedro Vasco Costa Lopes | Excluído | a) |
| Paulo Jorge Carrilho Moreira | Excluído | g) |
| António Teixeira Vieira | Excluído | d), e) e f) |
| Sérgio Paulo Almeida Lamas | Excluído | d), e) e f) |
| António José Vieira Faria | Excluído | d), e) e f) |
| Carlos Manuel de Sousa Cupertino | Excluído | g) |
| Maria João Rosa de Carvalho Ramos | Excluído | d), e) e f) |
| Sérgio António Pereira e Silva | Excluído | d), e) e f) |
| Abel Alves Mota | Excluído | b) |
| José Manuel Janela Fonseca | Excluído | c) |
| José Pedro Mendes Alves | Excluído | a) |
| Sérgio Jorge de Almeida Rodrigues Fonseca | Excluído | a) |

- a) Veio ao processo apresentar desistência do concurso;
b) Aposentado na fase subsequente à aplicação do método da prova de conhecimentos;
c) Falecimento;
d) Não compareceu à aplicação do método exame psicológico de seleção;
e) Não compareceu à aplicação do método entrevista profissional de seleção;
f) Não compareceu à aplicação do método exame médico de seleção;
g) Classificação de Não Apto na aplicação do método exame médico de seleção.

Os candidatos podem, no prazo de 10 dias úteis a contar da publicação do presente aviso no *Diário da República*, dizer por escrito o que se lhes oferecer no âmbito do exercício do direito de participação dos interessados.

O processo relativo ao presente concurso, poderá ser consultado no edifício sede da ASAE, no Departamento de Administração e Logística (DAL), Divisão de Gestão de Recursos Humanos, 1.º piso, sito na Rua Rodrigo da Fonseca, 73, 1269-274 Lisboa, e no horário das 9 às 12 e das 14 às 17 horas.

O projeto de lista de classificação final dos candidatos será ainda disponibilizado no site da ASAE (www.asae.pt) e afixado na sede e direções regionais.

13 de novembro de 2013. — O Inspetor-Geral, *Pedro Portugal Gaspar*.
207399427

Instituto da Construção e do Imobiliário, I. P.

Aviso n.º 14384/2013

Para efeito de aplicação das fórmulas de revisão de preços a que se refere o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro, publicam-se os valores dos índices de custos de mão de obra (Quadro I), de materiais (Quadro II) e de equipamentos de apoio (Quadro III), relativos aos meses de abril, maio e junho de 2013, fixados por despacho de 07 de novembro de 2013, do Secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações.

QUADRO I

Índices de custos de mão de obra (Continente)

Base 100: janeiro de 2004

| Código | Índices | Abril 2013 | Maio 2013 | Junho 2013 |
|--------|------------------------|------------|-----------|------------|
| | Global | 127,9 | 127,9 | 127,9 |
| | Por fórmula tipo (*): | | | |
| F01 | Edifícios de habitação | 130,1 | 130,1 | 130,1 |

| Código | Índices | Abril 2013 | Maio 2013 | Junho 2013 |
|-----------------|---|------------|-----------|------------|
| F02 | Edifícios administrativos | 130,4 | 130,4 | 130,4 |
| F03 | Edifícios escolares | 130,9 | 130,9 | 130,9 |
| F04 | Edifícios para o setor da saúde | 130,4 | 130,4 | 130,4 |
| F05 | Reabilitação ligeira de edifícios | 129,7 | 129,7 | 129,7 |
| F06 | Reabilitação média de edifícios | 129,2 | 129,2 | 129,2 |
| F07 | Reabilitação profunda de edifícios | 128,6 | 128,6 | 128,6 |
| F08 | Campos de jogos com balneários | 130,4 | 130,4 | 130,4 |
| F09 | Arranjos exteriores | 131,0 | 131,0 | 131,0 |
| F10 | Estradas | 126,2 | 126,2 | 126,2 |
| F11 | Túneis | 126,2 | 126,2 | 126,2 |
| F12 | Pontes de betão armado ou pré-esforçado | 129,7 | 129,7 | 129,7 |
| F13 | Viadutos de betão armado ou pré-esforçado | 129,7 | 129,7 | 129,7 |
| F14 | Passagens desniveladas de betão armado ou pré-esforçado | 129,6 | 129,6 | 129,6 |
| F15 | Grandes reparações de estradas | 126,6 | 126,6 | 126,6 |
| F16 | Conservação de estradas | 127,1 | 127,1 | 127,1 |
| F17 | Pavimentação de estradas | 126,0 | 126,0 | 126,0 |
| F18 | Estruturas de betão armado | 132,5 | 132,5 | 132,5 |
| F19 | Estruturas metálicas | 133,0 | 133,0 | 133,0 |
| F20 | Instalações elétricas | 130,5 | 130,5 | 130,5 |
| F21 | Redes de abastecimento de água e de águas residuais | 128,4 | 128,4 | 128,4 |
| F22 | Barragens de terra | 132,3 | 132,3 | 132,3 |
| F23 | Redes de rega e drenagem | 130,1 | 130,1 | 130,1 |
| Por profissões: | | | | |
| P01 | Pedreiro | 124,8 | 124,8 | 124,8 |
| P02 | Armador de ferro | 125,9 | 125,9 | 125,9 |
| P03 | Carpinteiro | 128,0 | 128,0 | 128,0 |
| P04 | Espalhador de betuminosos | 115,9 | 115,9 | 115,9 |
| P05 | Ladrilhador/azulejador | 130,0 | 130,0 | 130,0 |
| P06 | Estucador | 129,5 | 129,5 | 129,5 |
| P07 | Canalizador | 123,6 | 123,6 | 123,6 |
| P08 | Eletricista | 124,3 | 124,3 | 124,3 |
| P09 | Pintor | 128,8 | 128,8 | 128,8 |
| P10 | Serralheiro | 133,2 | 133,2 | 133,2 |
| P11 | Motorista | 122,2 | 122,2 | 122,2 |
| P12 | Condutor de máquinas | 122,3 | 122,3 | 122,3 |
| P13 | Servente | 139,6 | 139,6 | 139,6 |

(*) As fórmulas tipo F01 a F14 são as que constam do Despacho n.º 1592/2004 (2.ª série), de 8 de janeiro, considerando a Retificação n.º 383/2004 (2.ª série), de 25 de fevereiro; as fórmulas tipo F15 a F23 constam do Despacho n.º 22 637/2004 (2.ª série), de 12 de outubro.

Os índices ponderados de custos de mão de obra estão afetados de todos os encargos emergentes das disposições em vigor no período a que respeitam, pelo que compreendem: segurança social, seguro, caixa nacional de seguros de doenças profissionais, medicina no trabalho, férias, subsídio de férias, feriados, tolerância

de ponto, faltas remuneradas, cessação e caducidade do contrato (indenização por cessação do contrato individual de trabalho e compensação por caducidade do contrato a termo certo e a prazo), inatividade devida ao mau tempo, subsídio de Natal e formação profissional.

QUADRO II

Índices de custos de materiais

M01 a M41 — Base 100: dezembro de 1991

M42 a M51- Base 100: janeiro de 2004

| Código | Materiais | Abril 2013 | Maio 2013 | Junho 2013 |
|--------|---|------------|-----------|------------|
| M01 | Britas | 104,2 | 104,2 | 104,2 |
| M02 | Areias | 89,4 | 89,4 | 89,4 |
| M03 | Inertes | 99,4 | 99,4 | 99,4 |
| M04 | Ladrilhos de calcário e granito | 96,0 | 96,1 | 96,1 |
| M05 | Cantarias de calcário e granito | 110,6 | 110,6 | 110,6 |
| M06 | Ladr. e cant. de calcário e granito | 96,3 | 96,4 | 96,4 |
| M07 | Telhas cerâmicas | 121,1 | 125,5 | 125,8 |
| M08 | Tijolos cerâmicos | 92,5 | 92,5 | 92,5 |
| M09 | Produtos cerâmicos vermelhos | 100,8 | 102,2 | 102,3 |
| M10 | Azulejos e mosaicos | 120,6 | 112,8 | 111,5 |
| M12 | Aço em varão e perfilados | 270,0 | 269,5 | 269,2 |
| M13 | Chapa de aço macio | 147,5 | 147,6 | 147,5 |
| M14 | Rede eletrossoldada | 184,7 | 184,0 | 184,7 |
| M15 | Chapa de aço galvanizada | 145,4 | 145,5 | 145,4 |

| Código | Materiais | Abril 2013 | Maio 2013 | Junho 2013 |
|--------|--|------------|-----------|------------|
| M16 | Fio de cobre nú. | 279,1 | 269,2 | 271,6 |
| M17 | Fio de cobre revestido | 231,2 | 223,0 | 225,0 |
| M18 | Betumes a granel | 550,6 | 538,1 | 536,8 |
| M19 | Betumes em tambores | 573,7 | 560,8 | 559,5 |
| M20 | Cimento em saco | 149,5 | 149,7 | 145,8 |
| M21 | Explosivos | 147,6 | 147,6 | 147,6 |
| M22 | Gasóleo | 294,8 | 290,0 | 289,8 |
| M23 | Vidro | 84,5 | 78,5 | 78,5 |
| M24 | Madeiras de pinho | 141,1 | 141,1 | 141,1 |
| M25 | Madeiras especiais ou exóticas | 142,3 | 142,3 | 142,3 |
| M26 | Derivados de madeira | 128,4 | 131,1 | 125,0 |
| M27 | Aglomerado negro de cortiça | 174,1 | 174,1 | 174,1 |
| M28 | Ladrilho de cortiça | 108,6 | 108,6 | 108,6 |
| M29 | Tintas para construção civil | 289,9 | 289,9 | 289,9 |
| M30 | Tintas para estradas | 284,7 | 284,7 | 284,7 |
| M31 | Membrana betuminosa | 304,0 | 304,0 | 304,0 |
| M32 | Tubo de PVC | 117,2 | 115,5 | 117,3 |
| M33 | Tubo de PVC p/ instalações elétricas | 181,5 | 177,2 | 181,5 |
| M34 | Blocos de betão normal | 111,8 | 111,8 | 111,8 |
| M35 | Manilhas de betão | 146,6 | 146,6 | 146,6 |
| M36 | Tubagem de fibrocimento | 157,9 | 157,9 | 157,9 |
| M37 | Chapa de fibrocimento (¹) | 236,3 | 236,3 | 236,3 |
| M39 | Caixilharia em alumínio anodizado | 138,0 | 136,6 | 137,3 |
| M40 | Caixilharia em alumínio termolacado | 128,3 | 126,5 | 127,2 |
| M41 | Pavimentos aligeirados de vigotas pré-esforçadas e blocos cerâmicos | 147,2 | 147,5 | 147,6 |
| M42 | Tubagem de aço e aparelhos para canalizações | 100,1 | 100,1 | 100,1 |
| M43 | Aço para betão armado | 187,9 | 186,2 | 186,3 |
| M44 | Aço para betão pré-esforçado | 164,4 | 164,4 | 166,6 |
| M45 | Perfilados pesados e ligeiros | 177,8 | 177,7 | 177,9 |
| M46 | Produtos para instalações elétricas | 172,4 | 167,5 | 168,6 |
| M47 | Produtos prefabricados de betão | 99,3 | 99,3 | 99,3 |
| M48 | Produtos para ajardinamentos | 103,3 | 103,3 | 101,7 |
| M49 | Geotêxteis | 97,3 | 97,0 | 97,3 |
| M50 | Tubos e Acessórios de Ferro Fundido e Aço | 152,6 | 152,5 | 152,6 |
| M51 | Tintas para Construção Metálica | 131,2 | 131,2 | 131,2 |

(¹) Este produto deixou de ter incorporadas fibras de amianto, que foram substituídas por outros tipos de fibras.

QUADRO III

Instituto Português da Qualidade, I. P.

Índices de custos de equipamentos de apoio

Despacho n.º 15247/2013

Base 100: janeiro de 2004

Aprovação de modelo n.º 601.42.13.3.22

| Índice | Abril 2013 | Maio 2013 | Junho 2013 |
|-----------------------------|------------|-----------|------------|
| Equipamentos de apoio | 113,9 | 113,9 | 113,9 |

8 de novembro de 2013. — O Presidente do Conselho Diretivo, *Fernando José de Oliveira da Silva*.

207405396

Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I. P.

Direção Regional de Mobilidade e Transportes do Norte

Aviso (extrato) n.º 14385/2013

Por despacho da Sr.ª Vogal do Conselho Diretivo, do Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I. P., de 14-05-2013, foi autorizada a alteração de percurso da carreira regular de passageiros Cabo do Mundo — Porto (Campo Mártires da Pátria) (Conc. 5968), explorada pela empresa Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, S. A., com sede na Av.º Fernão de Magalhães, 1862, 13.º, 4350-158 Porto, passando a respetiva concessão a designar-se por Matosinhos (Cabo do Mundo) — Porto (Boavista).

25 de outubro de 2013. — O Diretor Regional, *Fernando Lucas Oliveira*.

307353889

No uso da competência conferida pela alínea b), do n.º 1, do artigo 8.º, do Decreto-Lei n.º 291/90, de 20 de setembro e nos termos do n.º 5.1 da Portaria n.º 962/90, de 9 de outubro e da Portaria n.º 797/97, de 1 de setembro, renovo a aprovação de modelo dos opacímetros, marca Brain Bee, modelo OPA 100, requerido pela firma Helder Máquinas e Ferramentas, L.ª, com sede na Zona Industrial Casal Cego, Fração B, apartado 491, 2416-975 Leiria.

1 — Descrição sumária

O opacímetro é um aparelho de fluxo parcial que utiliza o fenómeno de absorção dum feixe luminoso para medir a opacidade duma amostra de gás de escape dum veículo com motor a gasóleo.

É constituído módulo de medição de opacidade, unidade de avaliação, comando e indicação, sonda de extração e tubo flexível.

Por não existirem quaisquer modificações em relação ao modelo original, aprovado pelo despacho de aprovação de modelo n.º 601.13.03.3.48, publicado no *Diário da República*, 3.ª série, n.º 287, de 13 de dezembro de 2003, mantêm-se a configuração, aspeto, esquema de selagem, versões de software e demais características metrológicas do referido modelo original.

2 — Marcação

Os instrumentos deverão possuir de forma bem legível e indelével, com o símbolo constante do anexo 1 da Portaria n.º 962/90, de 9 de outubro, a marcação com a identificação numérica apresentada no símbolo correspondente ao símbolo de aprovação:



JUSTIFICATIVO DO CUSTO DE ENERGIA ELÉTRICA

| | Energia Elétrica | Un. | Nov-2012 | Dez-2012 | Jan-2013 | Fev-2013 | Mar-2013 | Abr-2013 | Mai-2013 | Jun-2013 | Jul-2013 | Ago-2013 | Set-2013 | Out-2013 | 12 Meses |
|-----------------|-------------------------------|--------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|-----------|
| | | | | | | | | | | | | | | | |
| Louisa | Energia consumida | kWh | 20.469 | 19.983 | 19.545 | 21.049 | 19.360 | 21.023 | 20.485 | 20.379 | 17.593 | 16.160 | 17.282 | 16.683 | 230.011 |
| | Custo energia | € | 1.888 | 1.878 | 1.869 | 2.064 | 1.860 | 2.055 | 1.988 | 2.084 | 1.885 | 1.742 | 1.805 | 1.752 | 22.868 |
| | Volume elevado | m3 | 30.500 | 32.500 | 29.500 | 28.500 | 33.000 | 31.500 | 33.000 | 22.000 | 17.500 | 20.300 | 20.000 | 20.000 | 318.300 |
| | Consumo específico de energia | kWh/m3 | 0,6711 | 0,6149 | 0,6625 | 0,7386 | 0,5867 | 0,6674 | 0,6208 | 0,9263 | 1,0053 | 0,7961 | 0,8641 | 0,8342 | 0,7226 |
| | Custo específico da energia | €/kWh | 0,0922 | 0,0940 | 0,0956 | 0,0980 | 0,0961 | 0,0977 | 0,0970 | 0,1022 | 0,1072 | 0,1078 | 0,1044 | 0,1050 | 0,0994 |
| Casais da Serra | Energia consumida | kWh | 95.219 | 96.452 | 111.189 | 95.177 | 100.694 | 105.211 | 120.787 | 129.022 | 144.977 | 141.816 | 129.509 | 110.043 | 1.380.096 |
| | Custo energia | € | 8.307 | 8.368 | 9.153 | 7.764 | 8.207 | 8.539 | 9.803 | 10.405 | 11.823 | 11.451 | 10.509 | 8.821 | 113.150 |
| | Volume elevado | m3 | 235.000 | 230.000 | 269.000 | 237.000 | 248.500 | 260.000 | 295.000 | 307.500 | 362.500 | 347.000 | 317.500 | 270.300 | 3.379.300 |
| | Consumo específico de energia | kWh/m3 | 0,4052 | 0,4194 | 0,4133 | 0,4016 | 0,4052 | 0,4047 | 0,4094 | 0,4196 | 0,3999 | 0,4087 | 0,4079 | 0,4071 | 0,4084 |
| | Custo específico da energia | €/kWh | 0,0872 | 0,0868 | 0,0823 | 0,0816 | 0,0815 | 0,0812 | 0,0812 | 0,0806 | 0,0816 | 0,0807 | 0,0811 | 0,0802 | 0,0820 |



IBERDROLA

Referência contrato 392885803
Data factura 21 de novembro de 2012
Nº de factura 20121121010326411

MONTANTE FACTURA 1.890,09 €

Folha número 1 / 2

1 DADOS DO CONTRATO

COMPAGNIE GENERALE DES EAUX (PORTUGAL) S
VAT: PT 502646802
Morada de fornecimento R CENTRAL ELEVATORIA, 1883,
Bajo
2670-000 LOUSA LRS
LOURES - LISBOA (PORTUGAL)
CPE PT 0002 0000 6887 6175 GX

Ciclo C_SEM

Nível de Tensão MT

Dados da sua Conta Bancária:

Banco CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS

NIB:0035 0802 0000145****

Identificação do Credor: 0000106657

Autoriz. Débito em Conta: 00000473188

Data débito: 20/01/2013

Remite: IBERDROLA GENERACIÓN, S.A.U. Apartado de Correos 61175 28080 Madrid

999 M C 0392885803 0 1

SP10 000800 001581 20121121



COMPAGNIE GENERALE DES EAUX (PORTUGAL) S

R CONSTANCIA MARIA RODRIGUES, 19

2644-013 MAFRA

MAFRA - LISBOA (PORTUGAL)



2 FACTURAÇÃO

EUROS

| | | |
|--|--|--------|
| Termo de energia | PONTA 142 kWh x 0,073891 €/kWh | 10,49 |
| | CHEIA 532 kWh x 0,065642 €/kWh | 34,92 |
| | VAZIO 455 kWh x 0,058532 €/kWh | 26,63 |
| | S/VAZ 19.340 kWh x 0,046059 €/kWh | 890,78 |
| Total dos termos de energia | | 962,82 |
| Termo de redes de energia | PONTA 142 kWh x 0,0281 €/kWh | 3,99 |
| | CHEIA 532 kWh x 0,0264 €/kWh | 14,04 |
| | VAZIO 455 kWh x 0,0235 €/kWh | 10,69 |
| | S/VAZ 19.340 kWh x 0,0228 €/kWh | 440,95 |
| Total dos termos de redes de energia | | 469,67 |
| Termo de redes de potência | PTCON 292,95 kW x 31 dias x 0,0288 €/kW dia | 261,55 |
| | PTHPT 1,78 kW x 31 dias x 0,2476 €/kW dia | 13,66 |
| Total dos termos de redes de potência | | 275,21 |
| Termo de energia reactiva | Forn V 519 kVarh x 0,0169 €/kVarh | 8,77 |
| | Cons FV (tg 0,3-0,4) 67 kVarh x 0,007458 €/kVarh | 0,50 |
| | Cons FV (tg 0,4-0,5) 67 kVarh x 0,0226 €/kVarh | 1,51 |
| | Cons FV (tg > 0,5) 2.196 kVarh x 0,0678 €/kVarh | 148,89 |
| Total dos termos de energia reactiva | | 159,67 |
| Imposto Especial de Consumo de Electricidade | 20.469 kWh x 0,001 €/kWh | 20,47 |
| Outros débitos/créditos: | | 111,86 |
| Contribuição Audio Visual (Nota de débito 20121121000000122) | 1 mês x 2,25 €/mês | 2,25 |

MONTANTE

1.890,09

19.12.2012



Assistência Comercial Iberdrola: 808 50 20 50
Assistência Técnica (24h por dia): 800 50 65 06

www.iberdrola.pt



97000035





IBERDROLA

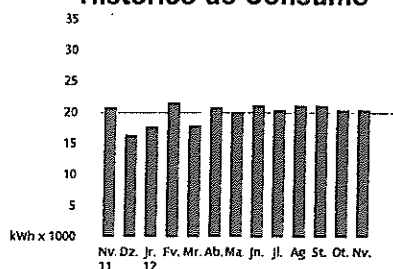
Referência contrato 392885803
Data factura 21 de novembro de 2012
Nº de factura 20121121010326411

MONTANTE FACTURA 1.890,09 €

Folha número 2 / 2

3 CONSUMO

Histórico de Consumo



Consumo médio mensal: 19.956 kWh

Preço médio (sem IVA): Mês actual: 0,09 Cent. €/kWh

| Nº contador | Função | Desde | Leitura | Até | Leitura | Consumo/Potência |
|-------------|--------|------------|-------------|------------|-------------|------------------|
| 0035016724 | PONTA | 12/10/2012 | 00005404 | 12/11/2012 | 00005546 | 142 kWh |
| 0035016724 | CHEIA | 12/10/2012 | 00023090 | 12/11/2012 | 00023622 | 532 kWh |
| 0035016724 | VAZIO | 12/10/2012 | 00054314 | 12/11/2012 | 00054769 | 455 kWh |
| 0035016724 | S/VAZ | 12/10/2012 | 00431138 | 12/11/2012 | 00450478 | 19.340 kWh |
| 0035016724 | ERFEV | 12/10/2012 | 00013783 | 12/11/2012 | 00014302 | 519 kVarh |
| 0035016724 | ERCFV3 | 12/10/2012 | 000000733 | 12/11/2012 | 000000800 | 67 kVarh |
| 0035016724 | ERCFV4 | 12/10/2012 | 00070372 | 12/11/2012 | 00070439 | 67 kVarh |
| 0035016724 | ERCFV5 | 12/10/2012 | 000129945 | 12/11/2012 | 000132141 | 2.196 kVarh |
| 0035016724 | PTCON | 12/10/2012 | 00000000,00 | 12/11/2012 | 00000292,95 | 292,95 kW |
| 0035016724 | PTHPT | 12/10/2012 | 00000000,00 | 12/11/2012 | 00000001,78 | 1,78 kW |
| 0035016724 | PTTMV | 12/10/2012 | 00000000 | 12/11/2012 | 00000192 | 192 kW |
| 0035016724 | PTTFV | 12/10/2012 | 00000000 | 12/11/2012 | 00000003 | 3 kW |

Última leitura: REAL Consumo Total 20469 kWh

4 INFORMAÇÃO UTIL

- ✓ De acordo com o Regime do IVA nas Transacções Intracomunitárias estão isentos de imposto as transmissões de bens, efectuadas entre sujeitos passivos registados para efeitos de imposto sobre o valor acrescentado em diferentes Estados Membros.
- ✓ De acordo com o contrato vigente, o montante desta factura será debitado na sua conta no dia 20/01/2013.
- ✓ No cálculo dos termos de potencia e do termo fixo foram considerados os dias do período facturado, conforme nº 3 do Artigo 184º do Regulamento de Relações Comerciais.
- ✓ Desde 01/01/2012, o fornecimento de electricidade ao consumidor final passou a estar sujeito a tributação em sede de impostos especiais de consumo, sendo a taxa igual a 0,001 €/kWh conforme Art. 6.º da Port. n.º 320-D/2011, de 30/12.
- ✓ Este documento é válido como recibo após boa cobrança.
- ✓ A Iberdrola informa, nos termos do Aviso do Banco de Portugal, nº 10/2005, publicado no DR I Série B Nº 120, de 24 de Junho de 2005, relativo ao Sistema de Débitos Directos, do dever do cliente de conferir, através do Multibanco/ATM ou Banco, os dados da Autorização do Débito em Conta (ADC) aqui reproduzidos.
- ✓ Emissão de CO₂ associado ao consumo de energia desta factura: 7.755,7 Kg.
- ✓ Os custos de interesse económico geral (CIEG) incluídos no Acesso às Redes correspondem a 370,86€, IVA não incluído.
- ✓ O total da factura inclui o valor de 904,55 EUR sem IVA, correspondentes às Tarifas de Acesso à Rede.





IBERDROLA

Referência contrato 392885803

Data factura 7 de janeiro de 2013

Nº de factura 20130107010293124

MONTANTE FACTURA 1.879,96 €

Folha número 1 / 2

205

1 DADOS DO CONTRATO

COMPAGNIE GENERALE DES EAUX (PORTUGAL) S

VAT: PT 502646802

Morada de fornecimento R CENTRAL ELEVATORIA, 1883, 2670-000 LOUSA LRS

Bajo

2670-000 LOUSA LRS

LOURES - LISBOA (PORTUGAL)

CPE PT 0002 0000 6887 6175 CX

Ciclo C_SEM

Nível de Tensão MT

Dados da sua Conta Bancária: N.º OPERAÇÃO

Banco CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS

NIB:0035 0802 0000145****

Identificação do Credor: 0000106657

Autoriz. Débito em Conta: 00000473188 ZEM

Data débito: 08/03/2013

Remite: IBERDROLA GENERACIÓN, S.A.U. Apartado de Correos 61175 28080 Madrid

999 M C 0392885803 0 1

SP10 000416 000818 20130107



COMPAGNIE GENERALE DES EAUX (PORTUGAL) S

R CONSTANCIA MARIA RODRIGUES, 19

2644-013 MAFRA

MAFRA - LISBOA (PORTUGAL)

CODIGO
TERCEIRO

CLASSIFICAÇÃO

ENTRADA
ANEXO ZEM

Louisa

①

2 FACTURAÇÃO

EUROS

| | | |
|--|--|--------|
| Termo de energia | PONTA 198 kWh x 0,073891 €/kWh | 14,63 |
| | CHEIA 637 kWh x 0,065642 €/kWh | 41,81 |
| | VAZIO 382 kWh x 0,058532 €/kWh | 22,36 |
| | S/VAZ 18.766 kWh x 0,046059 €/kWh | 864,34 |
| Total dos termos de energia | | 943,14 |
| Termo de redes de energia | PONTA 198 kWh x 0,0281 €/kWh | 5,56 |
| | CHEIA 637 kWh x 0,0264 €/kWh | 16,82 |
| | VAZIO 382 kWh x 0,0235 €/kWh | 8,98 |
| | S/VAZ 18.766 kWh x 0,0228 €/kWh | 427,86 |
| Total dos termos de redes de energia | | 459,22 |
| Termo de redes de potência | PTCON 292,95 kW x 30 dias x 0,0288 €/kW dia | 253,11 |
| | PTHPT 1,8 kW x 30 dias x 0,2476 €/kW dia | 13,37 |
| Total dos termos de redes de potência | | 266,48 |
| Termo de energia reactiva | Forn V 468 kVarh x 0,0169 €/kVarh | 7,91 |
| | Cons FV (tg 0,3-0,4) 84 kVarh x 0,007458 €/kVarh | 0,63 |
| | Cons FV (tg 0,4-0,5) 84 kVarh x 0,0226 €/kVarh | 1,90 |
| | Cons FV (tg > 0,5) 2.632 kVarh x 0,0678 €/kVarh | 178,45 |
| Total dos termos de energia reactiva | | 188,89 |
| Imposto Especial de Consumo de Electricidade | 19.983 kWh x 0,001 €/kWh | 19,98 |
| Outros débitos/créditos: | | |
| Contribuição Audio Visual (Nota de débito 20130107000000147) | 1 mês x 2,25 €/mês | 2,25 |

MONTANTE

1.879,96



Impresso em papel ecológico



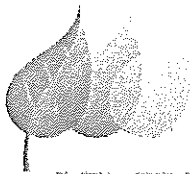
27000053

Rui Costa
14.1.2013



Assistência Comercial Iberdrola: 808 50 20 50

Assistência Técnica (24h por dia): 800 50 65 06



IBERDROLA

Referência contrato 392885803
Data factura 7 de janeiro de 2013
Nº de factura 20130107010293124

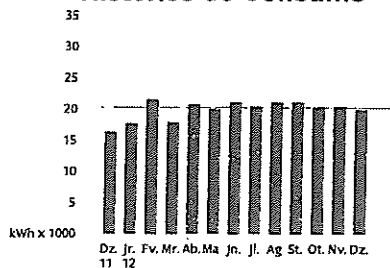
MONTANTE FACTURA 1.879,96 €

Folha número 2 / 2

3

CONSUMO

Histórico de Consumo



Consumo médio mensal: 20.255 kWh

Preço médio (sem IVA): Mês actual: 0,09 Cent. €/kWh

| Nº contador | Função | Desde | Leitura | Até | Leitura | Consumo/Potência |
|-------------|--------|------------|-------------|------------|-------------|------------------|
| 0035016724 | PONTA | 12/11/2012 | 00005546 | 12/12/2012 | 00005744 | 198 kWh |
| 0035016724 | CHEIA | 12/11/2012 | 00023622 | 12/12/2012 | 00024259 | 637 kWh |
| 0035016724 | VAZIO | 12/11/2012 | 00054769 | 12/12/2012 | 00055151 | 382 kWh |
| 0035016724 | S/VAZ | 12/11/2012 | 00450478 | 12/12/2012 | 00469244 | 18.766 kWh |
| 0035016724 | ERFEV | 12/11/2012 | 00014302 | 12/12/2012 | 00014770 | 468 kVAh |
| 0035016724 | ERCFV3 | 12/11/2012 | 000000800 | 12/12/2012 | 000000884 | 84 kVAh |
| 0035016724 | ERCFV4 | 12/11/2012 | 00070439 | 12/12/2012 | 00070523 | 84 kVAh |
| 0035016724 | ERCFV5 | 12/11/2012 | 000132141 | 12/12/2012 | 000134773 | 2.632 kVAh |
| 0035016724 | PTCON | 12/11/2012 | 00000000,00 | 12/12/2012 | 00000292,95 | 292,95 kW |
| 0035016724 | PTHPT | 12/11/2012 | 00000000,0 | 12/12/2012 | 00000001,8 | 1,8 kW |
| 0035016724 | PTTMV | 12/11/2012 | 00000000 | 12/12/2012 | 00000191 | 191 kW |
| 0035016724 | PTTFV | 12/11/2012 | 00000000 | 12/12/2012 | 00000151 | 151 kW |

Última leitura: REAL Consumo Total 19983 kWh

4

INFORMAÇÃO UTIL

- ✓ De acordo com o Regime do IVA nas Transacções Intracomunitárias estão isentos de imposto as transmissões de bens, efectuadas entre sujeitos passivos registados para efeitos de imposto sobre o valor acrescentado em diferentes Estados Membros.
- ✓ De acordo com o contrato vigente, o montante desta factura será debitado na sua conta no dia 08/03/2013.
- ✓ No cálculo dos termos de potencia e do termo fixo foram considerados os dias do período facturado, conforme nº 3 do Artigo 184º do Regulamento de Relações Comerciais.
- ✓ Desde 01/01/2012, o fornecimento de electricidade ao consumidor final passou a estar sujeito a tributação em sede de impostos especiais de consumo, sendo a taxa igual a 0,001 €/kWh conforme Art. 6.º da Port. n.º 320-D/2011, de 30/12.
- ✓ Este documento é válido como recibo após boa cobrança.
- ✓ A Iberdrola informa, nos termos do Aviso do Banco de Portugal, nº 10/2005, publicado no DR I Série B Nº 120, de 24 de Junho de 2005, relativo ao Sistema de Débitos Directos, do dever do cliente de conferir, através do Multibanco/ATM ou Banco, os dados da Autorização do Débito em Conta (ADC) aqui reproduzidos.
- ✓ Emissão de CO₂ associado ao consumo de energia desta factura: 7.571,5 Kg.
- ✓ Os custos de interesse económico geral (CIEG) incluídos no Acesso às Redes correspondem a 374,98€, IVA não incluído.
- ✓ O total da factura inclui o valor de 914,59 EUR sem IVA, correspondentes às Tarifas de Acesso à Rede.



Louisa

1

Referência contrato 392885803
Data factura 18 de abril de 2013
Nº de factura 20130418090046143

MONTANTE FACTURA 1.871,71 €

Folha número 1 / 3

399

IBERDROLA

1 DADOS DO CONTRATO

COMPAGNIE GENERALE DES EAUX (P)
VAT: PT 502646802
Morada de fornecimento R CENTRAL ELEVATORIA, 1883,
Bajo
2670-000 LOUSA LRS
LOURES - LISBOA (PORTUGAL)
CPE PT 0002 0000 6887 6175 GX

Ciclo C_SEM
Nível de Tensão MT
Forma de pagamento
Banco: BANCO SANTANDER TOTTA
NIB: 0018 0003 2246 6866 02010
Identificação do Credor: 0000106657
Autoriz. Débito em Conta: 00000473188
Data limite de pagamento: 17/06/2013

Remite: IBERDROLA GENERACIÓN, S.A.U. Apartado 12004, EC Picosas, 1061-001 Lisboa
999 MNC 0392885803 01

SP10 000504 001109 20130418



COMPAGNIE GENERALE DES EAUX (P

R CONSTANCIA MARIA RODRIGUES, 19

2644-013 MAFRA
MAFRA - LISBOA (PORTUGAL)



2 FACTURAÇÃO

EUROS

| | | |
|---|---|--------|
| Energia facturada até 31/12/2012 | PONTA 110,32 kWh x 0,073891 €/kWh | 8,15 |
| | CHEIA 411,87 kWh x 0,065642 €/kWh | 27,04 |
| | VAZIO 340,16 kWh x 0,058532 €/kWh | 19,91 |
| | S/VAZ 11.116,84 kWh x 0,046059 €/kWh | 512,03 |
| Total dos termos de energia até 31/12/2012 | | 567,13 |
| Energia facturada até 12/01/2013 | PONTA 69,68 kWh x 0,070659 €/kWh | 4,92 |
| | CHEIA 260,13 kWh x 0,064504 €/kWh | 16,78 |
| | VAZIO 214,84 kWh x 0,057377 €/kWh | 12,33 |
| | S/VAZ 7.021,16 kWh x 0,048194 €/kWh | 338,38 |
| Total dos termos de energia até 12/01/2013 | | 372,41 |
| Termo de redes de energia até 31/12/2012 | PONTA 110,32 kWh x 0,0281 €/kWh | 3,10 |
| | CHEIA 411,87 kWh x 0,0264 €/kWh | 10,87 |
| | VAZIO 340,16 kWh x 0,0235 €/kWh | 7,99 |
| | S/VAZ 11.116,84 kWh x 0,0228 €/kWh | 253,46 |
| Total dos termos de redes de energia até 31/12/2012 | | 275,42 |
| Termo de redes de energia até 12/01/2013 | PONTA 69,68 kWh x 0,0268 €/kWh | 1,87 |
| | CHEIA 260,13 kWh x 0,0236 €/kWh | 6,14 |
| | VAZIO 214,84 kWh x 0,015 €/kWh | 3,22 |
| | S/VAZ 7.021,16 kWh x 0,0144 €/kWh | 101,10 |
| Total dos termos de redes de energia até 12/01/2013 | | 112,33 |
| Termo de redes de potência até 31/12/2012 | PTCON 292,95 kW x 19 dias x 0,0288 €/kW | 160,30 |
| | PTHPT 1,8 kW x 19 dias x 0,2476 €/kW | 8,47 |



Assistência Comercial Iberdrola: 808 50 20 50
Assistência Técnica (24h por dia): 800 50 65 06

www.iberdrola.es/clientes



Pagamento

Débito Directo

Multibanco

Identificação do Credor: 0000106657
Autoriz. Débito em Conta: 00000473188

ENTIDADE 11485
REFERÊNCIA 001 853 578
MONTANTE € 2,55
O talão emitido pela caixa de Multibanco faz prova de pagamento.
Conserve-o.

Para activar o Débito Directo no Multibanco:
- Seleccionar a opção 'Débitos Directos';
- Insira o ID do Credor e 'Nº de Autorização';
- Confirme com tecla verde

8.5.2013



IBERDROLA

Referência contrato 392885803

Data factura 18 de abril de 2013

Nº de factura 20130418090046143

MONTANTE FACTURA 1.871,71 €

Folha número 2 / 3

Total dos termos de redes de potência até 31/12/2012

168,77

Termo de redes de potência até 12/01/2013

PTCON 292,95 kW x 12 dias x 0,0469 €/kW

164,87

PTHPT 1,8 kW x 12 dias x 0,2877 €/kW

6,21

Total dos termos de redes de potência até 12/01/2013

171,08

Termo de energia reactiva até 31/12/2012

Forn V 150,77 kVarh x 0,0169 €/kVarh

2,55

Cons FV (tg 0,3-0,4) 52,1 kVarh x 0,007458 €/kVarh

0,39

Cons FV (tg 0,4-0,5) 52,1 kVarh x 0,0226 €/kVarh

1,18

Cons FV (tg > 0,5) 1.569,03 kVarh x 0,0678 €/kVarh

106,38

Total energia reactiva até 31/12/2012

110,50

Termo de energia reactiva até 12/01/2013

Forn V 95,23 kVarh x 0,0176 €/kVarh

1,68

Cons FV (tg 0,3-0,4) 32,9 kVarh x 0,007722 €/kVarh

0,25

Cons FV (tg 0,4-0,5) 32,9 kVarh x 0,0234 €/kVarh

0,77

Cons FV (tg > 0,5) 990,97 kVarh x 0,0702 €/kVarh

69,57

Total energia reactiva até 12/01/2013

72,27

Imposto Especial de Consumo de Electricidade

19.545 kWh x 0,001 €/kWh

19,55

Outros débitos/créditos:

Contribuição Audio Visual (Nota de débito
20130121000000160)

1 mês x 2,25 €/mês

2,25

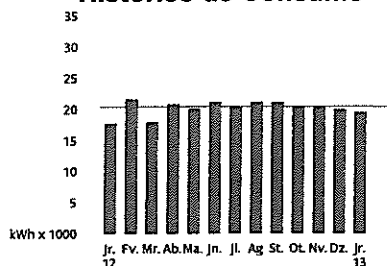
MONTANTE

1.871,71

3

CONSUMO

Histórico de Consumo



Consumo médio mensal: 20.402 kWh

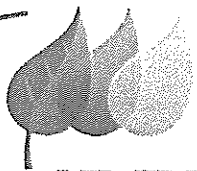
Preço médio (sem IVA): Mês actual: 0,10 Cent. €/kWh

| Nº contador | Função | Desde | Leitura | Até | Leitura | Consumo/Potência |
|-------------|--------|------------|-------------|------------|-------------|------------------|
| 0035016724 | PONTA | 12/12/2012 | 00005744 | 12/01/2013 | 00005924 | 180 kWh |
| 0035016724 | CHEIA | 12/12/2012 | 00024259 | 12/01/2013 | 00024931 | 672 kWh |
| 0035016724 | VAZIO | 12/12/2012 | 00055151 | 12/01/2013 | 00055706 | 555 kWh |
| 0035016724 | S/VAZ | 12/12/2012 | 00469244 | 12/01/2013 | 00487382 | 18.138 kWh |
| 0035016724 | ERFEV | 12/12/2012 | 00014770 | 12/01/2013 | 00015016 | 246 kVarh |
| 0035016724 | ERCFV3 | 12/12/2012 | 000000884 | 12/01/2013 | 000000969 | 85 kVarh |
| 0035016724 | ERCFV4 | 12/12/2012 | 00070523 | 12/01/2013 | 00070608 | 85 kVarh |
| 0035016724 | ERCFV5 | 12/12/2012 | 000134773 | 12/01/2013 | 000137333 | 2.560 kVarh |
| 0035016724 | PTCON | 12/12/2012 | 00000000,00 | 12/01/2013 | 00000292,95 | 292,95 kW |
| 0035016724 | PTHPT | 12/12/2012 | 00000000,0 | 12/01/2013 | 00000001,8 | 1,8 kW |
| 0035016724 | PTTMV | 12/12/2012 | 00000000 | 12/01/2013 | 00000193 | 193 kW |
| 0035016724 | PTTFV | 12/12/2012 | 00000000 | 12/01/2013 | 00000190 | 190 kW |

Última leitura: REAL Consumo Total 19545 kWh



FACTURA DE ELECTRICIDADE



IBERDROLA

Referência contrato 392885803
Data factura 20 de fevereiro de 2013
Nº de factura 20130220010285999

MONTANTE FACTURA 2.065,99 €

Folha número 1 / 2

2013

1 DADOS DO CONTRATO

COMPAGNIE GENERALE DES EAUX (P)
VAT: PT 502646802
Morada de fornecimento R CENTRAL ELEVATORIA, 1883,
Bajo
2670-000 LOUSA LRS
LOURES - LISBOA (PORTUGAL)
CPE PT 0002 0000 6887 6175 GX

Ciclo C_SEM

Nível de Tensão MT

Dados da sua Conta Bancária:

Banco CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS

NIB:0035 0802 0000145****

Identificação do Credor: 0000106657

Autoriz. Débito em Conta: 00000473188

Data débito: 21/04/2013

Remite: IBERDROLA GENERACIÓN, S.A.U. Apartado 12004, EC Picoas, 1061-001 Lisboa

999 M C 0392885803 0 1

SP10 001191 002370 20130220



COMPAGNIE GENERALE DES EAUX (P

R CONSTANCIA MARIA RODRIGUES, 19

2644-013 MAFRA

MAFRA - LISBOA (PORTUGAL)

2 FACTURAÇÃO

EUROS

| | | |
|--|--|----------|
| Termo de energia | PONTA 196 kWh x 0,070659 €/kWh | 13,85 |
| | CHEIA 597 kWh x 0,064504 €/kWh | 38,51 |
| | VAZIO 409 kWh x 0,057377 €/kWh | 23,47 |
| | S/VAZ 19.847 kWh x 0,048194 €/kWh | 956,51 |
| Total dos termos de energia | | 1.032,34 |
| Termo de redes de energia | PONTA 196 kWh x 0,0268 €/kWh | 5,25 |
| | CHEIA 597 kWh x 0,0236 €/kWh | 14,09 |
| | VAZIO 409 kWh x 0,015 €/kWh | 6,14 |
| | S/VAZ 19.847 kWh x 0,0144 €/kWh | 285,80 |
| Total dos termos de redes de energia | | 311,28 |
| Termo de redes de potência | PTCON 292,95 kW x 31 dias x 0,0469 €/kW dia | 425,92 |
| | PTHPT 1,78 kW x 31 dias x 0,2877 €/kW dia | 15,88 |
| Total dos termos de redes de potência | | 441,80 |
| Termo de energia reactiva | Forn V 378 kVarh x 0,0176 €/kVarh | 6,65 |
| | Cons FV (tg 0,3-0,4) 79 kVarh x 0,007722 €/kVarh | 0,61 |
| | Cons FV (tg 0,4-0,5) 79 kVarh x 0,0234 €/kVarh | 1,85 |
| | Cons FV (tg > 0,5) 3.535 kVarh x 0,0702 €/kVarh | 248,16 |
| Total dos termos de energia reactiva | | 257,27 |
| Imposto Especial de Consumo de Electricidade | 21.049 kWh x 0,001 €/kWh | 21,05 |
| Outros débitos/créditos: | | |
| Contribuição Audio Visual (Nota de débito 20130220000000077) | 1 mês x 2,25 €/mês | 2,25 |

MONTANTE

2.065,99

Rui Carlos
7.3.2013



Impresso em papel ecológico



Assistência Comercial Iberdrola: 808 50 20 50
Assistência Técnica (24h por dia): 800 50 65 06

www.iberdrola.com



IBERDROLA

Referência contrato 392885803

Data factura 20 de fevereiro de 2013

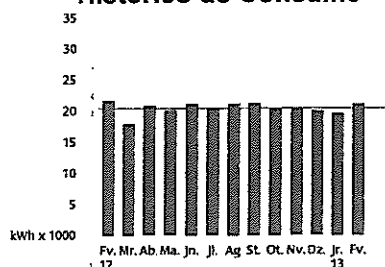
Nº de factura 20130220010285999

MONTANTE FACTURA 2.065,99 €

Folha número 2 / 2

3 CONSUMO

Histórico de Consumo



Consumo médio mensal: 20.354 kWh

Preço médio (sem IVA): Mês actual: 0,10 Cent. €/kWh

| Nº contador | Função | Desde | Leitura | Até | Leitura | Consumo/Potência |
|-------------|--------|------------|-------------|------------|-------------|------------------|
| 0035016724 | PONTA | 12/01/2013 | 00005896 | 12/02/2013 | 00006092 | 196 kWh |
| 0035016724 | CHEIA | 12/01/2013 | 00024959 | 12/02/2013 | 00025556 | 597 kWh |
| 0035016724 | VAZIO | 12/01/2013 | 00055706 | 12/02/2013 | 00056115 | 409 kWh |
| 0035016724 | S/VAZ | 12/01/2013 | 00487382 | 12/02/2013 | 00507229 | 19.847 kWh |
| 0035016724 | ERFEV | 12/01/2013 | 00015016 | 12/02/2013 | 00015394 | 378 kVArh |
| 0035016724 | ERCFV3 | 12/01/2013 | 000000969 | 12/02/2013 | 000001048 | 79 kVArh |
| 0035016724 | ERCFV4 | 12/01/2013 | 00070608 | 12/02/2013 | 00070687 | 79 kVArh |
| 0035016724 | ERCFV5 | 12/01/2013 | 000137333 | 12/02/2013 | 000140868 | 3.535 kVArh |
| 0035016724 | PTCON | 12/01/2013 | 00000000,00 | 12/02/2013 | 00000292,95 | 292,95 kW |
| 0035016724 | PTHPT | 12/01/2013 | 00000000,00 | 12/02/2013 | 0000001,78 | 1,78 kW |
| 0035016724 | PTTMV | 12/01/2013 | 00000000 | 12/02/2013 | 00000192 | 192 kW |
| 0035016724 | PTTFV | 12/01/2013 | 00000000 | 12/02/2013 | 00000189 | 189 kW |

Última leitura: REAL Consumo Total 21049 kWh

4 INFORMAÇÃO UTIL

- ✓ De acordo com o Regime do IVA nas Transacções Intracomunitárias estão isentos de imposto as transmissões de bens, efectuadas entre sujeitos passivos registados para efeitos de imposto sobre o valor acrescentado em diferentes Estados Membros.
- ✓ De acordo com o contrato vigente, o montante desta factura será debitado na sua conta no dia 21/04/2013.
- ✓ No cálculo dos termos de potencia e do termo fixo foram considerados os dias do período facturado, conforme nº 3 do Artigo 184º do Regulamento de Relações Comerciais.
- ✓ Desde 01/01/2012, o fornecimento de electricidade ao consumidor final passou a estar sujeito a tributação em sede de impostos especiais de consumo, sendo a taxa igual a 0,001 €/kWh conforme Art. 6.º da Port. n.º 320-D/2011, de 30/12.
- ✓ Este documento é válido como recibo após boa cobrança.
- ✓ A Iberdrola informa, nos termos do Aviso do Banco de Portugal, nº 10/2005, publicado no DR I Série B Nº 120, de 24 de Junho de 2005, relativo ao Sistema de Débitos Directos, do dever do cliente de conferir, através do Multibanco/ATM ou Banco, os dados da Autorização do Débito em Conta (ADC) aqui reproduzidos.
- ✓ Emissão de CO₂ associado ao consumo de energia desta factura: 7.975,4 Kg.



FACTURA DE ELECTRICIDADE



IBERDROLA

Referência contrato 392885803
Data factura 18 de março de 2013
Nº de factura 20130318010267656

MONTANTE FACTURA 1.862,02 €

Folha número 1 / 2

1

DADOS DO CONTRATO

COMPAGNIE GENERALE DES EAUX (P)
VAT: PT 502646802
Morada de fornecimento R CENTRAL ELEVATORIA, 1883,
Bajo
2670-000 LOUSA LRS
LOURES - LISBOA (PORTUGAL)
CPE PT 0002 0000 6887 6175 GX

Ciclo C_SEM

Nível de Tensão MT

Dados da sua Conta Bancária:
Banco CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS
NIB:0035 0802 0000145****
Identificação do Credor: 0000106657
Autoriz. Débito em Conta: 00000473188
Data débito: 17/05/2013

Remite: IBERDROLA GENERACIÓN, S.A.U. Apartado 12004, EC Picoas, 1061-001 Lisboa

999 M C 0392885803 0 1

SP10 001438 002869 20130318



COMPAGNIE GENERALE DES EAUX (P

R CONSTANCIA MARIA RODRIGUES, 19

2644-013 MAFRA

MAFRA - LISBOA (PORTUGAL)

2

FACTURAÇÃO

EUROS

| | | |
|--|--|-----------------------------------|
| Energia facturada | PONTA 170 kWh x 0,070659 €/kWh CHEIA 701 kWh x 0,064504 €/kWh VAZIO 333 kWh x 0,057377 €/kWh S/VAZ 18.156 kWh x 0,048194 €/kWh | 12,01 45,22 19,11 875,01 |
| Total dos termos de energia | | 951,35 |
| Termo de redes de energia | PONTA 170 kWh x 0,0268 €/kWh CHEIA 701 kWh x 0,0236 €/kWh VAZIO 333 kWh x 0,015 €/kWh S/VAZ 18.156 kWh x 0,0144 €/kWh | 4,56 16,54 5,00 261,45 |
| Total dos termos de redes de energia | | 287,55 |
| Termo de redes de potência | PTCON 292,95 kW x 28 dias x 0,0469 €/kW dia PTHPT 1,7 kW x 28 dias x 0,2877 €/kW dia | 384,70 13,69 |
| Total dos termos de redes de potência | | 398,39 |
| Termo de energia reactiva | Forn V 484 kVarh x 0,0176 €/kVarh Cons FV (tg 0,3-0,4) 61 kVarh x 0,007722 €/kVarh Cons FV (tg 0,4-0,5) 61 kVarh x 0,0234 €/kVarh Cons FV (tg > 0,5) 2.745 kVarh x 0,0702 €/kVarh | 8,52 0,47 1,43 192,70 |
| Total dos termos de energia reactiva | | 203,12 |
| Imposto Especial de Consumo de Electricidade | 19.360 kWh x 0,001 €/kWh | 19,36 |
| Outros débitos/créditos: | | |
| Contribuição Audio Visual (Nota de débito 20130318000000112) | 1 mês x 2,25 €/mês | 2,25 |

MONTANTE 1.862,02

Luís Corvo
2/4/2013



Impresso em papel ecológico



Assistência Comercial Iberdrola: 808 50 20 50
Assistência Técnica (24h por dia): 800 50 65 06

www.iberdrola.com



IBERDROLA

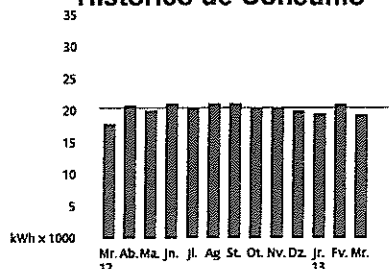
Referência contrato 392885803
 Data factura 18 de março de 2013
 N° de factura 20130318010267656

MONTANTE FACTURA 1.862,02 €

Folha número 2 / 2

3 CONSUMO

Histórico de Consumo



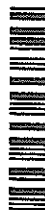
Consumo médio mensal: 20,471 kWh
 Preço médio (sem IVA): Mês actual: 0,10 Cent. €/kWh

| Nº contador | Função | Desde | Leitura | Até | Leitura | Consumo/Potência |
|-------------|--------|------------|-------------|------------|-------------|------------------|
| 0035016724 | PONTA | 12/02/2013 | 00006092 | 12/03/2013 | 00006262 | 170 kWh |
| 0035016724 | CHEIA | 12/02/2013 | 00025556 | 12/03/2013 | 00026257 | 701 kWh |
| 0035016724 | VAZIO | 12/02/2013 | 00056115 | 12/03/2013 | 00056448 | 333 kWh |
| 0035016724 | S/VAZ | 12/02/2013 | 00507229 | 12/03/2013 | 00525385 | 18.156 kWh |
| 0035016724 | ERFEV | 12/02/2013 | 00015394 | 12/03/2013 | 00015878 | 484 kVarh |
| 0035016724 | ERCFV3 | 12/02/2013 | 000001048 | 12/03/2013 | 000001109 | 61 kVarh |
| 0035016724 | ERCFV4 | 12/02/2013 | 00070687 | 12/03/2013 | 00070748 | 61 kVarh |
| 0035016724 | ERCFV5 | 12/02/2013 | 000140868 | 12/03/2013 | 000143613 | 2.745 kVarh |
| 0035016724 | PTCON | 12/02/2013 | 00000000,00 | 12/03/2013 | 00000292,95 | 292,95 kW |
| 0035016724 | PTHPT | 12/02/2013 | 00000000,0 | 12/03/2013 | 00000001,7 | 1,7 kW |
| 0035016724 | PTTMV | 12/02/2013 | 00000000 | 12/03/2013 | 00000192 | 192 kW |
| 0035016724 | PTTFV | 12/02/2013 | 00000000 | 12/03/2013 | 00000189 | 189 kW |

Última leitura: REAL Consumo Total 19360 kWh

4 INFORMAÇÃO UTIL

- ✓ De acordo com o Regime do IVA nas Transacções Intracomunitárias estão isentos de imposto as transmissões de bens, efectuadas entre sujeitos passivos registados para efeitos de imposto sobre o valor acrescentado em diferentes Estados Membros.
- ✓ De acordo com o contrato vigente, o montante desta factura será debitado na sua conta no dia 17/05/2013.
- ✓ No cálculo dos termos de potencia e do termo fixo foram considerados os dias do período facturado, conforme nº 3 do Artigo 184º do Regulamento de Relações Comerciais.
- ✓ Desde 01/01/2012, o fornecimento de electricidade ao consumidor final passou a estar sujeito a tributação em sede de impostos especiais de consumo, sendo a taxa igual a 0,001 €/kWh conforme Art. 6.º da Port. n.º 320-D/2011, de 30/12.
- ✓ Este documento é válido como recibo após boa cobrança.
- ✓ A Iberdrola informa, nos termos do Aviso do Banco de Portugal, nº 10/2005, publicado no DR I Série B Nº 120, de 24 de Junho de 2005, relativo ao Sistema de Débitos Directos, do dever do cliente de conferir, através do Multibanco/ATM ou Banco, os dados da Autorização do Débito em Conta (ADC) aqui reproduzidos.
- ✓ Emissão de CO₂ associado ao consumo de energia desta factura: 7.335,5 Kg.
- ✓ Os custos de interesse económico geral (CIEG) incluídos no Acesso às Redes correspondem a 373,40€, IVA não incluído.
- ✓ O total da factura inclui o valor de 889,06 EUR sem IVA, correspondentes às Tarifas de Acesso à Rede.



Lousa



IBERDROLA

Referência contrato 392885803
Data factura 25 de abril de 2013
Nº de factura 20130425010157889

1

MONTANTE FACTURA 2.057,06 €

Folha número 1 / 2

2013

Remite: IBERDROLA GENERACIÓN, S.A.U. Apartado 12004, EC Picoas, 1061-001 Lisboa
999 M C 0392885803 0 1 SP10 002946 006048 20130425



COMPAGNIE GENERALE DES EAUX (P

R CONSTANCIA MARIA RODRIGUES, 19

2644-013 MAFRA
MAFRA - LISBOA (PORTUGAL)



Impressão em papel ecológico



CP0000001

1 DADOS DO CONTRATO

COMPAGNIE GENERALE DES EAUX (P
VAT: PT 502646802
Morada de fornecimento R CENTRAL ELEVATORIA, 1883,
Bajo
2670-000 LOUSA LRS
LOURES - LISBOA (PORTUGAL)
CPE PT 0002 0000 6887 6175 GX

Ciclo C_SEM

Nível de Tensão MT

Dados da sua Conta Bancária:

Banco CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS

NIB:0035 0802 0000145****

Identificação do Credor: 0000106657

Autoriz. Débito em Conta: 00000473188

Data débito: 24/06/2013

2 FACTURAÇÃO

EUROS

| | | |
|--|--|-----------------------------------|
| Energia facturada até 12/04/2013 | PONTA 161 kWh x 0,070659 €/kWh CHEIA 558 kWh x 0,064504 €/kWh VAZIO 393 kWh x 0,057377 €/kWh S/VAZ 19.911 kWh x 0,048194 €/kWh | 11,38 35,99 22,55 959,59 |
| Total dos termos de energia até 12/04/2013 | | 1.029,51 |
| Termo de redes de energia até 31/03/2013 | PONTA 98,68 kWh x 0,0268 €/kWh CHEIA 342 kWh x 0,0236 €/kWh VAZIO 240,87 kWh x 0,015 €/kWh S/VAZ 12.203,52 kWh x 0,0144 €/kWh | 2,64 8,07 3,61 175,73 |
| Total dos termos de redes de energia até 31/03/2013 | | 190,05 |
| Termo de redes de energia até 12/04/2013 | PONTA 62,32 kWh x 0,0266 €/kWh CHEIA 216 kWh x 0,0237 €/kWh VAZIO 152,13 kWh x 0,0151 €/kWh S/VAZ 7.707,48 kWh x 0,0148 €/kWh | 1,66 5,12 2,30 114,07 |
| Total dos termos de redes de energia até 12/04/2013 | | 123,15 |
| Termo de redes de potência | PTCON 292,95 kW x 31 dias x 0,0469 €/kW dia PTHPT 1,79 kW x 31 dias x 0,2877 €/kW dia | 425,92 15,96 |
| Total dos termos de redes de potência | | 441,88 |
| Termo de energia reactiva | Forn V 231 kVarh x 0,0176 €/kVarh Cons FV (tg 0,3-0,4) 72 kVarh x 0,007722 €/kVarh Cons FV (tg 0,4-0,5) 72 kVarh x 0,0234 €/kVarh Cons FV (tg > 0,5) 3.460 kVarh x 0,0702 €/kVarh | 4,07 0,56 1,68 242,89 |
| Total dos termos de energia reactiva | | 249,20 |
| Imposto Especial de Consumo de Electricidade | 21.023 kWh x 0,001 €/kWh | 21,02 |
| Outros débitos/créditos: | | |
| Contribuição Audio Visual (Nota de débito 20130425000000139) | 1 mês x 2,25 €/mês | 2,25 |

MONTANTE

2.057,06

Rui Reis
25.4.2013



Assistência Comercial Iberdrola: 808 50 20 50

Assistência Técnica (24h por dia): 800 50 65 06



IBERDROLA

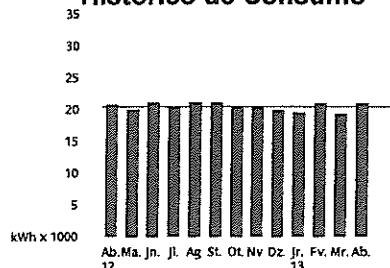
Referência contrato 392885803
Data factura 25 de abril de 2013
Nº de factura 20130425010157889

MONTANTE FACTURA 2.057,06 €

Folha número 2 / 2

3 CONSUMO

Histórico de Consumo



Consumo médio mensal: 20,488 kWh

Preço médio (sem IVA): Mês actual: 0,10 Cent. €/kWh

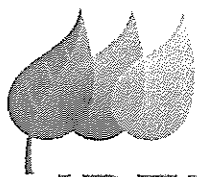
| Nº contador | Função | Desde | Leitura | Até | Leitura | Consumo/Potência |
|-------------|--------|------------|-------------|------------|-------------|------------------|
| 0035016724 | PONTA | 12/03/2013 | 00006262 | 12/04/2013 | 00006423 | 161 kWh |
| 0035016724 | CHEIA | 12/03/2013 | 00026257 | 12/04/2013 | 00026815 | 558 kWh |
| 0035016724 | VAZIO | 12/03/2013 | 00056448 | 12/04/2013 | 00056841 | 393 kWh |
| 0035016724 | S/VAZ | 12/03/2013 | 00525385 | 12/04/2013 | 00545296 | 19.911 kWh |
| 0035016724 | ERFEV | 12/03/2013 | 00015878 | 12/04/2013 | 00016109 | 231 kWh |
| 0035016724 | ERCFV3 | 12/03/2013 | 000001109 | 12/04/2013 | 000001181 | 72 kWh |
| 0035016724 | ERCFV4 | 12/03/2013 | 00070748 | 12/04/2013 | 00070820 | 72 kWh |
| 0035016724 | ERCFV5 | 12/03/2013 | 000143613 | 12/04/2013 | 000147073 | 3.460 kWh |
| 0035016724 | PTCON | 12/03/2013 | 00000000,00 | 12/04/2013 | 00000292,95 | 292,95 kW |
| 0035016724 | PTHPT | 12/03/2013 | 00000000,00 | 12/04/2013 | 00000001,79 | 1,79 kW |
| 0035016724 | PTTMV | 12/03/2013 | 00000000 | 12/04/2013 | 00000192 | 192 kW |
| 0035016724 | PTTFV | 12/03/2013 | 00000000 | 12/04/2013 | 00000003 | 3 kW |

Última leitura: REAL Consumo Total 21023 kWh

4 INFORMAÇÃO UTIL

- ✓ De acordo com o Regime do IVA nas Transacções Intracomunitárias estão isentos de imposto as transmissões de bens, efectuadas entre sujeitos passivos registados para efeitos de imposto sobre o valor acrescentado em diferentes Estados Membros.
- ✓ De acordo com o contrato vigente, o montante desta factura será debitado na sua conta no dia 24/06/2013.
- ✓ No cálculo dos termos de potencia e do termo fixo foram considerados os dias do período facturado, conforme nº 3 do Artigo 184º do Regulamento de Relações Comerciais.
- ✓ Desde 01/01/2012, o fornecimento de electricidade ao consumidor final passou a estar sujeito a tributação em sede de impostos especiais de consumo, sendo a taxa igual a 0,001 €/kWh conforme Art. 6.º da Port. n.º 320-D/2011, de 30/12.
- ✓ Este documento é válido como recibo após boa cobrança.
- ✓ A Iberdrola informa, nos termos do Aviso do Banco de Portugal, nº 10/2005, publicado no DR I Série B Nº 120, de 24 de Junho de 2005, relativo ao Sistema de Débitos Directos, do dever do cliente de conferir, através do Multibanco/ATM ou Banco, os dados da Autorização do Débito em Conta (ADC) aqui reproduzidos.
- ✓ Emissão de CO₂ associado ao consumo de energia desta factura: 7.965,6 Kg.
- ✓ Os custos de interesse económico geral (CIEG) incluídos no Acesso às Redes correspondem a 421,79€, IVA não incluído.
- ✓ O total da factura inclui o valor de 1.004,28 EUR sem IVA, correspondentes às Tarifas de Acesso à Rede.





IBERDROLA

FACTURA DE ELECTRICIDADE

Referência contrato 392885803
Data factura 17 de maio de 2013
Nº de factura 20130517010175400

MONTANTE FACTURA 1.990,13 €

Folha número 1 / 2

1 DADOS DO CONTRATO

COMPAGNIE GENERALE DES EAUX (P)
VAT: PT 502646802
Morada de fornecimento R CENTRAL ELEVATORIA, 1883,
Bajo
2670-000 LOUSA LRS
LOURES - LISBOA (PORTUGAL)
CPE PT 0002 0000 6887 6175 GX

Ciclo C_SEM

Nível de Tensão MT

Dados da sua Conta Bancária:

Banco CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS

NIB:0035 0802 0000145****

Identificação do Credor: 0000106657

Autoriz. Débito em Conta: 00000473188

Data débito: 16/07/2013

Remte: IBERDROLA GENERACIÓN, S.A.U. Apartado 12004, EC Picoas, 1061-001 Lisboa

999 M C 0392885803 0 1

SP10 000940 001870 20130517



COMPAGNIE GENERALE DES EAUX (P

R CONSTANCIA MARIA RODRIGUES, 19

2644-013 MAFRA

MAFRA - LISBOA (PORTUGAL)



2 FACTURAÇÃO

EUROS

| | | |
|--|--|----------------------------------|
| Energia facturada | PONTA 98 kWh x 0,070659 €/kWh CHEIA 528 kWh x 0,064504 €/kWh VAZIO 476 kWh x 0,057377 €/kWh S/VAZ 19.383 kWh x 0,048194 €/kWh | 6,92 34,06 27,31 934,14 |
| Total dos termos de energia | | 1.002,43 |
| Termo de redes de energia | PONTA 98 kWh x 0,0266 €/kWh CHEIA 528 kWh x 0,0237 €/kWh VAZIO 476 kWh x 0,0151 €/kWh S/VAZ 19.383 kWh x 0,0148 €/kWh | 2,61 12,51 7,19 286,87 |
| Total dos termos de redes de energia | | 309,18 |
| Termo de redes de potência | PTCON 292,95 kW x 30 dias x 0,0469 €/kW dia PTHPT 1,81 kW x 30 dias x 0,2877 €/kW dia | 412,18 15,62 |
| Total dos termos de redes de potência | | 427,80 |
| Termo de energia reactiva | Forn V/382 kVArh x 0,0176 €/kVArh Cons FV (tg 0,3-0,4) 63 kVArh x 0,007722 €/kVArh Cons FV (tg 0,4-0,5) 63 kVArh x 0,0234 €/kVArh Cons FV (tg > 0,5) 3.124 kVArh x 0,0702 €/kVArh | 6,72 0,49 1,47 219,30 |
| Total dos termos de energia reactiva | | 227,98 |
| Imposto Especial de Consumo de Electricidade | 20.485 kWh x 0,001 €/kWh | 20,49 |
| Outros débitos/créditos: | | |
| Contribuição Audio Visual (Nota de débito 20130517000000115) | 1 mês x 2,25 €/mês | 2,25 |

MONTANTE

1.990,13

Rui Luis
29.05.2013



Assistência Comercial Iberdrola: 808 50 20 50

Assistência Técnica (24h por dia): 800 50 65 06



IBERDROLA

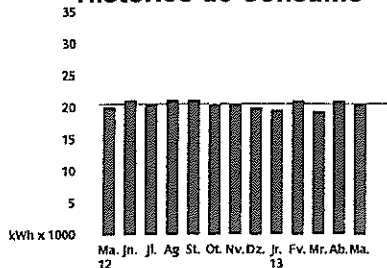
Referência contrato 392885803
Data factura 17 de maio de 2013
Nº de factura 20130517010175400

MONTANTE FACTURA 1.990,13 €

Folha número 2 / 2

3 CONSUMO

Histórico de Consumo



Consumo médio mensal: 20.522 kWh
Preço médio (sem IVA): Mês actual: 0,10 Cent. €/kWh

| Nº contador | Função | Desde | Leitura | Até | Leitura | Consumo/Potência |
|-------------|--------|------------|-------------|------------|-------------|------------------|
| 0035016724 | PONTA | 12/04/2013 | 00006423 | 12/05/2013 | 00006521 | 98 kWh |
| 0035016724 | CHEIA | 12/04/2013 | 00026815 | 12/05/2013 | 00027343 | 528 kWh |
| 0035016724 | VAZIO | 12/04/2013 | 00056841 | 12/05/2013 | 00057317 | 476 kWh |
| 0035016724 | S/VAZ | 12/04/2013 | 00545296 | 12/05/2013 | 00564679 | 19.383 kWh |
| 0035016724 | ERFEV | 12/04/2013 | 00016109 | 12/05/2013 | 00016491 | 382 kVarh |
| 0035016724 | ERCFV3 | 12/04/2013 | 000001181 | 12/05/2013 | 000001244 | 63 kVarh |
| 0035016724 | ERCFV4 | 12/04/2013 | 00070820 | 12/05/2013 | 00070883 | 63 kVarh |
| 0035016724 | ERCFV5 | 12/04/2013 | 000147073 | 12/05/2013 | 000150197 | 3.124 kVarh |
| 0035016724 | PTCON | 12/04/2013 | 00000000,00 | 12/05/2013 | 00000292,95 | 292,95 kW |
| 0035016724 | PTHPT | 12/04/2013 | 00000000,00 | 12/05/2013 | 00000001,81 | 1,81 kW |
| 0035016724 | PTTMV | 12/04/2013 | 00000000 | 12/05/2013 | 00000191 | 191 kW |
| 0035016724 | PTTFV | 12/04/2013 | 00000000 | 12/05/2013 | 00000003 | 3 kW |

Última leitura: REAL Consumo Total 20485 kWh

4 INFORMAÇÃO UTIL

- ✓ De acordo com o Regime do IVA nas Transacções Intracomunitárias estão isentos de imposto as transmissões de bens, efectuadas entre sujeitos passivos registados para efeitos de imposto sobre o valor acrescentado em diferentes Estados Membros.
- ✓ De acordo com o contrato vigente, o montante desta factura será debitado na sua conta no dia 16/07/2013.
- ✓ No cálculo dos termos de potencia e do termo fixo foram considerados os dias do período facturado, conforme nº 3 do Artigo 184º do Regulamento de Relações Comerciais.
- ✓ Desde 01/01/2012, o fornecimento de electricidade ao consumidor final passou a estar sujeito a tributação em sede de impostos especiais de consumo, sendo a taxa igual a 0,001 €/kWh conforme Art. 6.º da Port. n.º 320-D/2011, de 30/12.
- ✓ Este documento é válido como recibo após boa cobrança.
- ✓ A Iberdrola informa, nos termos do Aviso do Banco de Portugal, nº 10/2005, publicado no DR I Série B Nº 120, de 24 de Junho de 2005, relativo ao Sistema de Débitos Directos, do dever do cliente de conferir, através do Multibanco/ATM ou Banco, os dados da Autorização do Débito em Conta (ADC) aqui reproduzidos.
- ✓ Emissão de CO₂ associado ao consumo de energia desta factura: 7.761,7 Kg.
- ✓ Os custos de interesse económico geral (CIEG) incluídos no Acesso às Redes correspondem a 405,28€, IVA não incluído.
- ✓ O total da factura inclui o valor de 964,96 EUR sem IVA, correspondentes às Tarifas de Acesso à Rede.

Impressão em papel ecológico





IBERDROLA

FACTURA DE ELECTRICIDADE

Referência contrato 392885803
Data factura 25 de junho de 2013
Nº de factura 20130625010165343

MONTANTE FACTURA 2.085,83 €

Folha número 1 / 3

Lousa 4

111

1 DADOS DO CONTRATO

COMPAGNIE GENERALE DES EAUX (P)
VAT: PT 502646802
Morada de fornecimento R CENTRAL ELEVATORIA, 1883,
Bajo
2670-000 LOUSA LRS
LOURES - LISBOA (PORTUGAL)
CPE PT 0002 0000 6887 6175 GX

Ciclo C_SEM

Nível de Tensão MT

Dados da sua Conta Bancária:
Banco CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS
NIB:0035 0802 0000145**** **

Identificação do Credor: 0000106657

Autoriz. Débito em Conta: 00000473188

Data débito: 24/08/2013

Remite: IBERDROLA GENERACIÓN, S.A.U. Apartado 12004, EC Picoas, 1061-001 Lisboa

999 M C 0392885803 0 1

SP10 001298 003116 20130625



COMPAGNIE GENERALE DES EAUX (P)

R CONSTANCIA MARIA RODRIGUES, 19

2644-013 MAFRA
MAFRA - LISBOA (PORTUGAL)



2 FACTURAÇÃO

EUROS

| | | |
|--|--|----------|
| Energia facturada | PONTA 132 kWh x 0,070659 €/kWh | 9,33 |
| | CHEIA 707 kWh x 0,064504 €/kWh | 45,60 |
| | VAZIO 388 kWh x 0,057377 €/kWh | 22,26 |
| | S/VAZ 19.152 kWh x 0,048194 €/kWh | 923,01 |
| Total dos termos de energia | | 1.000,20 |
| Termo de redes de energia | PONTA 132 kWh x 0,0266 €/kWh | 3,51 |
| | CHEIA 707 kWh x 0,0237 €/kWh | 16,76 |
| | VAZIO 388 kWh x 0,0151 €/kWh | 5,86 |
| | S/VAZ 19.152 kWh x 0,0148 €/kWh | 283,45 |
| Total dos termos de redes de energia | | 309,58 |
| Termo de redes de potência | PTCON 292,95 kW x 31 dias x 0,0469 €/kW dia | 425,92 |
| | PTHPT 2 kW x 31 dias x 0,2877 €/kW dia | 17,84 |
| Total dos termos de redes de potência | | 443,76 |
| Termo de energia reactiva | Forn V 1.451 kVarh x 0,0176 €/kVarh | 25,54 |
| | Cons FV (tg 0,3-0,4) 84 kVarh x 0,007722 €/kVarh | 0,65 |
| | Cons FV (tg 0,4-0,5) 84 kVarh x 0,0234 €/kVarh | 1,97 |
| | Cons FV (tg > 0,5) 4.010 kVarh x 0,0702 €/kVarh | 281,50 |
| Total dos termos de energia reactiva | | 309,66 |
| Imposto Especial de Consumo de Electricidade | 20.379 kWh x 0,001 €/kWh | 20,38 |
| Outros débitos/créditos: | | |
| Contribuição Audio Visual (Nota de débito 20130625000000121) | 1 mês x 2,25 €/mês | 2,25 |

MONTANTE

2.085,83

Pai Lus
11.07.2013



48010059



Assistência Comercial Iberdrola: 808 50 20 50
Assistência Técnica (24h por dia): 800 50 65 06

www.iberdrola.com



IBERDROLA

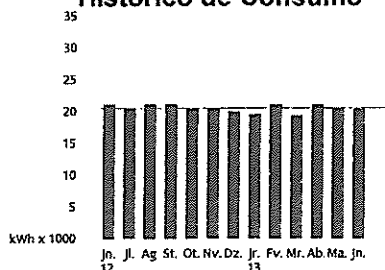
Referência contrato 392885803
Data factura 25 de junho de 2013
Nº de factura 20130625010165343

MONTANTE FACTURA 2.085,83 €

Folha número 2 / 3

3 CONSUMO

Histórico de Consumo



O seu consumo médio diário neste último período faturado foi de: 67,28 €
O seu consumo médio diário nos últimos 12 meses foi de: 65,69 €

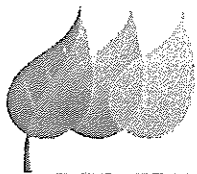
| Nº contador | Função | Desde | Leitura | Até | Leitura | Consumo/Potência |
|-------------|--------|------------|-------------|------------|-------------|------------------|
| 0035016724 | PONTA | 12/05/2013 | 00006521 | 12/06/2013 | 00006653 | 132 kWh |
| 0035016724 | CHEIA | 12/05/2013 | 00027343 | 12/06/2013 | 00028050 | 707 kWh |
| 0035016724 | VAZIO | 12/05/2013 | 00057317 | 12/06/2013 | 00057705 | 388 kWh |
| 0035016724 | S/VAZ | 12/05/2013 | 00564679 | 12/06/2013 | 00583831 | 19.152 kWh |
| 0035016724 | ERFEV | 12/05/2013 | 00016491 | 12/06/2013 | 00017942 | 1.451 kVArh |
| 0035016724 | ERCFV3 | 12/05/2013 | 000001244 | 12/06/2013 | 000001328 | 84 kVArh |
| 0035016724 | ERCFV4 | 12/05/2013 | 00070883 | 12/06/2013 | 00070967 | 84 kVArh |
| 0035016724 | ERCFV5 | 12/05/2013 | 000150197 | 12/06/2013 | 000154207 | 4.010 kVArh |
| 0035016724 | PTCON | 12/05/2013 | 00000000,00 | 12/06/2013 | 00000292,95 | 292,95 kW |
| 0035016724 | PTHPT | 12/05/2013 | 00000000 | 12/06/2013 | 00000002 | 2 kW |
| 0035016724 | PTTMV | 12/05/2013 | 00000000 | 12/06/2013 | 00000196 | 196 kW |
| 0035016724 | PTTFV | 12/05/2013 | 00000000 | 12/06/2013 | 00000118 | 118 kW |

Última leitura: REAL Consumo Total 20379 kWh

4 INFORMAÇÃO UTIL

- ✓ De acordo com o Regime do IVA nas Transacções Intracomunitárias estão isentos de imposto as transmissões de bens, efectuadas entre sujeitos passivos registados para efeitos de imposto sobre o valor acrescentado em diferentes Estados Membros.
- ✓ De acordo com o contrato vigente, o montante desta factura será debitado na sua conta no dia 24/08/2013.
- ✓ No cálculo dos termos de potencia e do termo fixo foram considerados os dias do período faturado, conforme nº 3 do Artigo 184º do Regulamento de Relações Comerciais.
- ✓ Desde 01/01/2012, o fornecimento de electricidade ao consumidor final passou a estar sujeito a tributação em sede de impostos especiais de consumo, sendo a taxa igual a 0,001 €/kWh conforme Art. 6.º da Port. n.º 320-D/2011, de 30/12.
- ✓ Este documento é válido como recibo após boa cobrança.
- ✓ A Iberdrola informa, nos termos do Aviso do Banco de Portugal, nº 10/2005, publicado no DR I Série B Nº 120, de 24 de Junho de 2005, relativo ao Sistema de Débitos Directos, do dever do cliente de conferir, através do Multibanco/ATM ou Banco, os dados da Autorização do Débito em Conta (ADC) aqui reproduzidos.
- ✓ Emissão de CO₂ associado ao consumo de energia desta factura: 7.721,6 Kg.
- ✓ A energia reactiva é um consumo suplementar de energia não aproveitável que se inclui na sua factura, podendo chegar a aumentá-la em quantidades significativas. Este tipo de consumo de energia pode ser evitado instalando equipamentos especiais e assim poupar o consumo correspondente na sua factura.





IBERDROLA

Referência contrato 392885803
Data factura 30 de julho de 2013
Nº de factura 20130730010156111

MONTANTE FACTURA 1.887,40 €

Folha número 1 / 2

212

1 DADOS DO CONTRATO

COMPAGNIE GENERALE DES EAUX (P)
VAT: PT 502646802
Morada de fornecimento R CENTRAL ELEVATORIA, 1883,
Bajo
2670-000 LOUSA LRS
LOURES - LISBOA (PORTUGAL)
CPE PT 0002 0000 6887 6175 GX

Ciclo C_SEM

Nível de Tensão MT

Dados da sua Conta Bancária:

Banco CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS

NIB:0035 0802 0000145****

Identificação do Credor: 0000106657

Autoriz. Débito em Conta: 00000473188

Data débito: 28/09/2013

Remite: IBERDROLA GENERACIÓN, S.A.U. Apartado 12004, EC Picoas, 1061-001 Lisboa

999 M C 0392885803 01

SP10 001060 002117 20130730



COMPAGNIE GENERALE DES EAUX (P

R CONSTANCIA MARIA RODRIGUES, 19

2644-013 MAFRA

MAFRA - LISBOA (PORTUGAL)



2 FACTURAÇÃO

EUROS

| | | |
|--|--|-----------------------------------|
| Energia facturada | PONTA 116 kWh x 0,070659 €/kWh CHEIA 2.193 kWh x 0,064504 €/kWh VAZIO 1.075 kWh x 0,057377 €/kWh S/VAZ 14.209 kWh x 0,048194 €/kWh | 8,20 141,46 61,68 684,79 |
| Total dos termos de energia | | 896,13 |
| Termo de redes de energia | PONTA 116 kWh x 0,0266 €/kWh CHEIA 2.193 kWh x 0,0237 €/kWh VAZIO 1.075 kWh x 0,0151 €/kWh S/VAZ 14.209 kWh x 0,0148 €/kWh | 3,09 51,97 16,23 210,29 |
| Total dos termos de redes de energia | | 281,58 |
| Termo de redes de potência | PTCON 292,95 kW x 30 dias x 0,0469 €/kW dia PTHPT 1,76 kW x 30 dias x 0,2877 €/kW dia | 412,18 15,19 |
| Total dos termos de redes de potência | | 427,37 |
| Termo de energia reactiva | Forn V 1.744 kVarh x 0,0176 €/kVarh Cons FV (tg 0,3-0,4) 72 kVarh x 0,007722 €/kVarh Cons FV (tg 0,4-0,5) 72 kVarh x 0,0234 €/kVarh Cons FV (tg > 0,5) 3.270 kVarh x 0,0702 €/kVarh | 30,69 0,56 1,68 229,55 |
| Total dos termos de energia reactiva | | 262,48 |
| Imposto Especial de Consumo de Electricidade | 17.593 kWh x 0,001 €/kWh | 17,59 |
| Outros débitos/créditos: | | |
| Contribuição Audio Visual (Nota de débito 20130730000000140) | 1 mês x 2,25 €/mês | 2,25 |

MONTANTE

1.887,40

12.07.2013

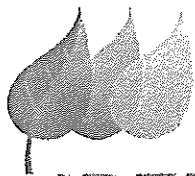


39010034



Assistência Comercial Iberdrola: 808 50 20 50
Assistência Técnica (24h por dia): 800 50 65 06

www.iberdrola.com



IBERDROLA

Referência contrato 392885803
Data factura 30 de julho de 2013
Nº de factura 20130730010156111

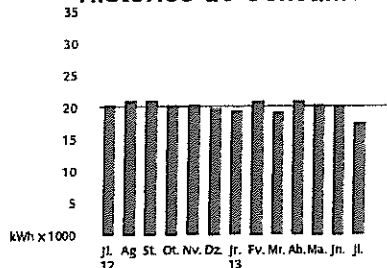
MONTANTE FACTURA 1.887,40 €

Folha número 2/2

Registo Geral de Empresas
N.º Registo PY 502 606 001

3 CONSUMO

Histórico de Consumo



O seu consumo médio diário neste último período faturado foi de: 62,91 €
O seu consumo médio diário nos últimos 12 meses foi de: 65,43 €

| Nº contador | Função | Desde | Leitura | Até | Leitura | Consumo/Potência |
|-------------|--------|------------|-------------|------------|-------------|------------------|
| 0035016724 | PONTA | 12/06/2013 | 00006653 | 12/07/2013 | 00006769 | 116 kWh |
| 0035016724 | CHEIA | 12/06/2013 | 00028050 | 12/07/2013 | 00030243 | 2.193 kWh |
| 0035016724 | VAZIO | 12/06/2013 | 00057705 | 12/07/2013 | 00058780 | 1.075 kWh |
| 0035016724 | S/VAZ | 12/06/2013 | 00583831 | 12/07/2013 | 00598040 | 14.209 kWh |
| 0035016724 | ERFEV | 12/06/2013 | 00017942 | 12/07/2013 | 00019686 | 1.744 kVarh |
| 0035016724 | ERCFV3 | 12/06/2013 | 000001328 | 12/07/2013 | 000001400 | 72 kVarh |
| 0035016724 | ERCFV4 | 12/06/2013 | 00070967 | 12/07/2013 | 00071039 | 72 kVarh |
| 0035016724 | ERCFV5 | 12/06/2013 | 000154207 | 12/07/2013 | 000157477 | 3.270 kVarh |
| 0035016724 | PTCON | 12/06/2013 | 00000000,00 | 12/07/2013 | 00000292,95 | 292,95 kW |
| 0035016724 | PTHPT | 12/06/2013 | 00000000,00 | 12/07/2013 | 00000001,76 | 1,76 kW |
| 0035016724 | PTTMV | 12/06/2013 | 00000000 | 12/07/2013 | 00000151 | 151 kW |
| 0035016724 | PTTFV | 12/06/2013 | 00000000 | 12/07/2013 | 00000154 | 154 kW |

Última leitura: REAL Consumo Total 17593 kWh

4 INFORMAÇÃO UTIL

- ✓ De acordo com o Regime do IVA nas Transacções Intracomunitárias estão isentos de imposto as transmissões de bens, efectuadas entre sujeitos passivos registados para efeitos de imposto sobre o valor acrescentado em diferentes Estados Membros.
- ✓ De acordo com o contrato vigente, o montante desta factura será debitado na sua conta no dia 28/09/2013.
- ✓ No cálculo dos termos de potencia e do termo fixo foram considerados os dias do período faturado, conforme nº 3 do Artigo 184º do Regulamento de Relações Comerciais.
- ✓ Desde 01/01/2012, o fornecimento de electricidade ao consumidor final passou a estar sujeito a tributação em sede de impostos especiais de consumo, sendo a taxa igual a 0,001 €/kWh conforme Art. 6.º da Port. n.º 320-D/2011, de 30/12.
- ✓ Este documento é válido como recibo após boa cobrança.
- ✓ A Iberdrola informa, nos termos do Aviso do Banco de Portugal, nº 10/2005, publicado no DR I Série B Nº 120, de 24 de Junho de 2005, relativo ao Sistema de Débitos Directos, do dever do cliente de conferir, através do Multibanco/ATM ou Banco, os dados da Autorização do Débito em Conta (ADC) aqui reproduzidos.
- ✓ Emissão de CO₂ associado ao consumo de energia desta factura: 7591,38 Kg.

Impressão em papel ecológico



www.iberdrola.com



IBERDROLA

FACTURA DE ELECTRICIDADE

Lousa

Referência contrato 392885803
Data factura 19 de agosto de 2013
Nº de factura 20130819010147978

1

MONTANTE FACTURA 1.744,02 €

Folha número 1 / 2

213

1 DADOS DO CONTRATO

COMPAGNIE GENERALE DES EAUX (P)
VAT: PT 502646802
Morada de fornecimento R CENTRAL ELEVATORIA, 1883,
Bajo
2670-000 LOUSA LRS
LOURES - LISBOA (PORTUGAL)
CPE PT 0002 0000 6887 6175 GX

Ciclo C_SEM

Nível de Tensão MT

Dados da sua Conta Bancária:
Banco CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS
NIB:0035 0802 0000145****
Identificação do Credor: 0000106657
Autoriz. Débito em Conta: 00000473188
Data débito: 18/10/2013

Remite: IBERDROLA GENERACIÓN, S.A.U. Apartado 12004, EC Picoas, 1061-001 Lisboa

999 M C 0392885803 01

SP10 000593 001175 20130819



COMPAGNIE GENERALE DES EAUX (P)

R CONSTANCIA MARIA RODRIGUES, 19

2644-013 MAFRA
MAFRA - LISBOA (PORTUGAL)



2 FACTURAÇÃO

EUROS

| | | |
|--|--|----------------------------------|
| Energia facturada | PONTA 127 kWh x 0,070659 €/kWh CHEIA 1.002 kWh x 0,064504 €/kWh VAZIO 413 kWh x 0,057377 €/kWh S/VAZ 14.618 kWh x 0,048194 €/kWh | 8,97 64,63 23,70 704,50 |
| Total dos termos de energia | | 801,80 |
| Termo de redes de energia | PONTA 127 kWh x 0,0266 €/kWh CHEIA 1.002 kWh x 0,0237 €/kWh VAZIO 413 kWh x 0,0151 €/kWh S/VAZ 14.618 kWh x 0,0148 €/kWh | 3,38 23,75 6,24 216,35 |
| Total dos termos de redes de energia | | 249,72 |
| Termo de redes de potência | PTCON 292,95 kW x 31 dias x 0,0469 €/kW dia PTHPT 2,02 kW x 31 dias x 0,2877 €/kW dia | 425,92 18,02 |
| Total dos termos de redes de potência | | 443,94 |
| Termo de energia reactiva | Forn V 1.754 kVArh x 0,0176 €/kVArh Cons FV (tg 0,3-0,4) 67 kVArh x 0,007722 €/kVArh Cons FV (tg 0,4-0,5) 67 kVArh x 0,0234 €/kVArh Cons FV (tg > 0,5) 2.809 kVArh x 0,0702 €/kVArh | 30,87 0,52 1,57 197,19 |
| Total dos termos de energia reactiva | | 230,15 |
| Imposto Especial de Consumo de Electricidade | 16.160 kWh x 0,001 €/kWh | 16,16 |
| Outros débitos/créditos: | | |
| Contribuição Audio Visual (Nota de débito 20130819000000103) | 1 mês x 2,25 €/mês | 2,25 |

MONTANTE

1.744,02

Rui Lopes
25.09.2013

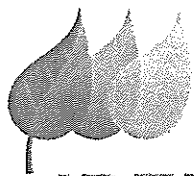


87010029



Assistência Comercial Iberdrola: 808 50 20 50
Assistência Técnica (24h por dia): 800 50 65 06

www.iberdrola.com



IBERDROLA

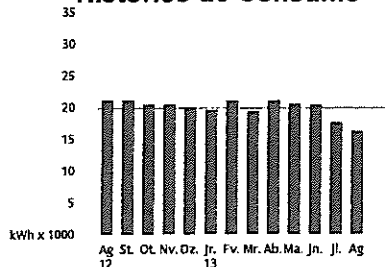
Referência contrato 392885803
Data factura 19 de agosto de 2013
Nº de factura 20130819010147978

MONTANTE FACTURA 1.744,02 €

Folha número 2 / 2 - Fonte das Águas (Portugal) S.A.
L.P.C. 17050980, 1602

3 CONSUMO

Histórico de Consumo



O seu consumo médio diário neste último período faturado foi de: 56,25 €
O seu consumo médio diário nos últimos 12 meses foi de: 64,64 €

| Nº contador | Função | Desde | Leitura | Até | Leitura | Consumo/Potência |
|-------------|--------|------------|-------------|------------|-------------|------------------|
| 0035016724 | PONTA | 12/07/2013 | 00006769 | 12/08/2013 | 00006896 | 127 kWh |
| 0035016724 | CHEIA | 12/07/2013 | 00030243 | 12/08/2013 | 00031245 | 1.002 kWh |
| 0035016724 | VAZIO | 12/07/2013 | 00058780 | 12/08/2013 | 00059193 | 413 kWh |
| 0035016724 | S/VAZ | 12/07/2013 | 00598040 | 12/08/2013 | 00612658 | 14.618 kWh |
| 0035016724 | ERFEV | 12/07/2013 | 00019686 | 12/08/2013 | 00021440 | 1.754 kVarh |
| 0035016724 | ERCFV3 | 12/07/2013 | 000001400 | 12/08/2013 | 000001467 | 67 kVarh |
| 0035016724 | ERCFV4 | 12/07/2013 | 00071039 | 12/08/2013 | 00071106 | 67 kVarh |
| 0035016724 | ERCFV5 | 12/07/2013 | 000157477 | 12/08/2013 | 000160286 | 2.809 kVarh |
| 0035016724 | PTCON | 12/07/2013 | 00000000,00 | 12/08/2013 | 00000292,95 | 292,95 kW |
| 0035016724 | PTHPT | 12/07/2013 | 00000000,00 | 12/08/2013 | 00000002,02 | 2,02 kW |
| 0035016724 | PTTMV | 12/07/2013 | 00000000 | 12/08/2013 | 00000151 | 151 kW |
| 0035016724 | PTTFV | 12/07/2013 | 00000000 | 12/08/2013 | 00000151 | 151 kW |

Última leitura: REAL Consumo Total 16160 kWh

4 INFORMAÇÃO UTIL

- ✓ De acordo com o Regime do IVA nas Transações Intracomunitárias estão isentos de imposto as transmissões de bens, efectuadas entre sujeitos passivos registados para efeitos de imposto sobre o valor acrescentado em diferentes Estados Membros.
- ✓ De acordo com o contrato vigente, o montante desta factura será debitado na sua conta no dia 18/10/2013.
- ✓ No cálculo dos termos de potencia e do termo fixo foram considerados os dias do período faturado, conforme nº 3 do Artigo 184º do Regulamento de Relações Comerciais.
- ✓ Desde 01/01/2012, o fornecimento de electricidade ao consumidor final passou a estar sujeito a tributação em sede de impostos especiais de consumo, sendo a taxa igual a 0,001 €/kWh conforme Art. 6.º da Port. n.º 320-D/2011, de 30/12.
- ✓ Este documento é válido como recibo após boa cobrança.
- ✓ A Iberdrola informa, nos termos do Aviso do Banco de Portugal, nº 10/2005, publicado no DR I Série B Nº 120, de 24 de Junho de 2005, relativo ao Sistema de Débitos Directos, do dever do cliente de conferir, através do Multibanco/ATM ou Banco, os dados da Autorização do Débito em Conta (ADC) aqui reproduzidos.
- ✓ Emissão de CO₂ associado ao consumo de energia desta factura: 6973,04 Kg.





IBERDROLA

FACTURA DE ELECTRICIDADE

Referência contrato 392885803
Data factura 19 de setembro de 2013
Nº de factura 20130919010145886

MONTANTE FACTURA 1.806,98 €

Folha número 1 / 2

114

1 DADOS DO CONTRATO

COMPAGNIE GENERALE DES EAUX (P)
VAT: PT 502646802
Morada de fornecimento R CENTRAL ELEVATORIA, 1883,
Bajo
2670-000 LOUSA LRS
LOURES - LISBOA (PORTUGAL)
CPE PT 0002 0000 6887 6175 GX

Ciclo C_SEM

Nível de Tensão MT

Dados da sua Conta Bancária:
Banco CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS

NIB:0035 0802 0000145****

Identificação do Credor: 0000106657

Autoriz. Débito em Conta: 00000473188

Data débito: 18/11/2013

Remite: IBERDROLA GENERACIÓN, S.A.U. Apartado 12004, EC Picoas, 1061-001 Lisboa
999 M C 0392885803 0 1

SP10 001070 002095 20130919



COMPAGNIE GENERALE DES EAUX (P

R CONSTANCIA MARIA RODRIGUES, 19

2644-013 MAFRA

MAFRA - LISBOA (PORTUGAL)



2 FACTURAÇÃO

EUROS

| | | |
|--|--|--------|
| Energia facturada | PONTA 114 kWh x 0,070659 €/kWh | 8,06 |
| | CHEIA 604 kWh x 0,064504 €/kWh | 38,96 |
| | VAZIO 402 kWh x 0,057377 €/kWh | 23,07 |
| | S/VAZ 16.162 kWh x 0,048194 €/kWh | 778,91 |
| Total dos termos de energia | | 849,00 |
| Termo de redes de energia | PONTA 114 kWh x 0,0266 €/kWh | 3,03 |
| | CHEIA 604 kWh x 0,0237 €/kWh | 14,31 |
| | VAZIO 402 kWh x 0,0151 €/kWh | 6,07 |
| | S/VAZ 16.162 kWh x 0,0148 €/kWh | 239,20 |
| Total dos termos de redes de energia | | 262,61 |
| Termo de redes de potência | PTCON 292,95 kW x 31 dias x 0,0469 €/kW dia | 425,92 |
| | PTHPT 1,73 kW x 31 dias x 0,2877 €/kW dia | 15,43 |
| Total dos termos de redes de potência | | 441,35 |
| Termo de energia reactiva | Forn V 1.605 kVArh x 0,0176 €/kVArh | 28,25 |
| | Cons FV (tg 0,3-0,4) 72 kVArh x 0,007722 €/kVArh | 0,56 |
| | Cons FV (tg 0,4-0,5) 72 kVArh x 0,0234 €/kVArh | 1,68 |
| | Cons FV (tg > 0,5) 2.906 kVArh x 0,0702 €/kVArh | 204,00 |
| Total dos termos de energia reactiva | | 234,49 |
| Imposto Especial de Consumo de Electricidade | 17.282 kWh x 0,001 €/kWh | 17,28 |
| Outros débitos/créditos: | | |
| Contribuição Audio Visual (Nota de débito 20130919000000136) | 1 mês x 2,25 €/mês | 2,25 |

MONTANTE

1.806,98

Impressão em papel ecológico



17010020



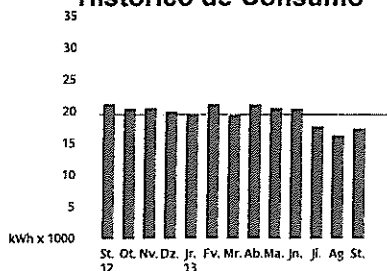
Assistência Comercial Iberdrola: 808 50 20 50
Assistência Técnica (24h por dia): 800 50 65 06

Rui Borges
03.10.2013



MONTANTE FACTURA 1.806,98 €

Histórico de Consumo



O seu consumo médio diário neste último período faturado foi de: 58,28 €
O seu consumo médio diário nos últimos 12 meses foi de: 64,07 €

| Nº contador | Função | Desde | Leitura | Até | Leitura | Consumo/Potência |
|-------------|--------|------------|-------------|------------|-------------|------------------|
| 0035016724 | PONTA | 12/08/2013 | 00006896 | 12/09/2013 | 00007010 | 114 kWh |
| 0035016724 | CHEIA | 12/08/2013 | 00031245 | 12/09/2013 | 00031849 | 604 kWh |
| 0035016724 | VAZIO | 12/08/2013 | 00059193 | 12/09/2013 | 00059595 | 402 kWh |
| 0035016724 | S/VAZ | 12/08/2013 | 00612658 | 12/09/2013 | 00628820 | 16.162 kWh |
| 0035016724 | ERFEV | 12/08/2013 | 00021440 | 12/09/2013 | 00023045 | 1.605 kVArh |
| 0035016724 | ERCFV3 | 12/08/2013 | 000001467 | 12/09/2013 | 000001539 | 72 kVArh |
| 0035016724 | ERCFV4 | 12/08/2013 | 00071106 | 12/09/2013 | 00071178 | 72 kVArh |
| 0035016724 | ERCFV5 | 12/08/2013 | 000160286 | 12/09/2013 | 000163192 | 2.906 kVArh |
| 0035016724 | PTCON | 12/08/2013 | 00000000,00 | 12/09/2013 | 00000292,95 | 292,95 kW |
| 0035016724 | PTHPT | 12/08/2013 | 00000000,00 | 12/09/2013 | 00000001,73 | 1,73 kW |
| 0035016724 | PTTMV | 12/08/2013 | 00000000 | 12/09/2013 | 00000003 | 3 kW |
| 0035016724 | PTTFV | 12/08/2013 | 00000000 | 12/09/2013 | 00000155 | 155 kW |

Última leitura: REAL Consumo Total 17282 kWh

4) INFORMAÇÃO UTIL

- ✓ De acordo com o Regime do IVA nas Transacções Intra-comunitárias estão isentos de imposto as transmissões de bens, efectuadas entre sujeitos passivos registados para efeitos de imposto sobre o valor acrescentado em diferentes Estados Membros.
- ✓ De acordo com o contrato vigente, o montante desta factura será debitado na sua conta no dia 18/11/2013.
- ✓ No cálculo dos termos de potencia e do termo fixo foram considerados os dias do período facturado, conforme nº 3 do Artigo 184º do Regulamento de Relações Comerciais.
- ✓ Desde 01/01/2012, o fornecimento de electricidade ao consumidor final passou a estar sujeito a tributação em sede de impostos especiais de consumo, sendo a taxa igual a 0,001 €/kWh conforme Art. 6.º da Port. n.º 320-D/2011, de 30/12.
- ✓ Este documento é válido como recibo após boa cobrança.
- ✓ A Iberdrola informa, nos termos do Aviso do Banco de Portugal, nº 10/2005, publicado no DR I Série B Nº 1º J, de 24 de Junho de 2005, relativo ao Sistema de Débitos Directos, do dever do cliente de conferir, através do Multibanco/ATM ou Banco, os dados da Autorização do Débito em Conta (ADC) aqui reproduzidos.
- ✓ Emissão de CO₂, associado ao consumo de energia desta factura: 7457,18 Kg.

10/10/2019 10:00:00 AM





IBERDROLA

Referência contrato 392885803
Data factura 18 de outubro de 2013
Nº de factura 20131018010144267

MONTANTE FACTURA 1.754,28 €

Folha número 1 / 2

315

1 DADOS DO CONTRATO

COMPAGNIE GENERALE DES EAUX (P)
VAT: PT 502646802
Morada de fornecimento R CENTRAL ELEVATORIA, 1883,
Bajo
2670-000 LOUSA LRS
LOURES - LISBOA (PORTUGAL)
CPE PT 0002 0000 6887 6175 GX

Ciclo C_SEM

Nível de Tensão MT

Dados da sua Conta Bancária:

Banco CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS

NIB:0035 0802 0000145*****

Identificação do Credor: 0000106657

Autoriz. Débito em Conta: 00000473188

Data débito: 17/12/2013

Remite: IBERDROLA GENERACIÓN, S.A.U. Apartado 12004, EC Picoas, 1061-001 Lisboa

999 M C 0392885803 01

SP10 000508 00122020131018



COMPAGNIE GENERALE DES EAUX (P

R CONSTANCIA MARIA RODRIGUES, 19

2644-013 MAFRA

MAFRA - LISBOA (PORTUGAL)

2 FACTURAÇÃO

EUROS

| | | |
|--|--|--------|
| Energia facturada até 12/10/2013 | PONTA 108 kWh x 0,070659 €/kWh | 7,63 |
| | CHEIA 582 kWh x 0,064504 €/kWh | 37,54 |
| | VAZIO 374 kWh x 0,057377 €/kWh | 21,46 |
| | S/VAZ 15.619 kWh x 0,048194 €/kWh | 752,74 |
| Total dos termos de energia até 12/10/2013 | | 819,37 |
| Termo de redes de energia até 30/09/2013 | PONTA 64,8 kWh x 0,0266 €/kWh | 1,72 |
| | CHEIA 349,2 kWh x 0,0237 €/kWh | 8,28 |
| | VAZIO 224,4 kWh x 0,0151 €/kWh | 3,39 |
| | S/VAZ 9.371,4 kWh x 0,0148 €/kWh | 138,70 |
| Total dos termos de redes de energia até 30/09/2013 | | 152,09 |
| Termo de redes de energia até 12/10/2013 | PONTA 43,2 kWh x 0,0268 €/kWh | 1,16 |
| | CHEIA 232,8 kWh x 0,0236 €/kWh | 5,49 |
| | VAZIO 149,6 kWh x 0,015 €/kWh | 2,24 |
| | S/VAZ 6.247,6 kWh x 0,0144 €/kWh | 89,97 |
| Total dos termos de redes de energia até 12/10/2013 | | 98,86 |
| Termo de redes de potência | PTCON 292,95 kW x 30 dias x 0,0469 €/kW dia | 412,18 |
| | PTHPT 1,71 kW x 30 dias x 0,2877 €/kW dia | 14,76 |
| Total dos termos de redes de potência | | 426,94 |
| Termo de energia reactiva | Form V 1.604 kVArh x 0,0176 €/kVArh | 28,23 |
| | Cons FV (tg 0,3-0,4) 69 kVArh x 0,007722 €/kVArh | 0,53 |
| | Cons FV (tg 0,4-0,5) 69 kVArh x 0,0234 €/kVArh | 1,61 |
| | Cons FV (tg > 0,5) 2.959 kVArh x 0,0702 €/kVArh | 207,72 |
| Total dos termos de energia reactiva | | 238,09 |
| Imposto Especial de Consumo de Electricidade | 16.683 kWh x 0,001 €/kWh | 16,68 |
| Outros débitos/créditos: | | |
| Contribuição Audio Visual (Nota de débito 20131018000000121) | 1 mês x 2,25 €/mês | 2,25 |

MONTANTE

1.754,28



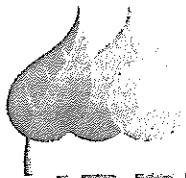
Impressão em papel ecológico



Assistência Comercial Iberdrola: 808 50 20 50
Assistência Técnica (24h por dia): 800 50 65 06

Rui Gomes
07.11.2013

www.iberdrola.pt



IBERDROLA

Referência contrato 392885803
Data factura 18 de outubro de 2013
Nº de factura 20131018010144267

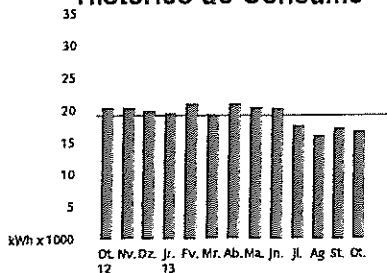
MONTANTE FACTURA 1.754,28 €

Folha número 2/2 Página Geral de despesa - Portugal S.A.
N.º PC PT 501 12 002

DATA: 28/10/2013 ENTRADA Nº 9981

3 CONSUMO

Histórico de Consumo



O seu consumo médio diário neste último período faturado foi de: 58,47 €
O seu consumo médio diário nos últimos 12 meses foi de: 63,59 €

| Nº contador | Função | Desde | Leitura | Até | Leitura | Consumo/Potência |
|-------------|--------|------------|-------------|------------|-------------|------------------|
| 0035016724 | PONTA | 12/09/2013 | 00007010 | 12/10/2013 | 00007118 | 108 kWh |
| 0035016724 | CHEIA | 12/09/2013 | 00031849 | 12/10/2013 | 00032431 | 582 kWh / |
| 0035016724 | VAZIO | 12/09/2013 | 00059595 | 12/10/2013 | 00059959 | 374 kWh |
| 0035016724 | S/VAZ | 12/09/2013 | 00628820 | 12/10/2013 | 00644439 | 15.619 kWh |
| 0035016724 | ERFEV | 12/09/2013 | 00023045 | 12/10/2013 | 00024649 | 1.604 kVAh |
| 0035016724 | ERCFV3 | 12/09/2013 | 000001539 | 12/10/2013 | 000001608 | 69 kVAh |
| 0035016724 | ERCFV4 | 12/09/2013 | 00071178 | 12/10/2013 | 00071247 | 69 kVAh |
| 0035016724 | ERCFV5 | 12/09/2013 | 000163192 | 12/10/2013 | 000166151 | 2.959 kVAh |
| 0035016724 | PTCON | 12/09/2013 | 00000000,00 | 12/10/2013 | 00000292,95 | 292,95 kW |
| 0035016724 | PTHPT | 12/09/2013 | 00000000,00 | 12/10/2013 | 00000001,71 | 1,71 kW |
| 0035016724 | PTTMV | 12/09/2013 | 00000000 | 12/10/2013 | 00000003 | 3 kW |
| 0035016724 | PTTFV | 12/09/2013 | 00000000 | 12/10/2013 | 00000151 | 151 kW |

Última leitura: REAL Consumo Total 16683 kWh

4 INFORMAÇÃO UTIL

- ✓ De acordo com o Regime do IVA nas Transacções Intracomunitárias estão isentos de imposto as transmissões de bens, efectuadas entre sujeitos passivos registados para efeitos de imposto sobre o valor acrescentado em diferentes Estados Membros.
- ✓ De acordo com o contrato vigente, o montante desta factura será debitado na sua conta no dia 17/12/2013.
- ✓ No cálculo dos termos de potencia e do termo fixo foram considerados os dias do período faturado, conforme nº 3 do Artigo 184º do Regulamento de Relações Comerciais.
- ✓ Desde 01/01/2012, o fornecimento de electricidade ao consumidor final passou a estar sujeito a tributação em sede de impostos especiais de consumo, sendo a taxa igual a 0,001 €/kWh conforme Art. 6.º da Port. n.º 320-D/2011, de 30/12.
- ✓ Este documento é válido como recibo após boa cobrança.
- ✓ A Iberdrola informa, nos termos do Aviso do Banco de Portugal, nº 10/2005, publicado no DR I Série B Nº 120, de 24 de Junho de 2005, relativo ao Sistema de Débitos Directos, do dever do cliente de conferir, através do Multibanco/ATM ou Banco, os dados da Autorização do Débito em Conta (ADC) aqui reproduzidos.
- ✓ Emissão de CO₂ associado ao consumo de energia desta factura: 7198,71 Kg.





Código Ident. Local: 0108360448

Sede social: Praça Marquês de Pombal, nº 13, 1250-162 Lisboa
Atendimento Comercial: 808 500 808 (dias úteis das 8h às 20h)
Assistência Técnica: 800 506 506 (24h por dia)
Na Internet: www.edp.pt



Compagnie Generale Des Eaux (Portugal), S.A.
Rua 1 Maio 1
Mafra
2640-455 Mafra

214

Dados do Contrato:

Titular do Contrato: Compagnie Generale Des Eaux (Portugal), S.A.
Morada Local de Consumo: Forno Coelho S/N Mafra 2665 Milharado
Número do Contrato: 00021300066952
Número de Conta: 0001095700
Número ID. Fiscal: 502646802
Tarifa do Contrato: Energia + Redes - MT
Ciclo Horário: FER - Ciclo Semanal com Feriados
Potências: REQUISITADA INSTALADA CONTRATADA
581.25 kVA 1250.00 kVA 633.00 kW

Gestor de Clientes/Contactos:

Carlos Freire
email: Carlos.Freire@edp.pt
Telefone: 210024342

Código Ponto de Entrega:

PT0002000108360448ZE

Resumo da conta-corrente (período de: 01/11/2012 a 30/11/2012)

| Movimentos no período (€) | Débitos | Créditos | Saldo |
|---------------------------|-----------|----------|-------------|
| Saldo anterior | | | 35.684,18 D |
| Valores facturados | 10.219,68 | | 45.903,86 D |
| Saldo actual | | | 45.903,86 D |

(D) - Débito; (C) - Crédito

Dados da Factura de Electricidade:

| Detalhes da factura | Data Emissão | Período de Facturação | Limite de Pagamento | Valor a pagar |
|---------------------|--------------|-------------------------|---------------------|---------------|
| 11130000024157 | 09/02/2013 | 01/11/2012 a 30/11/2012 | 11/03/2013 | 10.219,68 |

Facturação:

| | VALORIZAÇÃO (Euros) | IVA (%) | VALORIZAÇÃO (Euros) |
|---------------------------------|------------------------|------------|------------------------|
| Energia Activa | 5.232,81 | (23%) | |
| Redes Energia Activa | 2.266,93 | (23%) | |
| Redes Potência Contratada | 546,04 | (23%) | |
| Redes Potência Horas de Ponta | 165,74 | (23%) | |
| Imposto s/Consumo Electricidade | 95,22 | (23%) | |
| Total CAV | 2,25 | (6%) | |
| Total (antes de IVA) | 8.306,74 | (23%) | 1.910,55 |
| Total (antes de IVA) | 2,25 | (6%) | 0,14 |

Informação:

De acordo com o disposto no n.º1 do artigo 222.º do Regulamento de Relações Comerciais (RRC), os comercializadores devem informar anualmente os seus Clientes sobre a composição das tarifas e preços de electricidade aplicáveis, incluindo os custos de interesse económico geral (CIEG).

Os preços de electricidade pagos pelos consumidores têm as seguintes componentes: Energia, Redes e Custos de Interesse Económico Geral (CIEG).

A desagregação dos preços por componente depende do tipo de Cliente tendo em conta o seu nível de tensão.

Para mais informação sobre as componentes que constituem a sua fatura de energia eléctrica, poderá consultar o site www.erse.pt ou o canal empresas do site www.edp.pt.

Valor Total a Pagar: 10.219,68

Compagnie Generale des Eaux (Portugal), S.A.
N.º 1 07 507 046 802

PAGÁVEL EM MULTIBANCO E EDP COMERCIAL**MB Pagamento por Multibanco**

ENTIDADE 21196
REFERÊNCIA 057314310
MONTANTE 10.219,68

O talão emitido pelo caixa automático faz prova de pagamento: conserve-o.

Conta Contrato

0001095700

Pagável até

11/03/2013

Valor a pagar

10.219,68

15 02 2013
ENTRADA Nº 1712
12.04.2013

Detalhes da factura:

| | Período a Facturar | | Quantidades | Preço Unit. | Factor | Taxa IVA | Valorização |
|--|--------------------|------------|----------------|-------------|--------|----------|-------------|
| | Data Início | Data fim | (kWh/kvarh/kW) | (Euros) | (X) | | (Euros) |
| Energia Activa | | | | | | | |
| Vazio Normal (Vn) | 01/11/2012 | 30/11/2012 | 37.811,0000 | 0,0585 | 1,0000 | (23%) | 2.213,15 |
| Super Vazio (SV) | 01/11/2012 | 30/11/2012 | 39.220,0000 | 0,0461 | 1,0000 | (23%) | 1.806,43 |
| Ponta (P) | 01/11/2012 | 30/11/2012 | 2.343,0000 | 0,0739 | 1,0000 | (23%) | 173,13 |
| Cheia (C) | 01/11/2012 | 30/11/2012 | 15.845,0000 | 0,0656 | 1,0000 | (23%) | 1.040,10 |
| Redes Energia Activa | | | | | | | |
| Redes Vazio Normal (Vn) | 01/11/2012 | 30/11/2012 | 37.811,0000 | 0,0235 | 1,0000 | (23%) | 888,56 |
| Redes Super Vazio (SV) | 01/11/2012 | 30/11/2012 | 39.220,0000 | 0,0228 | 1,0000 | (23%) | 894,22 |
| Redes Ponta (P) | 01/11/2012 | 30/11/2012 | 2.343,0000 | 0,0281 | 1,0000 | (23%) | 65,84 |
| Redes Cheia (C) | 01/11/2012 | 30/11/2012 | 15.845,0000 | 0,0264 | 1,0000 | (23%) | 418,31 |
| Redes Potência | | | | | | | |
| Contratada | 01/11/2012 | 30/11/2012 | 633,0000 | 0,8770 | 0,9836 | (23%) | 546,04 |
| Horas de Ponta | 01/11/2012 | 30/11/2012 | 22,3143 | 7,5530 | 0,9836 | (23%) | 165,74 |
| Imposto sobre Consumo Electricidade | 01/11/2012 | 30/11/2012 | 95.219,0000 | 0,0010 | 1,0000 | (23%) | 95,22 |
| Contribuição Áudio-Visual | | | 1,0000 | 2,2500 | 1,0000 | (6%) | 2,25 |
| Total (antes de IVA) | | | | | | | 8.306,74 |
| IVA (23%) | | | | | | | 1.910,55 |
| Total (antes de IVA) | | | | | | | 2,25 |
| IVA (6%) | | | | | | | 0,14 |

Valor Total a Pagar :

10.219,68

Quadro geral de leituras e consumos do período: 01/11/2012 a 30/11/2012

| Elementos Medidos | Nº Contador | Período Activo | | Leituras Efectuadas | | Diferenças Leituras | Factor Multip. | Cons. Registrado (kWh/kvarh/kW) |
|-----------------------------|-------------|----------------|------------|---------------------|-------|---------------------|----------------|---------------------------------|
| | | Data Início | Data Fim | Inicial | Final | | | |
| Energia Activa Super Vazio | 14054265 | 01/11/2012 | 30/11/2012 | 0 | 39220 | 39220 | 1,00 | 39.220,00 |
| Energia Activa Ponta | 14054265 | 01/11/2012 | 30/11/2012 | 0 | 2343 | 2343 | 1,00 | 2.343,00 |
| Energia Activa Cheia | 14054265 | 01/11/2012 | 30/11/2012 | 0 | 15845 | 15845 | 1,00 | 15.845,00 |
| Energia Activa Vazio Normal | 14054265 | 01/11/2012 | 30/11/2012 | 0 | 37811 | 37811 | 1,00 | 37.811,00 |

Informação Adicional:

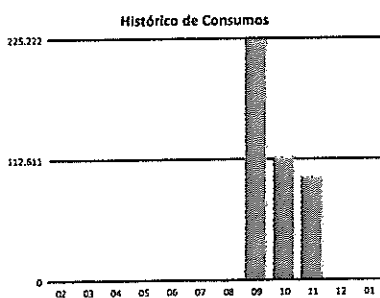
i) O Total da factura inclui os encargos relativos ao Acesso às Redes no valor de € 2978,71, antes de IVA (valor independente do comercializador). ii) Os custos de interesse económico geral (CIEG) incluídos no Acesso às Redes correspondem a € 1251,06, antes de IVA. Este valor é calculado com base nos factores estabelecidos pela ERSE e diferenciados por tipo de fornecimento MAT, AT, MT, BTE e BTN.

As quantidades facturadas incluem perdas calculadas de acordo com o estabelecido no Regulamento das Relações Comerciais. Para o cálculo das componentes das energias reactivas, considera-se o ciclo semanal com feriados. As quantidades facturadas podem ser confirmadas no nosso sítio da Internet

Factor de potência no período de facturação: 0,94

Esta factura já reflecte o imposto sobre o Consumo de Electricidade, introduzido pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de Dezembro.

Se efetua pagamentos por transferência ou depósito na nossa conta bancária, agradecemos envio por e-mail da informação detalhada (valor, data e facturas liquidadas), para o endereço cobranças@edp.pt.

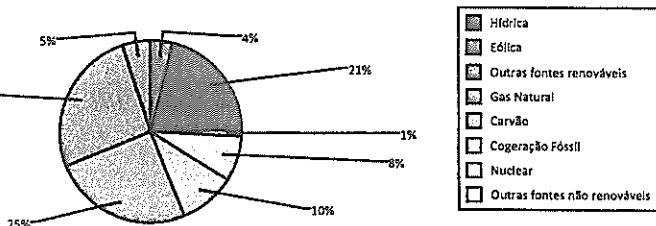


Cálculo médio diário
Do período
facturado

3174 kWh
Dos últimos 12
meses

3909 kWh

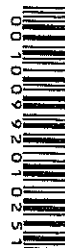
Fontes de Energia



Emissão de CO₂ associada aos
consumos de energia desta factura :
* 35629,05 Kg

Saiba mais no canal empresas do sítio www.edp.pt ou em www.erse.pt. A informação apresentada corresponde ao mix médio de fontes de energia do ano 2011. O valor é negativo quando é acerto de facturas anteriormente emitidas.

Para pagamento, de forma simples e gratuita, adira ao Sistema de Débito Directo através do Multibanco. Escolha Débitos Directos e Introduza os dados :
Ident. Credor:101632. Nº de Autorização:74654392197. Confirme com a tecla verde.



Sede social: Praça Marquês de Pombal, nº 13, 1250-162 Lisboa
 Atendimento Comercial: 808 500 808 (dias úteis das 8h às 20h)
 Assistência Técnica: 800 506 506 (24h por dia)
 Na Internet: www.edp.pt

Compagnie Generale Des Eaux (Portugal), Sa
 Rua 1 Maio 1
 Mafra
 2640-455 Mafra

317

Dados do Contrato:

Titular do Contrato: Compagnie Generale Des Eaux (Portugal), Sa
 Morada Local de Consumo: Forno Coelho S/N Mafra
 2665 Milharado
 Número do Contrato: 00021300066952
 Número de Conta: 0001095700
 Número ID. Fiscal: 502646802
 Tarifa do Contrato: Energia + Redes - MT
 Ciclo Horário: FER - Ciclo Semanal com Feriados
 Potências: REQUISITADA INSTALADA CONTRATADA
 581.25 kVA 1250.00 kVA 633.00 kW

Gestor de Clientes / Contactos:

Carlos Freire
 email: Carlos.Freire@edp.pt
 Telefone: 210024342

Código Ponto de Entrega:

PT00020001083604482E

Resumo da conta-corrente (período de: 01/12/2012 a 31/12/2012)

| Movimentos no período (€) | Débitos | Créditos | Saldo |
|---------------------------|-----------|----------|-------------|
| Saldo anterior | | | 45.903,86 D |
| Valores facturados | 10.295,35 | | 56.199,21 D |
| Saldo actual | | | 56.199,21 D |

(D) - Débito; (C) - Crédito

Dados da Fatura de Electricidade:

| Detalhes da factura | Data Emissão | Período de Facturação | Limite de Pagamento | Valor a pagar |
|---------------------|--------------|-------------------------|---------------------|---------------|
| 11130000024158 | 09/02/2013 | 01/12/2012 a 31/12/2012 | 11/03/2013 | 10.295,35 |

Facturação:

| | VALORIZAÇÃO (Euros) | IVA (%) | VALORIZAÇÃO (Euros) |
|---------------------------------|------------------------|------------|------------------------|
| Energia Activa | 5.285,46 | (23%) | |
| Redes Energia Activa | 2.290,15 | (23%) | |
| Redes Potência Contratada | 564,24 | (23%) | |
| Redes Potência Horas de Ponta | 131,96 | (23%) | |
| Imposto s/Consumo Electricidade | 96,45 | (23%) | |
| Total CAV | 2,25 | (6%) | |
| Total (antes de IVA) | 8.368,26 | (23%) | 1.924,70 |
| Total (antes de IVA) | 2,25 | (6%) | 0,14 |

Informação:

De acordo com o disposto no n.º1 do artigo 222.º do Regulamento de Relações Comerciais (RRC), os comercializadores devem informar anualmente os seus Clientes sobre a composição das tarifas e preços de electricidade aplicáveis, incluindo os custos de interesse económico geral (CIEG).

Os preços de electricidade pagos pelos consumidores têm as seguintes componentes: Energia, Redes e Custos de Interesse Económico Geral (CIEG).

A desagregação dos preços por componente depende do tipo de Cliente tendo em conta o seu nível de tensão.

Para mais informação sobre as componentes que constituem a sua fatura de energia elétrica, poderá consultar o site www.erse.pt ou o canal empresas do site www.edp.pt.

Valor Total a Pagar : 10.295,35

PAGÁVEL EM MULTIBANCO E EDP COMERCIAL**MB Pagamento por Multibanco**

ENTIDADE 21196
 REFERÊNCIA 057314410
 MONTANTE 10.295,35

O talão emitido pelo caixa automático faz prova de pagamento: conserve-o.

| Conta Contrato | Pagável até | Valor a pagar |
|----------------------------|-------------|---------------|
| 0001095700-ENTRADA-ARMAZEN | 11/03/2013 | 10.295,35 |

15.02.2013
 12.04.2013

Detalhes da factura:

| | Período a Facturar | | Quantidades | Preço Unit. | Factor | Taxa IVA | Valorização |
|--|--------------------|------------|----------------|-------------|--------|----------|-------------|
| | Data Início | Data fim | (kWh/kvarh/kW) | (Euros) | (X) | | (Euros) |
| Energia Activa | | | | | | | |
| Vazio Normal (Vn) | 01/12/2012 | 31/12/2012 | 40.322,0000 | 0,0585 | 1,0000 | (23%) | 2.360,13 |
| Super Vazio (SV) | 01/12/2012 | 31/12/2012 | 39.490,0000 | 0,0461 | 1,0000 | (23%) | 1.818,87 |
| Ponta (P) | 01/12/2012 | 31/12/2012 | 1.719,0000 | 0,0739 | 1,0000 | (23%) | 127,02 |
| Cheia (C) | 01/12/2012 | 31/12/2012 | 14.921,0000 | 0,0656 | 1,0000 | (23%) | 979,44 |
| Redes Energia Activa | | | | | | | |
| Redes Vazio Normal (Vn) | 01/12/2012 | 31/12/2012 | 40.322,0000 | 0,0235 | 1,0000 | (23%) | 947,57 |
| Redes Super Vazio (SV) | 01/12/2012 | 31/12/2012 | 39.490,0000 | 0,0228 | 1,0000 | (23%) | 900,37 |
| Redes Ponta (P) | 01/12/2012 | 31/12/2012 | 1.719,0000 | 0,0281 | 1,0000 | (23%) | 48,30 |
| Redes Cheia (C) | 01/12/2012 | 31/12/2012 | 14.921,0000 | 0,0264 | 1,0000 | (23%) | 393,91 |
| Redes Potência | | | | | | | |
| Contratada | 01/12/2012 | 31/12/2012 | 633,0000 | 0,8770 | 1,0164 | (23%) | 564,24 |
| Horas de Ponta | 01/12/2012 | 31/12/2012 | 17,1900 | 7,5530 | 1,0164 | (23%) | 131,96 |
| Imposto sobre Consumo Electricidade | 01/12/2012 | 31/12/2012 | 96.452,0000 | 0,0010 | 1,0000 | (23%) | 96,45 |
| Contribuição Áudio-Visual | | | 1,0000 | 2,2500 | 1,0000 | (6%) | 2,25 |
| Total (antes de IVA) | | | | | | | 8.368,26 |
| IVA (23%) | | | | | | | 1.924,70 |
| Total (antes de IVA) | | | | | | | 2,25 |
| IVA (6%) | | | | | | | 0,14 |

Valor Total a Pagar : 10.295,35

Quadro geral de leituras e consumos do período: 01/12/2012 a 31/12/2012

| Elementos Medidos | Nº | Período Activo | | Leituras Efectuadas | | Diferenças | Factor | Cons. Registrado |
|-----------------------------|----------|----------------|------------|---------------------|-------|------------|---------|------------------|
| | Contador | Data Início | Data Fim | Inicial | Final | Leituras | Multip. | (kWh/kvarh/kW) |
| Energia Activa Super Vazio | 14054265 | 01/12/2012 | 31/12/2012 | 0 | 39490 | 39490 | 1,00 | 39.490,00 |
| Energia Activa Ponta | 14054265 | 01/12/2012 | 31/12/2012 | 0 | 1719 | 1719 | 1,00 | 1.719,00 |
| Energia Activa Cheia | 14054265 | 01/12/2012 | 31/12/2012 | 0 | 14921 | 14921 | 1,00 | 14.921,00 |
| Energia Activa Vazio Normal | 14054265 | 01/12/2012 | 31/12/2012 | 0 | 40322 | 40322 | 1,00 | 40.322,00 |

Informação Adicional:

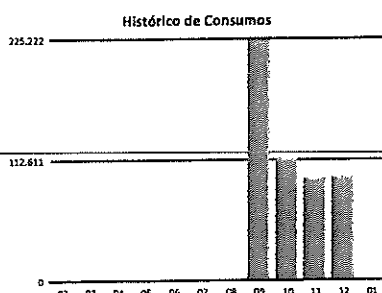
i) O Total da factura inclui os encargos relativos ao Acesso às Redes no valor de € 2986,35, antes de IVA (valor independente do comercializador). ii) Os custos de interesse económico geral (CIEG) incluídos no Acesso às Redes correspondem a € 1254,27, antes de IVA. Este valor é calculado com base nos factores estabelecidos pela ERSE e diferenciados por tipo de fornecimento MAT, AT, MT, BTE e BTN.

As quantidades facturadas incluem perdas calculadas de acordo com o estabelecido no Regulamento das Relações Comerciais. Para o cálculo das componentes das energias reactivas, considera-se o ciclo semanal com feriados. As quantidades facturadas podem ser confirmadas no nosso sítio da Internet

Factor de potência no período de facturação: 0,93

Esta factura já reflecte o Imposto sobre o Consumo de Electricidade, introduzido pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de Dezembro.

Se efetua pagamentos por transferência ou depósito na nossa conta bancária, agradecemos envio por e-mail da informação detalhada (valor, data e facturas liquidadas), para o endereço cobranças@edp.pt.

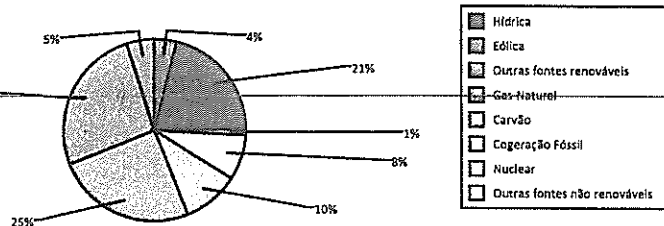


Cálculo médio diário
Do período
facturado

3111 kWh
Dos últimos 12
meses

3734 kWh

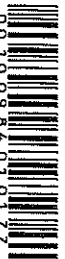
Fontes de Energia



Emissão de CO2 associada aos
consumos de energia desta Factura :
*36090,41 Kg

Saiba mais no canal empresas do sítio www.edp.pt ou em www.erse.pt. A informação apresentada corresponde ao mix médio de fontes de energia do ano 2011. O valor é negativo quando é acerto de facturas anteriormente emitidas.

Para pagamento, de forma simples e gratuita, adira ao Sistema de Débito Directo através do Multibanco. Escolha Débitos Directos e introduza os dados :
Ident. Credor:101632. Nº de Autorização:74654392197. Confirme com a tecla verde.





Código Ident. Local: 0108360448



Compagnie Generale Des Eaux (Portugal), Sa
Rua 1 Maio 1
Mafra
2640-455 Mafra

318

Sede social: Praça Marquês de Pombal, nº 13, 1250-162 Lisboa
Atendimento Comercial: 808 500 808 (dias úteis das 8h às 20h)
Assistência Técnica: 800 506 506 (24h por dia)
Na Internet: www.edp.pt

Dados do Contrato:

Titular do Contrato: Compagnie Generale Des Eaux (Portugal), Sa
Morada Local de Consumo: Forno Coelho S/N Mafra
2665 Milharado
Número do Contrato: 00021300066952
Número de Conta: 0001095700
Número ID. Fiscal: 502646802
Tarifa do Contrato: Energia + Redes - MT
Ciclo Horário: FER - Ciclo Semanal com Feriados
Potências: REQUISITADA INSTALADA CONTRATADA
581.25 kVA 1250.00 kVA 633.00 kW

Gestor de Clientes /Contactos:

Carlos Freire
email: Carlos.Freire@edp.pt
Telefone: 210024342

Código Ponto de Entrega:

PT0002000108360448ZE

Resumo da conta-corrente (período de: 01/01/2013 a 31/01/2013)

| Movimentos no período (€) | Débitos | Créditos | Saldo |
|---------------------------|-----------|----------|-------------|
| Saldo anterior | | | 56.199,21 D |
| Valores facturados | 11.260,07 | | 67.459,28 D |
| Saldo actual | | | 67.459,28 D |

(D) - Débito; (C) - Crédito

Dados da Fatura de Electricidade:

| Detalhes da fatura | Data Emissão | Período de Facturação | Limite de Pagamento | Valor a pagar |
|--------------------|--------------|-------------------------|---------------------|---------------|
| 11130000024159 | 09/02/2013 | 01/01/2013 a 31/01/2013 | 11/03/2013 | 11.260,07 |

Facturação:

| | VALORIZAÇÃO (Euros) | IVA (%) | VALORIZAÇÃO (Euros) |
|---------------------------------|------------------------|------------|------------------------|
| Energia Activa | 6.160,41 | (23%) | |
| Redes Energia Activa | 1.860,12 | (23%) | |
| Redes Potência Contratada | 920,61 | (23%) | |
| Redes Potência Horas de Ponta | 100,25 | (23%) | |
| Imposto s/Consumo Electricidade | 111,19 | (23%) | |
| Total CAV | 2,25 | (6%) | |
| Total (antes de IVA) | 9.152,58 | (23%) | 2.105,10 |
| Total (antes de IVA) | 2,25 | (6%) | 0,14 |

Informação:

De acordo com o disposto no n.º1 do artigo 222.º do Regulamento de Relações Comerciais (RRC), os comercializadores devem informar anualmente os seus Clientes sobre a composição das tarifas e preços de electricidade aplicáveis, incluindo os custos de interesse económico geral (CIEG).

Os preços de electricidade pagos pelos consumidores têm as seguintes componentes: Energia, Redes e Custos de Interesse Económico Geral (CIEG).

A desagregação dos preços por componente depende do tipo de Cliente tendo em conta o seu nível de tensão.

Para mais informação sobre as componentes que constituem a sua fatura de energia elétrica, poderá consultar o site www.erse.pt ou o canal empresas do site www.edp.pt.

Valor Total a Pagar :

11.260,07

PAGÁVEL EM MULTIBANCO E EDP COMERCIAL**MB Pagamento por Multibanco**

ENTIDADE 21196
REFERÊNCIA 057314510
MONTANTE 11.260,07

O talão emitido pelo caixa automático faz prova de pagamento: conserve-o.

Conta Contrato 0001095700 - Pagável até 11/03/2013 - Valor a pagar 11.260,07

Compagnie Generale Des Eaux (Portugal), S.A.
N.º de Fatura: 11130000024159

DATA: 15/02/2013 ENTREGUE: 17/04

CLASSE DE PAGAMENTO: CLASSE DE PAGAMENTO

15.04.2013

Detalhes da factura:

| | Período a Facturar | | Quantidades | Preço Unit. | Factor | Taxa IVA | Valorização |
|--|--------------------|------------|----------------|-------------|--------|----------|-------------|
| | Data Início | Data fim | (kWh/kvarh/kW) | (Euros) | (X) | | (Euros) |
| Energia Activa | | | | | | | |
| Vazio Normal (Vn) | 01/01/2013 | 31/01/2013 | 42.124,0000 | 0,0574 | 1,0000 | (23%) | 2.416,95 |
| Super Vazio (SV) | 01/01/2013 | 31/01/2013 | 44.090,0000 | 0,0482 | 1,0000 | (23%) | 2.124,87 |
| Ponta (P) | 01/01/2013 | 31/01/2013 | 1.236,0000 | 0,0707 | 1,0000 | (23%) | 87,33 |
| Cheia (C) | 01/01/2013 | 31/01/2013 | 23.739,0000 | 0,0645 | 1,0000 | (23%) | 1.531,26 |
| Redes Energia Activa | | | | | | | |
| Redes Vazio Normal (Vn) | 01/01/2013 | 31/01/2013 | 42.124,0000 | 0,0150 | 1,0000 | (23%) | 631,86 |
| Redes Super Vazio (SV) | 01/01/2013 | 31/01/2013 | 44.090,0000 | 0,0144 | 1,0000 | (23%) | 634,90 |
| Redes Ponta (P) | 01/01/2013 | 31/01/2013 | 1.236,0000 | 0,0268 | 1,0000 | (23%) | 33,12 |
| Redes Cheia (C) | 01/01/2013 | 31/01/2013 | 23.739,0000 | 0,0236 | 1,0000 | (23%) | 560,24 |
| Redes Potência | | | | | | | |
| Contratada | 01/01/2013 | 31/01/2013 | 633,0000 | 1,4270 | 1,0192 | (23%) | 920,61 |
| Horas de Ponta | 01/01/2013 | 31/01/2013 | 11,2364 | 8,7520 | 1,0192 | (23%) | 100,25 |
| Imposto sobre Consumo Electricidade | 01/01/2013 | 31/01/2013 | 111.189,0000 | 0,0010 | 1,0000 | (23%) | 111,19 |
| Contribuição Áudio-Visual | | | 1,0000 | 2,2500 | 1,0000 | (6%) | 2,25 |
| Total (antes de IVA) | | | | | | | 9.152,58 |
| IVA (23%) | | | | | | | 2.105,10 |
| Total (antes de IVA) | | | | | | | 2,25 |
| IVA (6%) | | | | | | | 0,14 |

Valor Total a Pagar: 11.260,07

Quadro geral de leituras e consumos do período: 01/01/2013 a 31/01/2013

| Elementos Medidos | Nº Contador | Período Activo | | Leituras Efectuadas | | Diferenças Leituras | Factor Multip. | Cons. Registrado (kWh/kvarh/kW) |
|-----------------------------|-------------|----------------|------------|---------------------|-------|---------------------|----------------|---------------------------------|
| | | Data Início | Data Fim | Inicial | Final | | | |
| Energia Activa Super Vazio | 14054265 | 01/01/2013 | 31/01/2013 | 0 | 44090 | 44090 | 1,00 | 44.090,00 |
| Energia Activa Ponta | 14054265 | 01/01/2013 | 31/01/2013 | 0 | 1236 | 1236 | 1,00 | 1.236,00 |
| Energia Activa Cheia | 14054265 | 01/01/2013 | 31/01/2013 | 0 | 23739 | 23739 | 1,00 | 23.739,00 |
| Energia Activa Vazio Normal | 14054265 | 01/01/2013 | 31/01/2013 | 0 | 42124 | 42124 | 1,00 | 42.124,00 |

Informação Adicional:

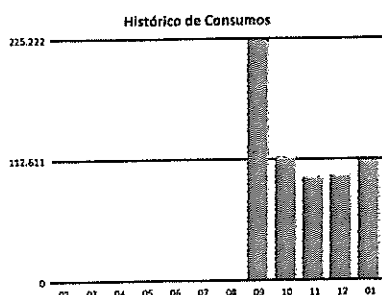
i) O Total da factura inclui os encargos relativos ao Acesso às Redes no valor de € 2880,98, antes de IVA (valor independente do comercializador). ii) Os custos de interesse económico geral (CIEG) incluídos no Acesso às Redes correspondem a € 1210,01, antes de IVA. Este valor é calculado com base nos factores estabelecidos pela ERSE e diferenciados por tipo de fornecimento MAT, AT, MT, BTE e BTN.

As quantidades facturadas incluem perdas calculadas de acordo com o estabelecido no Regulamento das Relações Comerciais. Para o cálculo das componentes das energias reactivas, considera-se o ciclo semanal com feriados. As quantidades facturadas podem ser confirmadas no nosso sítio da Internet

Factor de potência no período de facturação: 0,91

Esta factura já reflecte o imposto sobre o Consumo de Electricidade, introduzido pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de Dezembro.

Se efetua pagamentos por transferência ou depósito na nossa conta bancária, agradecemos envio por e-mail da informação detalhada (valor, data e facturas liquidadas), para o endereço cobranças@edp.pt.

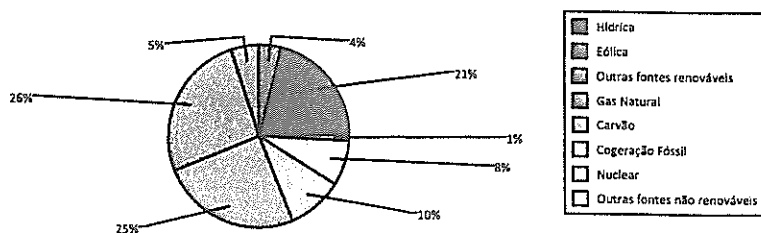


Cálculo médio diário
Do período
facturado

3587 kWh
Dos últimos 12
meses

3708 kWh

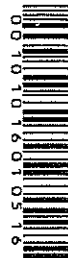
Fontes de Energia



Emissão de CO2 associada aos
consumos de energia desta Factura :
* 41604,7 Kg

Saiba mais no canal empresas do sítio www.edp.pt ou em www.erse.pt. A informação apresentada corresponde ao mix médio de fontes de energia do ano 2011. O valor é negativo quando é acerto de facturas anteriormente emitidas.

Para pagamento, de forma simples e gratuita, adira ao Sistema de Débito Directo através do Multibanco. Escolha Débitos Directos e introduza os dados :
Ident. Credor:101632. Nº de Autorização:74654392197. Confirme com a tecla verde.





Código Ident. Local: 0108360448

Sede social: Praça Marquês de Pombal, nº 13, 1250-162 Lisboa
Atendimento Comercial: 808 500 808 (dias úteis das 8h às 20h)
Assistência Técnica: 800 506 506 (24h por dia)
Na Internet: www.edp.pt



Compagnie Generale Des Eaux (Portugal), Sa
Rua 1 Maio 1
Mafra
2640-455 Mafra

Correio da Serra
32

Dados do Contrato:

Titular do Contrato: Compagnie Generale Des Eaux (Portugal), Sa
Morada Local de Consumo: Forno Coelho S/N Mafra 2665 Milharado
Número do Contrato: 00021300066952
Número de Conta: 0001095700
Número ID. Fiscal: 502646802
Tarifa do Contrato: Energia + Redes - MT
Ciclo Horário: FER - Ciclo Semanal com Feriados
Potências: REQUISITADA INSTALADA CONTRATADA
581.25 kVA 1250.00 kVA 581.25 kW

Gestor de Clientes /Contactos:

Carlos Freire
email: Carlos.Freire@edp.pt
Telefone: 210024342

Código Ponto de Entrega:

PT0002000108360448ZE

Resumo da conta-corrente (período de: 01/02/2013 a 28/02/2013)

| Movimentos no período (€) | Débitos | Créditos | Saldo |
|---------------------------|----------|----------|-------------|
| Saldo anterior | | | 67.459,28 D |
| Valores facturados | 9.552,69 | | 77.011,97 D |
| Saldo actual | | | 77.011,97 D |

(D) - Débito; (C) - Crédito

Dados da Factura de Electricidade:

| Detalhes da factura | Data Emissão | Período de Facturação | Limite de Pagamento | Valor a pagar |
|---------------------|--------------|-------------------------|---------------------|---------------|
| 11130000044391 | 04/03/2013 | 01/02/2013 a 28/02/2013 | 03/04/2013 | 9.552,69 |

Facturação:

| | VALORIZAÇÃO (Euros) | IVA (%) | VALORIZAÇÃO (Euros) |
|---------------------------------|------------------------|------------|------------------------|
| Energia Activa | 5.212,86 | (23%) | |
| Redes Energia Activa | 1.556,10 | (23%) | |
| Redes Potência Contratada | 763,54 | (23%) | |
| Redes Potência Horas de Ponta | 136,79 | (23%) | |
| Imposto s/Consumo Electricidade | 95,18 | (23%) | |
| Total CAV | 2,25 | (6%) | |
| Total (antes de IVA) | 7.764,47 | (23%) | 1.785,83 |
| Total (antes de IVA) | 2,25 | (6%) | 0,14 |

Informação:

De acordo com o disposto no n.º1 do artigo 222.º do Regulamento de Relações Comerciais (RRC), os comercializadores devem informar anualmente os seus Clientes sobre a composição das tarifas e preços de electricidade aplicáveis, incluindo os custos de interesse económico geral (CIEG).

Os preços de electricidade pagos pelos consumidores têm as seguintes componentes: Energia, Redes e Custos de Interesse Económico Geral (CIEG).

A desagregação dos preços por componente depende do tipo de Cliente tendo em conta o seu nível de tensão.

Para mais informação sobre as componentes que constituem a sua fatura de energia eléctrica, poderá consultar o site www.erse.pt ou o canal empresas do site www.edp.pt.

Valor Total a Pagar: 9.552,69**PAGÁVEL EM MULTIBANCO E EDP COMERCIAL****MB Pagamento por Multibanco**

ENTIDADE 21196

REFERÊNCIA 059788710

MONTANTE 9.552,69

O talão emitido pelo caixa automático faz prova de pagamento: conserve-o.

Conta Contrato

0001095700

Pagável até

03/04/2013

Valor a pagar

9.552,69

Detalhes da factura:

| | Período a Facturar | | Quantidades | Preço Unit. | Factor | Taxa IVA | Valorização |
|--|--------------------|------------|----------------|-------------|--------|----------|-------------|
| | Data Início | Data fim | (kWh/kvarh/kW) | (Euros) | (X) | | (Euros) |
| Energia Activa | | | | | | | |
| Vazio Normal (Vn) | 01/02/2013 | 28/02/2013 | 36.473,0000 | 0,0574 | 1,0000 | (23%) | 2.092,71 |
| Super Vazio (SV) | 01/02/2013 | 28/02/2013 | 41.505,0000 | 0,0482 | 1,0000 | (23%) | 2.000,29 |
| Ponta (P) | 01/02/2013 | 28/02/2013 | 1.698,0000 | 0,0707 | 1,0000 | (23%) | 119,98 |
| Cheia (C) | 01/02/2013 | 28/02/2013 | 15.501,0000 | 0,0645 | 1,0000 | (23%) | 999,88 |
| Redes Energia Activa | | | | | | | |
| Redes Vazio Normal (Vn) | 01/02/2013 | 28/02/2013 | 36.473,0000 | 0,0150 | 1,0000 | (23%) | 547,10 |
| Redes Super Vazio (SV) | 01/02/2013 | 28/02/2013 | 41.505,0000 | 0,0144 | 1,0000 | (23%) | 597,67 |
| Redes Ponta (P) | 01/02/2013 | 28/02/2013 | 1.698,0000 | 0,0268 | 1,0000 | (23%) | 45,51 |
| Redes Cheia (C) | 01/02/2013 | 28/02/2013 | 15.501,0000 | 0,0236 | 1,0000 | (23%) | 365,82 |
| Redes Potência | | | | | | | |
| Contratada | 01/02/2013 | 28/02/2013 | 581,2500 | 1,4270 | 0,9205 | (23%) | 763,54 |
| Horas de Ponta | 01/02/2013 | 28/02/2013 | 16,9800 | 8,7520 | 0,9205 | (23%) | 136,79 |
| Imposto sobre Consumo Electricidade | 01/02/2013 | 28/02/2013 | 95.177,0000 | 0,0010 | 1,0000 | (23%) | 95,18 |
| Contribuição Audio-Visual | | | 1,0000 | 2,2500 | 1,0000 | (6%) | 2,25 |
| Total (antes de IVA) | | | | | | | 7.764,47 |
| IVA (23%) | | | | | | | 1.785,83 |
| Total (antes de IVA) | | | | | | | 2,25 |
| IVA (6%) | | | | | | | 0,14 |

Valor Total a Pagar:

9.552,69

Quadro geral de leituras e consumos do período: 01/02/2013 a 28/02/2013

| Elementos Medidos | Nº | Período Activo | | Leituras Efectuadas | | Diferenças | Factor | Cons. Registrado |
|-----------------------------|----------|----------------|------------|---------------------|-------|------------|---------|------------------|
| | Contador | Data Início | Data Fim | Inicial | Final | Leituras | Multip. | (kWh/kvarh/kW) |
| Energia Activa Super Vazio | 14054265 | 01/02/2013 | 28/02/2013 | 0 | 41505 | 41505 | 1,00 | 41.505,00 |
| Energia Activa Ponta | 14054265 | 01/02/2013 | 28/02/2013 | 0 | 1698 | 1698 | 1,00 | 1.698,00 |
| Energia Activa Cheia | 14054265 | 01/02/2013 | 28/02/2013 | 0 | 15501 | 15501 | 1,00 | 15.501,00 |
| Energia Activa Vazio Normal | 14054265 | 01/02/2013 | 28/02/2013 | 0 | 36473 | 36473 | 1,00 | 36.473,00 |

Informação Adicional:

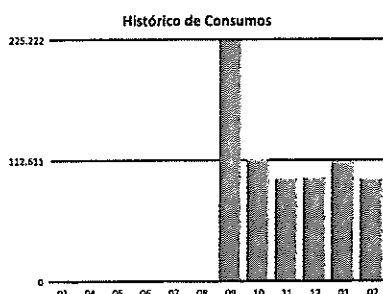
i) O Total da factura inclui os encargos relativos ao Acesso às Redes no valor de € 2456,43, antes de IVA (valor independente do comercializador). ii) Os custos de interesse económico geral (CIEG) incluídos no Acesso às Redes correspondem a € 1031,70, antes de IVA. Este valor é calculado com base nos factores estabelecidos pela ERSE e diferenciados por tipo de fornecimento MAT, AT, MT, BTE e BTN.

As quantidades facturadas incluem perdas calculadas de acordo com o estabelecido no Regulamento das Relações Comerciais. Para o cálculo das componentes das energias reactivas, considera-se o ciclo semanal com feriados. As quantidades facturadas podem ser confirmadas no nosso sítio da Internet

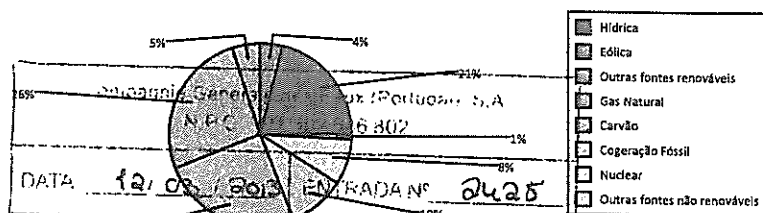
Factor de potência no período de facturação: 0,86

Esta factura já reflecte o Imposto sobre o Consumo de Electricidade, introduzido pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de Dezembro.

Se efetua pagamentos por transferência ou depósito na nossa conta bancária, agradecemos envio por e-mail da informação detalhada (valor, data e facturas liquidadas), para o endereço cobranças@edp.pt.



Fontes de Energia



Para pagamento, de forma simples e gratuita, adira ao Sistema de Débito Directo através do Multibanco. Escolha Débitos Directos e introduza os dados: Ident. Credor:101632. Nº de Autorização:74654392197. Confirme com a tecla verde.





Código Ident. Local: 0108360448

32
CASAIS DA
SERPA

Sede social: Praça Marquês de Pombal, nº 13, 1250-162 Lisboa
Atendimento Comercial: 808 500 808 (dias úteis das 8h às 20h)
Assistência Técnica: 800 506 506 (24h por dia)
Na Internet: www.edp.pt



Compagnie Generale Des Eaux (Portugal), Sa
Rua 1 Maio 1
Mafra
2640-455 Mafra

220

Dados do Contrato:

Titular do Contrato: Compagnie Generale Des Eaux (Portugal), Sa
Morada Local de Consumo: Forno Coelho S/N Mafra 2665 Milharado
Número do Contrato: 00021300056952
Número de Conta: 0001095700
Número ID. Fiscal: 502646802
Tarifa do Contrato: Energia + Redes - MT
Ciclo Horário: FER - Ciclo Semanal com Feriados
Potências: REQUISITADA INSTALADA CONTRATADA
581.25 kVA 1250.00 kVA 581.25 kW

Gestor de Clientes /Contactos:

Equipa Comercial
email: comercial.pmes@edp.pt
Telefone: 210023310

Código Ponto de Entrega:

PT0002000108360448ZE

Resumo da conta-corrente (período de: 01/03/2013 a 31/03/2013)

| Movimentos no período (€) | Débitos | Créditos | Saldo |
|---------------------------|-----------|-----------|-------------|
| Saldo anterior | | | 77.011,97 D |
| Pagamentos efectuados | | 67.459,28 | 9.552,69 D |
| Valores facturados | 10.097,57 | | 19.650,26 D |
| Saldo actual | | | 19.650,26 D |

(D) - Débito; (C) - Crédito

Dados da Fatura de Electricidade:

| Detalhes da fatura | Data Emissão | Período de Facturação | Limite de Pagamento | Valor a pagar |
|--------------------|--------------|-------------------------|---------------------|---------------|
| 11130000074774 | 04/04/2013 | 01/03/2013 a 31/03/2013 | 06/05/2013 | 10.097,57 |

Facturação:

| | VALORIZAÇÃO (Euros) | IVA | VALORIZAÇÃO (Euros) |
|---------------------------------|---------------------|-------|---------------------|
| Energia Activa | 5.493,07 | (23%) | |
| Redes Energia Activa | 1.627,00 | (23%) | |
| Redes Potência Contratada | 845,34 | (23%) | |
| Redes Potência Horas de Ponta | 141,37 | (23%) | |
| Imposto s/Consumo Electricidade | 100,69 | (23%) | |
| Total CAV | 2,25 | (6%) | |
| Total (antes de IVA) | 8.207,47 | (23%) | 1.887,71 |
| Total (antes de IVA) | 2,25 | (6%) | 0,14 |

Informação:

De acordo com o disposto no n.º1 do artigo 222.º do Regulamento de Relações Comerciais (RRC), os comercializadores devem informar anualmente os seus Clientes sobre a composição das tarifas e preços de electricidade aplicáveis, incluindo os custos de interesse económico geral (CIEG).

Os preços de electricidade pagos pelos consumidores têm as seguintes componentes: Energia, Redes e Custos de Interesse Económico Geral (CIEG).

A desagregação dos preços por componente depende do tipo de Cliente tendo em conta o seu nível de tensão.

Para mais informação sobre as componentes que constituem a sua fatura de energia elétrica, poderá consultar o site www.erse.pt ou o canal empresas do site www.edp.pt.

Valor Total a Pagar : 10.097,57

15.04.2013

PAGÁVEL EM MULTIBANCO E EDP COMERCIAL

| MB Pagamento por Multibanco | |
|---|-----------|
| ENTIDADE | 21196 |
| REFERÊNCIA | 063386610 |
| MONTANTE | 10.097,57 |
| O talão emitido pelo caixa automático faz prova de pagamento: conserve-o. | |

| Conta Contrato | Pagável até | Valor a pagar |
|----------------|-------------|---------------|
| 0001095700 | 06/05/2013 | 10.097,57 |



EDP Comercial - Comercialização de Energia, S.A. SEDE SOCIAL: Pr. Marquês de Pombal, 13 1250-162 Lisboa
Reg. na CRC de Lisboa nº 5447 - NIPC 509504564 CAPITAL SOCIAL: € 20 814 695
Lido por computador - Conserve este documento - válido como recibo após boa col

Detalhes da factura:

| | Período a Facturar | | Quantidades | Prego Unit. | Factor | Taxa IVA | Valorização |
|--|--------------------|------------|----------------|-------------|--------|----------|-------------|
| | Data Início | Data fim | (kWh/kvarh/kW) | (Euros) | (X) | | (Euros) |
| Energia Activa | | | | | | | |
| Vazio Normal (Vn) | 01/03/2013 | 31/03/2013 | 40.111,0000 | 0,0574 | 1,0000 | (23%) | 2.301,45 |
| Super Vazio (SV) | 01/03/2013 | 31/03/2013 | 44.511,0000 | 0,0482 | 1,0000 | (23%) | 2.145,16 |
| Ponta (P) | 01/03/2013 | 31/03/2013 | 1.585,0000 | 0,0707 | 1,0000 | (23%) | 111,99 |
| Cheia (C) | 01/03/2013 | 31/03/2013 | 14.487,0000 | 0,0645 | 1,0000 | (23%) | 934,47 |
| Redes Energia Activa | | | | | | | |
| Redes Vazio Normal (Vn) | 01/03/2013 | 31/03/2013 | 40.111,0000 | 0,0150 | 1,0000 | (23%) | 601,67 |
| Redes Super Vazio (SV) | 01/03/2013 | 31/03/2013 | 44.511,0000 | 0,0144 | 1,0000 | (23%) | 640,96 |
| Redes Ponta (P) | 01/03/2013 | 31/03/2013 | 1.585,0000 | 0,0268 | 1,0000 | (23%) | 42,48 |
| Redes Cheia (C) | 01/03/2013 | 31/03/2013 | 14.487,0000 | 0,0236 | 1,0000 | (23%) | 341,89 |
| Redes Potência | | | | | | | |
| Contratada | 01/03/2013 | 31/03/2013 | 581,2500 | 1,4270 | 1,0192 | (23%) | 845,34 |
| Horas de Ponta | 01/03/2013 | 31/03/2013 | 15,8500 | 8,7520 | 1,0192 | (23%) | 141,37 |
| Imposto sobre Consumo Electricidade | 01/03/2013 | 31/03/2013 | 100.694,0000 | 0,0010 | 1,0000 | (23%) | 100,69 |
| Contribuição Áudio-Visual | | | 1,0000 | 2,2500 | 1,0000 | (6%) | 2,25 |
| Total (antes de IVA) | | | | | | | 8.207,47 |
| IVA (23%) | | | | | | | 1.887,71 |
| Total (antes de IVA) | | | | | | | 2,25 |
| IVA (6%) | | | | | | | 0,14 |

Valor Total a Pagar:

10.097,57

Quadro geral de leituras e consumos do período: 01/03/2013 a 31/03/2013

| Elementos Medidos | Nº | Período Activo | | Leituras Efectuadas | | Diferenças | Factor | Cons. Registrado |
|-----------------------------|----------|----------------|------------|---------------------|-------|------------|---------|------------------|
| | Contador | Data Início | Data Fim | Inicial | Final | Leituras | Multip. | (kWh/kvarh/kW) |
| Energia Activa Super Vazio | 14054265 | 01/03/2013 | 31/03/2013 | 0 | 44511 | 44511 | 1,00 | 44.511,00 |
| Energia Activa Ponta | 14054265 | 01/03/2013 | 31/03/2013 | 0 | 1585 | 1585 | 1,00 | 1.585,00 |
| Energia Activa Cheia | 14054265 | 01/03/2013 | 31/03/2013 | 0 | 14487 | 14487 | 1,00 | 14.487,00 |
| Energia Activa Vazio Normal | 14054265 | 01/03/2013 | 31/03/2013 | 0 | 40111 | 40111 | 1,00 | 40.111,00 |

Informação Adicional:

i) O Total da factura inclui os encargos relativos ao Acesso às Redes no valor de € 2613,71, antes de IVA (valor independente do comercializador). ii) Os custos de Interesse económico geral (CIEG) incluídos no Acesso às Redes correspondem a € 1097,76, antes de IVA. Este valor é calculado com base nos factores estabelecidos pela ERSE e diferenciados por tipo de fornecimento MAT, AT, MT, BTE e BTN.

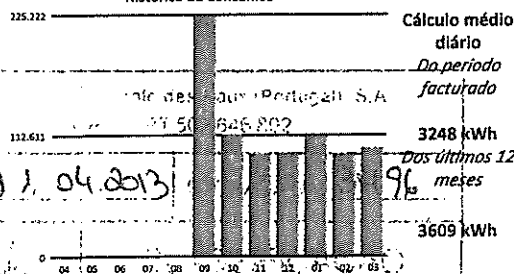
As quantidades facturadas incluem perdas calculadas de acordo com o estabelecido no Regulamento das Relações Comerciais. Para o cálculo das componentes das energias reactivas, considera-se o ciclo semanal com feriados. As quantidades facturadas podem ser confirmadas no nosso sítio da Internet

Factor de potência no período de facturação: 0,82

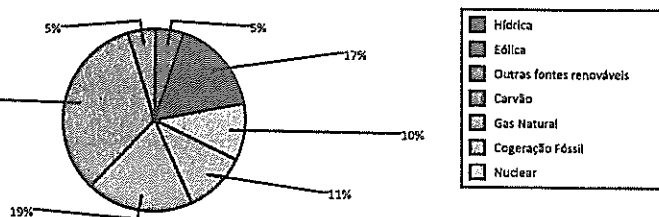
Esta factura já reflecte o Imposto sobre o Consumo de Electricidade, introduzido pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de Dezembro.

Se efetua pagamentos por transferência ou depósito na nossa conta bancária, agradecemos envio por e-mail da informação detalhada (valor, data e facturas liquidadas), para o endereço cobranças@edp.pt.

Histórico de Consumos



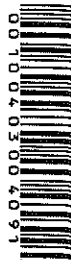
Fontes de Energia



Emissão de CO2 associada aos consumos de energia desta Factura:
*43042,66 Kg

Saiba mais no canal empresas do sítio www.edp.pt ou em www.erse.pt. A informação apresentada corresponde ao mix médio de fontes de energia do ano 2012. O valor é negativo quando é acerto de facturas anteriormente emitidas.

Para pagamento, de forma simples e gratuita, adira ao Sistema de Débito Directo através do Multibanco. Escolha Débitos Directos e introduza os dados: Ident. Credor:101632. Nº de Autorização:74654392197. Confirme com a tecla verde.





Rui Covas

1/2

Código Ident. Local: 0108360448

Sede social: Praça Marquês de Pombal, nº 13, 1250-162 Lisboa
 Atendimento Comercial: 808 500 808 (dias úteis das 8h às 20h)
 Assistência Técnica: 800 506 506 (24h por dia)
 Na Internet: www.edp.pt



Compagnie Generale Des Eaux (Portugal), Sa
 Rua 1 Maio 1
 Mafra
 2640-455 MAFRA

Cosais da Serra
 32

Dados do Contrato:

Titular do Contrato: Compagnie Generale Des Eaux (Portugal), Sa
 Morada Local de Consumo: Forno Coelho S/N Mafra 2665-000 MILHARADO
 Número do Contrato: 00021300066952
 Número de Conta: 0001095700
 Número ID. Fiscal: 502646802
 Tarifa do Contrato: Energia + Redes - MT
 Ciclo Horário: FER - Ciclo Semanal com Feriados
 Potências: REQUISITADA INSTALADA CONTRATADA
 581.25 kVA 1250.00 kVA 581.25 kW

Gestor de Clientes /Contactos:

João Fernando Ribeiro
 email: comercial.estado@edp.pt
 Telefone: 808500808

Código Ponto de Entrega:

PT0002000108360448ZE

Resumo da conta corrente (período de: 01/04/2013 a 30/04/2013)

| Movimentos no período (€) | Débitos | Créditos | Saldo |
|---------------------------|-----------|----------|-------------|
| Saldo anterior | | | 19.650,26 D |
| Pagamentos efectuados | | 9.552,69 | 10.097,57 D |
| Valores facturados | 10.505,52 | | 20.603,09 D |
| Saldo actual | | | 20.603,09 D |

(D) - Débito; (C) - Crédito

Dados da Fatura de Electricidade:

| Detalhes da factura | Data Emissão | Período de Facturação | Limite de Pagamento | Valor a pagar |
|---------------------|--------------|-------------------------|---------------------|---------------|
| 11130000104012 | 07/05/2013 | 01/04/2013 a 30/04/2013 | 06/06/2013 | 10.505,52 |

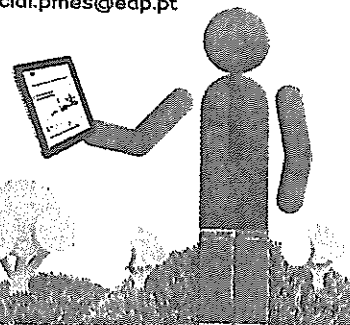
Facturação:

| | VALORIZAÇÃO (Euros) | IVA | VALORIZAÇÃO (Euros) |
|---------------------------------|---------------------|-------|---------------------|
| Energia Activa | 5.813,59 | (23%) | |
| Redes Energia Activa | 1.765,82 | (23%) | |
| Redes Potência Contratada | 818,08 | (23%) | |
| Redes Potência Horas de Ponta | 36,43 | (23%) | |
| Imposto s/Consumo Electricidade | 105,21 | (23%) | |
| Total CAV | 2,25 | (6%) | |
| Total (antes de IVA) | 8.539,13 | (23%) | 1.964,00 |
| Total (antes de IVA) | 2,25 | (6%) | 0,14 |

Informação:**Adira à Fatura Eletrónica**

A mesma informação num formato mais prático e ecológico

Adira já através do 210 023 310 ou do email comercial.pmes@edp.pt



Valor Total a Pagar : 10.505,52

Rui Covas
 21.05.2013

PAGÁVEL EM MULTIBANCO E EDP COMERCIAL**MB Pagamento por Multibanco**

ENTIDADE 21196
 REFERÊNCIA 066861910
 MONTANTE 10.505,52

O talão emitido pelo caixa automático faz prova de pagamento: conserve-o.

Conta Contrato

0001095700

Pagável até

06/06/2013

Valor a pagar

10.505,52

Detalhes da factura:

| | Período a Facturar | | Quantidades (kWh/kvarh/kW) | Preço Unit. (Euros) | Factor (X) | Taxa IVA | Valorização (Euros) |
|--|--------------------|------------|-------------------------------|------------------------|---------------|----------|------------------------|
| | Data Início | Data fim | | | | | |
| Energia Activa | | | | | | | |
| Vazio Normal (Vn) | 01/04/2013 | 30/04/2013 | 41.742,0000 | 0,0574 | 1,0000 | (23%) | 2.395,03 |
| Super Vazio (SV) | 01/04/2013 | 30/04/2013 | 41.514,0000 | 0,0482 | 1,0000 | (23%) | 2.000,73 |
| Ponta (P) | 01/04/2013 | 30/04/2013 | 266,0000 | 0,0707 | 1,0000 | (23%) | 18,80 |
| Cheia (C) | 01/04/2013 | 30/04/2013 | 21.689,0000 | 0,0645 | 1,0000 | (23%) | 1.399,03 |
| Redes Energia Activa | | | | | | | |
| Redes Vazio Normal (Vn) | 01/04/2013 | 30/04/2013 | 41.742,0000 | 0,0151 | 1,0000 | (23%) | 630,30 |
| Redes Super Vazio (SV) | 01/04/2013 | 30/04/2013 | 41.514,0000 | 0,0148 | 1,0000 | (23%) | 614,41 |
| Redes Ponta (P) | 01/04/2013 | 30/04/2013 | 266,0000 | 0,0266 | 1,0000 | (23%) | 7,08 |
| Redes Cheia (C) | 01/04/2013 | 30/04/2013 | 21.689,0000 | 0,0237 | 1,0000 | (23%) | 514,03 |
| Redes Potência | | | | | | | |
| Contratada | 01/04/2013 | 30/04/2013 | 581,2500 | 1,4270 | 0,9863 | (23%) | 818,08 |
| Horas de Ponta | 01/04/2013 | 30/04/2013 | 4,2222 | 8,7520 | 0,9863 | (23%) | 36,43 |
| Imposto sobre Consumo Electricidade | 01/04/2013 | 30/04/2013 | 105.211,0000 | 0,0010 | 1,0000 | (23%) | 105,21 |
| Contribuição Áudio-Visual | | | 1,0000 | 2,2500 | 1,0000 | (6%) | 2,25 |
| Total (antes de IVA) | | | | | | | 8.539,13 |
| IVA (23%) | | | | | | | 1.964,00 |
| Total (antes de IVA) | | | | | | | 2,25 |
| IVA (6%) | | | | | | | 0,14 |

Valor Total a Pagar:

10.505,52

Quadro geral de leituras e consumos do período: 01/04/2013 a 30/04/2013

| Elementos Medidos | Nº | Período Activo | | Leituras Efectuadas | | Diferenças | Factor | Cons. Registrado (kWh/kvarh/kW) |
|-----------------------------|----------|----------------|------------|---------------------|-------|------------|--------|------------------------------------|
| | | Data Início | Data Fim | Inicial | Final | Leituras | | |
| Energia Activa Super Vazio | 14054265 | 01/04/2013 | 30/04/2013 | 0 | 41514 | 41514 | 1,00 | 41.514,00 |
| Energia Activa Ponta | 14054265 | 01/04/2013 | 30/04/2013 | 0 | 266 | 266 | 1,00 | 266,00 |
| Energia Activa Cheia | 14054265 | 01/04/2013 | 30/04/2013 | 0 | 21689 | 21689 | 1,00 | 21.689,00 |
| Energia Activa Vazio Normal | 14054265 | 01/04/2013 | 30/04/2013 | 0 | 41742 | 41742 | 1,00 | 41.742,00 |

Informação Adicional:

i) O Total da factura inclui os encargos relativos ao Acesso às Redes no valor de € 2620,33, antes de IVA (valor independente do comercializador). ii) Os custos de interesse económico geral (CIEG) incluídos no Acesso às Redes correspondem a € 1100,54, antes de IVA. Este valor é calculado com base nos factores estabelecidos pela ERSE e diferenciados por tipo de fornecimento MAT, AT, MT, BTE e BTN.

As quantidades facturadas incluem perdas calculadas de acordo com o estabelecido no Regulamento das Relações Comerciais. Para o cálculo das componentes das energias reactivas, considera-se o ciclo semanal com feriados. As quantidades facturadas podem ser confirmadas no nosso sítio da Internet

Factor de potência no período de facturação: 0,82

Esta factura já reflecte o Imposto sobre o Consumo de Electricidade, introduzido pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de Dezembro.

Se efetua pagamentos por transferência ou depósito na nossa conta bancária, agradecemos envio por e-mail da informação detalhada (valor, data e facturas liquidadas), para o endereço cobranças@edp.pt.

Histórico de Consumos

225.222

Cálculo médio

diário

Do período

facturado

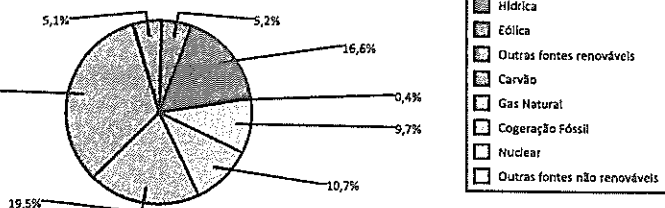
3507 kWh

Dos últimos 12

meses

3597 kWh

Fontes de Energia



Emissão de CO2 associada aos consumos de energia desta Factura:
*44873.49 Kg

Saiba mais no canal empresas do sítio www.edp.pt ou em www.erse.pt. A informação apresentada corresponde ao mix médio de fontes de energia do ano 2012. O valor é negativo quando é acerto de facturas anteriormente emitidas.

Para pagamento, de forma simples e gratuita, adira ao Sistema de Débito Directo através do Multibanco. Escolha Débitos Directos e introduza os dados:
Ident. Credor:101632. Nº de Autrização:74654392197. Confirme com a tecla verde.



Rui Covas

Código Ponto Local: 0100360415

Casseis Serra

32

Sede social: Praça Marquês de Pombal, nº 13, 1250-162 Lisboa
 Atendimento Comercial: 808 500 808 (dias úteis das 8h às 20h)
 Assistência Técnica: 800 506 506 (24h por dia)
 Na Internet: www.edp.pt



Compagnie Generale Des Eaux Portugal Sa
 Rua 1 Maio 1
 Mafra
 2640-455 MAFRA

232

Dados do Contrato:

Titular do Contrato: Compagnie Generale Des Eaux Portugal Sa
 Morada Local de Consumo: Forno Coelho S/N Mafra
 2665-000 MILHARADO
 Número do Contrato: 00021300066952
 Número de Conta: 0001095700
 Número ID. Fiscal: 502646802
 Tarifa do Contrato: Energia + Redes - MT
 Ciclo Horário: FER - Ciclo Semanal com Feriados
 Potências: REQUISITADA INSTALADA CONTRATADA
 581.25 kVA 1250.00 kVA 581.25 kW

Gestor de Clientes / Contatos:

João Fernando Ribeiro
 email: comercial.estado@edp.pt
 Telefone: 808500808

Código Ponto de Entrega:

PT00020001083604482E

Resumo da conta corrente (período de: 01/05/2013 a 31/05/2013)

| Movimentos no período (€) | Débitos | Créditos | Saldo |
|---------------------------|-----------|-----------|-------------|
| Saldo anterior | | | 20.603,09 D |
| Pagamentos efectuados | | 10.097,57 | 10.505,52 D |
| Valores facturados | 12.060,35 | | 22.565,87 D |
| Saldo actual | | | 22.565,87 D |

(D) - Débito; (C) - Crédito

Dados da Fatura de Electricidade:

| Detalhes da fatura | Data Emissão | Período de Facturação | Limite de Pagamento | Valor a pagar |
|--------------------|--------------|-------------------------|---------------------|---------------|
| 11130000132593 | 04/06/2013 | 01/05/2013 a 31/05/2013 | 04/07/2013 | 12.060,35 |

Facturação:

| | VALORIZAÇÃO (Euros) | IVA (23%) | VALORIZAÇÃO (Euros) |
|---------------------------------|------------------------|--------------|------------------------|
| Energia Activa | 6.711,43 | (23%) | |
| Energia Reactiva | 28,65 | (23%) | |
| Redes Energia Activa | 2.060,00 | (23%) | |
| Redes Potência Contratada | 845,34 | (23%) | |
| Redes Potência Horas de Ponta | 37,01 | (23%) | |
| Imposto s/Consumo Electricidade | 120,79 | (23%) | |
| Total CAV | 2,25 | (6%) | |
| Total (antes de IVA) | 9.803,22 | (23%) | 2.254,74 |
| Total (antes de IVA) | 2,25 | (6%) | 0,14 |

Informação:

De acordo com o disposto no n.º1 do artigo 222.º do Regulamento de Relações Comerciais (RRC), os comercializadores devem informar anualmente os seus Clientes sobre a composição das tarifas e preços de electricidade aplicáveis, incluindo os custos de interesse económico geral (CIEG).

Os preços de electricidade pagos pelos consumidores têm as seguintes componentes: Energia, Redes e Custos de Interesse Económico Geral (CIEG).

A desagregação dos preços por componente depende do tipo de Cliente tendo em conta o seu nível de tensão.

Para mais informação sobre as componentes que constituem a sua fatura de energia elétrica, poderá consultar o site www.erse.pt ou o canal empresas do site www.edp.pt.

Valor Total a Pagar: 12.060,35**PAGÁVEL EM MULTIBANCO E EDP COMERCIAL****MB Pagamento por Multibanco**

ENTIDADE 21196
 REFERÊNCIA 070369910
 MONTANTE 12.060,35

O talão emitido pelo caixa automático faz prova de pagamento: **consERVE-o.**

Conta Contrato

0001095700

| | | |
|-------------|------------|-------------|
| DATA | 12/06/2013 | 5472 |
| CONTO | TERMINO | DEBITO |
| Nº OPERAÇÃO | DEBITO | CREDITO |
| ENTRADA | ARMAZEM | Pagável até |
| 04/07/2013 | 12.060,35 | |
| CH.Nº | | |

13.06.2013

Detalhes da factura:

| | Período a Facturar | | Quantidades | Preço Unit. | Factor | Taxa IVA | Valorização |
|--|--------------------|------------|----------------|-------------|--------|----------|-------------|
| | Data Início | Data fim | (kWh/kvarh/kW) | (Euros) | (X) | | (Euros) |
| Energia Activa | | | | | | | |
| Vazio Normal (Vn) | 01/05/2013 | 31/05/2013 | 45.278,0000 | 0,0574 | 1,0000 | (23%) | 2.597,92 |
| Super Vazio (SV) | 01/05/2013 | 31/05/2013 | 46.524,0000 | 0,0482 | 1,0000 | (23%) | 2.242,18 |
| Ponta (P) | 01/05/2013 | 31/05/2013 | 274,0000 | 0,0707 | 1,0000 | (23%) | 19,36 |
| Cheia (C) | 01/05/2013 | 31/05/2013 | 28.711,0000 | 0,0645 | 1,0000 | (23%) | 1.851,97 |
| Redes Energia Activa | | | | | | | |
| Redes Vazio Normal (Vn) | 01/05/2013 | 31/05/2013 | 45.278,0000 | 0,0151 | 1,0000 | (23%) | 683,70 |
| Redes Super Vazio (SV) | 01/05/2013 | 31/05/2013 | 46.524,0000 | 0,0148 | 1,0000 | (23%) | 688,56 |
| Redes Ponta (P) | 01/05/2013 | 31/05/2013 | 274,0000 | 0,0266 | 1,0000 | (23%) | 7,29 |
| Redes Cheia (C) | 01/05/2013 | 31/05/2013 | 28.711,0000 | 0,0237 | 1,0000 | (23%) | 680,45 |
| Redes Potência | | | | | | | |
| Contratada | 01/05/2013 | 31/05/2013 | 581,2500 | 1,4270 | 1,0192 | (23%) | 845,34 |
| Horas de Ponta | 01/05/2013 | 31/05/2013 | 4,1515 | 8,7520 | 1,0192 | (23%) | 37,01 |
| Energia Reactiva | | | | | | | |
| Escalação 1 de En.React.cons.FV | 01/05/2013 | 31/05/2013 | 1.280,9300 | 0,0077 | 1,0000 | (23%) | 9,86 |
| Escalação 2 de En.React.cons.FV | 01/05/2013 | 31/05/2013 | 21,9800 | 0,0234 | 1,0000 | (23%) | 0,51 |
| Escalação 3 de En.React.cons.FV | 01/05/2013 | 31/05/2013 | 258,3800 | 0,0702 | 1,0000 | (23%) | 18,14 |
| Fornecida no vazio (Vz) | 01/05/2013 | 31/05/2013 | 8,0000 | 0,0176 | 1,0000 | (23%) | 0,14 |
| Imposto sobre Consumo Electricidade | 01/05/2013 | 31/05/2013 | 120.787,0000 | 0,0010 | 1,0000 | (23%) | 120,79 |
| Contribuição Áudio-Visual | | | 1,0000 | 2,2500 | 1,0000 | (6%) | 2,25 |
| Total (antes de IVA) | | | | | | | 9.803,22 |
| IVA (23%) | | | | | | | 2.254,74 |
| Total (antes de IVA) | | | | | | | 2,25 |
| IVA (6%) | | | | | | | 0,14 |

Valor Total a Pagar:

12.060,35

Quadro geral de leituras e consumos do período: 01/05/2013 a 31/05/2013

| Elementos Medidos | Nº Contador | Período Activo | | Leituras Efectuadas | | Diferenças Leituras | Factor Multip. | Cons. Registrado (kWh/kvarh/kW) |
|-----------------------------|-------------|----------------|------------|---------------------|-------|---------------------|----------------|---------------------------------|
| | | Data Início | Data Fim | Inicial | Final | | | |
| Energia Activa Cheia | 14054265 | 01/05/2013 | 31/05/2013 | 0 | 28711 | 28711 | 1,00 | 28.711,00 |
| Energia Activa Ponta | 14054265 | 01/05/2013 | 31/05/2013 | 0 | 274 | 274 | 1,00 | 274,00 |
| Energia Activa Super Vazio | 14054265 | 01/05/2013 | 31/05/2013 | 0 | 46524 | 46524 | 1,00 | 46.524,00 |
| Energia Activa Vazio Normal | 14054265 | 01/05/2013 | 31/05/2013 | 0 | 45278 | 45278 | 1,00 | 45.278,00 |

Informação Adicional:

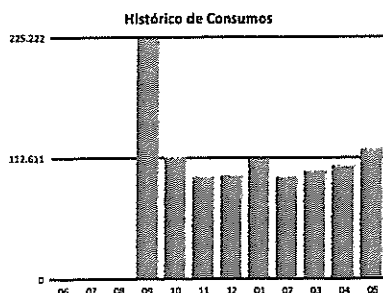
i) O Total da factura inclui os encargos relativos ao Acesso às Redes no valor de € 2971, antes de IVA (valor independente do comercializador). ii) Os custos de interesse económico geral (CIEG) incluídos no Acesso às Redes correspondem a € 1247,82, antes de IVA. Este valor é calculado com base nos factores estabelecidos pela ERSE e diferenciados por tipo de fornecimento MAT, AT, MT, BTE e BTN.

As quantidades facturadas incluem perdas calculadas de acordo com o estabelecido no Regulamento das Relações Comerciais. Para o cálculo das componentes das energias reactivas, considera-se o ciclo semanal com feriados. As quantidades facturadas podem ser confirmadas no nosso sítio da Internet

Factor de potência no período de facturação: 0,94

Esta factura já reflecte o Imposto sobre o Consumo de Electricidade, introduzido pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de Dezembro.

Se efetua pagamentos por transferência ou depósito na nossa conta bancária, agradecemos envio por e-mail da informação detalhada (valor, data e facturas liquidadas), para o endereço cobranças@edp.pt.

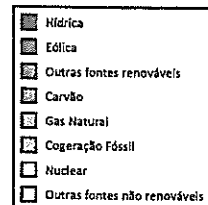
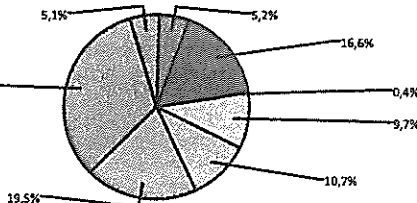


Cálculo médio diário
Do período
facturado

3896 kWh
Dos últimos 12
meses

3629 kWh

Fontes de Energia



Emissão de CO2 associada aos
consumos de energia desta Factura :
*51631,61 Kg

Salva mais no canal empresas do sítio www.edp.pt ou em www.erse.pt. A informação apresentada corresponde ao mix médio de fontes de energia do ano 2012. O valor é negativo quando é acerto de facturas anteriormente emitidas.

Para pagamento, de forma simples e gratuita, adira ao Sistema de Débito Directo através do Multibanco. Escolha Débitos Directos e introduza os dados :
Ident. Credor:101632. Nº de Autorização:74654392197. Confirme com a tecla verde.



Rui Covas

1/2

Código Ident. Local: 0108360448

Sede social: Praça Marquês de Pombal, nº 13, 1250-162 Lisboa
 Atendimento Comercial: 808 500 808 (dias úteis das 8h às 20h)
 Assistência Técnica: 800 506 506 (24h por dia)
 Na Internet: www.edp.pt



Compagnie Generale Des Eaux Portugal Sa
 Rua 1 Maio 1
 Mafra
 2640-455 MAFRA

Cosais de Serra

32

Dados do Contrato:

Titular do Contrato: Compagnie Generale Des Eaux Portugal Sa
 Morada Local de Consumo: Forno Coelho S/N Mafra
 2665-000 MILHARADO
 Número do Contrato: 00021300066952
 Número de Conta: 0001095700
 Número ID. Fiscal: 502646802
 NC: Sem nº compromisso
 Tarifa do Contrato: Energia + Redes - MT
 Ciclo Horário: FER - Ciclo Semanal com Feriados
 Potências: REQUISITADA INSTALADA CONTRATADA
 581.25 kVA 1250.00 kVA 581.25 kW

Gestor de Clientes / Contactos:

João Fernando Ribeiro
 email: comercial.estado@edp.pt
 Telefone: 808500808

Código Ponto de Entrega:

PT0002000108360448ZE

Resumo da conta corrente (período de: 01/06/2013 a 30/06/2013)

| Movimentos no período (€) | Débitos | Créditos | Saldo |
|---------------------------|-----------|-----------|-------------|
| Saldo anterior | | | 22.565,87 D |
| Pagamentos efectuados | | 10.505,52 | 12.060,35 D |
| Valores facturados | 12.800,91 | | 24.861,26 D |
| Saldo actual | | | 24.861,26 D |

(D) - Débito; (C) - Crédito

Dados da Fatura de Electricidade:

Detalhes da factura: 11130000163889
 Data Emissão: 03/07/2013
 Período de Facturação: 01/06/2013 a 30/06/2013
 Limite de Pagamento: 02/08/2013
 Valor a pagar: 12.800,91

Facturação:

| | VALORIZAÇÃO (Euros) | IVA (23%) | VALORIZAÇÃO (Euros) |
|---------------------------------|------------------------|--------------|------------------------|
| Energia Activa | 7.193,03 | (23%) | |
| Energia Reactiva | 24,13 | (23%) | |
| Redes Energia Activa | 2.198,06 | (23%) | |
| Redes Potência Contratada | 818,08 | (23%) | |
| Redes Potência Horas de Ponta | 42,98 | (23%) | |
| Imposto s/Consumo Electricidade | 129,02 | (23%) | |
| Total CAV | 2,25 | (6%) | |
| Total (antes de IVA) | 10.405,30 | (23%) | 2.393,22 |
| Total (antes de IVA) | 2,25 | (6%) | 0,14 |

Informação:

Adira à Fatura Eletrónica

A mesma informação num formato
 mais prático e ecológico

Compagnie Generale Des Eaux Portugal, S.A.
 ou do email: comercial.estado@edp.pt

DATA: 11/07/2013 ENTREGA Nº: 0466

CODIGO TERCEIRO: CLASSIFICACAO

Nº OPERAÇÃO: DÉBITO CRÉDITO

ENTRADA ARMAZÉM

Valor Total a Pagar: 12.800,91

PAGÁVEL EM MULTIBANCO E EDP COMERCIAL

MB Pagamento por Multibanco

ENTIDADE: 21196
 REFERÊNCIA: 074170710
 MONTANTE: 12.800,91

O talão emitido pelo caixa automático faz
 prova de pagamento: conserve-o.

Conta Contrato: 0001095700
 Pagável até: 02/08/2013
 Valor a pagar: 12.800,91

Rui Covas
 24.07.2013

Código Ponto de Entrega:

PT0002000108360448ZE

Detalhes da factura:

| | Período a Facturar | | Quantidades (kWh/kvarh/kW) | Preço Unit. (Euros) | Factor (X) | Taxa IVA | Valorização (Euros) |
|-------------------------------------|--------------------|------------|-------------------------------|------------------------|---------------|----------|------------------------|
| | Data Início | Data fim | | | | | |
| Energia Activa | | | | | | | |
| Vazio Normal (Vn) | 01/06/2013 | 30/06/2013 | 51.653,0000 | 0,0574 | 1,0000 | (23%) | 2.963,69 |
| Super Vazio (SV) | 01/06/2013 | 30/06/2013 | 46.782,0000 | 0,0482 | 1,0000 | (23%) | 2.254,61 |
| Ponta (P) | 01/06/2013 | 30/06/2013 | 284,0000 | 0,0707 | 1,0000 | (23%) | 20,07 |
| Cheia (C) | 01/06/2013 | 30/06/2013 | 30.303,0000 | 0,0645 | 1,0000 | (23%) | 1.954,66 |
| Redes Energia Activa | | | | | | | |
| Redes Vazio Normal (Vn) | 01/06/2013 | 30/06/2013 | 51.653,0000 | 0,0151 | 1,0000 | (23%) | 779,96 |
| Redes Super Vazio (SV) | 01/06/2013 | 30/06/2013 | 46.782,0000 | 0,0148 | 1,0000 | (23%) | 692,37 |
| Redes Ponta (P) | 01/06/2013 | 30/06/2013 | 284,0000 | 0,0266 | 1,0000 | (23%) | 7,55 |
| Redes Cheia (C) | 01/06/2013 | 30/06/2013 | 30.303,0000 | 0,0237 | 1,0000 | (23%) | 718,18 |
| Redes Potência | | | | | | | |
| Contratada | 01/06/2013 | 30/06/2013 | 581,2500 | 1,4270 | 0,9863 | (23%) | 818,08 |
| Horas de Ponta | 01/06/2013 | 30/06/2013 | 4,9825 | 8,7520 | 0,9863 | (23%) | 42,98 |
| Energia Reactiva | | | | | | | |
| Escalão 1 de En.React.cons.FV | 01/06/2013 | 30/06/2013 | 484,4500 | 0,0077 | 1,0000 | (23%) | 3,73 |
| Escalão 2 de En.React.cons.FV | 01/06/2013 | 30/06/2013 | 69,9800 | 0,0234 | 1,0000 | (23%) | 1,64 |
| Escalão 3 de En.React.cons.FV | 01/06/2013 | 30/06/2013 | 258,3800 | 0,0702 | 1,0000 | (23%) | 18,14 |
| Fornecida no vazio (Vz) | 01/06/2013 | 30/06/2013 | 35,0000 | 0,0176 | 1,0000 | (23%) | 0,62 |
| Imposto sobre Consumo Electricidade | 01/06/2013 | 30/06/2013 | 129.022,0000 | 0,0010 | 1,0000 | (23%) | 129,02 |
| Contribuição Áudio-Visual | | | 1,0000 | 2,2500 | 1,0000 | (6%) | 2,25 |
| <hr/> | | | | | | | |
| Total (antes de IVA) | | | | | | | 10.405,30 |
| IVA (23%) | | | | | | | 2.393,22 |
| <hr/> | | | | | | | |
| Total (antes de IVA) | | | | | | | 2,25 |
| IVA (6%) | | | | | | | 0,14 |

Valor Total a Pagar:

12.800,91

Quadro geral de leituras e consumos do período: 01/06/2013 a 30/06/2013

| Elementos Medidos | Nº Contador | Período Activo | | Leituras Efectuadas | | Diferenças Leituras | Factor Multip. | Cons. Registrado (kWh/kvarh/kW) |
|-----------------------------|-------------|----------------|------------|---------------------|-------|---------------------|----------------|---------------------------------|
| | | Data Início | Data Fim | Inicial | Final | | | |
| Energia Activa Cheia | 14054265 | 01/06/2013 | 30/06/2013 | 0 | 30303 | 30303 | 1,00 | 30.303,00 |
| Energia Activa Ponta | 14054265 | 01/06/2013 | 30/06/2013 | 0 | 284 | 284 | 1,00 | 284,00 |
| Energia Activa Super Vazio | 14054265 | 01/06/2013 | 30/06/2013 | 0 | 46782 | 46782 | 1,00 | 46.782,00 |
| Energia Activa Vazio Normal | 14054265 | 01/06/2013 | 30/06/2013 | 0 | 51653 | 51653 | 1,00 | 51.653,00 |

Informação Adicional:

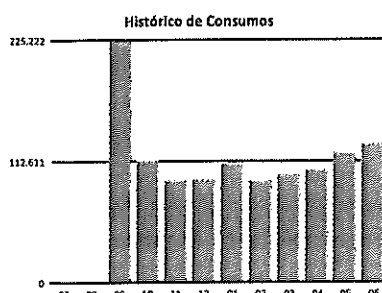
i) O Total da factura inclui os encargos relativos ao Acesso às Redes no valor de € 3083,25, antes de IVA (valor independente do comercializador). ii) Os custos de interesse económico geral (CIEG) incluídos no Acesso às Redes correspondem a € 1294,97, antes de IVA. Este valor é calculado com base nos factores estabelecidos pela ERSE e diferenciados por tipo de fornecimento MAT, AT, MT, BTE e BTN.

As quantidades facturadas incluem perdas calculadas de acordo com o estabelecido no Regulamento das Relações Comerciais. Para o cálculo das componentes das energias reactivas, considera-se o ciclo semanal com feriados. As quantidades facturadas podem ser confirmadas no nosso sítio da internet

Factor de potência no período de facturação: 0,96

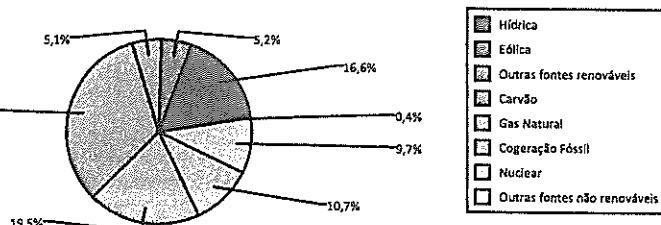
Esta factura já reflecte o Imposto sobre o Consumo de Electricidade, introduzido pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de Dezembro.

Se efetua pagamentos por transferência ou depósito na nossa conta bancária, agradecemos envio por e-mail da informação detalhada (valor, data e facturas liquidadas), para o endereço cobranças@edp.pt.



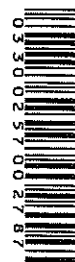
Cálculo médio diário
Do período
facturado
4301 kWh
Dos últimos 12
meses
3691 kWh

Fontes de Energia



Emissão de CO2 associada aos
consumos de energia desta Factura :
***55151,74 Kg**

Salba mais no canal empresas do sítio www.edp.pt ou em www.erse.pt. A informação apresentada corresponde ao mix médio de fontes de energia do ano 2012. O valor é negativo quando é acerto de facturas anteriormente emitidas.



Sede social: Praça Marquês de Pombal, nº 13, 1250-162 Lisboa
 Atendimento Comercial: 808 500 808 (dias úteis das 8h às 20h)
 Assistência Técnica: 800 506 506 (24h por dia)
 Na Internet: www.edp.pt

Compagnie Generale Des Eaux Portugal Sa
 Rua 1 Maio 1
 Mafra
 2640-455 MAFRA

Dados do Contrato:

Titular do Contrato: Compagnie Generale Des Eaux Portugal Sa
 Morada Local de Consumo: Forno Coelho S/N Mafra
 2665-000 MILHARADO
 Número do Contrato: 00021300066952
 Número de Conta: 0001095700
 Número ID. Fiscal: 502646802
 NC: Sem nº compromisso
 Tarifa do Contrato: Energia + Redes - MT
 Ciclo Horário: FER - Ciclo Semanal com Feriados
 Potências: REQUISITADA INSTALADA CONTRATADA
 581.25 kVA 1250.00 kVA 581.25 kW

Gestor de Clientes / Contactos:

João Fernando Ribeiro
 email: comercial.estado@edp.pt
 Telefone: 808500808

Código Ponto de Entrega:

PT0002000108360448ZE

Resumo da conta-corrente (período de: 01/07/2013 a 31/07/2013)

| Movimentos no período (€) | Débitos | Créditos | Saldo |
|---------------------------|-----------|-----------|-------------|
| Saldo anterior | - | - | 24.861,26 D |
| Pagamentos efectuados | - | 12.060,35 | 12.800,91 D |
| Valores facturados | 14.544,61 | - | 27.345,52 D |
| Saldo actual | - | - | 27.345,52 D |

(D) - Débito; (C) - Crédito

Dados da Fatura de Electricidade:

| Detalhes da factura | Data Emissão | Período de Facturação | Limite de Pagamento | Valor a pagar |
|---------------------|--------------|-------------------------|---------------------|---------------|
| 11130000202099 | 06/08/2013 | 01/07/2013 a 31/07/2013 | 05/09/2013 | 14.544,61 |

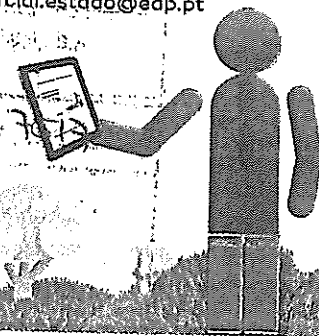
Facturação:

| | VALORIZAÇÃO (Euros) | IVA (%) | VALORIZAÇÃO (Euros) |
|---------------------------------|------------------------|------------|------------------------|
| Energia Activa | 8.185,82 | (23%) | |
| Energia Reactiva | 36,92 | (23%) | |
| Redes Energia Activa | 2.565,65 | (23%) | |
| Redes Potência Contratada | 845,34 | (23%) | |
| Redes Potência Horas de Ponta | 44,24 | (23%) | |
| Imposto s/Consumo Electricidade | 144,98 | (23%) | |
| Total CAV | 2,25 | (6%) | |
| Total (antes de IVA) | 11.822,95 | (23%) | 2.719,27 |
| Total (antes de IVA) | 2,25 | (6%) | 0,14 |

Informação:**Adira à Fatura Eletrónica**

A mesma informação num formato mais prático e ecológico

Adira já através do 210 023 310
 ou do email comercial.estado@edp.pt

**Valor Total a Pagar:****PAGÁVEL EM MULTIBANCO E EDP COMERCIAL****MB Pagamento por Multibanco**

ENTIDADE 21196
 REFERÊNCIA 078775710
 MONTANTE 14.544,61

O talão emitido pelo caixa automático faz
 prova de pagamento: conserve-o.

| Conta Contrato | Pagável até | Valor a pagar |
|----------------|-------------|---------------|
| 0001095700 | 05/09/2013 | 14.544,61 |

Rui Covas
 3.10.2013

Detalhes da factura:

| | Período a Facturar | | Quantidades (kWh/kvarh/kW) | Preço Unit. (Euros) | Factor (X) | Taxa IVA | Valorização (Euros) |
|--|--------------------|------------|-------------------------------|------------------------|---------------|----------|------------------------|
| | Data Início | Data fim | | | | | |
| Energia Activa | | | | | | | |
| Vazio Normal (Vn) | 01/07/2013 | 31/07/2013 | 49.676,0000 | 0,0574 | 1,0000 | (23%) | 2.850,26 |
| Super Vazio (SV) | 01/07/2013 | 31/07/2013 | 49.898,0000 | 0,0482 | 1,0000 | (23%) | 2.404,78 |
| Ponta (P) | 01/07/2013 | 31/07/2013 | 342,0000 | 0,0707 | 1,0000 | (23%) | 24,17 |
| Cheia (C) | 01/07/2013 | 31/07/2013 | 45.061,0000 | 0,0645 | 1,0000 | (23%) | 2.906,61 |
| Redes Energia Activa | | | | | | | |
| Redes Vazio Normal (Vn) | 01/07/2013 | 31/07/2013 | 49.676,0000 | 0,0151 | 1,0000 | (23%) | 750,11 |
| Redes Super Vazio (SV) | 01/07/2013 | 31/07/2013 | 49.898,0000 | 0,0148 | 1,0000 | (23%) | 738,49 |
| Redes Ponta (P) | 01/07/2013 | 31/07/2013 | 342,0000 | 0,0266 | 1,0000 | (23%) | 9,10 |
| Redes Cheia (C) | 01/07/2013 | 31/07/2013 | 45.061,0000 | 0,0237 | 1,0000 | (23%) | 1.067,95 |
| Redes Potência | | | | | | | |
| Contratada | 01/07/2013 | 31/07/2013 | 581,2500 | 1,4270 | 1,0192 | (23%) | 845,34 |
| Horas de Ponta | 01/07/2013 | 31/07/2013 | 4,9565 | 8,7520 | 1,0192 | (23%) | 44,24 |
| Energia Reactiva | | | | | | | |
| Escalão 1 de En.React.cons.FV | 01/07/2013 | 31/07/2013 | 597,4800 | 0,0077 | 1,0000 | (23%) | 4,60 |
| Escalão 2 de En.React.cons.FV | 01/07/2013 | 31/07/2013 | 89,7000 | 0,0234 | 1,0000 | (23%) | 2,10 |
| Escalão 3 de En.React.cons.FV | 01/07/2013 | 31/07/2013 | 429,2500 | 0,0702 | 1,0000 | (23%) | 30,13 |
| Fornecida no vazio (Vz) | 01/07/2013 | 31/07/2013 | 5,0000 | 0,0176 | 1,0000 | (23%) | 0,09 |
| Imposto sobre Consumo Electricidade | 01/07/2013 | 31/07/2013 | 144.977,0000 | 0,0010 | 1,0000 | (23%) | 144,98 |
| Contribuição Áudio-Visual | | | 1,0000 | 2,2500 | 1,0000 | (6%) | 2,25 |
| Total (antes de IVA) | | | | | | | 11.822,95 |
| IVA (23%) | | | | | | | 2.719,27 |
| Total (antes de IVA) | | | | | | | 2,25 |
| IVA (6%) | | | | | | | 0,14 |

Valor Total a Pagar:

14.544,61

Quadro geral de leituras e consumos do período: 01/07/2013 a 31/07/2013

| Elementos Medidos | Nº | Período Activo | | Leituras Efectuadas | | Diferenças | Factor | Cons. Registrado (kWh/kvarh/kW) |
|-----------------------------|----------|----------------|-------------|---------------------|---------|------------|--------|------------------------------------|
| | | Contador | Data Início | Data Fim | Inicial | Final | | |
| Energia Activa Cheia | 14054265 | 01/07/2013 | 31/07/2013 | 0 | 45061 | 45061 | 1,00 | 45.061,00 |
| Energia Activa Ponta | 14054265 | 01/07/2013 | 31/07/2013 | 0 | 342 | 342 | 1,00 | 342,00 |
| Energia Activa Super Vazio | 14054265 | 01/07/2013 | 31/07/2013 | 0 | 49898 | 49898 | 1,00 | 49.898,00 |
| Energia Activa Vazio Normal | 14054265 | 01/07/2013 | 31/07/2013 | 0 | 49676 | 49676 | 1,00 | 49.676,00 |

Informação Adicional:

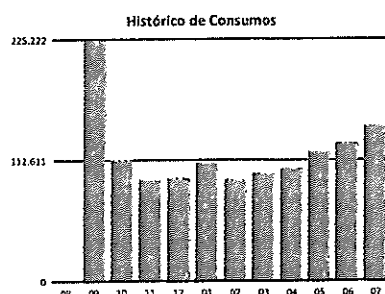
i) O Total da factura inclui os encargos relativos ao Acesso às Redes no valor de € 3492,15, antes de IVA (valor independente do comercializador). ii) Os custos de interesse económico geral (CIEG) incluídos no Acesso às Redes correspondem a € 1466,70, antes de IVA. Este valor é calculado com base nos factores estabelecidos pela ERSE e diferenciados por tipo de fornecimento MAT, AT, MT, BTE e BTN.

As quantidades facturadas incluem perdas calculadas de acordo com o estabelecido no Regulamento das Relações Comerciais. Para o cálculo das componentes das energias reactivas, considera-se o ciclo semanal com feriados. As quantidades facturadas podem ser confirmadas no nosso sítio da Internet

Factor de potência no período de facturação: 0,96

Esta factura já reflecte o Imposto sobre o Consumo de Electricidade, introduzido pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de Dezembro.

Se efetua pagamentos por transferência ou depósito na nossa conta bancária, agradecemos envio por e-mail da informação detalhada (valor, data e facturas liquidadas), para o endereço cobranças@edp.pt.



Cálculo médio diário
Do período
facturado

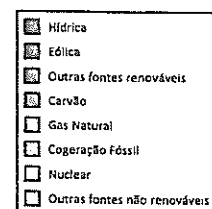
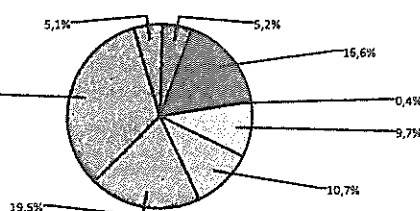
4677 kWh

Dos últimos 12

meses

3778 kWh

Fontes de Energia



Emissão de CO₂ associada aos
consumos de energia desta Factura :

* 61971,87 Kg

Saiba mais no canal empresas do sítio www.edp.pt ou em www.erse.pt. A informação apresentada corresponde ao mix médio de fontes de energia do ano 2012. O valor é negativo quando é acerto de facturas anteriormente emitidas.

Para pagamento, de forma simples e gratuita, adira ao Sistema de Débito Directo através do Multibanco. Escolha Débitos Directos e introduza os dados :
Ident. Credor:101632. Nº de Autorização:74654392197. Confirme com a tecla verde.





Rui Covas

Código Ident. Local: 0108360448

Sede social: Praça Marquês de Pombal, nº 13, 1250-162 Lisboa
 Atendimento Comercial: 808 500 808 (dias úteis das 8h às 20h)
 Assistência Técnica: 800 506 506 (24h por dia)
 Na Internet: www.edp.pt



Compagnie Generale Des Eaux Portugal Sa
 Rua 1 Maio 1
 Mafra
 2640-455 MAFRA

Cosais da Serra
 32

Dados do Contrato:

Titular do Contrato: Compagnie Generale Des Eaux Portugal Sa
 Morada Local de Consumo: Forno Coelho S/N Mafra
 2665-000 MILHARADO
 Número do Contrato: 00021300066952
 Número de Conta: 0001095700
 Número ID. Fiscal: 502646802
 NC: Sem nº compromisso
 Tarifa do Contrato: Energia + Redes - MT
 Ciclo Horário: FER - Ciclo Semanal com Feriados
 Potências: REQUISITADA INSTALADA CONTRATADA
 581.25 kVA 1250.00 kVA 581.25 kW

Gestor de Clientes /Contactos:

João Fernando Ribeiro
 email: comercial.estado@edp.pt
 Telefone: 808500808

Código Ponto de Entrega:

PT0002000108360448ZE

Resumo da conta-corrente (período de: 01/08/2013 a 31/08/2013)

| Movimentos no período (€) | Débitos | Créditos | Saldo |
|---------------------------|-----------|-----------|-------------|
| Saldo anterior | | | 27.345,52 D |
| Pagamentos efectuados | | 12.800,91 | 14.544,61 D |
| Valores facturados | 14.086,76 | | 28.631,37 D |
| Saldo actual | | | 28.631,37 D |

(D) - Débito; (C) - Crédito

Dados da Fatura de Electricidade:

| Detalhes da fatura | Data Emissão | Período de Facturação | Limite de Pagamento | Valor a pagar |
|--------------------|--------------|-------------------------|---------------------|---------------|
| 11130000238030 | 04/09/2013 | 01/08/2013 a 31/08/2013 | 04/10/2013 | 14.086,76 |

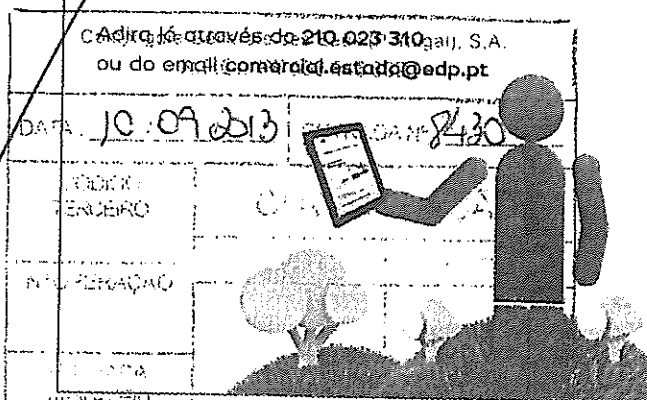
Facturação:

| | VALORIZAÇÃO (Euros) | IVA (%) | VALORIZAÇÃO (Euros) |
|---------------------------------|------------------------|------------|------------------------|
| Energia Activa | 7.943,88 | (23%) | |
| Energia Reactiva | 24,53 | (23%) | |
| Redes Energia Activa | 2.452,77 | (23%) | |
| Redes Potência Contratada | 845,34 | (23%) | |
| Redes Potência Horas de Ponta | 42,37 | (23%) | |
| Imposto s/Consumo Electricidade | 141,82 | (23%) | |
| Total CAV | 2,25 | (6%) | |
| Total (antes de IVA) | 11.450,71 | (23%) | 2.633,66 |
| Total (antes de IVA) | 2,25 | (6%) | 0,14 |

Informação:

Adira à Fatura Eletrónica
 A mesma informação num formato
 mais prático e ecológico

Adira já através de 210.023.310 ou do email comercial.estado@edp.pt



Valor Total a Pagar: 14.086,76

PAGÁVEL EM MULTIBANCO E EDP COMERCIAL**MB Pagamento por Multibanco**

ENTIDADE 21196
 REFERÊNCIA 083118410
 MONTANTE 14.086,76

O talão emitido pelo caixa automático faz
 prova de pagamento: conserve-o.

Conta Contrato

0001095700

Pagável até

04/10/2013

Valor a pagar

14.086,76

Rui Covas
 03-10-2013

Detalhes da factura:

| | Período a Facturar | | Quantidades (kWh/kvarh/kW) | Preço Unit. (Euros) | Factor (X) | Taxa IVA | Valorização (Euros) |
|--|--------------------|------------|-------------------------------|------------------------|---------------|----------|------------------------|
| | Data Início | Data fim | | | | | |
| Energia Activa | | | | | | | |
| Vazio Normal (Vn) | 01/08/2013 | 31/08/2013 | 53.330,0000 | 0,0574 | 1,0000 | (23%) | 3.059,92 |
| Super Vazio (SV) | 01/08/2013 | 31/08/2013 | 50.618,0000 | 0,0482 | 1,0000 | (23%) | 2.439,48 |
| Ponta (P) | 01/08/2013 | 31/08/2013 | 299,0000 | 0,0707 | 1,0000 | (23%) | 21,13 |
| Cheia (C) | 01/08/2013 | 31/08/2013 | 37.569,0000 | 0,0645 | 1,0000 | (23%) | 2.423,35 |
| Redes Energia Activa | | | | | | | |
| Redes Vazio Normal (Vn) | 01/08/2013 | 31/08/2013 | 53.330,0000 | 0,0151 | 1,0000 | (23%) | 805,28 |
| Redes Super Vazio (SV) | 01/08/2013 | 31/08/2013 | 50.618,0000 | 0,0148 | 1,0000 | (23%) | 749,15 |
| Redes Ponta (P) | 01/08/2013 | 31/08/2013 | 299,0000 | 0,0266 | 1,0000 | (23%) | 7,95 |
| Redes Cheia (C) | 01/08/2013 | 31/08/2013 | 37.569,0000 | 0,0237 | 1,0000 | (23%) | 890,39 |
| Redes Potência | | | | | | | |
| Contratada | 01/08/2013 | 31/08/2013 | 581,2500 | 1,4270 | 1,0192 | (23%) | 845,34 |
| Horas de Ponta | 01/08/2013 | 31/08/2013 | 4,7460 | 8,7520 | 1,0192 | (23%) | 42,37 |
| Energia Reactiva | | | | | | | |
| Escalão 1 de En.React.cons.FV | 01/08/2013 | 31/08/2013 | 343,3300 | 0,0077 | 1,0000 | (23%) | 2,64 |
| Escalão 2 de En.React.cons.FV | 01/08/2013 | 31/08/2013 | 18,8000 | 0,0234 | 1,0000 | (23%) | 0,44 |
| Escalão 3 de En.React.cons.FV | 01/08/2013 | 31/08/2013 | 304,0000 | 0,0702 | 1,0000 | (23%) | 21,34 |
| Fornecida no vazio (Vz) | 01/08/2013 | 31/08/2013 | 6,0000 | 0,0176 | 1,0000 | (23%) | 0,11 |
| Imposto sobre Consumo Electricidade | 01/08/2013 | 31/08/2013 | 141.816,0000 | 0,0010 | 1,0000 | (23%) | 141,82 |
| Contribuição Áudio-Visual | | | 1,0000 | 2,2500 | 1,0000 | (6%) | 2,25 |
| Total (antes de IVA) | | | | | | | 11.450,71 |
| IVA (23%) | | | | | | | 2.633,66 |
| Total (antes de IVA) | | | | | | | 2,25 |
| IVA (6%) | | | | | | | 0,14 |

Valor Total a Pagar : 14.086,76

Quadro geral de leituras e consumos do período: 01/08/2013 a 31/08/2013

| Elementos Medidos | Nº | Período Activo | | Leituras Efectuadas | | Diferenças | Factor | Cons. Registrado (kWh/kvarh/kW) |
|-----------------------------|----------|----------------|------------|---------------------|-------|------------|---------|------------------------------------|
| | | Data Início | Data Fim | Inicial | Final | Leituras | Multip. | |
| Energia Activa Cheia | 14054265 | 01/08/2013 | 31/08/2013 | 0 | 37569 | 37569 | 1,00 | 37.569,00 |
| Energia Activa Ponta | 14054265 | 01/08/2013 | 31/08/2013 | 0 | 299 | 299 | 1,00 | 299,00 |
| Energia Activa Super Vazio | 14054265 | 01/08/2013 | 31/08/2013 | 0 | 50618 | 50618 | 1,00 | 50.618,00 |
| Energia Activa Vazio Normal | 14054265 | 01/08/2013 | 31/08/2013 | 0 | 53330 | 53330 | 1,00 | 53.330,00 |

Informação Adicional:

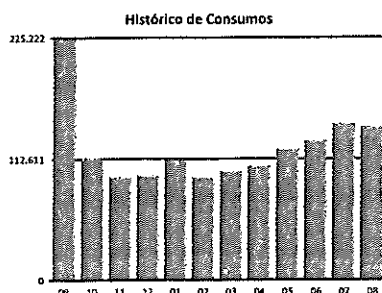
i) O Total da factura inclui os encargos relativos ao Acesso às Redes no valor de € 3365,01, antes de IVA (valor independente do comercializador). ii) Os custos de interesse económico geral (CIEG) incluídos no Acesso às Redes correspondem a € 1413,30, antes de IVA. Este valor é calculado com base nos factores estabelecidos pela ERSE e diferenciados por tipo de fornecimento MAT, AT, MT, BTE e BTN.

As quantidades facturadas incluem perdas calculadas de acordo com o estabelecido no Regulamento das Relações Comerciais. Para o cálculo das componentes das energias reactivas, considera-se o ciclo semanal com feriados. As quantidades facturadas podem ser confirmadas no nosso sítio da Internet

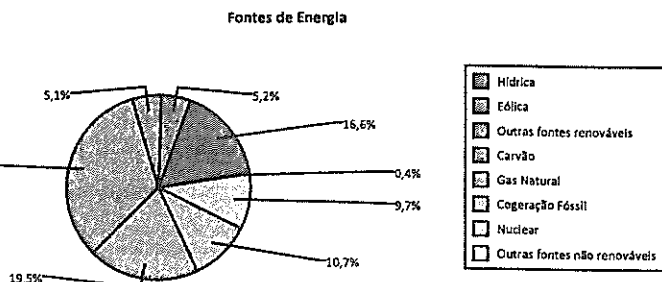
Factor de potência no período de facturação: 0,96

Esta factura já reflecte o Imposto sobre o Consumo de Electricidade, introduzido pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de Dezembro.

Se efetua pagamentos por transferência ou depósito na nossa conta bancária, agradecemos envio por e-mail da informação detalhada (valor, data e facturas liquidadas), para o endereço cobranças@edp.pt.



Cálculo médio
diário
Do período
facturado
4575 kWh
Dos últimos 12
meses
3842 kWh



Emissão de CO2 associada aos
consumos de energia desta Factura :
*50620,67 Kg

Saiba mais no canal empresas do sítio www.edp.pt ou em www.erse.pt. A informação apresentada corresponde ao mix médio de fontes de energia do ano 2012. O valor é negativo quando é acerto de facturas anteriormente emitidas.



Rui Covas

Código Ident. Local: 0108360448

32 - Coseis da Serra



Compagnie Generale Des Eaux Portugal Sa
Rua Constância Maria Rodrigues 19
Mafra
2644-013 MAFRA

Sede social: Praça Marquês de Pombal, nº 13, 1250-162 Lisboa
Atendimento Comercial: 808 500 808 (dias úteis das 8h às 20h)
Assistência Técnica: 800 506 506 (24h por dia)
Na Internet: www.edp.pt

Dados do Contrato:

Titular do Contrato: Compagnie Generale Des Eaux Portugal Sa
Morada Local de Consumo: Forno Coelho S/N Mafra
2665-000 MILHARADO
Número do Contrato: 00021300066952
Número de Conta: 0001095700
Número ID. Fiscal: 502646802
NC: Sem nº compromisso
Tarifa do Contrato: Energia + Redes - MT
Ciclo Horário: FER - Ciclo Semanal com Feriados
Potências: REQUISITADA 581.25 kVA INSTALADA 1250.00 kVA CONTRATADA 581.25 kW

Gestor de Clientes /Contactos:

João Fernando Ribeiro
email: comercial.estado@edp.pt
Telefone: 808500808

Código Ponto de Entrega:

PT0002000108360448ZE

Resumo da conta-corrente (período de: 01/09/2013 a 30/09/2013)

| Movimentos no período (€) | Débitos | Créditos | Saldo |
|---------------------------|-----------|-----------|-------------|
| Saldo anterior | | | 28.631,37 D |
| Pagamentos efectuados | | 14.544,61 | 14.086,76 D |
| Valores facturados | 12.928,08 | | 27.014,84 D |
| Saldo actual | | | 27.014,84 D |

(D) - Débito; (C) - Crédito

Dados da Factura de Electricidade:

| Detalhes da factura | Data Emissão | Período de Facturação | Limite de Pagamento | Valor a pagar |
|---------------------|--------------|-------------------------|---------------------|---------------|
| 11130000278186 | 30/09/2013 | 01/09/2013 a 30/09/2013 | 04/11/2013 | 12.928,08 |

Facturação:

| | VALORIZAÇÃO (Euros) | IVA (%) | VALORIZAÇÃO (Euros) |
|---------------------------------|------------------------|------------|------------------------|
| Energia Activa | 7.254,11 | (23%) | |
| Energia Reactiva | 24,45 | (23%) | |
| Redes Energia Activa | 2.244,30 | (23%) | |
| Redes Potência Contratada | 818,08 | (23%) | |
| Redes Potência Horas de Ponta | 38,24 | (23%) | |
| Imposto s/Consumo Electricidade | 129,51 | (23%) | |
| Total CAV | 2,25 | (6%) | |
| Total (antes de IVA) | 10.508,69 | (23%) | 2.417,00 |
| Total (antes de IVA) | 2,25 | (6%) | 0,14 |

Informação:

Adira à Fatura Eletrónica
A mesma informação num formato
mais prático e ecológico

Adira já através do 210 023 310

Compartilhe email: comercial.estado@edp.pt
N.º P.C. PT 502 546 502

| | | | |
|-----------------|------------|---------------|------|
| DATA | 10/10/2013 | ENTRADA Nº | 9408 |
| CÓDIGO TERCEIRO | | CLASSIFICAÇÃO | |
| Nº OPERAÇÃO | | DÉBITO | |
| | | CRÉDITO | |
| ENTRADA ARMAZÉM | | | |

Valor Total a Pagar :

12.928,08

PAGÁVEL EM MULTIBANCO E EDP COMERCIAL

MB Pagamento por Multibanco

ENTIDADE 21196
REFERÊNCIA 088035810
MONTANTE 12.928,08

O talão emitido pelo caixa automático faz
prova de pagamento: conserve-o.

CH Nº

Conta Contrato

Pagável até

Valor a pagar

0001095700

04/11/2013

12.928,08

Rui Covas
17.10.2013

Detalhes da factura:

| | Período a Facturar | | Quantidades (kWh/kvarh/kW) | Preço Unit. (Euros) | Factor (X) | Taxa IVA | Valorização (Euros) |
|--|--------------------|------------|-------------------------------|------------------------|---------------|----------|------------------------|
| | Data Início | Data fim | | | | | |
| Energia Activa | | | | | | | |
| Vazio Normal (Vn) | 01/09/2013 | 30/09/2013 | 47.722,0000 | 0,0574 | 1,0000 | (23%) | 2.738,15 |
| Super Vazio (SV) | 01/09/2013 | 30/09/2013 | 46.680,0000 | 0,0482 | 1,0000 | (23%) | 2.249,70 |
| Ponta (P) | 01/09/2013 | 30/09/2013 | 279,0000 | 0,0707 | 1,0000 | (23%) | 19,71 |
| Cheia (C) | 01/09/2013 | 30/09/2013 | 34.828,0000 | 0,0645 | 1,0000 | (23%) | 2.246,55 |
| Redes Energia Activa | | | | | | | |
| Redes Vazio Normal (Vn) | 01/09/2013 | 30/09/2013 | 47.722,0000 | 0,0151 | 1,0000 | (23%) | 720,60 |
| Redes Super Vazio (SV) | 01/09/2013 | 30/09/2013 | 46.680,0000 | 0,0148 | 1,0000 | (23%) | 690,86 |
| Redes Ponta (P) | 01/09/2013 | 30/09/2013 | 279,0000 | 0,0266 | 1,0000 | (23%) | 7,42 |
| Redes Cheia (C) | 01/09/2013 | 30/09/2013 | 34.828,0000 | 0,0237 | 1,0000 | (23%) | 825,42 |
| Redes Potência | | | | | | | |
| Contratada | 01/09/2013 | 30/09/2013 | 581,2500 | 1,4270 | 0,9863 | (23%) | 818,08 |
| Horas de Ponta | 01/09/2013 | 30/09/2013 | 4,4286 | 8,7520 | 0,9863 | (23%) | 38,24 |
| Energia Reactiva | | | | | | | |
| Escalão 1 de En.React.cons.FV | 01/09/2013 | 30/09/2013 | 461,6000 | 0,0077 | 1,0000 | (23%) | 3,55 |
| Escalão 2 de En.React.cons.FV | 01/09/2013 | 30/09/2013 | 13,6000 | 0,0234 | 1,0000 | (23%) | 0,32 |
| Escalão 3 de En.React.cons.FV | 01/09/2013 | 30/09/2013 | 291,5000 | 0,0702 | 1,0000 | (23%) | 20,46 |
| Fornecida no vazio (Vz) | 01/09/2013 | 30/09/2013 | 7,0000 | 0,0176 | 1,0000 | (23%) | 0,12 |
| Imposto sobre Consumo Electricidade | 01/09/2013 | 30/09/2013 | 129.509,0000 | 0,0010 | 1,0000 | (23%) | 129,51 |
| Contribuição Áudio-Visual | | | 1,0000 | 2,2500 | 1,0000 | (6%) | 2,25 |
| Total (antes de IVA) | | | | | | | 10.508,69 |
| IVA (23%) | | | | | | | 2.417,00 |
| Total (antes de IVA) | | | | | | | 2,25 |
| IVA (6%) | | | | | | | 0,14 |
| Valor Total a Pagar : | | | | | | | 12.928,08 |

Quadro geral de leituras e consumos do período: 01/09/2013 a 30/09/2013

| Elementos Medidos | Nº | Período Activo | | Leituras Efectuadas | | Diferenças | Factor | Cons. Registrado (kWh/kvarh/kW) |
|-----------------------------|----------|----------------|-------------|---------------------|---------|------------|--------|------------------------------------|
| | | Contador | Data Início | Data Fim | Inicial | Final | | |
| Energia Activa Cheia | 14054265 | 01/09/2013 | 30/09/2013 | 0 | 34828 | 34828 | 1,00 | 34.828,00 |
| Energia Activa Ponta | 14054265 | 01/09/2013 | 30/09/2013 | 0 | 279 | 279 | 1,00 | 279,00 |
| Energia Activa Super Vazio | 14054265 | 01/09/2013 | 30/09/2013 | 0 | 46680 | 46680 | 1,00 | 46.680,00 |
| Energia Activa Vazio Normal | 14054265 | 01/09/2013 | 30/09/2013 | 0 | 47722 | 47722 | 1,00 | 47.722,00 |

Informação Adicional:

i) O Total da factura inclui os encargos relativos ao Acesso às Redes no valor de € 3125,07, antes de IVA (valor independente do comercializador). ii) Os custos de interesse económico geral (CIEG) incluídos no Acesso às Redes correspondem a € 1312,53, antes de IVA. Este valor é calculado com base nos factores estabelecidos pela ERSE e diferenciados por tipo de fornecimento MAT, AT, MT, BTE e BTN.

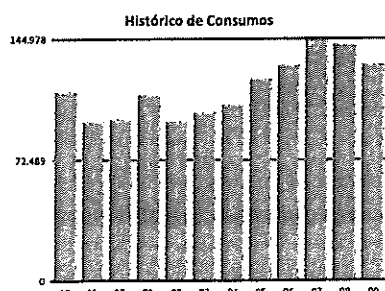
As quantidades facturadas incluem perdas calculadas de acordo com o estabelecido no Regulamento das Relações Comerciais. Para o cálculo das componentes das energias reactivas, considera-se o ciclo semanal com feriados. As quantidades facturadas podem ser confirmadas no nosso sítio da Internet

Factor de potência no período de facturação: 0,96

Esta factura já reflecte o Imposto sobre o Consumo de Electricidade, introduzido pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de Dezembro.

Se efetua pagamentos por transferência ou depósito na nossa conta bancária, agradecemos envio por e-mail da informação detalhada (valor, data e facturas liquidadas), para o endereço cobranças@edp.pt.

O Aviso nº 10478/2013, publicado em 23 de Agosto alterou a taxa de Juros de Mora para 7,5%.

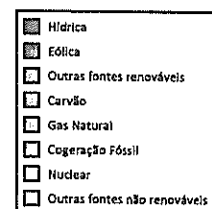
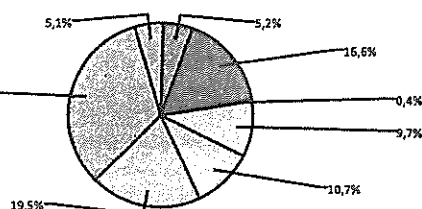


Cálculo médio diário
Do período
facturado

4317 kWh
Dos últimos 12
meses

3333 kWh

Fontes de Energia



Emissão de CO2 associada aos consumos de energia desta factura :

*35359,92 Kg

Saiba mais no canal empresas do sítio www.edp.pt ou em www.erse.pt. A informação apresentada corresponde ao mix médio de fontes de energia do ano 2012. O valor é negativo quando é acerto de facturas anteriormente emitidas.



2.ª VIA

1/2

Código Ident. Local: 0108360448

Sede social: Praça Marquês de Pombal, nº 13, 1250-162 Lisboa
Atendimento Comercial: 808 500 808 (dias úteis das 8h às 20h)
Assistência Técnica: 800 506 506 (24h por dia)
Na Internet: www.edp.pt



Compagnie Generale Des Eaux Portugal Sa
Rua Constância Maria Rodrigues 19
Mafra
2644-013 MAFRA

Dados do Contrato:

Titular do Contrato: Compagnie Generale Des Eaux Portugal Sa
Morada Local de Consumo: Forno Coelho S/N Mafra
2665-000 MILHARADO
Número do Contrato: 00021300066952
Número de Conta: 0001095700
Número ID. Fiscal: 502646802
NC: Sem nº compromisso
Tarifa do Contrato: Energia + Redes - MT
Ciclo Horário: FER - Ciclo Semanal com Feriados
Potências: REQUISITADA INSTALADA CONTRATADA
581.25 kVA 1250.00 kVA 581.25 kW

Gestor de Clientes / Contactos:

João Fernando Ribeiro
email: comercial.estado@edp.pt
Telefone: 808500808

Código Ponto de Entrega:

PT0002000108360448ZE

Resumo da conta corrente (período de: 01/10/2013 a 31/10/2013)

| Movimentos no período (€) | Débitos | Créditos | Saldo |
|---------------------------|-----------|-----------|-------------|
| Saldo anterior | | | 27.028,09 D |
| Pagamentos efectuados | | 14.086,76 | 12.941,33 D |
| Valores facturados | 10.851,74 | | 23.793,07 D |
| Saldo actual | | | 23.793,07 D |

(D) - Débito; (C) - Crédito

Dados da Factura de Electricidade:

| Detalhes da factura | Data Emissão | Período de Facturação | Limite de Pagamento | Valor a pagar |
|---------------------|--------------|-------------------------|---------------------|---------------|
| 11130000323250 | 31/10/2013 | 01/10/2013 a 31/10/2013 | 06/12/2013 | 10.851,74 |

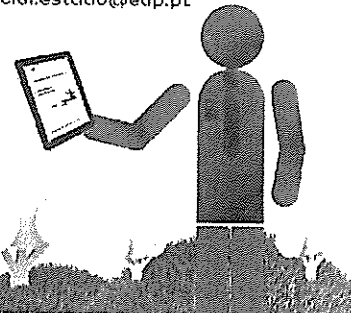
Facturação:

| | VALORIZAÇÃO (Euros) | IVA (23%) | VALORIZAÇÃO (Euros) |
|---------------------------------|------------------------|--------------|------------------------|
| Energia Activa | 6.006,45 | (23%) | |
| Energia Reactiva | 34,41 | (23%) | |
| Redes Energia Activa | 1.788,70 | (23%) | |
| Redes Potência Contratada | 845,34 | (23%) | |
| Redes Potência Horas de Ponta | 35,67 | (23%) | |
| Imposto s/Consumo Electricidade | 110,04 | (23%) | |
| Total CAV | 2,25 | (6%) | |
| Total (antes de IVA) | 8.820,61 | (23%) | 2.028,74 |
| Total (antes de IVA) | 2,25 | (6%) | 0,14 |

Informação:**Adira à Fatura Eletrónica**

A mesma informação num formato
mais prático e ecológico

Adira através do 210 023 310
ou do email comercial.estado@edp.pt



Valor Total a Pagar : 10.851,74

PAGÁVEL EM MULTIBANCO E EDP COMERCIAL

| MB Pagamento por Multibanco | |
|---|-----------|
| ENTIDADE | 21196 |
| REFERÊNCIA | 093724110 |
| MONTANTE | 10.851,74 |
| O talão emitido pelo caixa automático faz prova de pagamento: conserve-o. | |

| Conta Contrato | Pagável até | Valor a pagar |
|----------------|-------------|---------------|
| 0001095700 | 06/12/2013 | 10.851,74 |

Código Ponto de Entrega:

PT0002000108360448ZE

Detalhes da factura:

| | Período a Facturar | | Quantidades | Preço Unit. | Factor | Taxa IVA | Valorização |
|--|--------------------|------------|----------------|-------------|--------|----------|-------------|
| | Data Início | Data fim | (kWh/kvarh/kW) | (Euros) | (X) | | (Euros) |
| Energia Activa | | | | | | | |
| Vazio Normal (Vn) | 01/10/2013 | 31/10/2013 | 42.008,0000 | 0,0574 | 1,0000 | (23%) | 2.410,29 |
| Super Vazio (SV) | 01/10/2013 | 31/10/2013 | 48.698,0000 | 0,0482 | 1,0000 | (23%) | 2.346,95 |
| Ponto (P) | 01/10/2013 | 31/10/2013 | 308,0000 | 0,0707 | 1,0000 | (23%) | 21,76 |
| Cheia (C) | 01/10/2013 | 31/10/2013 | 19.029,0000 | 0,0645 | 1,0000 | (23%) | 1.227,45 |
| Redes Energia Activa | | | | | | | |
| Redes Vazio Normal (Vn) | 01/10/2013 | 31/10/2013 | 42.008,0000 | 0,0150 | 1,0000 | (23%) | 630,12 |
| Redes Super Vazio (SV) | 01/10/2013 | 31/10/2013 | 48.698,0000 | 0,0144 | 1,0000 | (23%) | 701,25 |
| Redes Ponto (P) | 01/10/2013 | 31/10/2013 | 308,0000 | 0,0268 | 1,0000 | (23%) | 8,25 |
| Redes Cheia (C) | 01/10/2013 | 31/10/2013 | 19.029,0000 | 0,0236 | 1,0000 | (23%) | 449,08 |
| Redes Potência | | | | | | | |
| Contratada | 01/10/2013 | 31/10/2013 | 581,2500 | 1,4270 | 1,0192 | (23%) | 845,34 |
| Horas de Ponto | 01/10/2013 | 31/10/2013 | 4,0000 | 8,7520 | 1,0192 | (23%) | 35,67 |
| Energia Reactiva | | | | | | | |
| Escalação 1 de En.React.cons.FV | 01/10/2013 | 31/10/2013 | 1.433,3300 | 0,0077 | 1,0000 | (23%) | 11,04 |
| Escalação 2 de En.React.cons.FV | 01/10/2013 | 31/10/2013 | 246,3800 | 0,0234 | 1,0000 | (23%) | 5,77 |
| Escalação 3 de En.React.cons.FV | 01/10/2013 | 31/10/2013 | 248,3800 | 0,0702 | 1,0000 | (23%) | 17,44 |
| Fornecida no vazio (Vz) | 01/10/2013 | 31/10/2013 | 9,0000 | 0,0176 | 1,0000 | (23%) | 0,16 |
| Imposto sobre Consumo Electricidade | 01/10/2013 | 31/10/2013 | 110.043,0000 | 0,0010 | 1,0000 | (23%) | 110,04 |
| Contribuição Audio-Visual | | | 1,0000 | 2,2500 | 1,0000 | (6%) | 2,25 |
| Total (antes de IVA) | | | | | | | 8.820,61 |
| IVA (23%) | | | | | | | 2.028,74 |
| Total (antes de IVA) | | | | | | | 2,25 |
| IVA (6%) | | | | | | | 0,14 |

Valor Total a Pagar : 10.851,74

Quadro geral de leituras e consumos do período: 01/10/2013 a 31/10/2013

| Elementos Medidos | Nº | Período Activo | | Leituras Efectuadas | | Diferenças | Factor | Cons. Registrado |
|-----------------------------|----------|----------------|------------|---------------------|-------|------------|---------|------------------|
| | Contador | Data Início | Data Fim | Inicial | Final | Leituras | Multip. | (kWh/kvarh/kW) |
| Energia Activa Cheia | 14054265 | 01/10/2013 | 31/10/2013 | 0 | 19029 | 19029 | 1,00 | 19.029,00 |
| Energia Activa Ponto | 14054265 | 01/10/2013 | 31/10/2013 | 0 | 308 | 308 | 1,00 | 308,00 |
| Energia Activa Super Vazio | 14054265 | 01/10/2013 | 31/10/2013 | 0 | 48698 | 48698 | 1,00 | 48.698,00 |
| Energia Activa Vazio Normal | 14054265 | 01/10/2013 | 31/10/2013 | 0 | 42008 | 42008 | 1,00 | 42.008,00 |

Informação Adicional:

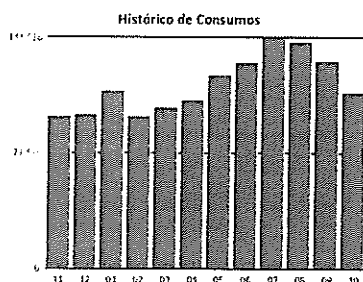
i) O Total da factura inclui os encargos relativos ao Acesso às Redes no valor de € 2704,12, antes de IVA (valor independente do comercializador). ii) Os custos de interesse económico geral (CIEG) incluídos no Acesso às Redes correspondem a € 1135,73, antes de IVA. Este valor é calculado com base nos factores estabelecidos pela ERSE e diferenciados por tipo de fornecimento MAT, AT, MT, BTE e BTN.

As quantidades facturadas incluem perdas calculadas de acordo com o estabelecido no Regulamento das Relações Comerciais. Para o cálculo das componentes das energias reactivas, considera-se o ciclo semanal com feriados. As quantidades facturadas podem ser confirmadas no nosso sítio da Internet

Factor de potência no período de facturação: 0,93

Esta factura já reflecte o Imposto sobre o Consumo de Electricidade, introduzido pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de Dezembro.

Se efetua pagamentos por transferência ou depósito na nossa conta bancária, agradecemos envio por e-mail da informação detalhada (valor, data e facturas liquidadas), para o endereço cobranças@edp.pt.

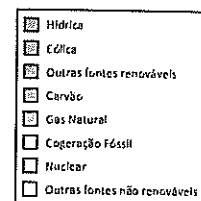
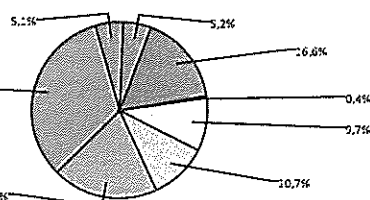


Cálculo médio diário
Do período
facturado

3550 kWh
Dos últimos 12
meses

3094 kWh

Fontes de Energia



Emissão de CO2 associada aos
consumos de energia desta factura :
*47038.98 Kg

Saiba mais no canal empresas do sítio www.edp.pt ou em www.erse.pt. A informação apresentada corresponde ao mix médio de fontes de energia do ano 2012. O valor é negativo quando é acerto de facturas anteriormente emitidas.

Para pagamento, de forma simples e gratuita, adira ao Sistema de Débito Directo através do Multibanco. Escolha Débitos Directos e introduza os dados :
Ident. Credor:101632. Nº de Autorização:74654392197. Confirme com a tecla verde.

Departamento de Obras e Urbanismo
Serviço de Ambiente

INFORMAÇÃO Interno/2013/13406

ASSUNTO: Tarifa de Resíduos Sólidos

A Tarifa de Resíduos Sólidos Urbanos é cobrada aos munícipes através da factura da BE WATER, Águas de Mafra, que inclui a cobrança de abastecimento de água, cujos valores a cobrar devem ser fixados em obediência ao disposto no art.º 16.º da Lei das Finanças Locais, Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, que refere que os preços e demais instrumentos de remuneração a fixar pelos municípios relativos aos serviços prestados não devem ser inferiores aos custos directamente suportados com a prestação desses serviços.

A Tarifa de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) contempla as vertentes de recolha, transporte, depósito e tratamento de resíduos sólidos; é cobrada a todos os consumidores de água, diferenciando-se consumidores "domésticos" de "não domésticos"; sendo composta por uma componente fixa e por uma componente variável, esta última associada ao consumo de água, para os consumidores domésticos composta por dois escalões.

Tendo em conta a recomendação da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, considerou-se a taxa de 0,8% para apuramento dos custos previsionais para 2014 ao nível do tratamento no destino final e dos serviços contratados no âmbito da recolha e transporte de RSU e fornecimento, colocação, substituição, manutenção, lavagem, desinfecção e desodorização de contentores, verificando-se que a receita previsional da tarifa é superior aos custos inerentes à prestação do serviço, não sendo por isso necessário proceder à actualização da mesma.

Departamento de Obras e Urbanismo
Serviço de Ambiente

Quadro demonstrativo da receita e despesa associada à Tarifa de Resíduos Sólidos Urbanos:

PREVISÃO DA RECEITA/DESPESA 2014

| | |
|----------------------|-----------------------|
| (1) Receita | 3.456.199,70 € |
| (2) Despesa | 3.453.262,23 € |
| Ecoambiente | 1.940.456,05 € |
| Tratolixo | 1.168.156,11 € |
| Viaturas | 83.866,27 € |
| Contentorização | 81.018,50 € |
| Pessoal | 179.765,30 € |
| (1)-(2) Total | 2.937,47 € |

Face a esta situação de equilíbrio financeiro para o ano de 2014, propõe-se a manutenção das actuais tarifas fixas e variáveis conforme o quadro seguinte:

TARIFÁRIO RSU

Tarifário
(Actual e Proposto para 2014)

Consumidores Domésticos

| | |
|------------------------|--------|
| Tarifa Fixa | 3,00 € |
| Tarifa Variável | |
| Doméstico 1º Escalão | 0,30 € |
| Doméstico 2º Escalão | 0,80 € |

Consumidores Não Domésticos

| | |
|------------------------|--------|
| Tarifa Fixa | 7,50 € |
| Tarifa Variável | 0,90 € |

Departamento de Obras e Urbanismo
Serviço de Ambiente

Paralelamente, propõe-se ainda que, à semelhança do que se verificou no ano anterior, se mantenham as seguintes especificidades:

- Aos consumidores de reconhecida dificuldade económica, por decisão, caso a caso, a aplicação de uma tarifa de utilização especial de 0,1045€/mês de água consumida;
- Isenção do pagamento das Tarifas Fixa e Variável às Juntas de Freguesia e à Câmara Municipal de Maфра;
- Às Instituições Sem Fins Lucrativos aplicar-se-á o tarifário de RSU (parcelas Fixa e Variável) dos Utilizadores Domésticos sendo que, na componente variável, aplicar-se-á apenas a tarifa respeitante ao 1.º Escalão;
- Nenhum consumidor não doméstico deverá pagar um montante superior a €700,00;
- Utentes ligados à rede pública de saneamento com captação própria de água:

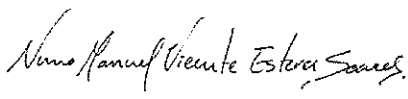
Utilizadores Domésticos

- Componente Fixa.....3,00€/mês
- Componente Variável.....2,4137€/mês

Utilizadores Não Domésticos

- Componente Fixa.....7,50€/mês
- Componente variável.....29,1621€/mês

10-12-2013

X 

Nuno Soares
Coordenador dos Serviços do Ambiente

PARECER

...../...../.....

O(A) Vereador(a),

...../...../.....

O(A) Director(a) de Departamento,

Concelho

A Cons. Sup.

9.12.2013

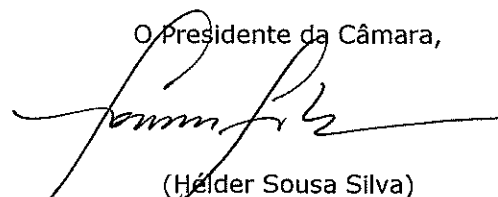
O(A) Chefe de Divisão

DESPACHO

A reunião

10.12.13

O Presidente da Câmara,



(Helder Sousa Silva)

INFORMAÇÃO Interno/2013/13110

ASSUNTO: Reparação de anomalias no Ginásio do Parque Desportivo Municipal Eng. Ministro dos Santos em Mafra – Accionamento de garantia.

Após a conclusão do Ginásio do Parque Desportivo Municipal Engº Ministro dos Santos, foram detectadas algumas anomalias no edifício, cuja resolução é da responsabilidade do empreiteiro (TECNIGER, S.A.), no âmbito da garantia da obra que se encontra a decorrer, conforme previsto nas cláusulas contratuais.

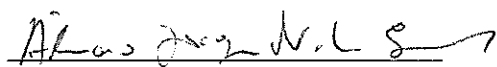
Com o objectivo de solucionar os problemas existentes, foram efectuados alguns contactos telefónicos com a empresa TECNIGER, S.A. sem quaisquer resultados, tendo sido de seguida enviado ao empreiteiro um ofício em 02/04/2013 (ver anexo), através do qual se solicitou a correcção das anomalias.

Expirado o prazo concedido ao empreiteiro sem que tenham sido corrigidas as anomalias, com base no art.º 397.º do CCP aprovado pelo Dec. Lei 18/2008 de 29 de Janeiro, propõe-se que seja accionada a respectiva caução para a execução dos trabalhos referidos.

O valor da caução existente, sob forma de garantia bancaria, é de **56.640,35€**.

A estimativa de custos para execução dos trabalhos (ver anexo) é de **14.800,00€+IVA**.

À Consideração Superior,



(Álvaro Santos, Téc. Superior)

A correspondência deverá ser
dirigida ao Presidente da Câmara

À ADMINISTRAÇÃO DA
TECNIGER - SOCIEDADE TÉCNICA DE
CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO, S.A.
R D JOSÉ D'AVILEZ 71 RC C D
2750-398 CASCAIS

Sua referência

Sua Comunicação de

Nossa Referência
Saída/2013/3328
13.1.1/2008/102

Data
02-04-2013

Assunto: **Ginásio do Parque Desportivo Municipal Eng.º Ministro dos Santos**
Anomalias no âmbito da garantia da empreitada

No seguimento dos contactos telefónicos efectuados e dos emails enviados em 19/05/2011, 05/06/2012 e 14/06/2012, vimos por este meio solicitar que sejam resolvidas, no prazo de dez dias seguidos, todas as anomalias no âmbito da garantia da empreitada, devendo para o efeito serem efectuados os seguintes trabalhos:

- Reparação dos assentamentos no pavimento exterior em lajetas;
- Reparação de fissuras nos alçados exteriores;
- Reparação da pintura dos alçados exteriores;
- Reparação das fissuras no muro, no tardo do edifício, incluindo pintura;
- Reparação/fixação das tábuas de madeira do tecto falso;
- Piso superior: Reparação do linóleo que está a descolar;
- Secretaria: Reparação do linóleo que está a descolar;
- Secretaria: Reparação das humidades junto ao rodapé;
- Corredor: Reparação das humidades junto ao rodapé;
- Posto médico: Reparação das fissuras na parede, incluindo pintura;

Na Central Térmica:

- Substituição das válvulas de corte do colector de ida, que não são adequadas para o uso pretendido;
- Substituição dos purgadores automáticos que estão avariados;



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA
PRAÇA DO MUNICÍPIO • 2644-001 • MAFRA
TELEF. 261 810 100 • FAX 261 810 130
E-MAIL: geral@cm-mafra.pt
INTERNET: www.cm-mafra.pt

Modelo G-19 – Ofício Tipo



- Reparação do colector de ida que está oxidado, devido à avaria dos purgadores automáticos;
- Substituição do vaso de expansão de 200 lts, no circuito do Depósito de Águas Quentes Sanitárias, que está danificado;
- Reparação dos isolamentos do circuito solar;
- Substituição do circulador do circuito solar, que está avariado;
- Substituição do contador de enchimento automático, que está avariado;
- Substituição de uma correia da Unidade de Tratamento de Ar, que está partida;
- Reparação do motor da Unidade de Tratamento de Ar dos balneários, que está avariado;
- Reparação do Rooftop que se encontra com uma fuga de gás Freon;
- Reparação do sistema de tratamento anti-corrosão que se encontra inoperacional;
- Reparação das ligações eléctricas da caldeira;
- Reparação das bombas circuladoras nos circuitos da caldeira e da Unidade de Tratamento de Ar, que estão avariadas.

Face ao exposto, informo V.^a Ex.^a que se no prazo acima referido, não forem executados os trabalhos descritos, a Câmara Municipal de Mafra poderá accionar a caução da empreitada, a fim de executar os citados trabalhos, dando conhecimento prévio, à respectiva Entidade Bancária.

Com os melhores cumprimentos,

Por Delegação do Presidente da Câmara,
O Director de Departamento,

(João Guilherme Mota, Eng.º)

GC/



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA
PRAÇA DO MUNICÍPIO • 2644-001 • MAFRA
TELEF. 261 810 100 • FAX 261 810 130
E-MAIL: geral@cm-mafra.pt
INTERNET: www.cm-mafra.pt

Modelo G-19 – Ofício Tipo



PARECER

Concordo com o Parecer
e proposta de parecer
à C.M. A em-dant
do Sr. Presidente
...5./12./13...

O(A) Vereador(a),

...../...../.....

O(A) Director(a) de Departamento,

Concordo
A Cons. Sup.
...5./12./2013

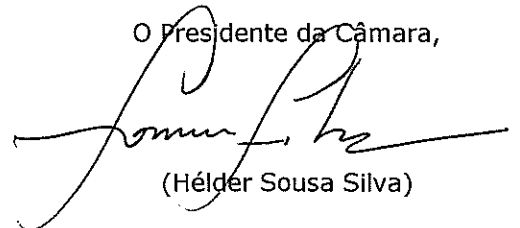
O(A) Chefe de Divisão

DESPACHO

A reunião

10./12./13

O Presidente da Câmara,


(Hélder Sousa Silva)

INFORMAÇÃO Interno/2013/13151

ASSUNTO: Proposta de alteração da sinalização na Rua da Sta Casa da Misericórdia, em Mafra

Considerando que:

1. Durante as horas de ponta da manhã e da tarde concentra-se um elevado n.º de veículos, na Rua da Santa Casa da Misericórdia, junto à Creche da APERCIM e da Sta Casa da Misericórdia, em Mafra, efetuando o estacionamento em 2ª fila e em cima dos passeios;
2. Foi colocada sinalização de proibição de estacionar, com adicional "de 2ª a 6ª feira das 7h00 às 20h00", com o intuito de reservar as duas bolsas de estacionamento, uma em cada sentido, para a tomada e largada de passageiros;


3. Essas bolsas de estacionamento estão ocupadas com veículos que estacionam, em incumprimento do estabelecido na sinalização vertical, não permitindo que estes espaços funcionem como zona de tomada e largada de passageiros;
4. O estacionamento em 2ª. fila e nos passeios, causa grandes perturbações na circulação viária e potencia situações de perigosidade na circulação pedonal, uma vez que os peões são obrigados a circular na faixa de rodagem;

Nestes termos, propõe-se que seja autorizada a alteração da sinalização vertical de proibição de estacionar, alterando a informação da placa adicional para "Além de 10 min", de acordo com a planta de localização em anexo.

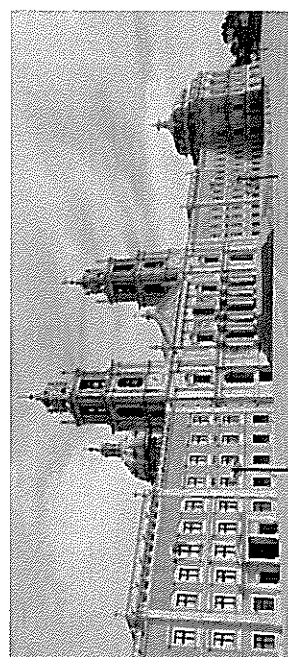
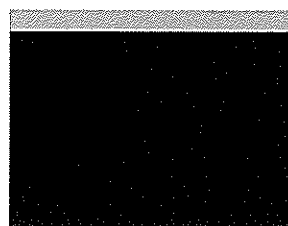
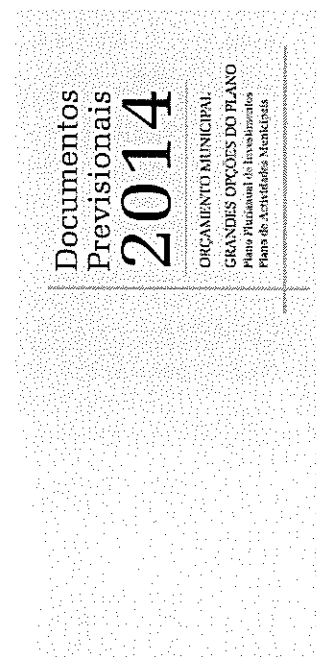
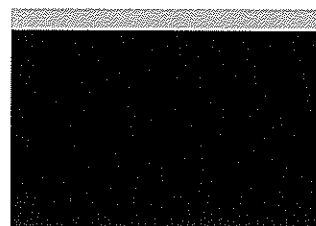
Submete-se à consideração superior a presente proposta, que poderá ser sujeita a deliberação camarária, nos termos previstos no n.º 2 do artigo 47.º do Regulamento de Trânsito do Município de Mafra, cumprindo-se posteriormente o disposto no n.º 3 do mesmo artigo.

2013/12/05

A Técnica Superior,



(Dulce Machado)



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

APRESENTAÇÃO DO ORÇAMENTO

Orçamento

Estrutura da Receita e da Despesa

Receita e Despesa - comparação das dotações previstas

Impostos do Estado – evolução previsional

GOP's - por objectivo e comparação das dotações previstas

Empréstimos de médio e longo prazo – evolução prevista

Orçamento

| RECEITAS CORRENTES | | 2014 | % |
|--------------------------------------|------------------------------------|---------------------|----------------|
| 01 | Impostos Diretos | 20 570 275,0 | 31,43% |
| 02 | Impostos Indiretos | 1 956 285,0 | 2,99% |
| 04 | Taxas, Multas e outras Penalidades | 3 256 800,0 | 4,98% |
| 05 | Rendimentos de Propriedade | 207 505,0 | 0,32% |
| 06 | Transferências Correntes | 11 060 805,0 | 16,80% |
| 07 | Venda de Bens e Serviços | 8 310 740,0 | 12,70% |
| 08 | Outras Receitas Correntes | 322 665,0 | 0,49% |
| Total das Receitas Correntes | | 45 885 075,0 | 69,80% |
| RECEITAS DE CAPITAL | | 2014 | % |
| 09 | Venda de Bens de Investimento | 11 441 715,0 | 17,46% |
| 10 | Transferências de Capital | 8 187 780,0 | 12,51% |
| 11 | Ativos Financeiros | 5,0 | 0,00% |
| 12 | Passivos Financeiros | 10,0 | 0,00% |
| 13 | Outras Receitas de Capital | 136 650,0 | 0,21% |
| Total das Receitas de Capital | | 19 766 160,0 | 30,20% |
| OUTRAS RECEITAS | | 2014 | % |
| 15 | Reposições não Abaixo Pagamento | 5,0 | 0,00% |
| 16 | Saldo da Gestão Anterior | 0,0 | 0,00% |
| Total Outras Receitas | | 5,0 | 0,00% |
| TOTAL DAS RECEITAS | | 65 451 240,0 | 100,00% |

Estrutura da Receita

| Rubrica | Designação | 2014 | Unidade: Euro | % |
|-------------------------------------|------------------------------------|---------------------|---------------|---------------|
| 01 | Impostos Diretos | 20 570 275,0 | | 31,4% |
| 02 | Impostos Indiretos | 1 956 285,0 | | 3,0% |
| 04 | Taxas, Multas e Outras Penalidades | 3 256 800,0 | | 5,0% |
| 05 | Rendimentos de Propriedade | 207 505,0 | | 0,3% |
| 06 | Transferências Correntes | 11 060 805,0 | | 16,9% |
| 07 | Venda Bens e Serviços Correntes | 8 310 740,0 | | 12,7% |
| 08 | Outras Receitas Correntes | 322 665,0 | | 0,5% |
| 09 | Venda de Bens de Investimento | 11 441 715,0 | | 17,5% |
| 10 | Transferências de Capital | 8 187 780,0 | | 12,5% |
| 11 | Ativos Financeiros | 5,0 | | 0,0% |
| 12 | Passivos Financeiros | 10,0 | | 0,0% |
| 13 | Outras Receitas de Capital | 136 650,0 | | 0,2% |
| 15 | Reposições Não Abatidas Pag. | 5,0 | | 0,0% |
| Total de Receitas Correntes | | 45 885 075,0 | | 69,8% |
| Total de Receitas de Capital | | 19 766 160,0 | | 30,2% |
| Total de Outras Receitas | | 5,0 | | 0,0% |
| Total | | 65 451 240,0 | | 100,0% |

Estrutura da Despesa

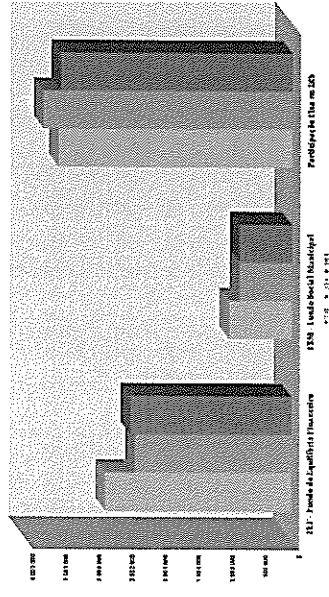
| Rubrica | Designação | Unidade: Euro | |
|------------------------------|------------------------------|---------------|-------|
| | | 2014 | (%) |
| 01 | Despesas com o Pessoal | 14 609 520,0 | 22,3% |
| 02 | Aquisição de Bens e Serviços | 23 056 640,0 | 35,2% |
| 03 | Juros e Outros Encargos | 485 000,0 | 0,7% |
| 04 | Transferências Correntes | 2 380 830,0 | 3,6% |
| 05 | Subsídios | 0,0 | 0,0% |
| 06 | Outras Despesas Correntes | 1 412 745,0 | 2,2% |
| 07 | Aquisição de Bens de Capital | 22 334 945,0 | 34,1% |
| 08 | Transferências de Capital | 42 000,0 | 0,1% |
| 09 | Activos Financeiros | 5,0 | 0,0% |
| 10 | Passivos Financeiros | 745 180,0 | 1,1% |
| 11 | Outras Despesas de Capital | 384 375,0 | 0,6% |
| Total de Despesas Correntes | | 41 944 735,0 | 64,1% |
| Total de Despesas de Capital | | 23 506 505,0 | 35,8% |
| Total | | 65 451 240,0 | 100% |

Receitas – comparação das dotações previstas

| Rubrica | Designação | Variação 2012/2013 | | | | Variação 2013/2014 | | | | Unidade: Euro |
|------------------------------|------------------------------------|--------------------|--------------|--------------|-------|--------------------|--------------|--------|-----|---------------|
| | | 2012 | | 2013 | | 2014 | | 2015 | | |
| | | Abs. | (%) | Abs. | (%) | Abs. | (%) | Abs. | (%) | |
| 01 | Impostos Diretos | 18 344 585,0 | 17 861 610,0 | -482 975,0 | -2,7 | 20 570 275,0 | 2 718 665,0 | 15,2 | | |
| 02 | Impostos Indiretos | 1 582 610,0 | 2 041 430,0 | 458 820,0 | 29,0 | 1 956 285,0 | -85 145,0 | -4,2 | | |
| 04 | Taxas, Multas e Outras Penalidades | 3 687 265,0 | 3 275 790,0 | -411 475,0 | -11,2 | 3 256 800,0 | -18 990,0 | -0,6 | | |
| 05 | Rendimentos de Propriedade | 278 585,0 | 434 875,0 | 156 290,0 | 56,1 | 207 505,0 | -227 370,0 | -52,3 | | |
| 06 | Transferências Correntes | 11 959 285,0 | 12 028 465,0 | 69 180,0 | 0,6 | 11 060 805,0 | -967 660,0 | -8,0 | | |
| 07 | Venda de Bens e Serviços Correntes | 6 790 830,0 | 6 315 240,0 | -475 590,0 | -7,0 | 8 310 740,0 | 1 995 500,0 | 31,6 | | |
| 08 | Outras Receitas Correntes | 537 500,0 | 100 890,0 | -436 610,0 | -81,2 | 322 665,0 | 221 775,0 | 219,8 | | |
| 09 | Venda de Bens de Investimento | 9 080 650,0 | 7 734 925,0 | -1 265 125,0 | -14,1 | 11 441 715,0 | 3 706 790,0 | 47,9 | | |
| 10 | Transferências de Capital | 3 642 515,0 | 4 284 950,0 | 642 435,0 | 17,6 | 8 187 780,0 | 3 902 830,0 | 91,1 | | |
| 11 | Activos Financeiros | 0,0 | 5,0 | 5,0 | 0,0 | 5,0 | 0,0 | 0,0 | | |
| 12 | Passivos Financeiros | 905 105,0 | 1 863 495,0 | 958 310,0 | 105,9 | 10,0 | -1 863 485,0 | -100,0 | | |
| 13 | Outras Receitas de Capital | 7 000 000,0 | 7 000 000,0 | 0,0 | 0,0 | 136 650,0 | 6 863 350,0 | 99,0 | | |
| 15 | Reservas | 5,0 | 5,0 | 0,0 | 0,0 | 5,0 | 0,0 | 0,0 | | |
| Total de Receitas Correntes | | 43 180 650,0 | 42 048 300,0 | -1 132 350,0 | -2,6 | 43 885 075,0 | 3 638 775,0 | 8,6 | | |
| Total de Receitas de Capital | | 20 347 750,0 | 20 883 375,0 | 335 625,0 | 1,6 | 19 788 160,0 | -1 117 215,0 | -5,3 | | |
| Total Outras Receitas | | 5,0 | 5,0 | 0,0 | 0,0 | 5,0 | 0,0 | 0,0 | | |
| Total | | 63 528 415,0 | 62 931 680,0 | -596 735,0 | -1,3 | 63 673 240,0 | 2 318 365,0 | 4,0 | | |

Impostos do Estado – evolução previsual

| Designação | 2012 | 2013 | Variação 2012/2013 | | 2014 | Variação 2013/2014 | |
|--------------------------------------|--------------------|--------------------|--------------------|------------|--------------------|--------------------|-------------|
| | | | Abs. | (%) | | Abs. | (%) |
| FEF - Fundo de Equilíbrio Financeiro | 2 349 270,0 | 2 347 825,0 | -1 445,0 | -0,1 | 2 425 175,0 | 77 350,0 | 3,3 |
| FSSM - Fundo Social Municipal | 788 560,0 | 788 305,0 | -255,0 | 0,0 | 788 305,0 | 0,0 | 0,0 |
| Participação Financeira IRS | 3 754 840,0 | 3 754 840,0 | 0,0 | 0,0 | 3 485 530,0 | -269 310,0 | -7,2 |
| Total | 6 892 670,0 | 6 890 970,0 | -1 700,0 | 0,0 | 6 699 010,0 | -191 960,0 | -2,8 |



Despesas – comparação das dotações previstas

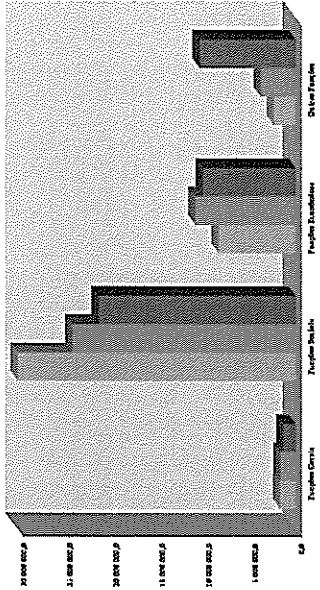
| Rubrica | Designação | 2012 | 2013 | Variação 2012/2013 | | 2014 | Variação 2013/2014 | |
|--------------------------------------|------------------------------|---------------------|---------------------|--------------------|-------------|---------------------|--------------------|------------|
| | | | | Abs. | (%) | | Abs. | (%) |
| 01 | Despesas com o Pessoal | 14 140 205,0 | 14 578 925,0 | 438 720,0 | 3,0 | 14 609 820,0 | 30 895,0 | 0,2 |
| 02 | Aquisição de Bens e Serviços | 22 378 980,0 | 21 765 555,0 | -613 385,0 | -2,7 | 23 056 640,0 | 1 291 045,0 | 5,9 |
| 03 | Juros e Outros Encargos | 199 300,0 | 117 460,0 | -81 840,0 | -41,1 | 485 000,0 | 367 540,0 | 312,9 |
| 04 | Transferências Correntes | 2 550 760,0 | 2 448 590,0 | -112 170,0 | -4,4 | 2 380 830,0 | -67 760,0 | -2,8 |
| 05 | Subsídios | 50,0 | 50,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | -50,0 | -100,0 |
| 06 | Outras Despesas Correntes | 1 457 410,0 | 1 733 950,0 | 276 540,0 | 19,0 | 1 412 745,0 | -321 205,0 | -18,5 |
| 07 | Aquisição de Bens de Capital | 21 996 090,0 | 19 734 970,0 | -2 261 120,0 | -10,3 | 22 334 945,0 | 2 599 975,0 | 13,2 |
| 08 | Transferências de Capital | 187 120,0 | 203 060,0 | 15 940,0 | 8,5 | 42 000,0 | -161 060,0 | -79,3 |
| 09 | Ativos Financeiros | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 5,0 | 5,0 | 0,0 |
| 10 | Passivos Financeiros | 800 500,0 | 849 080,0 | 48 580,0 | 6,1 | 745 180,0 | -103 900,0 | -12,2 |
| 11 | Outras Despesas de Capital | 1 500 000,0 | 1 500 000,0 | 0,0 | 0,0 | 304 375,0 | -1 195 625,0 | -79,7 |
| Total das Despesas Correntes | | 40 744 705,0 | 40 844 870,0 | 100 135,0 | 0,2 | 41 944 725,0 | 1 300 185,0 | 3,2 |
| Total das Despesas de Capital | | 22 883 710,0 | 22 287 110,0 | -596 600,0 | -2,6 | 23 506 505,0 | 1 218 395,0 | 5,5 |
| Total | | 63 728 415,0 | 63 131 980,0 | -596 725,0 | -0,9 | 65 451 230,0 | 2 318 380,0 | 3,7 |

Grandes Opções do Plano por objectivo

| Unidade: Euro | | | |
|---------------|--|--------------|--------|
| Objectivo | Descrição | Valor | % |
| 1. | Funções gerais | 1 335 305,0 | 3,1% |
| 1.1. | Serviços gerais de administração pública | 858 565,0 | 2,0% |
| 1.2. | Segurança e ordem públicas | 476 740,0 | 1,1% |
| 2. | Funções sociais | 21 272 085,0 | 40,5% |
| 2.1. | Educação | 8 599 850,0 | 20,0% |
| 2.3. | Segurança e acção sociais | 97 700,0 | 0,2% |
| 2.4. | Habituação e serviços colectivos | 11 916 445,0 | 27,7% |
| 2.5. | Serviços culturais, recreativos e religiosos | 658 090,0 | 1,5% |
| 3. | Funções económicas | 10 000 100,0 | 23,3% |
| 3.1. | Agricultura, pecuária, silvicultura, caça | 67 750,0 | 0,2% |
| 3.2. | Indústria e Energia | 1 476 900,0 | 3,4% |
| 3.3. | Transportes e comunicações | 7 375 185,0 | 17,2% |
| 3.4. | Comércio e turismo | 611 390,0 | 1,4% |
| 3.5. | Outras funções económicas | 468 875,0 | 1,1% |
| 4. | Outras funções | 10 377 630,0 | 24,1% |
| 4.1. | Operações da dívida autónoma | 9 190 185,0 | 21,4% |
| 4.2. | Transferências entre administrações | 1 187 445,0 | 2,8% |
| Total | | 42 985 120,0 | 100,0% |

GOP – comparação das dotações previstas

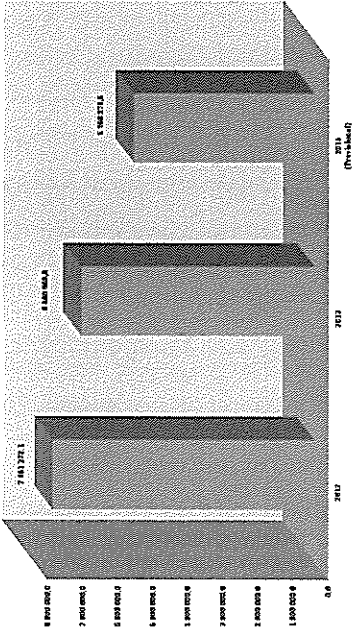
| Unidade: Euro | | | | | | |
|---------------|--------------------|--------------|--------------|----------------------------|--------------|----------------------------|
| Obj. | Designação | 2012 | 2013 | Variação 2012/2013 Abs. | 2014 | Variação 2013/2014 Abs. |
| 1. | Funções Gerais | 1 683 165,0 | 1 661 085,0 | -22 080,0 | 1 335 305,0 | -325 780,0 |
| 2. | Funções Sociais | 29 966 040,0 | 24 117 295,0 | -5 848 745,0 | 21 272 085,0 | -2 845 210,0 |
| 3. | Funções Económicas | 8 309 345,0 | 10 826 125,0 | 2 516 780,0 | 10 000 100,0 | -826 025,0 |
| 4. | Outras Funções | 2 365 520,0 | 3 786 255,0 | 1 420 735,0 | 10 377 630,0 | 6 591 375,0 |
| Total | | 42 324 070,0 | 40 390 760,0 | -1 933 310,0 | 42 985 120,0 | 2 594 360,0 |

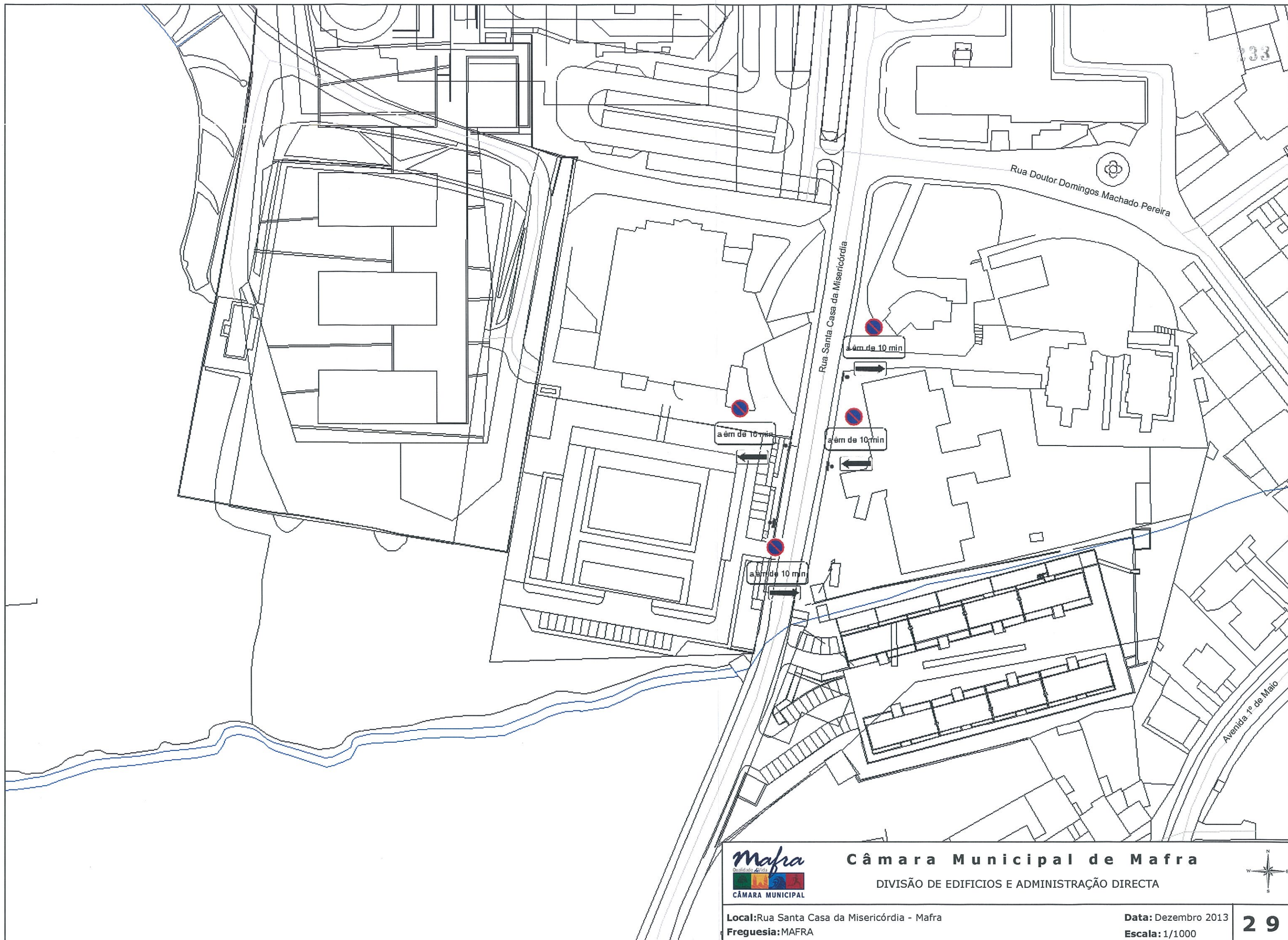


Empréstimos de médio e longo prazo - evolução

Unidade: Euro

| Empréstimos M.L. Prazo | 2012 | 2013 | Variação 2012/2013 | | 2014 | | Variação 2013/2014 | |
|---------------------------|-------------|-------------|--------------------|--------|---------------|-----|--------------------|--------|
| | | | Abs. | (%) | (Previsional) | (%) | Abs. | (%) |
| Total | 6 654 011,3 | 5 915 025,7 | -738 985,6 | -11,1% | 5 108 275,5 | | -746 750,2 | -12,6% |





Câmara Municipal de Mafra

DIVISÃO DE EDIFÍCIOS E ADMINISTRAÇÃO DIRECTA

Local: Rua Santa Casa da Misericórdia - Mafra
Freguesia: MAFRA

Data: Dezembro 2013
Escala: 1/1000

